



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

LAÇOS BRUTOS

Vaqueiros e búfalos
no baixo Araguari – Amapá

Pedro Stoeckli Pires

Brasília
2015

LAÇOS BRUTOS

Vaqueiros e búfalos no baixo Araguari – Amapá

Pedro Stoeckli Pires

Orientador: Prof. Dr. Carlos Emanuel Sautchuk

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Antropologia.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Emanuel Sautchuk – Presidente (UnB)

Prof. Dr. Fabio Mura (UFPB)

Prof. Dr. Felipe Vander Velden (UFSCar)

Prof. Dr. Guilherme da Silva e Sá (UnB)

Prof. Dr. Jeremy Deturche (UFSC)

Suplente:

Profa. Dra. Fabiene Gama (UnB)



Stoeckli, Pedro

□Laços Brutos: Vaqueiros e búfalos no baixo Araguari – Amapá [tese]

STOECKLI, Pedro; orientador Carlos Emanuel Sautchuk – Brasília, DF, 2015.

366 p.

Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Antropologia. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social.

Inclui referências

1. Antropologia 2. Búfalos. 3. Humanos. 4. Animais. 5. Pecuária. 6. Amapá. I. Sautchuk, Carlos II. Universidade de Brasília. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social.

À minha mãe
e à sua saúde.

Para minha família e amigos
que continuam me ensinando.

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa de doutorado é um projeto de vários anos que não pode ser realizado sem o auxílio de várias pessoas e instituições que marcam a trajetória e viabilizam a produção do texto final, a tese. Com o objetivo de registrar a participação que tiveram, agradeço a seguir as pessoas sem as quais esta pesquisa não teria sido realizada. Se a intenção é compartilhar com elas os méritos desse trabalho, ressalto que as eventuais falhas ou lacunas desta tese são de minha inteira responsabilidade.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, o Prof. Dr. Carlos E. Sautchuk, tanto pelo auxílio na definição do tema e *locus* da pesquisa, quanto pelos comentários construtivos tecidos ao longo de todo o processo da etnografia e da transformação dessa vivência em conhecimento antropológico. Espero ter feito jus à qualidade das indicações feitas durante sua orientação.

No Amapá, local de minha etnografia, diversas pessoas tornaram possível esta pesquisa e não posso enfatizar o suficiente o quanto sou grato a todas elas. Gostaria de deixar meus agradecimentos aos servidores do ICMBio Patrícia Pinha, Admilson Stephano e Iranildo; a Valdenira Santos do IEPA; e a Dárcio da Diagro. Em Cutias do Araguari sou grato a Marcelo e Wagner Ribeiro pelo auxílio prestado. Agradeço aos proprietários de fazendas Antônio Dantas (Fazenda Boa Vista), Seu Branco (Campo Verde) e Dinaldo (Campo Novo) por me hospedarem em suas propriedades. Agradeço também ao surfista Serginho Laus pelo auxílio em algumas descidas no rio Araguari. Em especial, sou eternamente grato a Miriam, Beto, Clayse e Igor por me hospedarem e me auxiliarem nas ocasiões em que estive em Macapá e pela amizade que desenvolvemos durante esse tempo.

Na impossibilidade de citar todas as pessoas que me ajudaram na região do baixo Araguari, agradeço nominalmente aos vaqueiros (e suas famílias) Vadico e Vânia, Dadá, Chiquinho, Roni, Tico e Marineia, Cuca, Seu Jamico e família. Na comunidade

Vai-quem-quer e moradias adjacentes, sou grato Nonô e família, Deca e família, Norato e família e Seu Maguari.

Em Brasília, registro meus agradecimentos ao Departamento de Antropologia e a equipe que me apoiou durante os anos de mestrado e doutorado. Gostaria de agradecer especialmente aos colegas que participam do Laboratório de Antropologia da Ciência e da Técnica (LACT - UnB), coordenado pelos professores doutores Carlos E. Sautchuk e Guilherme Sá, que ao longo dos últimos anos dialogaram intensamente com esta pesquisa: Eduardo Di Deus, Fabiano Bachelany, Guilherme Moura, Graciela Froelich, Júlia Brussi, Lucas Marques, Rafael Almeida e Simone Miranda. Na mesma seara, agradeço aos colegas e professores que participaram do *Seminário Transformações Técnicas em Perspectivas Locais*, ocorrido em Brasília de 23 a 26 de fevereiro de 2015, e que fizeram importantes comentários ao trabalho apresentado a partir da pesquisa desta tese: Caetano Sordi, Fabio Mura, Gabriel Coutinho Barbosa, Jeremy Deturche, Letícia Cesarino e Ludovic Coupaye.

Sou grato também aos colegas Departamento de Avaliação da SAGI/ MDS que participaram cotidianamente de minha vida nos últimos anos: Alba Figueroa, Alexandro Pinto, Ana Carolina Freitas, Ana Karine Pereira, Cecília Ishikawa, Danielle Chalub, Danilo Farias, Feruccio Bilich, James Junior, José Saldanha, Júlia Otero, Juliana Varella, Júnia Quiroga, Júlio César Borges, Júlio César Gomes, Liliane dos Santos, Luciana Sardinha, Marcelo Gonçalves, Marco Natalino, Marta Custódio e Rogério Campos.

Aos amigos dessa minha etapa em Brasília, Aline Soares, Bianca Coelho, Bruno Manhago, Carlos Henrique de Lima, Carlos Henrique Siqueira, Carolina Cayres, Carolina Rocha, Diogo Bonadiman, Fernando Natal, Julia Otero, Isabella Atayde, Isabele Bachtold, à família Rabelo (Adeir, Juvenil, Denise e Marcos), Julia Otero, Mariella Butti, Marina Pereira Novo e Antonio Guerreiro, Paula Farage e Veridiana Goulart, Pedro MacDowell, Tiago de Aragão, Walisson e Zenaide.

Aos amigos de Belo Horizonte, que, mesmo à distância, me deram apoio nessa empreitada, Daniel Teixeira, Débora Carvalho, Felipe Carabetti, Flavio Carvalhaes,

Gustavo Rocha, Lucas Albertoni, Marina Azevedo, Rafael Sânzio, Samuel Mendes, Santhiago Lopes, Sérgio Schiavo, Thiago Cardoso, Thiago Rosental, Yan Latinoff.

Registro agradecimentos especiais a Hideko Feitoza e Francisco Accioli pela elaboração respectivamente dos mapas e ilustrações da tese.

E a Fabíola Cardoso e Luciana Gonçalves pela revisão do texto deste tese.

Aos amigos com quem divido moradia, Fabiano Cardoso, João Milton Tavares e Lupicínio Rodrigues.

À minha companheira Camila Rabelo, que me deu apoio e carinho quando mais precisei.

Esta pesquisa se insere em um projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de título *Transformações técnicas em perspectivas locais: etnografia comparada de relações entre humanos e não humanos*. Durante os três primeiros anos do doutorado fui beneficiário da bolsa de estudos do mesmo órgão, instituição a que devo meus agradecimentos. Em minha primeira visita ao Amapá fui beneficiado com o apoio financeiro do Instituto de Ciências Sociais (ICS/UnB) por meio do edital de mini auxílio a trabalho de campo. Por último, gostaria de registrar agradecimento à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF - Edital 01/2013 – pelo apoio à participação em eventos científicos e tecnológicos.

“Mas a memória era evocada também por imagens; ele se dizia um perseguidor implacável de 'instantes fulgurantes da natureza humana e de paisagens singulares da natureza amazônica'”.

Milton Hatoum, *Relato de um Certo Oriente*, 2008.

*Minha rua acordou mudada.
Os vizinhos não se conformam.
Eles não sabem que a vida
tem dessas exigências brutas.*

Carlos Drummond de Andrade, *Alguma Poesia*, 1930.

RESUMO

O presente estudo aborda a atividade do vaqueiro no trabalho com o búfalo do pântano (*Bubalus bubalis*) em uma região de várzea amazônica numa perspectiva monográfica. A etnografia enfoca as práticas e relações de vaqueiros e outros grupos na cultura do búfalo no rio Araguari, estado do Amapá, onde a pecuária é bastante difundida. A região é marcada por duas estações bem distintas: no verão é a época da seca, quando os vaqueiros, a cavalo, lidam com os búfalos; no inverno os campos de várzea ficam alagados e o meio de acompanhar os rebanhos é o casquinho, um pequeno bote a remo. Animal de origem asiática com alta capacidade de adaptação a ambientes alagados, o búfalo apresenta porte e força inegavelmente perigosos. Os vaqueiros lidam com os búfalos, sobretudo com cavalos, laços, cercas e terçados, objetos técnicos abordados nessa etnografia. A partir de um panorama sobre a pecuária de búfalos no estado do Amapá, proponho um aprofundamento etnográfico nas práticas de criação e relação com os búfalos em fazendas às margens do rio Araguari. Ao qualificar as posições de diferentes grupos envolvidos com a atividade, proponho o argumento de que estas posições são formadas a partir de relações específicas que se desenvolvem com os animais. Para isso, busco tratar do tema das relações entre humanos e animais ao focar no modo de relação e nas técnicas que os associam. Assim, esta pesquisa tem o objetivo de compreender aspectos específicos daquele contexto, mas também de contribuir para o debate mais amplo sobre as relações entre humanos, animais não humanos, habilidades e objetos técnicos.

Palavras-chave: Antropologia da Técnica, Animais não Humanos, Búfalos, Vaqueiros.

ABSTRACT

This study addresses the activity of the *vaqueiro* (cowboy) in his work with the water buffalo (*Bubalus bubalis*) in an Amazonian lowland region in a monographic perspective. The ethnography focuses on the practices and relations of cowboys and other groups in the Buffalo culture in the river Araguari, state of Amapá (Brazil), where livestock is widespread. The region is characterized by two distinct seasons: summer is considered the dry season, when the cowboys ride on horseback to deal with the buffaloes; during the winter, the lowland fields are flooded and the means to monitor the herds is by riding a *casquinho*, a small rowboat. The water buffalo is an animal of Asian origins with high adaptability to waterlogged environments, and has size and strength undeniably dangerous. Cowboys deal with buffalo especially with horses, lassos, fences and machetes, technical objects described in this ethnography. Starting with an overview of the livestock economy in the state of Amapá, this thesis presents an ethnographic description of farming techniques and the relationship of humans with the buffaloes in the farms on the banks of the river Araguari. By characterizing the positions of different groups involved in the activity, the main argument is that these positions are formed from specific relationships that develop with the animals. Thus, I try to address the issue of relations between humans and non-human animals by focusing on the techniques that associate them. Thus, this research aims to understand specific aspects of that context, but also tries to contribute to the wider debate of the relations of humans, non-human animals, skills and technical objects.

Keywords: Anthropology of the Techniques, Non-Human Animals, Water Buffalos, Cowboys.

SUMÁRIO

Agradecimentos	• VI
Resumo	• X
Abstract	• XI
Índice de Figuras	• 3
Índice de Quadros e Índice de Mapas	• 4
Índice de Pranchas Fotográficas	• 5
Siglas	• 6
INTRODUÇÃO	• 10
CAPÍTULO 1: ACERCA DO BÚFALO	• 33
Um debate entre técnicos e pecuaristas	• 40
A perspectiva ambientalista e a Reserva Biológica do Lago Piratuba	• 51
Continuidades e mudanças na pecuária do baixo Araguari	• 84
Uma atividade em movimento	• 97
<i>Bubalus multiplus</i>	• 103
CAPÍTULO 2: REDES E RÉDEAS	
INSERÇÃO ETNOGRÁFICA NA VAQUEIRICE	• 110
O baixo Araguari e seus moradores	• 113
Festas e férreas	• 123
O Etnógrafo, o Fotógrafo e o Trabalho de Campo	• 141
CAPÍTULO 3: A DOMESTICAÇÃO DO BÚFALO	
INSERÇÕES E FRAGMENTAÇÕES EM UM ANIMAL NÃO-HUMANO	• 163
Covardia com coragem	• 163
<i>Imprimatur Bubalus bubalis</i>	• 182
O Boi Cavalo e o trabalho do Gado	• 208
Sobre encontros perigosos: três histórias de quase morte	• 219
Considerações sobre a Domesticação	• 227
A Domesticação do Búfalo e do Cavalo	• 234

CAPÍTULO 4: TORNAR-SE VAQUEIRO

- O LAÇO, O CAVALO E O TERÇADO** • 255
- O laço – uma amarra simétrica • 258
- O cavalo – Comunicações interespecíficas • 290
- O terçado – masculinidade e proteção • 301

CONCLUSÃO: LAÇOS BRUTOS • 310

Referências Bibliográficas • 317

- Filmografia Consultada • 331

Anexos

- Anexo 1 – Nomes científicos dos animais e plantas citados • 333
- Anexo 2 – Léxico de Termos e Expressões dos Vaqueiros • 335
- Anexo 2 – Autorização de uso de dados – Diagro Amapá • 340
- Anexo 3 – Termo de compromisso comunidades Araguari • 341

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - O estado do Amapá com destaque das áreas de proteção ambiental.....	9
Figura 2 - Área do município de Cutias do Araguari.....	20
Figura 3 - Nomes das fazendas	22
Figura 4 - Meses, estações e atividades.....	27
Figura 5 - Proposta de manejo de vacas com crias em uma fazenda de várzea.....	43
Figura 6 - Identificação de áreas com fatores de risco para raiva (herbívoros).....	49
Figura 7 - Zonas de concentração de gado bubalino na Rebio do Lago Piratuba em 2006	58
Figura 8 - Zonas de concentração de gado bubalino na Rebio do Lago Piratuba em 2013	59
Figura 9 - Movimentação de Búfalos dentro da Rebio do Lago Piratuba.....	64
Figura 10 - Paisagem ideal da Rebio do Lago Piratuba de uma perspectiva ambientalista	65
Figura 11 - Imagens de satélite da foz do Araguari - 2003/2014	70
Figura 12 - Áreas afetadas pelas cheias de 1984	86
Figura 13 - Antigo logo da DIAGRO.....	91
Figura 14 - Animais abatidos no último quadrimestre de 2011	91
Figura 15 - Ilustração de um curral conjugado (Faz. Campo Novo).....	178
Figura 16 - Estilos e nomes de cortes nas orelhas do gado	190
Figura 17 - Área de ação do laço do vaqueiro de pé	277
Figura 18 - Esquema: dois vaqueiros montados perseguem um búfalo	278
Figura 19 - Área de ação do laço do vaqueiro (destro) montado.....	280
Figura 20 - Área de perigo de laçar (no caso de um vaqueiro destro)	280

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Efetivos e Rebanhos de bubalinos por região no Brasil / 2012	36
Quadro 2 - Evolução do Efetivo de Rebanhos - Amapá.....	36
Quadro 3 - Efetivos e Rebanhos de bubalinos por município do Amapá / 2012.....	37

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 - A Reserva Biológica do Lago Piratuba e pontos de referência da pesquisa	7
Mapa 2 - Detalhe da região e referências na pesquisa.....	8
Mapa 3 - Movimentação do vaqueiro em busca do gado (Faz. Helena Selva).....	101
Mapa 4 - Detalhe da movimentação do vaqueiro (Faz. Helena Selva).....	170

ÍNDICE DE PRANCHAS FOTOGRÁFICAS

Prancha 1 - Campos de várzea alagados.....	87
Prancha 2 - Duas formas de transporte nas várzeas alagadas.....	88
Prancha 3 - Acaris	116
Prancha 4 - Visões da Seca: Vaqueiros buscam água e Fogo na Rebio.....	133
Prancha 5 - Duas visões após a Pororoca	140
Prancha 6 - Vaqueiro encara um búfalo bravo	149
Prancha 7 - Vaqueiros rodeiam o gado.....	173
Prancha 8 - Amarras e ordenha.....	179
Prancha 9 - Marcação na orelha de um bubalino e exemplo de chifre.....	185
Prancha 10 - Vacina e feitor	186
Prancha 11 - Derrubando o gado.....	187
Prancha 12 - Embarque pela manga às margens do rio Araguari.....	197
Prancha 13 - Nonô amarra uma rês para embarque	198
Prancha 14 - Vacinação na manga em curral.....	199
Prancha 15 - A castração de um bezerro	200
Prancha 16 - Ferro, castigo, corte.....	205
Prancha 17 - Cachorros e Búfalos.....	225
Prancha 18 - Dominando e perfurando o septo de uma vaca	237
Prancha 19 - Vaca derrubada	238
Prancha 20 - Vaqueiros domam cavalos	245
Prancha 21 - Cavalo Bravo	246
Prancha 22 - Dario laça um cavalo em meio à manada	247
Prancha 23 - O Laço, o Cavalo e o Terçado	257
Prancha 24 - Vaqueiro laça bezerro	259
Prancha 25 - Bezerro caído	260
Prancha 26 - Trançando a corda do laço.....	266
Prancha 27 - Batendo corda.....	267
Prancha 28 - Uma visão de Skill.....	272
Prancha 29 - Crianças assistem aos vaqueiros mais velhos em ação.....	273

Prancha 30 - Aprendizagem: criança e adulto laçando dentro de curral.....	274
Prancha 31 - Vaqueiros se reúnem antes da ação.....	284
Prancha 32 - Vaqueiros separam e perseguem búfalos.....	285
Prancha 33 - Uma laçada em dupla ideal, prestes a efetuar a <i>rapada</i>	286
Prancha 34 - Vaqueiros assistem à ação de companheiros.....	287
Prancha 35 - Vaqueiros destrincham uma vaca.....	307

SIGLAS

ESEC – Estação Ecológica

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

DIAGRO – Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária

IEF – Instituto Estadual de Florestas

IEPA - Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá

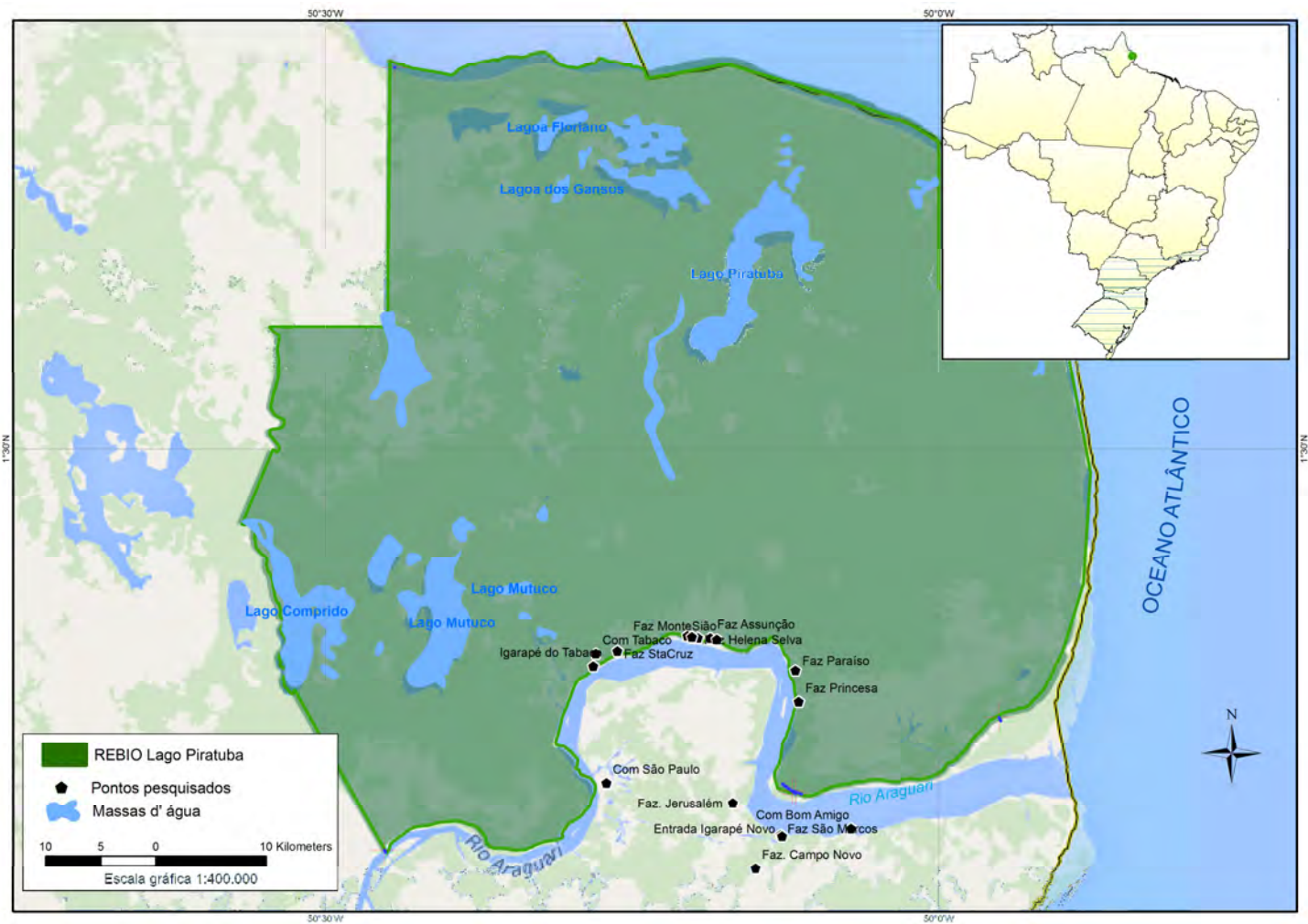
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias

MMA – Ministério do Meio Ambiente

REBIO DO LAGO PIRATUBA – Reserva Biológica do Lago Piratuba

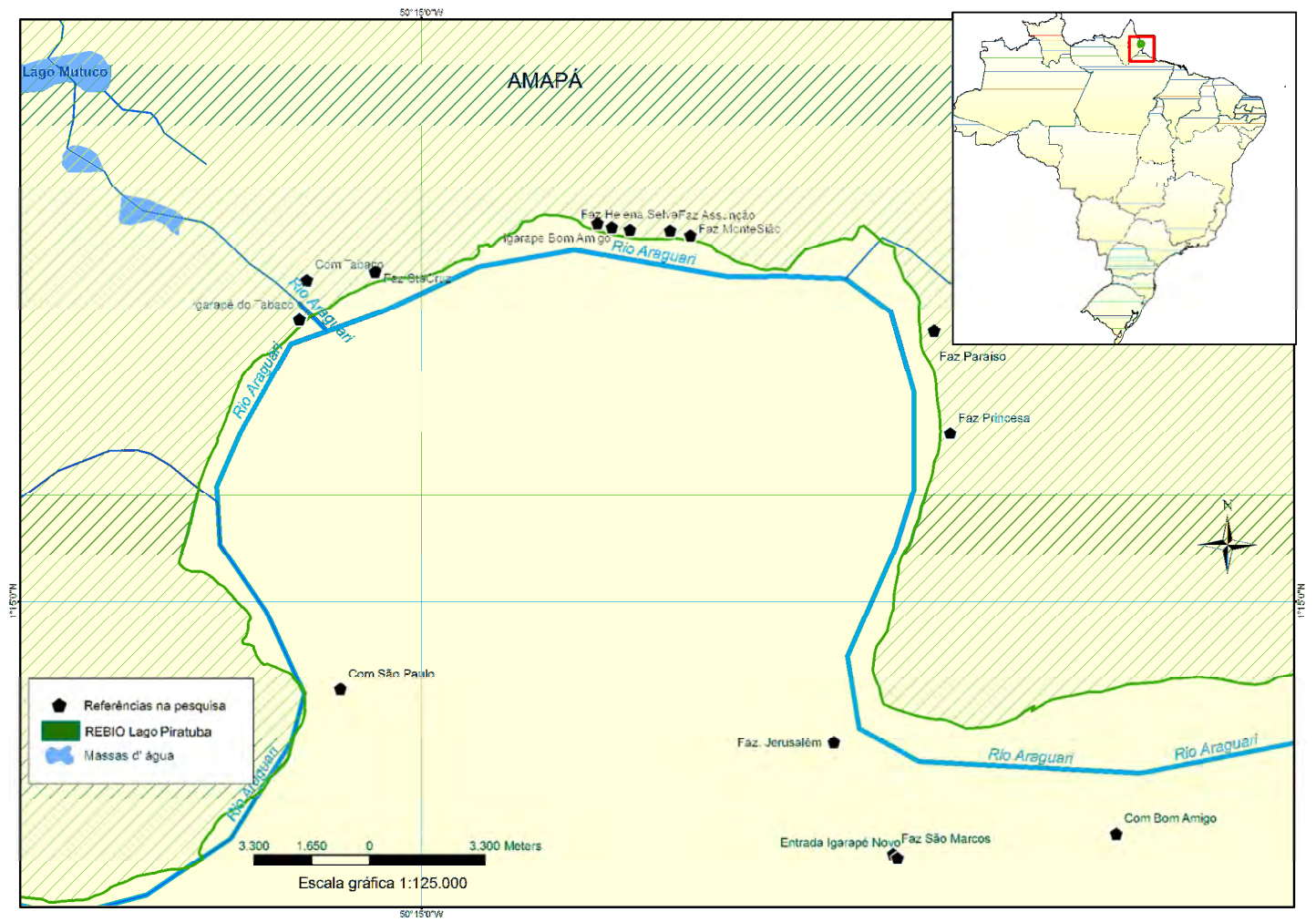
SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente

UC – Unidade de Conservação



Mapa 1 - A Reserva Biológica do Lago Piratuba e pontos de referência da pesquisa

Elaborado a partir de marcação por GPS



Mapa 2 - Detalhe da região e referências na pesquisa

Elaborado a partir de marcação por GPS

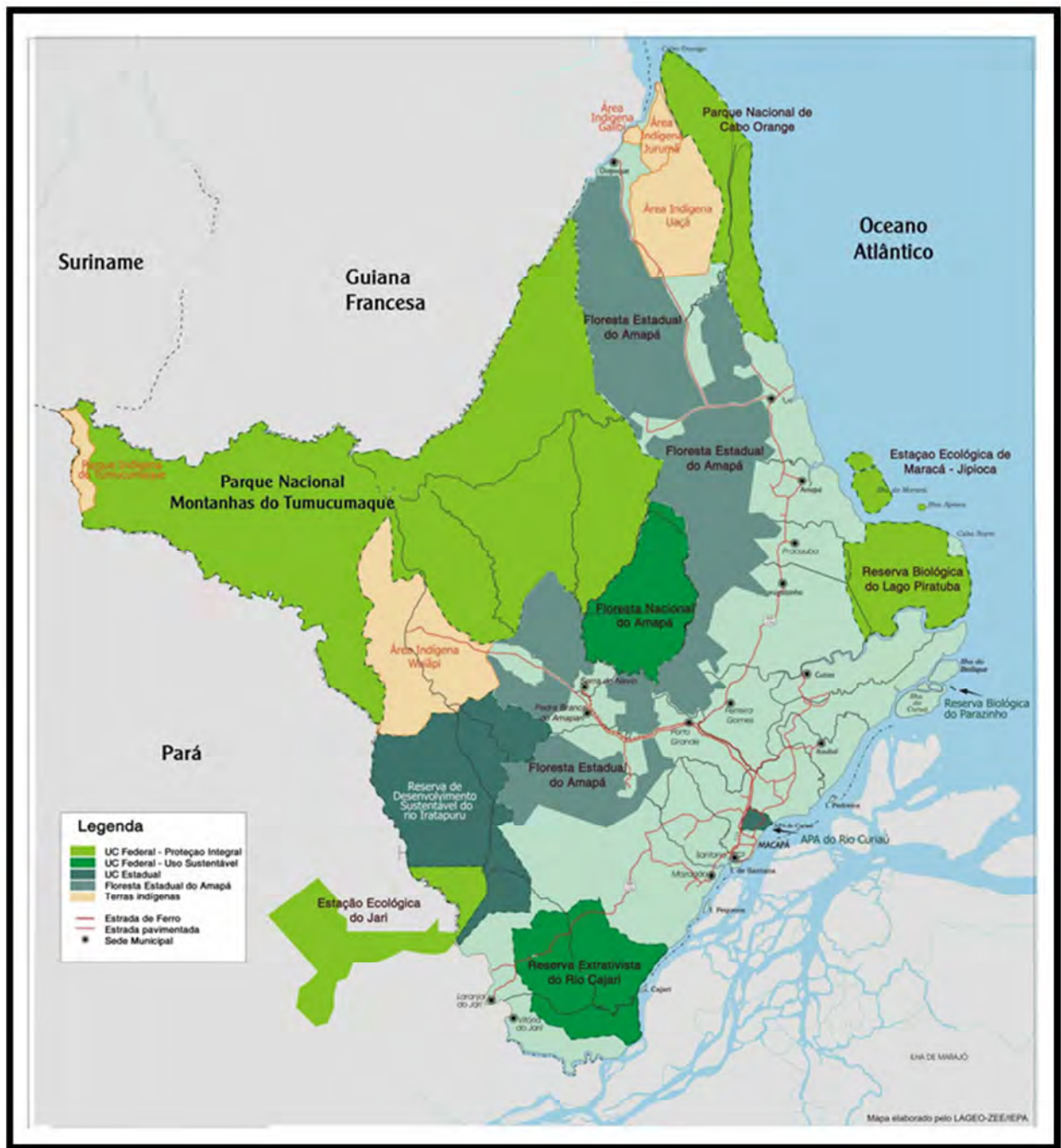


Figura 1 - O estado do Amapá com destaque das áreas de proteção ambiental

Fonte: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA)

INTRODUÇÃO

Eu já estava há alguns dias na fazenda Paraíso, às margens do rio Araguari, e havia conhecido alguns vaqueiros em uma grande festa na fazenda vizinha, a Campinho. Contudo, durante aqueles dias tive poucas oportunidades de observar algum evento diretamente relacionado com os búfalos e me sentia ávido por uma oportunidade de ver como os vaqueiros lidavam com aqueles animais que a pesquisa enfocava. Assim como em outras propriedades, na fazenda Paraíso, a maior parte do gado fica espalhada pelo interior do terreno e os vaqueiros¹ não têm contato constante com os búfalos. Nesse dia, eles haviam reunido parte do rebanho no curral próximo da sede da fazenda para separar algumas *vacas* para ser ordenhadas na manhã seguinte.

Por volta das 17h, um garoto dentre os mais novos que estavam de passagem pela fazenda por conta da festa do dia anterior, e que eu não conhecia tão bem, laçou e montou um cavalo, sem a necessidade de o selar. Apesar de toda sua perícia, que me impressionou pela jovem idade do vaqueiro, os demais garotos comentavam todo o processo com constantes chistes, como se ele fosse desajeitado e não dominasse bem o cavalo. Como entenderia mais tarde, o tom jocoso sempre acompanha os vaqueiros quando assistem uns aos outros em ação, e é tão mais intenso quanto maior for o grupo.

Acompanhei a pé os garotos que se aproximavam do curral, enquanto o jovem vaqueiro tocava a manada de búfalos por trás da sede. Quando me aproximei o suficiente, Seu Maguari, o vaqueiro mais experiente da fazenda, estava dentro da área cercada rodando seu laço em meio aos enormes búfalos que se movimentavam de forma a evitá-lo. A luz nessa hora do dia normalmente proporciona um amálgama de cores muito interessantes, com certo desvio para tonalidades avermelhadas, e esse dia não era exceção. Eu carregava a câmera a tiracolo e comecei a fotografar e a filmar,

¹ Ao longo desse texto, me refiro às pessoas que trabalham em constante contato com o búfalo como *vaqueiros*. Inicialmente, cheguei a usar a palavra *peão*, pois em alguns contextos esse é um termo comum. Contudo, eu logo notaria que, no Amapá, o termo *peão* tende a ser pejorativo, podendo ser também acionado de forma jocosa em determinados momentos. Assim, a *vaqueirice* se refere ao conjunto das tarefas que compõem o ofício do vaqueiro. Utilizo a palavra *vaqueiro* no gênero masculino, pois, em minha experiência nesse contexto, só conheci uma pessoa do sexo feminino que exercia a atividade, mas mesmo essa pessoa preferia ser considerada *vaqueiro*.

impressionado pelo tamanho dos animais e pela imagem do pequeno vaqueiro em meio ao gado, o que proporcionava uma boa noção de quão grandes e pesados são os búfalos.

Seu Maguari vestia uma camiseta amarela que gerava um forte contraste com os tons monocromáticos do barro seco sobre a cor preta dos búfalos. Maravilhado com o poder da imagem que a situação proporcionava, acabei por me esquecer de onde estava e dos possíveis perigos de estar próximo aos búfalos sem estar sobre um cavalo. Só me dei conta disso quando o *feitor* Zeca apareceu por trás de mim com os braços abertos e fazendo barulho para espantar uma vaca e dois bezerros que se aproximavam e que representavam um perigo em potencial, por poderem me “estranhar”. Tive medo e me preocupei em não sair mais de perto dos demais vaqueiros, mesmo daqueles que tinham metade da minha idade.

Eu havia encontrado búfalos antes, quando estava montado em um cavalo, mas encará-los no solo é uma situação totalmente diferente. Se seu peso e tamanho já são suficientemente imponentes, a situação se torna ainda mais espantosa pelo seu movimento em rebanho. Mais tarde eles me diriam que com esse gado não há tanto perigo, já que esse é o gado *manso* da fazenda, o que implica que há também o gado *bravo*. Mesmo assim, me dispus a ser mais atencioso à situação.

Instigado pela ideia de que há búfalos *bravos*, perguntava-me como um vaqueiro sabe reconhecê-los. Na verdade, pelo constante contato com os animais da fazenda, os vaqueiros sabem quais reses são *domesticadas*², como um deles me disse usando esse termo, isto é, mais dóceis e acostumadas à presença e ação humanas. O problema real, no entanto, não é só saber separar búfalos *bravos* de *mansos*, mas saber interpretar quando um búfalo manso pode apresentar comportamento agressivo. Este foi, definitivamente, um dos temas que mais tentei explorar nas conversas sobre como os vaqueiros entendem o comportamento dos búfalos, mesmo em momentos em que lidavam com o gado considerado mais *manso*.

Um búfalo, um vaqueiro certa vez me disse, “pode ser manso o que for que, se estressa, é de uma hora para a outra”. Outro vaqueiro me conta que, em geral, os melhores momentos para lidar com o gado é logo cedo ou no momento do crepúsculo, pois o animal fica com o “sangue quente” debaixo do calor do sol. Ao descrever o

² Utilizo itálicos em termos que são categorias – como em *garrote*, *vaca*, *verão*, *bravo*, *manso* etc. – e aspas em falas e expressões dos vaqueiros – como “bom de trabalho”, “duro de nariz”, “assinar carteira”.

comportamento prévio à atitude agressiva, este vaqueiro me conta que o animal começa a agir diferentemente, como se estivesse assustado. Ele conta que o bicho “mete o rabo entre as pernas e fica com os olhos vermelhos”. A partir desse momento, se ele corre em direção à pessoa é “para pegar mesmo”, e a única saída possível é correr também.

Nessa mesma condição, e se estiver amarrado, ele pode lutar até arrebentar suas amarras. Se tiver o nariz perfurado e atravessado por uma corda, ele pode ficar “duro do nariz”, isto é, não obedece mais aos comandos que são transmitidos pela corda em seu focinho. “E o que tiver na frente dele, ele vai pegar. O que tiver na frente...”. Essas são concepções que ilustram o propósito antropológico desta pesquisa, qual seja, o de entender os animais e os humanos a partir de seus modos de relação. Juntamente com elementos técnicos da prática da vaqueirice, estas são algumas das questões que propus investigar em minha pesquisa de doutorado.

Em 1988 André Haudricourt e Pascal Dibia publicavam um artigo cujo o título era uma questão provocativa: o que sabemos dos animais domésticos? No texto, os autores afirmavam que muito se sabia sobre o comportamento de animais ditos selvagens, mas pouco tinha sido esclarecido até o momento sobre a influência que animais domésticos exerceram sobre os humanos e seus comportamentos e vivências (Haudricourt e Dibia 1988). A pergunta é demasiadamente ampla para ter uma resposta simples, ou mesmo uma resposta, mas se ela clama por maior desenvolvimento do conhecimento das relações entre humanos e animais, apresento esta pesquisa como uma tentativa de dar pequenos passos nesse sentido.

Desse modo, esta é uma tese sobre vaqueiros, búfalos e o meio amazônico onde se dá a relação entre eles. Cada um destes três componentes são, simultaneamente e igualmente, protagonistas daquilo que é chamado de bubalinocultura em campos de várzea amapaenses. Ou, como me refiro a ela em alguns momentos, a cultura dos búfalos, algo que abarca desde a criação e a etologia do animal, até o comportamento dos humanos em relação a ele e dos búfalos mesmos em relação aos humanos. É importante notar, também, o duplo sentido que o termo cultura pode ter; o de criação do animal e o de um complexo cultural no sentido antropológico, em que o foco é sempre na relação deste complexo.

Assim, ambientalistas, técnicos e pecuaristas relacionam-se com o búfalo por meio de instrumentos de mensuração, planilhas, imagens aéreas e até mesmo reuniões e negociações, o que os leva a pensar o búfalo como arrobos, cifras, manadas de

espécie exótica invasora, agentes modificadores do ambiente, propriedade individual passiva de ser roubada, vetor de doenças sanitárias ou atividade econômica essencial à economia do estado. Para os vaqueiros, constituem meios de lidar com os búfalos os laços, cavalos, barcos, cercas e terçados. Isso não é dizer, contudo, que uma forma de relação com os búfalos seja menos ou mais real, ou fenomenológica, que as outras.

Tal como a percebo, esta pesquisa de doutorado foi diretamente influenciada por três autores de períodos distintos. O primeiro deles que devo mencionar é o britânico Edward E. Evans-Pritchard, falecido em 1973. Mesmo que tivesse objetivos distintos de pesquisas atuais, pode-se considerar que sua obra *Os Nuer* (1940) foi um dos marcos principais dos estudos das relações ecológicas entre humanos e animais na antropologia. Mais do que isso, Evans-Pritchard descreveu os costumes e o modo de vida de um povo que era estreitamente vinculado ao gado doméstico, o que inaugurou, de certa forma, estudos sobre relações entre humanos e rebanhos. Marcadamente preocupado em compreender como o ambiente ecológico influenciava na vida Nuer, e em especial em seus sistemas de parentesco e política (uma “anarquia ordenada”), o autor descreve o estilo de vida nuer totalmente dependente do meio ambiente (Evans-Pritchard, 1940: 14) ³.

O autor argumenta, ao longo da obra, que o bem mais valioso e estimado pelos Nuer é seu gado bovino, a que boa parte das atividades é dedicada e em que a sua vida social é baseada. Isso reflete também em parte importante do idioma deste povo nilota, que Evans-Pritchard define como um “idioma bovino”, pois a maneira que os Nuer se expressam sobre o mundo e sobre si mesmos é baseada nas suas relações com o gado. Como o próprio autor definiu em outro momento, “eu não me interessava particularmente por vacas quando fui aos Nuer, mas os Nuer, sim; e assim tive aos poucos, querendo ou não, que me tornar um especialista em gado” (Evans-Pritchard 2005: 245). Nesse sentido, há um contraste com minha pesquisa, pois já fui ao Amapá especialmente interessado em conhecer a relação dos vaqueiros com o gado. Mesmo que os tempos e abordagens fossem outros, busquei, no elegante estilo etnográfico de Evans-Pritchard, inspiração para meu trabalho de campo. Considero válido mencionar, também, a importância que o autor deu às imagens por ele produzidas que

³ Os trechos retirados de obras em outras línguas foram traduzidos por mim de forma livre e são apresentados nesta tese em português.

complementam o argumento e a descrição de seu estudo, algo que procurei fazer nesta tese⁴.

Passadas algumas décadas, o também britânico Tim Ingold realizou estudo em que buscava compreender as mudanças que ocorriam em um grupo que vivia do pastoreio. Dessa pesquisa resultou seu primeiro livro, publicado em 1976 com o título *The Skolt Lapps Today*, que apresentava a etnografia realizada ao longo de três anos (1970-3) com grupos de criadores de renas no norte da Finlândia. Minha aproximação com a teoria do autor se deu por meio de uma de suas obras mais conhecidas, *The Perception of the Environment* (2000), mas, já em seus primeiros escritos, o autor esboçava alguns pontos da abordagem ecológica das relações entre humanos, animais e o meio que lhe tornariam famoso mais tarde.

As renas, Ingold descreve, são peculiares quando contrastadas com outros animais pastoris por serem criadas soltas em um território extenso e apresentarem alto grau de mobilidade em função das mudanças sazonais no ambiente. Na região da Lapônia, as renas transitavam soltas em pastos de propriedade comum durante o verão e eram reorganizadas em grupos de propriedade individual durante o outono e o inverno (1976: 21). Dessa forma, a etnografia de Ingold se fez em um contexto em que a relação com a rena envolvia o movimento ao longo do território, tanto dos animais quanto dos criadores, marcado por variações sazonais da paisagem.

Em um momento posterior de sua obra, Ingold (2013) advoga a favor do abandono do uso do termo “etnografia”, comumente restrito à análise do humano e de outros seres sempre em relação a ele. De qualquer modo, no estudo de Ingold entre os Skolts há espaço para a intencionalidade da rena e sua capacidade de estabelecer grupos hierárquicos, o que o leva a descrevê-la não como algo inerte ou um insumo da natureza a ser apropriado, mas como um ser dotado de volição, em constante movimento e engajamento com o meio. Esses pontos, bem como outros na teoria do

⁴ Em minha terceira viagem de descida pelo Rio Araguari para uma nova etapa de trabalho de campo, sentado na proa do pequeno barco Nazaré eu refletia sobre o contexto no qual eu me encontrava. Enquanto eu contemplava as margens de um igarapé, lembrei-me da citação de Evans-Pritchard de que ele não havia ido ao Sudão para estudar o gado, mas que os Nuer só falavam disso. Algo semelhante foi dito pelo mesmo sobre os Azande, que expressavam boa parte de seus pensamentos pela linguagem da bruxaria. Com seu misto de qualidade etnográfica e elegância estilística, sempre admirei a obra deste autor, provavelmente meu favorito entre os clássicos da antropologia. Naquele momento, revendo minha trajetória de pesquisa, percebi o quanto sua obra influenciou-me mais do que pude imaginar: primeiro, a jurema nordestina, a magia, em minha pesquisa de mestrado; e ali, naquele contexto, os vaqueiros e os búfalos, o gado.

autor, influenciaram a abordagem que procurei em meu estudo sobre os vaqueiros e búfalos na Amazônia amapaense.

Dentre as ideias desenvolvidas ao longo da obra de Ingold, uma que tem especial proeminência é a noção de movimento, retomada pelo autor em uma de suas obras mais recentes, *Being Alive* (2011), como uma pluralidade semântica que representaria a vida humana e, igualmente, a não-humana. Argumento que essa noção está fortemente intrincada em vários conceitos deste autor e que podemos ver a sua crescente presença em seus textos. Ingold afirma que viver e agir em um ambiente é percebê-lo e conhecê-lo (2000: 9). Todos os seres e a terra se movem, pois a natureza não é estática (*ibid.*: 98) e a territorialidade do meio é, em si, uma forma de movimento. Afinal, *mover-se é viver* e viver pressupõe o movimento dos organismos pelo mundo, síntese apresentada e desenvolvido em *Being Alive* (Ingold 2011). Assim, posso apontar como a principal influência do trabalho de Ingold nesta tese a premissa de que os búfalos, como os seres humanos e outros animais, são seres sencientes, têm memória, sabem como se deslocar no terreno e reconhecem e respondem comunicação por voz e gestos, pressupostos também compartilhados por outros pesquisadores, como Dominique Lestel (2002).

Um terceiro pesquisador que gostaria de destacar é Carlos E. Sautchuk, que orientou a pesquisa e a escrita desta tese. Esta etnografia tem ligação direta com a pesquisa que resultou em sua tese de doutorado, *O Arpão e o Anzol* (Sautchuk 2007), em que o autor descreve dois tipos de pesca na Reserva Biológica do Lago Piratuba e o modo como as duas atividades influenciam na construção da pessoa, tema caro à antropologia. Utilizando aportes teóricos bastante refinados, Sautchuk demonstra que as duas modalidades de pesca geram relações distintas entre pescadores, artefatos e ambiente, bem como habilidades e modos de socialidades específicos. Em especial, sua descrição sobre o acoplamento do arpão e da canoa ao pescador laguista e a relação intersubjetiva que ele estabelece com os animais predados, os pirarucus, inspirou diretamente o modo como busquei descrever a rede de interações entre vaqueiros, cavalos, laços e búfalos durante uma ação de laçada.

Vejo, então, Evans-Pritchard, Ingold e Sautchuk como influências diretas no que busquei pesquisar e descrever em meu doutorado. Além deles, é importante mencionar também dois trabalhos que versam sobre uma região diferente da deste estudo, mas que muito contribuem para o debate das práticas da vaqueirice. O primeiro é o livro de Álvaro Banducci Júnior, *A Natureza do Pantaneiro*, baseado em

pesquisa do autor realizada no início da década de 1990 entre os vaqueiros da região do Pantanal da Nhecolândia (Banducci Júnior 2007). Ao propor uma etnografia das práticas e relações dos vaqueiros pantaneiros, Banducci Júnior chama a atenção para o fato de que, até a publicação de seu livro, o vaqueiro era uma categoria que teve relativamente pouca atenção de pesquisadores⁵. Pela proximidade do tema e do estilo de vida dos vaqueiros, há nessa pesquisa muita coisa semelhante ao que vivenciei entre os vaqueiros nas fazendas e comunidades do baixo Araguari.

Também na região do Pantanal, a pesquisa de doutorado de Felipe Sússekind, de título *O Rastro da Onça* (2010), traz reflexões interessantes sobre práticas de pesquisa biológica em um contexto marcado pela pecuária. Nesse estudo, o autor aborda três redes de práticas: a pecuária tradicional pantaneira, as caçadas de onça com cães farejadores e as pesquisas de campo biológicas, e a conjugação desses três temas com projetos de conservação no pantanal (Sússekind 2010). As observações de Banducci Júnior e Sússekind muito agregaram à sistematização de aspectos da vaqueirice tal como praticada no contexto amazônico de várzea amapaense de que trata esta tese, seja por similaridades, seja por contrastes.

Em questão de abordagem, me amparei em aportes recentes que tentam compreender os seres, tanto humanos quanto não humanos, em relação com vários outros elementos que os cercam. Nesse sentido, o enfoque etnográfico trata não apenas sobre seres humanos ou animais não humanos, mas sobre a forma como seres humanos e animais se relacionam. E é importante lembrar que as relações entre humanos e animais de que trato são também relações sociais (Vander Velden 2012). Esta proposta é bastante defendida por Tim Ingold (2000) e aplicada em pesquisas mais recentes, como a de Sautchuk (2007), Sá (2013) e Kohn (2013), entre outros, que propõem compreender como os diferentes elementos de um contexto (ou sistema) influenciam na leitura que os seres fazem e na ação que executam a partir disso. Com frequência, o conceito de *Umwelt* de Jakob von Uexküll é apontado como uma inspiração em comum para estes autores. Na apresentação que Thure von Uexküll faz da obra de seu pai, ele explana:

A premissa epistemológica da teoria de Jakob von Uexküll não é nem objetivista nem subjetivista, mas — como se descreveria atualmente — “sistêmica”. Isso quer dizer que ele entendia o processo vital como um sistema coerente em que sujeito e objeto se

⁵ Isso também é apontado por Luciano Bornholdt (2008) em sua tese sobre os *gaúchos* no sul do Brasil.

definem como elementos inter-relacionados em um todo maior. A definição do objeto por Uexküll antecipa a definição de “sistema aberto”, que, ao contrário de um sistema fechado, interage com seu ambiente (Uexküll 2004: 20-1).

Assim, o que Uexküll apresentou de original foi a maneira de entender que os signos que os organismos recebem de seu ambiente são interpretados de modos específicos por cada espécie a partir de seus *mundos próprios* (*Umwelt*) e que as suas possibilidades de ação são compostas a partir dessa sua percepção do meio (Uexküll 2010 [1934]). Essa concepção também influenciou os escritos de Ingold sobre o ambiente, que culminaram em uma definição simples e direta de que o ambiente é literalmente aquilo que cerca, que circunda. O argumento do autor é desenvolvido em seu livro *Lines* (Ingold 2007), no qual Ingold tenta demonstrar que o mundo é composto por diversas linhas, sejam estas caminhos, passagens, territórios, música, histórias ou textos. Em seu estudo desse amplo apanhado que são formados por linhas, a ideia de movimento novamente se faz presente. Contar uma história, assim como tocar um instrumento, escrever, desenhar um mapa ou trilhar um caminho, é ato de movimento, performance que cria e traz à vida coisas, caminhos, ambientes. Nesse sentido, movimentar-se por ambientes (e, por que não, na vida) é uma jornada ao longo do meio, e não através deste, argumento enfatizado por Ingold.

Essa realidade circundante não é somente um espaço em distintas dimensões, mas uma zona em que diversos caminhos de possibilidades e atividades se cruzam e se entrelaçam, noção que Ingold chama de *meshwork* em inglês, um entrelaçado de vias, espaços e seres. É a partir dessa concepção que Ingold passa, então, a falar de uma *ecologia da vida* (2007: 103), que leva em conta não somente as relações entre os organismos e os ambientes externos, mas as relações ao longo desses caminhos cruzados e emaranhados. Quando utilizo a palavra *meio* nesta tese, tal como no título, refiro-me a essa concepção, *um contínuo de entrelaçados de vias, espaços e seres em constantes relações uns com os outros*.

Originalmente, Ingold (2007: 63) propôs a noção de *meshwork* de modo a expandir o conceito de *rede*, muito utilizado na abordagem conhecida como *Actor-Network Theory* (ANT). A ideia de rede, aliás, serve como analogia à sociabilidade dos moradores do baixo Araguari, como exploro no capítulo sobre o trabalho de campo, em que sustento que os vaqueiros e suas famílias constituem trocas de informações, “ajudas” e festas, apesar de, inicialmente, parecerem bastante isolados em locais distantes uns dos outros. De igual maneira, atento-me para concepções que

tratam o corpo como mediador de um mundo e das possibilidades de interação com este, tal como exposto em linhas fenomenológicas como a de Merleau-Ponty (1999[1945]), para quem o corpo é o veículo do ser no mundo, ou na abordagem das técnicas do corpo de Marcel Mauss (2003b), que considera o corpo o primeiro e o mais natural objeto técnico, e, ao mesmo tempo, meio técnico dos humanos. Dessa forma, esses aportes teóricos são tentativas de restituir o foco à experiência, tanto do nativo quanto do antropólogo, e de trazer novamente a vida como referencial teórico (Goldman 2011).

A partir dessas influências na definição do tema e da abordagem desta tese, é necessário enfatizar que, durante todo o desenvolvimento da pesquisa, o trabalho de campo indicou os deslocamentos teóricos a serem percorridos. Essa ponderação é o que Marilyn Strathern chama de *efeito etnográfico*:

O pesquisador tem de conduzir e habitar ambos os campos ao mesmo tempo: recordar as condições teóricas em que o trabalho foi proposto, e que são a razão dele estar lá, ao mesmo tempo que se rende ao fluxo dos acontecimentos e idéias que se apresentam (Strathern 1999: 2).

Apesar de ser um pressuposto da pesquisa antropológica, é importante deixar esse ponto em evidência, pois os aportes teóricos acionados nos argumentos contidos neste texto não se sustentariam se não ajudassem a elucidar questões sobre as relações entre vaqueiros, búfalos e o meio amazônico na bubalinocultura amapaense. As descrições feitas nesta tese, então, levam sempre em consideração a relação com o búfalo. Das inúmeras ideias que me relataram sobre este animal, creio que uma das mais interessantes, tanto para compreender sua presença no Amapá quanto para potencializar a análise sobre o mesmo, surgiu justamente da primeira conversa que tive sobre ele. Nesta, ouvi relatos sobre as fazendas da região e sobre como o búfalo é descrito pelos amapaenses, tanto por seus criadores quanto por seus consumidores.

As áreas de várzea no Amapá são marcadas por regimes dinâmicos e pela mutabilidade de rios e igarapés, que podem surgir ou fechar de uma estação para outra. Em algumas regiões amazônicas, são comuns as narrativas do mito da *cobra grande*, capaz de abrir enormes rios com sua movimentação (Sautchuk 2007). Assim como a *cobra grande*, o búfalo é descrito como um ser que altera geografias. Onde há a criação extensiva de bubalinos, espera-se que exista a abertura de rios e varadouros, canais abertos entre dois rios que se tornam navegáveis até mesmo por embarcações grandes. Enquanto o caso da *cobra grande* é narrado em um nível mítico, originário, o

caso dos seixos abertos por búfalos assume um caráter mais atual, em que as pessoas apontam que um determinado varadouro foi aberto pela movimentação dos búfalos de uma determinada fazenda.

Por essas características, dentre outras, os búfalos são comumente descritos por ambientalistas como uma “praga” que causa danos no terreno. Isso porque, no local onde búfalos se alimentam e se deslocam, a vegetação original e outros tipos de cultura dificilmente prosperam. Esse potencial de alteração do terreno é também descrito por pecuaristas e vaqueiros, sem, contudo, considerá-los um problema. Sobre isso, uma fala me pareceu emblemática: o búfalo, me disseram, “abre caminhos, mas também fecha”⁶. Interpreto que a frase foi dita em um sentido amplo e em menção tanto à abertura de seixos e trilhas no terreno em que o animal se desloca quanto no sentido econômico da bubalinocultura, setor em que prosperou a pecuária no Amapá. Por outro lado, búfalos podem fechar caminhos, pois o impacto resultante de sua presença transforma profundamente o terreno e pode inviabilizar outras atividades, como é relatado por ambientalistas e moradores de regiões onde há criação de bubalinos.

Nesse sentido, os dados etnográficos e as notas de debates expostas aqui instigam a pensar o Búfalo não como entidade em si mesma, mas como um conjunto de práticas e relações intermediadas pela forma de criação do animal. Por isso, é válido pensar que, ainda que métodos agrônômicos modernos argumentem pela eficiência na criação de bubalinos, a criação extensiva praticada no Amapá pode apontar para outras questões, tal como construções de sociabilidade e relações de trabalho, como também para o “problema ambiental”. Gostaria de apresentar essa concepção de que búfalos abrem caminhos como uma analogia do animal bom, para pensar e abrir possibilidades de análises que se desdobram em diversos seixos e passagens que iluminam questões acerca das relações entre humanos e animais não humanos.

⁶ Essa foi a primeira concepção local que ouvi sobre os búfalos, o que remeteu, imediatamente, à minha experiência de pesquisa etnográfica anterior, desenvolvida na dissertação de mestrado realizada em terreiros de Jurema em Recife e Olinda. Embora o assunto fosse bastante diverso, a ideia de um ser que abre e fecha caminhos era também relatada quando os juremeiros falavam de suas relações com as entidades da Jurema; os mestres, os encantados, os Exús. Apesar das concepções não terem conexões diretas entre os dois contextos etnográficos, a ideia me serviu para reforçar a convicção de que o búfalo apresentava um bom caminho para se pensar questões, possibilidades diversas.

Sobre o trabalho de campo

O trabalho de campo desta pesquisa foi realizado na capital do estado do Amapá, Macapá, e nas fazendas da região do baixo rio Araguari, próximas à sede do município Cutias do Araguari, onde se concentra a maior parte do rebanho bubalino do estado (ver Quadro 3, página 37). O município de Cutias localiza-se a 163 km da capital Macapá e tem uma população de 4.291 habitantes, segundo o Censo de 2010 (IBGE 2011), em que mais da metade vive na zona rural do município.

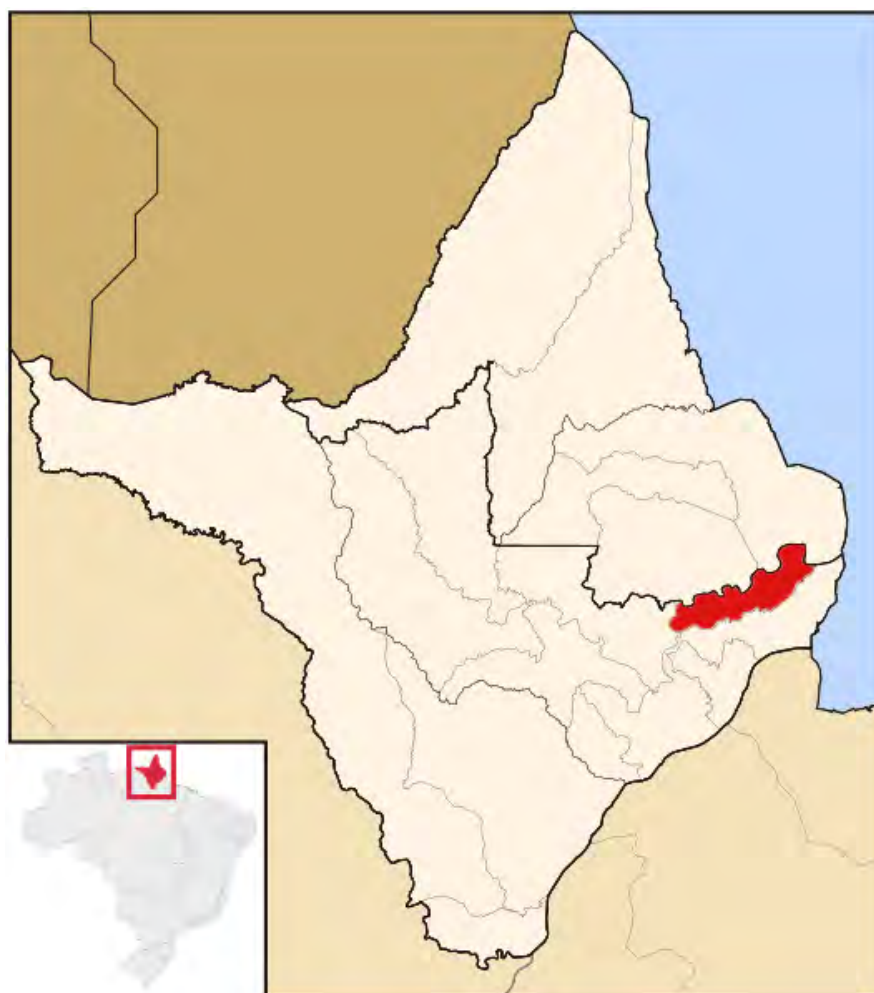


Figura 2 - Área do município de Cutias do Araguari

Fonte: Portal da Cidadania - Governo do Amapá.
Disponível em <http://www.portal.ap.gov.br> - acessado em Abril de 2015

A pesquisa foi feita nos meses de Abril de 2012, de Agosto a Novembro de 2012, e de Março a Maio de 2013. No mês de Abril de 2012 visitei o Amapá pela primeira vez. A ocasião foi importante para estabelecer os primeiros contatos institucionais da pesquisa, como a Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Amapá (Diagro) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Já nessa etapa do trabalho, consegui muitos dados oficiais sobre o contexto da bubalinocultura no estado. Foi possível também visitar pela primeira vez uma fazenda de búfalos no Rio Araguari. As margens de seu estuário são marcadas pela presença das sedes das fazendas e das comunidades que abrigam empregados e seus familiares, quase todos envolvidos em atividades relacionadas à pecuária (Santos, 2006: 122).

No mesmo ano, estive em campo de Agosto a Novembro, época da estação seca, o *verão*. Acompanhei o cotidiano e as atividades na fazenda Campo Novo à margem direita do Rio, ou seja, fora da Reserva Biológica do Lago Piratuba (Cf. Mapa 2, pág. 8). Há alguns anos, o proprietário havia investido em infraestrutura para transformar a fazenda em pousada, de modo a explorar o turismo relacionado ao fenômeno da Pororoca, empreendimento que não prosperou. Desta pousada restaram alguns apartamentos de construção simples onde dormiam os 4 vaqueiros que trabalhavam no local. A época da seca é quando a maioria das atividades relacionadas à criação de búfalos acontece: contagem do gado, vacinações diversas, ações de castração, remanejamento entre fazendas, “fêrreas” e marcações nos animais, quase sempre realizadas por meio de ações de “laçadas” coletivas dos vaqueiros.

Já a última etapa de trabalho de campo se deu entre Março e Maio de 2013, quando a região estava parcialmente alagada devido ao período das chuvas, chamado de *inverno*. Nesses meses, acompanhei a vida cotidiana em uma pequena vila, ou *comunidade*, pertencente ao município de Cutias do Araguari chamada Milagre de Jesus, mais conhecida como Vai-quem-quer, em que viviam cerca de 45 pessoas. A comunidade conta com uma escola de 1^a a 4^a série, a Escola Estadual São Raimundo do Araguari, onde me hospedei, e concentra um relativo fluxo de crianças e adultos vindos de outras localidades. Diferentemente da fazenda em que fiquei anteriormente, a Vai-quem-quer se localiza na margem esquerda do Rio Araguari, ou seja, dentro da Reserva Biológica do Lago Piratuba. As comunidades normalmente

contam com uma capela e uma escola⁷. Os moradores desta comunidade e de outras na região vivem, majoritariamente, em função dos búfalos, seja na manutenção de seu pequeno plantel, seja trabalhando nas fazendas maiores na região.

Além das posições geográficas demonstradas no Mapa 2, busquei saber as denominações das fazendas que os vaqueiros reconheciam e que visitavam de tempos em tempos. Os nomes pelos quais são conhecidas as fazendas, por vezes, fazem referência a algum dos proprietários ou a características da propriedade (tal como “Campinho”), e, raras vezes, é o mesmo nome da fazenda tal como registrado em órgãos oficiais. Os nomes sequenciados na figura a seguir foram elencados por vaqueiros da fazenda Campo Novo e, ao expressarem os pontos até onde suas memórias alcançam, esses nomes são também uma extensão das relações que os vaqueiros mantêm com outras propriedades. As fazendas são notadamente distribuídas em diferentes distâncias da margem do rio, representadas aqui linearmente somente com a finalidade de listá-las. Os títulos são referências ao nome como as fazendas são conhecidas na região, salvo o caso das duas comunidades, assinaladas como tal.

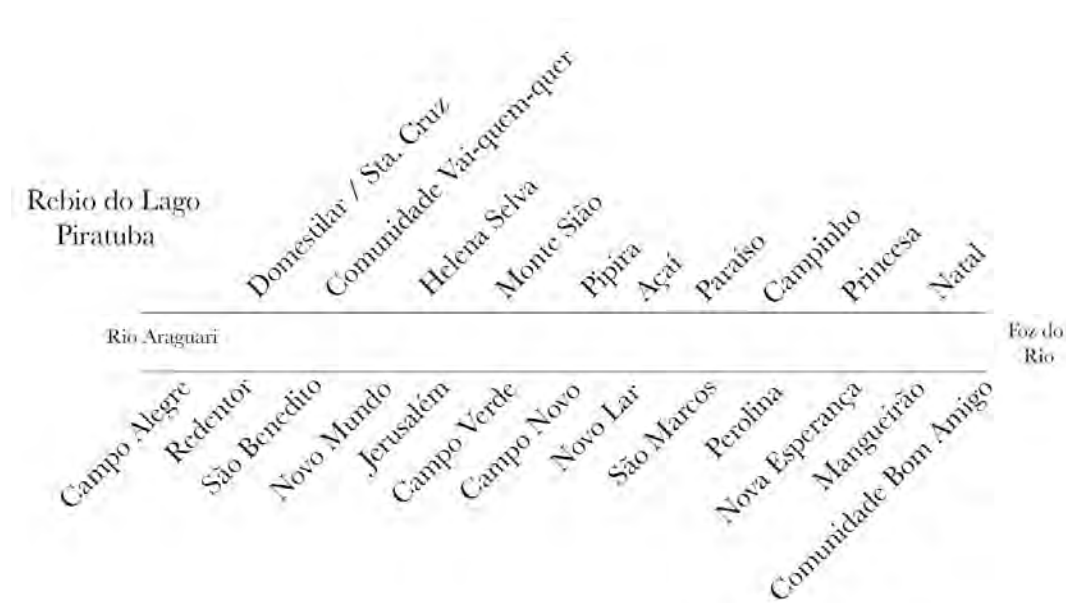


Figura 3 - Nomes das fazendas

⁷ Estrutura tradicional das pequenas vilas amazônicas, semelhante àquela descrita por Charles Wagley ainda na década de 1940 (Wagley 1968 [1964]).

O sistema de criação de gado no baixo Araguari é eminentemente voltado para o corte, para a produção de carne consumida na capital e em outras partes do estado. Algumas fazendas produzem queijos para o consumo de seus funcionários ou para o comércio local, entre os moradores da região, mas essas são minoria e a atividade é intermitente. Nessas fazendas, trabalham pessoas que se autodenominam como *vaqueiros*, termo que uso neste texto. Em sua maioria, os vaqueiros da região são trabalhadores que não têm posse da terra em que trabalham, e a pessoa pode estar trabalhando como vaqueiro em determinado momento, mas já ter trabalhado em outros ofícios. Então, é considerado vaqueiro aquele que está, momentânea ou permanentemente, trabalhando na vaqueirice, lidando com o gado e as atividades relativas à sua manutenção.

Nesse sentido, esta etnografia observou as principais atividades com os búfalos, tais como a busca cotidiana pelo gado (“bater gado” e “dobrar gado”), a separação de *vacas* prestes a parir, a vacinação e castração de bezerros, a contagem e pesagem dos animais, as marcações em sua pele e orelhas, a ordenha, a manutenção de cercas, a feitura de cordas e laços, o abate de reses localmente, o embarque de búfalos para o abate em matadouros próximos à capital Macapá, entre outras.

É importante enfatizar que meu contato foi majoritariamente com vaqueiros de pequenas e médias propriedades. A partir de dados concedidos pela Diagro referentes ao ano de 2008, é possível estabelecer a dimensão das propriedades registradas como pertencentes ao município de Cutias do Araguari⁸. A maior fazenda da região possui uma área total de propriedade registrada em 15.494 hectares e, à época, possuía um rebanho de 13.621 búfalos. Essa propriedade destoa bastante dos demais plantéis registrados, bem como das informações que os vaqueiros me deram, por ter um plantel muito grande. Situação mais comum na região é a de fazendas como a Paraíso, onde fiquei durante alguns meses da pesquisa, que possui uma área total de propriedade registrada em 1.081 hectares e um rebanho de 887 bubalinos, bem como de fazendas de até duas mil reses, que aqui tratarei como fazendas de tamanho médio⁹.

⁸ Os dados foram levantados pela agência a partir de campanhas de vacinação dos animais de criação e não têm caráter censitário, apesar dos esforços da campanha de visitar todas as fazendas do Amapá. Algumas fazendas ou retiros aparecem nas planilhas com registro de nenhum gado em seu plantel, o que aponta que não houve informação para aquela propriedade. Não obstante, essa é uma fonte importante para se ter um panorama, mesmo que incompleto, da situação.

⁹ Utilizo os termos de maneira livre, baseado nos dados cedidos pela Diagro e nos relatos dos próprios vaqueiros em relação aos grandes produtores da região. Considerar uma fazenda

Nas grandes propriedades, em geral, há uma sede principal, referida comumente apenas como “fazenda”, e moradias menores, os “retiros”. Nesses tipos de fazendas, trabalham de segunda-feira a sábado vaqueiros assalariados, normalmente recebendo um salário mínimo, um fardo mensal de farinha, gás e uma quota de combustível para abastecer os motores geradores de energia elétrica. A formalidade dos vínculos de trabalho varia de uma propriedade à outra e me pareceu comum os vaqueiros reclamarem de empregadores que não queriam “assinar carteira”, mesmo depois de alguns meses trabalhados em contrato de experiência¹⁰. É comum que os vaqueiros que trabalham nessas fazendas tenham algumas poucas reses, que, ao receberem marcas que as diferenciam do plantel da fazenda passam a conviver nos mesmos pastos.

Nessas propriedades trabalham, também, vaqueiros no regime de *diarista*, que recebiam, na época da pesquisa, R\$ 30 por jornada trabalhada. Também é um ofício importante nas fazendas a manutenção de cercas e o preparo de pastos, com a derrubada do que consideram *mato*. Nesse sentido, uma pessoa pode trabalhar como *diarista* nessas tarefas, quando é chamado de *mateiro*, o que não impede que ela seja *vaqueiro* em outro momento. Considerando que no período da pesquisa o salário mínimo variou de R\$ 622,00 a R\$ 678,00, um *diarista* poderia potencialmente receber mais do que uma pessoa com vínculo fixo, mas com a desvantagem de não ter uma renda fixa estabelecida nem direitos trabalhistas.

Por fim, existem propriedades de menor área e plantel, como o Retiro Campinho, que no registro da Diagro possuía em 2008 uma área total de 50 hectares e um rebanho de 16 búfalos. A própria denominação de *retiro*, em contraste com *fazenda*, já informa ser uma propriedade pequena. Neste caso, encontram-se características de uma economia familiar, de sustento de poucas pessoas e em que os membros da família trabalham com seu próprio gado e, ocasionalmente, em fazendas vizinhas, como *diaristas* ou mesmo vaqueiros regulares. Para compreender essa diferença, a segunda etapa de meu trabalho de campo foi realizada na comunidade Vai-quem-quer, onde os moradores trabalham a maior parte do tempo com seu

como de porte médio não significa, contudo, que o proprietário não possa ser considerado como um grande criador de búfalos, pois é comum uma pessoa ter mais de uma fazenda na região. Observa-se uma densidade populacional de búfalos de 0,87/ha no primeiro caso, e de 0,82/ha no segundo, o que não pode ser tomado como uma medida precisa mas como um indicativo da quantidade de gado que cada hectare suporta na região.

¹⁰ Ouvei de um vaqueiro que “patrão não gosta do ser humano, gosta é do trabalho dele”.

próprio gado, um plantel pequeno, e, ocasionalmente, com o gado de fazendas médias e grandes vizinhas.

Assim, optei por espaçar a pesquisa de campo pelo período de um ano para acompanhar de forma panorâmica as dinâmicas de trabalho com o gado durante a seca e as chuvas, em fazendas de porte médio e em comunidades, dentro e fora da Reserva. Isto possibilitou reunir informações sobre diferentes variantes da criação de búfalos na região, que possui práticas bastante distintas. O rio Araguari está também fortemente sujeito à ação das águas marinhas, que formam o fenômeno da Pororoca. Devido às chuvas e à ação da maré, principalmente a pororoca, os campos da região são alagados de tempos em tempos, o que potencializa a movimentação dos vaqueiros em certo sentido e limita em outro. A Pororoca é causada pelo encontro entre a onda da maré enchente e a vazão de um rio, e pode gerar ondas que, na região, chegam até 3m e percorrem vários quilômetros da extensão do rio.

O fenômeno tem marcada importância histórica e mítica inclusive, e, mais recentemente, turística. Como explica Valdenira Santos,

um dos fenômenos associados às ações das mares sobre os ambientes costeiros é a pororoca (...) Caracteriza-se pela entrada de uma ou várias ondas nos estuários e ocorre principalmente durante as marés de sizígia. Este fenômeno é potencializado nos períodos de equinócios (...) A onda da pororoca comporta-se como uma onda solitária, possuindo sua origem relacionada a macromarés, morfologia de fundo e presença de um estuário em forma de funil. Esta forma força a maré entrar em uma área estreita e rasa, gerando uma onda e durante a sua passagem, o rio flui em direção a montante por algumas horas. Sua magnitude também pode ser afetada pelo vento (Santos 2006: 62).

Presenciei a Pororoca diversas vezes e observei que ela ocupava bastante espaço nas conversas na região. Durante a pesquisa de campo, e em mais de uma ocasião, aproveitei o transporte de grupos que desciam o rio Araguari para surfar nas ondas formadas pelas ações das marés. Na época, os surfistas já expressavam que as ondas da Pororoca estavam diminuindo de tamanho e de força. Após a pesquisa, tive notícias de que o rio Araguari estava cada vez mais seco, algo que algumas pessoas apontavam como efeitos da pecuária. Em julho de 2015, uma matéria veiculada no maior jornal de exibição da rede aberta de televisão noticiou o fim do fenômeno,

sustentando o argumento de que a criação de búfalos nas fazendas às margens do Araguari teria causado a diminuição da vazão da água do rio¹¹.

Durante a estação de chuvas, chamada de *inverno*, os vaqueiros se movimentam em pequenos botes, ou *casquinhos*, e embarcações chamadas de *rabetas*, denominação do motor. Essa movimentação em pequenos botes também é chamada de “na maromba”, referência à vara utilizada para o deslocamento do *casquinho*. No período chuvoso, os animais passam mais tempo pastando¹² e os vaqueiros lidam com os búfalos com menos constância, em geral, realizando algum tipo de manutenção periódica na fazenda ou separando vacas prestes a parir. Em contraste, a época menos chuvosa corresponde ao período mais quente do ano, o *verão*, quando os búfalos tendem a se expor menos ao calor e procuram permanecer em poças para regular sua temperatura (Nascimento e Lourenço Junior, 1974).

É nessa estação que boa parte do manejo do gado é realizada, quando os vaqueiros trabalham a maior parte do tempo a cavalo. Durante o verão, várias atividades importantes acontecem, como as ações de vacinação, castração e férreas (marcação na pele a ferro candente). E são justamente as atividades com búfalos um dos principais marcadores de tempo na região. Assim, se por um lado a maior referência sazonal é a alternância entre *verão* e *inverno*, por outro, atividades como essas vão ditando o cotidiano do trabalho na vaqueirice.

Observações sobre o ritmo das atividades são frequentes em análises de grupos pastoris, e Evans-Pritchard (1940) observou que o relógio diário dos Nuer era o gado, o círculo de tarefas pastoris e a hora do dia, enfim, a sucessão dessas tarefas e suas relações mútuas. Mesmo que, na prática, as ações com o gado possam ocorrer de maneira mais casual em diferentes momentos do ano, é possível alocar as principais atividades como mais concentradas em uma das duas estações identificadas na região. Propondo um agrupamento dos meses a partir destas principais atividades (não

¹¹ Na matéria aparecem dois personagens importantes nesta pesquisa, a Chefe da Rebio do Lago Piratuba, que acusa a criação de búfalos como um precursor das drásticas mudanças nas dinâmicas do rio Araguari, e o presidente da Federação de Pecuária do Amapá, que aponta outros fatores como determinantes do processo. De qualquer modo, estes são desdobramentos dos argumentos do debate que apresento no primeiro capítulo desta tese (cf. “Pecuária pode ter causado fim da pororoca do rio Araguari”, matéria exibida no Jornal Nacional no dia 10/07/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/07/pecuaria-pode-ter-causado-fim-da-pororoca-do-rio-araguari-no-amapa.html> - acessado em 18/07/2015).

¹² O estudo de Nascimento e Lourenço Junior (1974: 31) registrou médias de tempos de pastejo, ruminação e ócio de búfalos fêmeas como, respectivamente, 10:38; 9:46 e 3:36 horas.

necessariamente igual à divisão oficial das estações), é possível traçar o seguinte esquema:

Época do Ano	<i>Agosto a Janeiro</i>	<i>Fevereiro a Julho</i>
	Verão - Seca	Inverno - Chuvas/Maré
Deslocamento	Cavalos	Casquinhos, Rabetas
Atividades	Reorganização do gado	Acompanhamento periódico
Tarefas	Vacinas, Castração, Férreas	Manutenção de cercas

Figura 4 - Meses, estações e atividades

De um modo geral, a vida dos vaqueiros no Araguari tem pouca companhia de mulheres e crianças. Alguns trabalhadores aproximam-se bastante do estereótipo *hollywoodiano* do vaqueiro: calados, de poucas palavras, corpos fortes e postura viril, sempre com um cigarro curto na boca e o chapéu baixo no rosto. A atividade da vaqueirice, mesmo quando praticada em equipes (como nas fazendas médias e grandes), é, na maior parte do tempo, bastante individual, para não dizer solitária. Seja na manutenção de cercas ou no trajeto percorrido a pé, a cavalo ou em um *casquinho*, o vaqueiro, com frequência, passa boa parte do tempo sem a companhia de outros humanos. É importante notar que, quando sozinho, perigos inerentes à sua atividade se tornam mais agudos e o vaqueiro deve ser cauteloso, pois, em caso de acidente, não poderá contar com a ajuda de *camaradas*.

Essa característica por vezes solitária da vaqueirice implicou na impossibilidade de acompanhar o trabalho a ser realizado no dia, em especial quando este envolvia buscar o gado que havia se afastado muito da sede da fazenda. Isso me remeteu à etnografia sobre grupos de criadores de renas no norte da Finlândia, na qual Tim Ingold (1976) afirma que, naquele contexto, a rena se localiza em uma fronteira que desafia as distinções entre o animal doméstico e o selvagem. Como o autor explica, em outro momento (1980):

Há alguns anos atrás eu empreendi um período de trabalho de campo antropológico entre os Skolt lapões do nordeste da Finlândia. Essas pessoas eram, eu imaginava, pastores de renas. No entanto, quando eu cheguei no campo, os rebanhos aguardados não estavam em nenhum lugar à vista (Ingold 1980: 2).

O contexto de criação bubalina no baixo Araguari tem alguns traços semelhantes àqueles descritos por Ingold, em que o trato cotidiano com o gado comumente acontece em locais extensos e de difícil acesso a alguém que não tem as habilidades necessárias para percorrer o território de várzea. Isto fez com que alguns dados fossem para mim inacessíveis, situação não rara em trabalhos de campo.¹³ Apesar de ser capaz de montar cavalos em um nível modesto, nos eventos em que não podia acompanhar os vaqueiros, restava ao antropólogo a varanda e as conversas com os que ficavam, principalmente mulheres. Aliás, este parece ser mesmo um obstáculo frequente nas chamadas *horseback ethnographies*, as etnografias a cavalo, como no caso daquela realizada por Luciano Bornholdt (2008) sobre os *gaúchos* no sul do Brasil, em que relata dificuldade de acesso às *estâncias* onde os *peões* realizavam seus trabalhos.

Por isso, além das conversas, parte considerável do que descrevo nesta tese advém de momentos em que aconteciam atividades marcantes, como a *castração* de bezerros ou o embarque para o abate, que se passavam dentro ou próximas aos currais e áreas cercadas das fazendas. Considerando a impossibilidade de acompanhar os vaqueiros a todo o tempo, recorri ao uso de um *GPS* e solicitei que eles mesmos registrassem o trajeto de sua movimentação. Além disso, busquei amparar os argumentos desta tese no registro audiovisual em fotografia e vídeo de práticas da cultura do búfalo. Por isso, não seria excesso dizer que os argumentos propostos neste texto, muitas vezes, funcionam por meio de imagens (Kohn, 2013), sejam elas fotográficas ou narrativas. De fato, a partir de uma imagem específica, elaborei o conceito que intitula esta tese de doutorado. *Laços Brutos* evoca, ao mesmo tempo, pelo menos três esferas de significado que considero centrais na compreensão da cultura do búfalo.

Nesse sentido, se a descrição das atividades dos vaqueiros e do comportamento dos búfalos é importante, sustento que só é possível compreender a relação entre ambos, e sua inserção no contexto da bubalinocultura, por meio da ideia da *brutidade*, noção usada por vaqueiros para descrever os búfalos e o modo como eles mesmos

¹³ Anthony Seeger comentou sobre essa situação em seu trabalho de campo ao comparar a etnografia com um processo de aprendizagem de uma criança: “Não compensava para os adultos despender seu tempo me ensinando, e por isso me mandavam sair com os meninos que sabiam mais do que eu” (Seeger 1980: 34) e “tratavam-me como um menino de 12 anos quando partimos, pois eu sabia remar, pescar e caçar pelos arredores, como faz um menino de 12 anos.” (: 35).

consideram que deve ser o trato com esses animais. E essa *brutidade* é exercida principalmente por meio das amarras, cordas e laços com os quais os vaqueiros lidam com os búfalos e que definem, em sua perspectiva, a própria atividade da vaqueirice. Portanto, uma parte considerável da interação com os animais se faz por meio de amarras e conexões, em que o laço pode ser entendido como a materialização dessa *brutidade*.

Assim, argumento que não é possível entender o vaqueiro e o búfalo, nem mesmo a relação entre eles, sem compreender o que os põe em relação – elementos técnicos como o laço, o cavalo e o terçado. Este é o fundamento desta pesquisa, o de entender os animais e os humanos a partir de seus modos de relação. E, por isso, o conceito título de *Laços Brutos*, menção às relações de *brutidade* entre vaqueiros e búfalos por meio de laços.

Estrutura dos capítulos

O argumento desta tese pode ser comparado a uma mirada de um ponto de vista amplo, que faz um movimento gradual ao epicentro do problema onde se encontra o búfalo. Assim, primeiramente, as relações com a bubalinocultura são apresentadas em um nível estadual e institucional para, então, se aproximarem da figura do vaqueiro e das técnicas empregadas em sua atividade cotidiana com o búfalo e outros animais e elementos da prática da vaqueirice.

Portanto, no primeiro capítulo busco traçar um panorama sobre a criação de búfalos no estado do Amapá, de modo a elucidar os principais aspectos e questões da cultura do búfalo e as diferentes concepções sobre os búfalos no estado. Para isso, apresento debates entre técnicos agropecuários e pecuaristas e contraponho essas posições à perspectiva ambientalista. Abordo as políticas ambientais que englobam a área da pesquisa, a Reserva Biológica do Lago Piratuba, e o posicionamento da atual gestão da Rebio em relação às populações que vivem dentro e próximas à área de preservação. Assim, procuro qualificar as posições de diferentes grupos envolvidos com a bubalinocultura no Amapá, bem como apresentar como essas posições são formadas a partir das relações específicas que estes grupos desenvolvem com os búfalos.

Ao abordar aspectos relacionados à presença dos búfalos na região do baixo Araguari, busco inspiração em algumas linhas antropológicas que se esforçam por colocar, em um mesmo patamar de análise, elementos e seres distintos que não necessariamente os humanos, mas que nem por isso deixam de remeter ao humano. Nessa linha de argumentação, proponho que o deslocamento de perspectivas faz com que um “mesmo ser”, o búfalo, possa ser compreendido de múltiplas maneiras, a depender do tipo de relação que se estabelece com ele.

Seguindo a proposta desse movimento de aproximação da análise, no segundo capítulo começo a restringir o foco sobre a região estudada, o baixo Araguari. Abordo diferentes questões sobre esta região, tais como a sociabilidade entre as pessoas ao longo do rio e os aspectos das relações de trabalho dos vaqueiros com os pecuaristas donos das fazendas em que trabalham. Além disso, discuto também questões metodológicas da etnografia, como as condições da realização do trabalho de campo e da observação participante, da inserção do pesquisador naquele contexto e algumas considerações sobre o uso de imagens na pesquisa etnográfica.

Se o primeiro capítulo traça um panorama geral sobre a bubalinocultura no estado do Amapá, o terceiro foca na criação de búfalos no contexto específico das áreas de várzeas do rio Araguari. Deste modo, apresento aspectos do tipo de criação extensiva praticada na região e busco compreender como o búfalo é significado e manejado. Descrevo, por isso, como uma rês é marcada e modificada ao longo de sua vida com cortes, impressões de símbolos em seu corpo e treinamentos específicos, que diferenciam os bubalinos em categorias e finalidades distintas. Assim, trago exemplos etnográficos do trato cotidiano do vaqueiro com os bubalinos para, gradativamente, construir o argumento como uma chave de interpretação das relações na prática da vaqueirice, dada pela ideia da *brutidade* que os vaqueiros afirmam ser a forma como devem lidar com os búfalos.

A seguir, no capítulo quatro, sustento que não é possível entender o vaqueiro e o búfalo, nem a relação entre eles, sem compreender o que os põe em relação. Notadamente, essa relação de brutidade com o gado bubalino é exercida por meio de três elementos técnicos que os vaqueiros consideram indispensáveis na sua atividade, a saber, o laço, o cavalo e o terçado. Por isso, este capítulo tem o objetivo também de contribuir para o debate mais amplo sobre as relações entre humanos, animais não humanos, os elementos técnicos e como estes se constituem mutuamente. Ao final, retomo o argumento central da tese, que passa pela noção local de *bruto*, com uma

reflexão sobre a domesticação do humano nesse ambiente e reflito sobre o papel da habilidade com o gado na formação de um tipo humano também “bruto”.

Assim, o título deste trabalho, Laços Brutos, busca evocar, ao mesmo tempo, pelo menos três esferas de significado que são centrais na compreensão da cultura do búfalo. A primeira faz referência ao laço, objeto técnico de feitura e manejo complexos, que é elementar à prática do vaqueiro. A segunda é a caracterização dos búfalos como seres brutos de uma natureza forte e resistente, que devem ser tratados pelos vaqueiros por meio de igual *brutidade* para serem domados. Por último, a junção das palavras evoca a situação na qual convivem vaqueiros e búfalos, relações intrínsecas entre humanos, diferentes animais e o meio em que estão inseridos.

1



CAPÍTULO 1:

ACERCA DO BÚFALO

Há apenas um ambiente,
embora ele contenha vários observadores com
oportunidades ilimitadas de viverem nele.

James Gibson, *The ecological approach to visual perception*, 1979.

Escolhíamos o que comer no pequeno restaurante próximo à praça central da Cidade do Amapá. As opções eram pirarucu, gurijuba e carne bovina, que, eu viria a ter certeza mais tarde, era na verdade de búfalo. Optei pelo pirarucu, muito pela curiosidade de comer do peixe pela primeira vez. Enquanto aguardávamos, Bronca, proprietário de fazenda de búfalos que acompanhava a reunião com os técnicos do ICMBio, chega no restaurante e se junta a nós. Em contraste com seu apelido, que vem de seu jeito brigão, como me explicariam mais tarde, achei o pecuarista bastante simpático. Iranildo e Patrícia já o conheciam há bastante tempo, então a conversa fluiu bem e passou por vários assuntos, em sua maioria relacionados à região da cidade e às proximidades da face Oeste da Reserva do Lago Piratuba. Quando finalmente o tema foi os búfalos, Patrícia pergunta, sorrindo, porque eles (os pecuaristas) queriam mais búfalos, se já existiam búfalos demais no Amapá. Por sua vez, o fazendeiro afirma, também amigavelmente, que o pequeno número de búfalos no estado é um grande problema para o Amapá...

(Trecho de meu caderno de campo, 15 de Abril de 2013)

Escolhi esse trecho de uma conversa informal entre um pecuarista e servidores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o ICMBio, para abrir este capítulo, pois essas posições demarcam bem a polarização das perspectivas pelas quais os búfalos são percebidos e que busco descrever neste capítulo. Este capítulo enfoca as relações e concepções de diferentes grupos humanos envolvidos com a

criação de búfalos na região nordeste do estado do Amapá, ao norte do Rio Araguari, nas imediações e no interior da Reserva Biológica do Lago Piratuba, doravante Rebio do Lago Piratuba. O estuário do rio Araguari é ocupado por várias fazendas que utilizam a sua planície de inundação para a criação de gado bubalino (Santos, 2006). A criação de búfalos provoca questões de ordem econômica, social e ambiental. Alguns setores da sociedade amapaense a veem como um potencial de desenvolvimento econômico para o estado, enquanto outros grupos a compreendem como demasiadamente danosa ao ambiente e aos recursos naturais amazônicos. Essa divergência gera debates e controvérsias políticas e jurídicas distintas, em diferentes esferas governamentais.

Desse modo, o objetivo deste primeiro capítulo é apresentar o elemento central dessa etnografia, o búfalo, e sustentar a ideia de que, a partir de diferentes formas de relação com seu comportamento e suas características, ele assume sentidos distintos para os grupos que lidam com sua presença no Amapá. No contexto da Rebio do Lago Piratuba, diversas esferas e instituições agiram e agem de acordo com as perspectivas pelas quais compreendem e atuam nesse ambiente, seja um cenário a ser explorado economicamente, seja um conjunto a ser preservado, para indicar as posições mais extremas.

Nesse sentido, trato aqui do que Fábio Mura (2011) chama de uma análise *sócio-ecológico-territorial*:

Com essa noção busca-se entender como elementos humanos e não humanos, na posição de sujeitos ou de objetos, em um determinado lugar, relacionam-se e interagem entre si, formando sistemas sociotécnicos e mobilizando as forças do cosmo à disposição (Mura 2011: 114).

Primeiramente, é necessário apresentar alguns aspectos mais gerais sobre aquele que está no centro das várias questões que abordarei neste trabalho – o búfalo. O búfalo do pântano (*Bubalus bubalis*) é um animal¹⁴ de origem asiática que apresenta alta capacidade de adaptação a ambientes alagados (Marques, Lopes e Martinez 2003), característica que fez com que os bubalinos fossem levados a diferentes

¹⁴ Acompanho a proposta de Tim Ingold de tratar humanos e animais sem partir do antropocentrismo inerente à dicotomia entre Sociedade e Natureza. Para isso, trato ambos como seres com consciência, volição e em processos de desenvolvimento em constante relação com o meio (Ingold, 1994 e 2000). Desse modo, seres como os búfalos são tratados na teoria de Ingold como animais não humanos, o que visa lembrar que humanos são também animais. Ressalto, então, que ao longo do texto desta tese o termo *animais* é usado no mesmo sentido que Ingold propõe a partir da concepção de *animais não humanos*.

regiões do mundo com objetivos comerciais, tal como ocorreu nos Estados Unidos, na Austrália e no norte do Brasil, a partir de 1895 (Marques 2000). Cercada de características tanto positivas quanto potencialmente danosas ao meio ambiente, a criação de búfalos é apresentada como um complexo problema econômico, ambiental e social, o que se faz também verdadeiro no caso brasileiro.

A bubalinocultura se caracteriza por demandar uma baixa manutenção, pois, quando comparado com o gado bovino, os búfalos mantêm condições físicas e crescimento da população mesmo em condições climáticas adversas, tais como períodos de escassez de pastos ou de alagamento dos mesmos por muito tempo. Somado a isso, é descrito pela literatura e por criadores que o búfalo é um bovídeo que atinge o peso ideal para corte em uma idade mais nova que bovinos (Moreira, Costa e Valentim 1994).

Pesquisadores como Moreira, Costa e Valentim (1994: 7) elencam características da espécie que são constantemente destacadas por pecuaristas. Dentre elas, ressaltam a *longevidade* (“o búfalo atinge elevada idade biológica podendo reproduzir até aos 20 anos de idade”); a *rusticidade* (transforma alimentos de pastagens escassas em carne e leite com facilidade); a *prolificidade* (“apresenta taxa de natalidade acima de 80%, com intervalos entre partos de quatorze meses”); a *adaptabilidade* (“é capaz de se adaptar a diferentes condições climáticas, em temperaturas variando de 0°C a 45°C”); e a *precocidade* (“o macho pode ser abatido aos 24 meses, com peso vivo em torno de 450kg, e a fêmea pode parir pela primeira vez aos 36 meses”). Por último, os autores citam a *docilidade* como fator facilitador do manejo dos bubalinos, ponto a que voltarei mais adiante.

No Brasil, são reconhecidas pela Associação Brasileira de Criadores de Búfalos¹⁵ quatro raças: Mediterrâneo, Murrah, Jafarabadi (búfalo-do-rio) e Carabao (búfalo-do-pântano - *Bubalus bubalis var. Kerebau*).¹⁶ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o efetivo de bubalinos apurados em 2012 no Brasil foi de 1.261.922 de cabeças. Destes, 808.883 reses, ou 64%, estão na região Norte do

¹⁵ Associação Brasileira de Criadores de Búfalos - <http://www.bufalo.com.br/> e Marques (2000).

¹⁶ Em uma visita que fiz à 26ª Expofeira do Amapá (04/09/2014), um vaqueiro que trabalha em uma fazenda que produz reses a partir de melhoramento genético e inseminação artificial me explica que o Murra tem o chifre anelado e curto, enquanto o do Mediterrâneo é mais aberto e pontudo: “Quanto mais fechado e menor o chifre, mais puro sangue é o Murra”. Perguntei sobre o Carabao, mas ele me disse que quase não se cria mais, porque ele não ganha peso como os outros e é muito “mateiro”, gosta de se enfiar na mata.

país (cf. Quadros 1, 2 e 3). O rebanho concentra-se principalmente no estado do Pará, com presença destacada na Ilha de Marajó. No mesmo ano, encontravam-se no Amapá 254.046 reses, cerca de 20% do rebanho bubalino brasileiro (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2015).

Efetivo dos rebanhos Bubalinos / 2012	
Brasil	1.261.922
Norte	808.883
Nordeste	122.263
Sudeste	144.986
Sul	113.192
Centro-Oeste	72.598

Quadro 1 - Efetivos e Rebanhos de bubalinos por região no Brasil / 2012

Adaptado de dados do IBGE (<http://www.sidra.ibge.gov.br/>) - acessado em março de 2015

Efetivo dos Rebanhos (Cabeças) - Unidade da Federação: Amapá						
Tipo de Rebanho	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Bovino	95.803	104.977	114.773	127.499	142.825	154.967
Equino	4.858	5.396	5.294	5.683	5.436	5.566
Bubalino	201.898	201.935	214.271	235.549	254.046	268.903

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) - IBGE

Quadro 2 - Evolução do Efetivo de Rebanhos - Amapá

Adaptado de dados do IBGE (<http://www.sidra.ibge.gov.br/>) - acessado em março de 2015

Efetivo dos rebanhos bubalinos por Município – Amapá / 2012	
Grande Região, Unidade da Federação e Município	
Total Região Norte	808.883
Total Amapá	254.046
Serra do Navio - AP	110
Amapá - AP	34.191
Pedra Branca do Amapari - AP	1.257
Calçoene - AP	10.180
Cutias - AP	65.970
Ferreira Gomes - AP	9.120
Itaubal - AP	14.790
Laranjal do Jari - AP	2.715
Macapá - AP	37.798
Mazagão - AP	10.180
Oiapoque - AP	3.818
Porto Grande - AP	485
Pracuúba - AP	19.710
Santana - AP	9.975
Tartarugalzinho - AP	30.177
Vitória do Jari - AP	3.570

Quadro 3 - Efetivos e Rebanhos de bubalinos por município do Amapá / 2012.

Adaptado de dados do IBGE (<http://www.sidra.ibge.gov.br/>) - acessado em março de 2015

As últimas décadas demonstraram notável destaque para a bubalinocultura. Dados da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Tesouro (IBGE/SEPLAN 2014), apontam que “a Pecuária apresentou crescimento no período de 17,1%, com destaque para o rebanho bubalino no município de Cutias 12,9% e gado bovino no município de Amapá 12%. A pesca teve um tímido crescimento de 1,4%”. Nesse cenário, o município de Cutias (AP), próximo à Reserva Biológica do Lago Piratuba, aparece nos dados do IBGE como o segundo município com o maior número absoluto de rebanho bubalino. Assim, esta pesquisa focou na região do município que concentra a maior quantidade deste animal no Amapá.

É importante ressaltar que a criação bubalina amapaense é predominantemente de tipo extensiva em pastagens nativas¹⁷, sistema que representa em torno de 80% dos sistemas produtivos de carne brasileira:

Os sistemas extensivos, neste caso, são sistemas caracterizados pela utilização de pastagens nativas e cultivadas como únicas fontes de alimentos energéticos e protéicos. Entretanto, essas pastagens são normalmente deficientes em fósforo, zinco, sódio, cobre, cobalto e iodo, incluindo-se também enxofre e selênio, todos fornecidos via suplementos minerais. (Cezar *et al.*, 2005: 19).

Os mesmos autores, pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), afirmam que “independente do grau de intensidade tecnológica, os sistemas de produção de gado de corte no País são fundamentalmente alicerçados na utilização de pastagens”, boa parte desta de tipo primária, que é de “improvável substituição, em algumas regiões, por causa das características de seus ecossistemas” (Cezar *et al.*, 2005: 8 e 15). Este é também o caso da criação de búfalos brasileira, em especial a praticada na região Norte do país. Albuquerque (1980) afirma que os primeiros búfalos foram trazidos à região Norte do Brasil por volta de 1870, mas a expansão de sua criação no Amapá se deu a partir da década de 1950.

Segundo Eraldo Ferreira de Souza (Souza 1979), a inserção do rebanho bubalino no território do Amapá se deu no escopo de uma preocupação em relação às crescentes demandas do mercado interno por carne e proteína animal. O autor resalta características do animal como sua rusticidade, capacidade de ganho de peso, produção leiteira e sua adaptabilidade às áreas difíceis à exploração de bovinos como aspectos favoráveis ao estímulo de sua criação, enfatizando, contudo, a necessidade de maiores pesquisas sobre os impactos causados pelo animal na região. Apesar da bubalinocultura do Amapá ser derivada da inserção dos animais no Pará, o contexto amapaense se mostra bastante peculiar, pois a introdução dos búfalos se deu em uma ampla área que viria a ser transformada em uma Unidade de Conservação, o que acabou por envolver grupos e interesses diversos.

O Amapá foi criado como território federal em 1943 e foi elevado à condição de estado em 1988 e é uma das mais novas unidades da Federação. Em comparação com os demais estados, o Amapá apresenta alguns índices de pouca expressividade, tais como o Produto Interno Bruto (PIB), empreendimentos agrícolas, industriais e de

¹⁷ Para remeter a discussões sobre a pecuária intensiva, conferir a tese de Natacha Leal (2014) sobre um caso brasileiro e o artigo de Jérémy Deturche (2012) sobre um contexto na França.

serviços, pouca quilometragem de estradas pavimentadas¹⁸ e esparsas áreas de cultivo agropecuário. Contudo, o Amapá foi líder da Amazônia Legal em termos de IDH no período de 1970-1996. Drummond e Pereira (2007: 54) afirmam que “cerca de 91% do estado estão cobertos por solos que apresentam limitações que vão de moderadas a irreversíveis ao seu aproveitamento agrícola moderno”. Os mesmos autores destacam que a economia amapaense é formada basicamente pela atividade mineradora, pelo extrativismo vegetal e animal e pela atividade agropecuária.¹⁹

Conforme destacam Drummond e Pereira (2007: 49), o Amapá é o estado amazônico que menos perdeu cobertura florestal nativa desde a década de 1970, tanto em números absolutos quanto relativos. Não obstante, a paisagem amazônica amapaense está em constante modificação, seja pela presença humana e de animais exógenos, como o búfalo, seja por dinâmicas próprias de seus ciclos hídricos, o que gera discursos e uma disputa de distribuição de agências. O estudo de Zarin Daniel (Daniel *et al* 2001), por exemplo, demonstra processos de mudança da vegetação próxima à capital Macapá por meio de séries históricas de imagens de satélites. Os autores enfatizam que a abertura de novos igarapés foi, muitas vezes, causada intencionalmente para facilitar o acesso a determinadas regiões, fato que também é descrito por Raffles (2002).

Estas mudanças podem ser percebidas tanto localmente quanto de uma maneira mais ampla em diferentes áreas do Amapá. A região do Araguari é majoritariamente de “terras baixas inundáveis”, compostas por “solos de desenvolvimento incipiente, afetados por erosão frequente ou seguidos episódios de deposição de novos materiais, em decorrência de enchentes” (Ministério do Meio Ambiente 2008: 31). As características geográficas, geológicas e hídricas da região atraem a atenção de pesquisadores de diferentes áreas (Smith 2002). Em sua pesquisa sobre as modificações geológicas e oceanográficas do estuário do rio Araguari, *locus* de minha etnografia, Valdenira Santos (2006) enfatiza que as mudanças ocorrem de maneira dinâmica e em grandes proporções, seja por forçantes naturais, seja causada pela ação humana:

¹⁸ O Amapá é o único estado brasileiro que não pode ser alcançado por via rodoviária a partir de outros estados.

¹⁹ Dados dos Anuários Estatísticos da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Tesouro (SEPLAN 2013) apontam para atividade agropecuária como representando 3,2% do PIB estadual, bem pequena e pouco expressiva frente ao peso que o setor terciário (comércio e serviços) representa, 86,8% (disponível em <http://www.seplan.ap.gov.br>).

Isto leva a considerar a região costeira do Amapá como uma área onde os processos geológicos-geomorfológicos modificam a paisagem em curto espaço de tempo. Além disso, trata-se de uma região onde os processos antrópicos estão imprimindo modificações na paisagem em curto espaço de tempo, trazendo ambiguidades para o estudo das modificações por sensores remotos (Santos, 2006: 277).

Nesse âmbito, a autora destaca a presença das fazendas de búfalos ao longo das margens do rio Araguari como elementos que modificam profundamente o terreno e a flora locais, em especial ao estabelecer cercas e pastos. A autora ressalta, no entanto, que é difícil estabelecer, sem indicadores monitoráveis, o quanto a modificação no terreno é resultado da pecuária e o quanto é resultado de forçantes naturais, (Santos, 2006: 138). Dentre estas modificações no terreno, uma que é constantemente enfatizada é a tendência dos búfalos em se deslocar em filas, o que causa o aparecimento de trilhas ao longo do terreno, além da compactação do solo devido ao peso dos animais.

A partir dessas diferentes características do búfalo e da bubalinocultura, ele pode ser interpretado de diferentes maneiras. Mais do que isso, a criação de búfalos faz com que cada grupo que se envolve com a questão apresente uma forma diferente de se relacionar com o animal, o que pontua discursos e disputas sobre os efeitos da atividade. Por essas razões, as argumentações em torno da criação bubalina em alguns locais do Amapá faz com que o debate perpassa em questões práticas e científicas, mas sempre se volte ao campo de disputas políticas maiores, tais como as do ambientalismo e de projetos de desenvolvimento econômico de alguns setores amapaenses. Assim, interessa ao argumento desta tese compreender a percepção e o protagonismo dos grupos e dos demais atores envolvidos nas atividades da bubalinocultura a partir de sua relação com o búfalo. Começo, então, com a narrativa de um episódio em que algumas dessas posições se tornam bem delimitadas.

UM DEBATE ENTRE TÉCNICOS E PECUARISTAS

Um evento representativo do contraste das posições em relação à bubalinocultura que foi acompanhado durante a pesquisa foi uma audiência pública sobre a criação de bubalinos organizada pela Promotoria de Justiça do Meio

Ambiente do Ministério Público do Amapá.²⁰ A divulgação do evento se deu principalmente através da internet e de convites pontuais a entidades e organizações afins. A chamada enfatizava o objetivo de “levantar informações sobre a situação atual da bubalinocultura no estado, em especial com relação a formas de manejo e sobre os impactos ambientais gerados pela atividade”.²¹

A audiência teve lugar na sede no prédio da Promotoria de Justiça, localizado na Avenida Padre Júlio, n. 1585, Centro de Macapá e começou por volta de 9h, durando até às 14h em uma única sessão. Estavam presentes representantes de entidades como a Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Amapá (Diagro), a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), a Secretaria do Desenvolvimento Rural (SDR), Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amapá (FAEAP) e a Embrapa Amapá, além de pecuaristas interessados. É importante observar que na reunião não observei a presença de vaqueiros ou de proprietários de fazendas pequenas, caracterizando-se, assim, como um local de pecuaristas donos de rebanhos médios e grandes. Ao longo do dia, foram feitas apresentações por representantes técnicos convidados e, ao final, a sessão foi aberta a comentários e perguntas.

A abertura foi feita pelo representante do Ministério Público, que enfatizou que a bubalinocultura é uma atividade muito importante para o Amapá, algo que marcaria o tom da maioria das falas. Em contrapartida, o mesmo representante do MP disse também ser necessário encontrar saídas para os desafios e impactos derivados desta cultura, objetivo da discussão em pauta. No evento, a primeira exposição foi de Cristóvão Lins, engenheiro agrônomo e zootecnista, que relata ter acompanhado o desenvolvimento de um rebanho de aproximadamente de 14 mil cabeças na região do Jari, em áreas de várzea,²² além de ter visitado criadores em países europeus, asiáticos

²⁰ Este capítulo e suas seções se baseiam amplamente em dois encontros entre os grupos abordados. O primeiro deles aconteceu em 31 de agosto de 2012 na cidade do Amapá e consistiu em uma reunião de acompanhamento entre representantes do ICMBio com proprietários de fazendas próximas à face Oeste da Rebio. Já o segundo foi uma audiência pública sobre a criação de bubalinos realizada no Ministério Público do Amapá no dia 15 de Abril de 2013.

²¹ Chamada do evento no site do Ministério Público do Amapá, publicada em 12 de abril de 2013 (Assessoria de Comunicação do Ministério Público do Amapá, 2013-<http://www.mpap.mp.br/2013-07-01-12-54-27/gerais/1814-promotoria-de-justica-do-meio-ambiente-realiza-audiencia-publica-sobre-bubalinocultura>)

²² Um conceito simples e prático de *várzea* é apresentado por Marques *et al* (2003: 40) e diz que “as várzeas da Amazônia podem ser definidas como as áreas alagadas pelas águas barrentas formadas nas margens dos rios”. No caso do rio Araguari há também a ação das águas marinhas, que formam o fenômeno da Pororoca, e entram nos campos alagáveis.

e americanos. Lins abordou as origens asiáticas do búfalo criado no Brasil e a confusão gerada com o Bisão americano, chamado de *Buffalo* em inglês, mas que é, na realidade, de outra espécie.²³

Ao comentar sobre a etologia do búfalo, seu comportamento, Cristóvão enfatizou: “O búfalo é um animal muito dócil quando manejado, mas é uma fera quando deixado ao Deus-dará; quando ele cria o dono ao invés do dono criá-lo”. A seguir, ele diz que “o nosso caboclo sabe lidar com ele”, mas que é necessário o conhecimento mais técnico, referência à sua visão de modernização das práticas atuais do estado. Cristóvão conta de sua experiência no Jari, município no sul do Estado do Amapá, onde diz ser sabido que búfalos enfrentam até onças-pintadas (*Panthera onca*) para proteger sua cria recém-nascida, enquanto bovinos fogem do predador e abandonam seus bezerros.²⁴ Em sua fala, o búfalo é “um animal curiosíssimo, inteligente!”, que vem de longe para conferir uma voz desconhecida. Ao citar alguns dos problemas de manejo e possíveis impactos no meio, Cristóvão conta que o búfalo é “um animal muito social, muito gregário. Aí eles vão para a água tudo junto e dão uma *cavadinha*. Mas isso tende a se resolver”. Contudo, apesar disso, “é um animal talhado para a Amazônia, se manejado”, pois os campos de várzea estão entre os mais ricos do país e são propícios à criação bubalina, conclui. Essa linha de afirmação feita por Lins é consonante com o que é visto em manuais técnicos elaborados por instituições como a Embrapa, nos quais constam que:

... o elevado potencial da várzea para a pesca e agropecuária, em geral, proporciona destacada produtividade, tanto em culturas alimentares e industriais, quanto em carne e leite de bovinos e bubalinos (Marques *et al*, 2003: 31).

Um dos pontos mais marcantes da fala de Cristóvão, e que seria endossado por outros palestrantes, foi a defesa da qualidade da carne e do leite e a necessidade de que a produção se amplie para nutrir as novas gerações: “Nos países com deficiência alimentar [os búfalos] suprem as necessidades da infância com a rica proteína do leite”. Cristóvão Lins fala da “luta pela vida”, o combate à mortalidade infantil e a

²³ Segundo a Associação Brasileira de Criadores de Búfalos, “o búfalo doméstico nada tem a ver com as espécies selvagens e agressivas do Bisão ou Búfalo Americano, *Bos bison bison* com 2n=60 cromossomos, nem com o Búfalo Africano, *Syncerus caffer caffer*, com 2n=52 cromossomos” - <http://www.bufalo.com.br/> (acessado em maio de 2014).

²⁴ Em um momento distinto, em reunião entre pecuaristas que criam búfalos em fazendas na face Oeste da Rebio e a gestão do ICMBio, ouvi de um fazendeiro que o búfalo é o “Senhor da Bondade”. Esse mesmo pecuarista disse que antigamente falava mal do búfalo por não conhecê-lo, repetindo “o que ouvia por aí”.

necessidade de obtenção de alimentos de origem animal. Ele menciona, como exemplo, sua visita a países estrangeiros, como os Estados Unidos da América, onde a produção pecuária é mais desenvolvida, e diz que “as crianças de lá são muito melhor nutridas”. O potencial de produção de carne de qualidade é constantemente ressaltado na defesa da bubalinocultura, em especial pelo baixo teor de gordura e pela baixa taxa de colesterol da carne bubalina (Marques 2000).²⁵

Essa possibilidade compõe o que o palestrante chamou de “a função social do búfalo”, que inclui, ainda, seu potencial uso na tração, que levou o animal a ser apelidado de “o trator do Oriente” em alguns casos. Para Cristóvão, a criação de bubalinos eleva a renda e melhora a qualidade de vida nas pequenas fazendas familiares. Ele propõe, afinal, um modelo de cadastro de rebanho e de manejo, no qual há a necessidade de uma cerca mais próxima à sede da fazenda para separar as fêmeas prestes a parir ou que pariram recentemente (Figura 5).

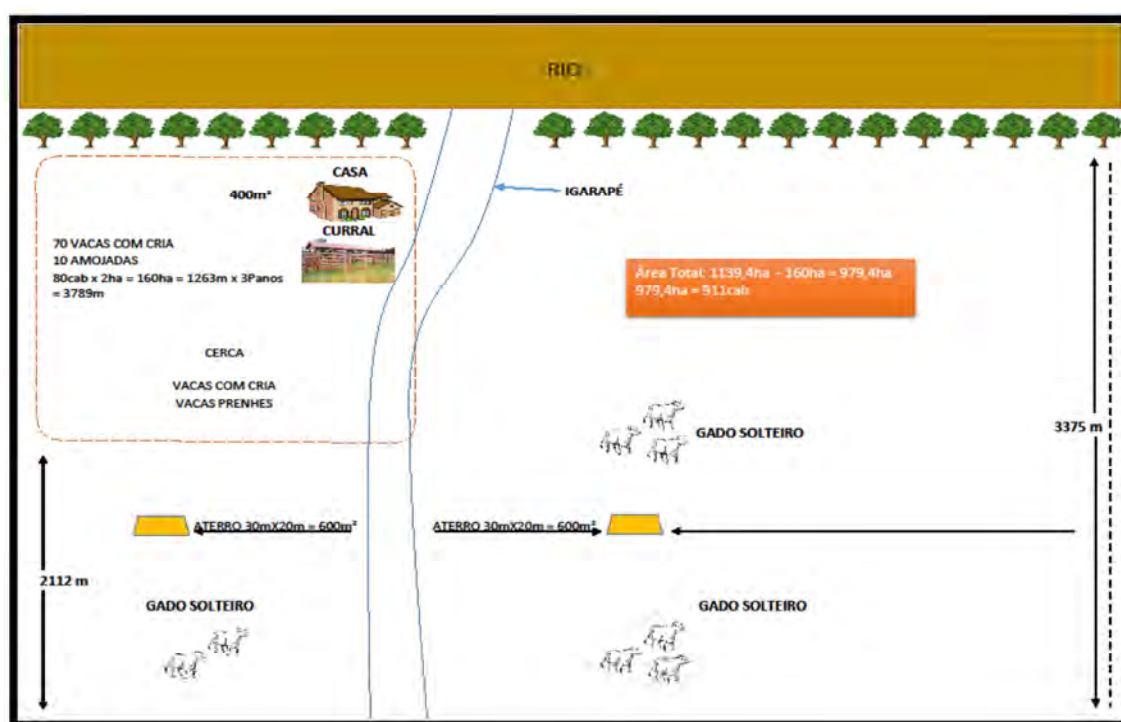


Figura 5 - Proposta de manejo de vacas com crias em uma fazenda de várzea

(Reproduzida com autorização a partir da apresentação do pesquisador Cristóvão Lins)

²⁵ Considero importante ressaltar que o argumento de combate à pobreza é também apresentado em Marques *et al* (2003: 76): “a pecuária, nessas áreas, só deve ser implantada, conciliando-se o desenvolvimento com o uso sustentável do ambiente e, então, as várzeas serão fortes aliadas no combate à pobreza, elevando o nível socioeconômico do varzeiro, ao mesmo tempo que reduz o impacto ambiental negativo”.

A segunda fala foi de outro engenheiro agrônomo, Iraçu Colares, presidente da Federação dos Pecuaristas do Amapá, que falou de sua experiência na fazenda Garrote, na Cidade do Amapá. É importante notar que a maioria dos palestrantes e dos presentes eram, além de técnicos, advogados e empresários, também pecuaristas, alguns deles desenvolvendo a atividade há várias gerações na família. Sua fala se voltou ao histórico do desenvolvimento da pecuária no Amapá, abrangendo um período de 70 anos (1943-2013), que Iraçu percebe como dividido em quatro etapas. Antes de apresentar as etapas, o palestrante disse que 72% do território do Estado está protegido de alguma maneira, como terras indígenas e reservas ambientais, o que deixaria o Amapá com somente 28% de sua área disponível para desenvolver atividades econômicas, apesar de não explicar seus cálculos.

Iraçu aponta o ano de 1895 como o início da criação de búfalos no Pará, trazidos por Vicent Chermont de Miranda. Esse ano foi também o marco final da disputa entre Brasil e França pelo território que viraria o Amapá, como ele ressalta a coincidência histórica. A primeira fase que ele destacou constituiria os primórdios da pecuária amapaense, época em que os rebanhos eram formados predominantemente por bovinos. Foram, então, trazidos búfalos sem raça definida, oriundos da Ilha do Marajó. A fase seguinte, no período 1943/1975, seria marcada pela introdução de animais de origem indiana e europeia para melhorar geneticamente os planteis. Em um terceiro momento, a partir de 1975, houve incentivos à ampliação e melhoramento do rebanho bubalino (até então pouco expressivo no plantel amapaense) por parte de órgãos públicos estaduais.

Segundo Iraçu, no ano de 1975 haviam rebanhos de aproximadamente 11 mil bubalinos e 70 mil bovinos no estado do Amapá. Sua estimativa é que o rebanho bubalino ultrapassou o de bovino em 1985, o que coincide com diferentes relatos sobre a grande cheia no Rio Araguari, ocorrida em 1984 (Santos 2006), episódio a que voltarei mais adiante. Nesse momento de sua fala, Iraçu fala sobre o antigo estigma, ainda existente, em relação ao consumo da carne bubalina, que é considerada dura, forte e escura. Para ele, deveriam haver campanhas para diminuir essa fama: “a gente vende o búfalo escondido porque ninguém pode saber que é búfalo. A gente

compra madeira escondido porque não tem madeira para comprar”, fala que relaciona o produto final da bubalinocultura com um insumo necessário a ela.²⁶

Em defesa da carne bubalina, Iraçu chama o búfalo de “Boi Ecológico”, “que só consome capim”, provavelmente uma referência ao uso de rações e hormônios na produção pecuária de outros estados, tentando acionar expressões positivas para a legitimação do búfalo. Argumenta, acima de tudo, que a carne do búfalo é de qualidade, pois no caso do *baby búfalo*, animal abatido em tenra idade, diz que “até pescoço vira filé”. Sobre esse ponto, autores como Moreira, Costa e Valentim (1994) ressaltam que o búfalo produz carne de grande aceitação, especialmente quando consumida na forma de *baby-beef*, categoria a que Iraçu fazia referência. Como me foi explicado por técnicos da Diagro, o Amapá não exporta carne por aspectos sanitários, como a categorização de alto risco de contaminação de aftosa e outras zoonoses no estado (cf. Figura 2), mas Iraçu vê como boa perspectiva a venda de carne bubalina para o país vizinho, a Guiana Francesa, caso essa situação mude.

Abro aqui um espaço para resgatar a opinião apresentada no livro da Embrapa *Produção Animal nas Várzeas do Rio Amazonas* em que um técnico defende que o búfalo é o animal ideal para o ambiente de várzea, pois ele se desloca no território de acordo com os períodos de seca e cheia, possibilitando, também, o desenvolvimento da agricultura sazonal (Marques *et al*, 2003: 58). Nesse mesmo trecho, o técnico afirma que o búfalo “não afetaria o peixe, viveria integrado ao ambiente, inclusive seus dejetos seriam usados como adubo para a formação de plânctons, para alimentarem os alevinos, além de produzirem leite e trabalho” (*ibidem.*). É importante ressaltar que o argumento desse técnico surge também como um contraponto à realização de grandes projetos em ambientes de várzea amazônica. Nesse sentido, ele afirma que a bubalinocultura seria a melhor opção de atividade econômica para esse tipo de ambiente.

Na mesma linha de argumentação, alguns autores sugerem a substituição dos bovinos pelos bubalinos nas áreas sujeitas a inundações periódicas, pois, os bubalinos mantêm um ritmo de crescimento mais acelerado quando comparado com outros bovídeos nesse tipo de pastagem (Mazza 1990). O búfalo é caracterizado por ter maior aproveitamento de alimentos do que o bovino, em especial em pastagens

²⁶Essa característica da carne ser mais escura se deve ao maior teor de umidade da carne de búfalo em comparação com a carne bovina, que faz com que o oxigênio da mioglobina transpareça a coloração mais avermelhada (Marques 2000: 132).

nativas de baixo valor nutritivo, onde apresenta boa capacidade de transformar pastagens pouco nutritivas em carne e leite (Moreira, Costa e Valentim 1994). Outro estudo conclui que “no uso integrado de várzeas e terra firme, os búfalos apresentam excelentes índices de produtividade, sendo alternativa sem igual, tratando-se de animais de grande porte, para produção de carne, leite e derivados” (Marques *et al*, 2003: 64).

Esse ponto é importante de ser ressaltado, pois, durante a audiência pública, mais de um palestrante ou comentarista lembrou as culturas que não prosperaram no estado do Amapá: dendê, pimenta, cana, mandioca, banana e outras atividades econômicas, como a produção de frangos, que não conseguiu competir com as aves congeladas vindas de outros estados brasileiros.²⁷ Devido aos fracassos de produção como estes, o Amapá seria ainda conhecido como “uma economia de contra-cheque”, como afirma Iraçu, em uma referência aos salários de servidores públicos. Em contraste com essa situação, a pecuária funciona também como uma economia de estoque que se reproduz, a lógica do gado como unidade e reserva de valor (Sordi, Heidegger, Ingold e as (zoo)técnicas: uma discussão a partir da bovinocultura de corte brasileira 2013). Vale lembrar que ao defender a pecuária, o expositor se refere a toda a cadeia produtiva que acompanha a produção de carne, composta por produtores de insumos (vacinas, componentes de nutrição, adubos, máquinas agrícolas), os frigoríficos, açougues e supermercados (Leal 2014).

Toda essa estratégia argumentativa culmina no que Iraçu considera a quarta e atual etapa da pecuária amapaense: a necessidade de recuperação do crescimento da bovinocultura, muito em função do melhor preço da carne bovina, mas devido também às restrições ambientais e à diminuição da assistência técnica em áreas de criação de búfalos. Como o palestrante anterior, Iraçu é taxativo ao afirmar que o território do Amapá é mais propício ao bubalino que ao bovino, desde que ele seja criado com técnicas de manejo e maior controle sanitário. Sobre a adaptação do búfalo às áreas alagadas, ele afirma que o “animal come aí com água na costela”, ilustrando uma situação em que outros bovídeos não sobreviveriam.²⁸ Em comparação com outras culturas de búfalos, Iraçu considera que o rebanho no Amapá tem

²⁷ Para um comentário sobre tentativas de produção dessas culturas, ver Reis (1974).

²⁸ Em certa ocasião, ao conversar com um pequeno criador do Bailique, perguntei (como sempre fazia) a diferença entre bubalinos e bovinos. Ele me disse que o bovino demanda mais cuidado, mais trato, tal como vacinas. Já o bubalino, não: “nasce na água e já sai nadando”.

qualidade e capacidade de melhor desenvolvimento do que o do Pará. Em suma, sua exposição tinha o objetivo de demonstrar que, sem o incentivo oficial, a produção bubalina pode não prosperar e acabar como outras atividades econômicas praticadas outrora no estado.

Sobre o comportamento dos bubalinos, Iraçu também vê os animais como dóceis, mas comentou de um incidente recente no qual o pai de um vereador macapaense morreu devido ao ataque de búfalo bravo, fatalidade tida como exceção. Dentre os problemas ambientais comumente associados à criação de búfalos, ele comenta sobre o Algodão-bravo (*Ipomoea carnea*), considerado “uma praga”, mas que não pode ser associada ao animal em si: “não pode culpar o búfalo, mas os criadores”. É interessante notar como Cristóvão e Iraçu deixam claro em suas falas uma partição de responsabilidades e qualidades entre o animal e o humano. Apresentado como “Boi ecológico”, animal dócil e bem adaptado às áreas de várzea, os problemas que surgem da criação dos búfalos são remetidos ao manejo feito de maneira errada. Assim, fica tácito nas exposições que a questão não estaria no búfalo ou no ambiente em si, mas no modo como os humanos os manejam.

Impedimentos das cercas

Em alusão à criação bubalina próxima a áreas de proteção, em especial da Reserva Biológica do Lago Piratuba, Iraçu afirma ser difícil saber e controlar o número de animais que transitam nos limites de áreas protegidas. Isso por que “a turma do Chico Mendes [ICMBio] não sabe o limite, como o búfalo vai saber?”. Aqui é interessante apontar como a fala de Iraçu faz uma partição de responsabilidades e qualidades entre o animal e o humano, destacando que a formalidade dos limites da Rebio não entram como algo perceptível ao búfalo, não faz parte da apropriação que este faz do meio.

Boa parte das disputas relacionadas à movimentação do gado, bem como aos limites com territórios vizinhos, passa por demandas de funcionários do ICMBio de construção de cercas dentro e próximas à Rebio. Nessa perspectiva, a delimitação das áreas de pastagem é essencial para a diminuição dos impactos da pecuária em terrenos de áreas de proteção. Na fala de Iraçu, ele enfatiza considerar o estabelecimento de áreas cercadas como uma ação problemática, pois isso pode criar conflitos entre os

pecuaristas, como é o caso da pecuária no Pará. Ele diz que atualmente produtores vizinhos mantêm boas relações e o gado de “um entra na área do outro”, estilo de criação extensiva a que volto mais adiante na tese.

Em contraste com o modo de criação atual, estabelecer limites cercados pode levar a disputas, pois as referências de limites entre terrenos são comumente igarapés e valas, que mudam de lugar ou secam de uma temporada para outra²⁹: “Tem caso que precisa ser cerca e tem caso que não precisa ser cerca. Acho que não é a cerca que vai resolver o problema”.³⁰ E, por último, Iraçu faz um apelo semelhante ao do palestrante anterior. Ele menciona o pequeno produtor que tem cinco ou seis cabeças de búfalo “para dar leite para a meninada para ficar mais forte que a meninada da ressaca”. Essa afirmativa é uma referência às populações que vivem em áreas conhecidas como *ressaca*, expressão regional empregada para designar um ecossistema típico da zona costeira do Amapá³¹ (Neri 2004) em que as populações residentes são notadamente afetadas por doenças de origens sanitárias (Aguiar e Silva 2003).

Essa noção de um potencial de alimentação de populações pobres é também apresentada em estudos técnicos da Embrapa, onde consta que áreas de várzea amazônicas podem e devem ser utilizadas “para o combate à pobreza, que hoje grassa nessas áreas, através da elevação do nível socioeconômico da população, evitando os impactos ambientais negativos, conciliando desenvolvimento e ambiente físico” (Marques, 2003: 34). Na fala de Iraçu, ele diz que 98% dos produtores estão nas áreas

²⁹ Essa é, em outra escala, a fonte de um dos principais problemas de fronteira da história brasileira, a *Questão do Amapá*, também conhecida como *Contestado franco-brasileiro*, uma disputa de limites envolvendo França e Brasil que perdurou ao longo dos séculos XVIII e XIX. Nesse litígio, a França não reconhecia o rio Oiapoque como limite entre a Guiana Francesa e o Amapá, alegando, entre outros argumentos, que as dinâmicas hídricas aumentaram a área do Amapá (Tambis, 1974). Como explicam Silva e Rückert (2009), “após inúmeros estudos e conferências, a sentença foi pronunciada pelo governo suíço três anos mais tarde (1900), concedendo ao Brasil a posse definitiva da região litigiosa através do laudo suíço ou laudo de Berna. Para a solução e conclusão deste episódio, foi elaborado um relatório pelo suíço Emílio Goeldi, utilizado como base de defesa pelo representante do Brasil, José Maria da Silva Paranhos Júnior, comumente conhecido por Barão do Rio Branco”.

³⁰ É importante ressaltar que Valdenira Santos (2006) enfatiza que o estabelecimento de cercas nos terrenos da bubalinocultura também causam impactos ambientais ao interferirem nos circuitos de igarapés e vegetações flutuantes.

³¹ “São áreas encaixadas em terrenos Quaternários que se comportam como reservatórios naturais de água, caracterizando-se como um ecossistema complexo e distinto, sofrendo os efeitos da ação das marés, por meio de uma intrincada rede de canais e igarapés e do ciclo sazonal das chuvas” (Neri, 2004: 3-4).

de várzea, “onde não precisa desmatar. Se é de lá que tiram o sustento da meninada, como é que vamos desmatar?”. Uma intervenção rápida de outro técnico que assistia à exposição endossou o já dito: “Se não se criar búfalo aqui, o que vai se criar? O que vai se comer?”. Para fechar sua fala, Iraçu mostra gráficos de projeções da necessidade do aumento de produção mundial de alimentos.

A fala seguinte foi de um representante da Superintendência Federal de Agricultura no Amapá – SFA/AP, ligada ao Ministério da Agricultura, que afirmou que todos os estados brasileiros atualmente criam búfalos e que o Amapá o segundo maior produtor. Sua fala foi mais sucinta e se voltou aos programas federais para erradicar zoonoses como a Febre Aftosa, a Raiva, a Tuberculose e a Brucelose. No Brasil, poucos estados ainda não têm um nível de controle dessas doenças, situação atual do Amapá, como demonstrado no mapa apresentado a respeito da Raiva (Figura 2):

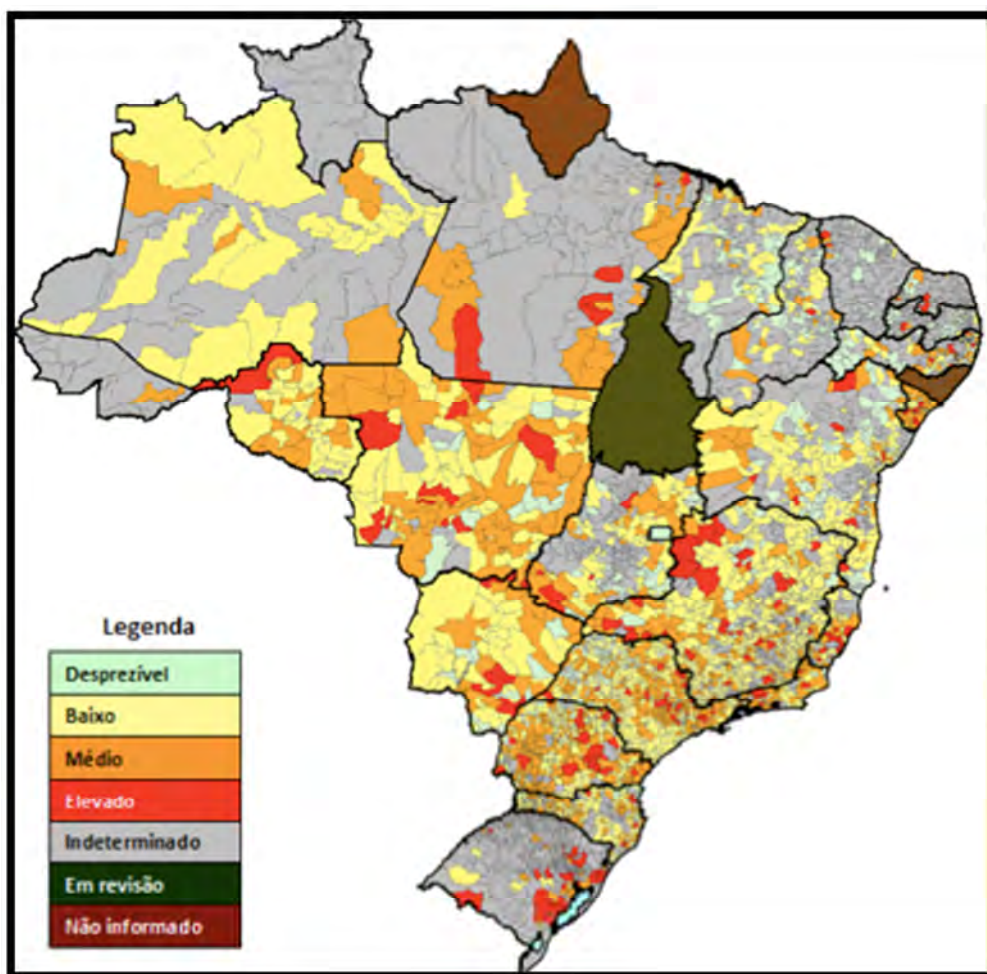


Figura 6 - Identificação de áreas com fatores de risco para raiva (herbívoros)

O instrumento oficial de controle da criação e venda dos animais é chamado Guia de Transito Animal, referida como GTA. Em mais de um momento se destacou a falta de controle e de registros em GTAs no estado do Amapá, o que contribui para o desconhecimento da situação real de zoonoses no estado. A região e o solo em que os búfalos são criados foi o tema da exposição seguinte de uma técnica da Embrapa, Ana Elisa. Sua exposição tratou do empenho de desenvolver estudos para o controle do Algodão-bravo e de um projeto atualmente estagnado de diagnóstico da produtividade das pastagens nativas dos campos inundáveis do Amapá.

Os objetivos da pesquisa envolviam conhecer a sazonalidade da oferta de biomassa e a qualidade nutricional da forragem em campos inundáveis. Em suas palavras, “o bubalino tem sido acusado de impactos ambientais, mas [os campos inundáveis] são áreas dinâmicas com impactos de marés”. A própria denominação de “áreas inundáveis” seria muito genérica, pois há muitas variantes em cada local. Ela contrasta a região com o Pantanal mato-grossense,³² onde não há modificações por marés. Por fim, ela defende que o esvaziamento dos lagos da Rebio não acontece necessariamente pela ação dos búfalos, pois há registros de lagos que secaram sem a presença de bubalinos.

Na sessão aberta para comentários, predominou falas que estavam em torno da seguinte ideia: “o nosso problema não é o búfalo, é a forma como ele está sendo criado”. A fala de um advogado acusava as leis ambientais federais de generalizarem impedimentos para regiões com características diversas, como é o caso do impedimento de matar capivaras, algo que não faz sentido na Amazônia. Outro interventor afirmou que “seguimos diretrizes ambientais de outros países e vivemos em uma lixeira”, em menção às condições sanitárias do Amapá em geral. Essa ideia de que países desenvolvidos destruíram o seu meio ambiente e impuseram restrições à Amazônia brasileira surgiu em mais de um argumento.

Quando o contexto da bubalinocultura é abordado por ambientalistas suas características são vistas de uma maneira bem diferente, o que busco descrever na próxima seção.

³² As comparações entre as várzeas amapaenses com o Pantanal mato-grossense são bastante comuns. Em ambos os biomas proliferam floras e faunas semelhantes.

A PERSPECTIVA AMBIENTALISTA E A RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA

Um dos argumentos de que os agentes favoráveis à bubalinocultura mais lançam mão é a dificuldade de se desenvolver atividades do setor primário da economia devido à grande parcela do território amapaense que tem uso restringido em prol da conservação ambiental. Na audiência pública o palestrante Iraçu ressalta um percentual: 72% do território do Estado teriam algum nível de restrição de uso, fossem eles terras indígenas ou reservas ambientais. Já Drummond e Pereira (2007: 84-5) calculam que pelo menos 47,10% do território estadual amapaense são reservados para finalidades de conservação e preservação ambientais. Apesar de percentuais e critérios distintos, o fato é que existem no Amapá 16 unidades de conservação, 12 destas instituídas no âmbito federal (Cf. Figura 1, pág. 9).

O histórico das áreas de proteção ambiental brasileiras é marcado pela ação do Conselho Nacional do Meio Ambiente, o CONAMA, arranjo institucional considerado singular, visto que poucos países possuem um órgão colegiado com tantas competências na gestão ambiental (Pereira 2013). Dentre suas atribuições, está também a definição de conceitos importantes à conservação ambiental. Segundo o Artigo 1º da Resolução nº 1 do CONAMA/IBAMA, de 23 de janeiro de 1986 (IBAMA 1986), considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II - as atividades sociais e econômicas;
- III - a biota;
- IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V - a qualidade dos recursos ambientais

Definição bastante ampla, mas que ampara os anseios dos setores que acionam a noção de “impacto” quando falam dos búfalos. Na audiência pública citada, poucas foram as intervenções que eram contrárias à pecuária e à criação bubalina. Uma delas

ocorreu após a exposição dos palestrantes que defendiam a atividade e foi feita por um representante de comunidade do Rio Pacuí, um dos braços do Rio Gurijuba, um dos principais rios amapaenses. Ele afirma que há anos vem denunciando ao Ministério Público que a invasão de búfalos está acabando com o Rio e, conseqüentemente, com a atividade de pesca, que sustenta a maioria dos moradores da região: “hoje o pescador não tem como pescar no Pacuí”. Ele diz que essa condição faz com que vários moradores da região tenham que adentrar áreas das fazendas em busca de peixes. Por sua vez, os pecuaristas denunciam essa ação às autoridades e os acusam de roubo de gado, o que o líder comunitário diz não ser verdade. Nessa situação, ele ressalta a possibilidade de eminência de um conflito armado e violento. Por último, afirma que o búfalo causa dez vezes mais impacto que o pescador.

Este processo é o que José Sérgio Leite Lopes chama de “ambientalização de conflitos sociais”, ou seja, a transformação em conflito ambiental de uma disputa por recursos e território em que a questão ambiental surge como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos (Leite Lopes 2006). Por sua vez, Paul Little analisa em seu artigo *Ecologia Política como Etnografia* o que chama de “etnografia dos conflitos socioambientais”, ou seja, pesquisas que se voltam para os agentes sociais e os “agentes naturais” envolvidos em contextos em que interessam “relações – sociais, naturais ou socioambientais – e não objetos substantivos” (Little 2006: 91). Vale enfatizar aqui a postura simétrica do autor frente aos atores e outras variáveis que envolvem um conflito socioambiental, princípio que abre frentes novas de questões. No contexto de cada vez frequentes sobreposições entre atividades agropecuárias com territórios protegidos de alguma forma (como reservas ambientais, reservas indígenas e territórios quilombolas, entre outros), as análises etnográficas dos conflitos socioambientais pode trazer nova luz às disputas de discursos dissonantes.

O prelúdio de um conflito, tal como descrito entre as comunidades e os fazendeiros da região do Rio Pacuí, envolve duas atividades produtivas, a pecuária e a pesca, tornando a questão ainda mais complexa. A dissertação de Cristina Bernardi (2005) analisou um caso semelhante em um município do Maranhão, onde ocorrem conflitos gerados a partir da expansão da bubalinocultura para uma área de pesca artesanal. O contexto abordado é caracterizado por grandes proprietários rurais que detém a maior parte das terras locais, usadas para a criação de gado bubalino de forma extensiva. Conforme Bernardi argumenta, sem práticas de manejo, os búfalos

adentram os campos naturais inundados de onde os pescadores locais retiram seu sustento.

De igual maneira, alguns fazendeiros cercam inadequadamente áreas públicas para a criação de pastos. Na análise de Bernardi, isso prejudica a atividade pesqueira local ao comprometer a qualidade da água, comprometer a biodiversidade aquática e obstruir o acesso a áreas de pesca. Trago esse exemplo para ilustrar uma outra fonte de conflito e disputa com a bubalinocultura, ainda que aparentemente menor que a travada por movimentos ambientalistas. Alias, a possibilidade de disputas da bubalinocultura com a pesca nos ambientes de várzeas é também apontada pela literatura sobre produção agropecuária em áreas de várzea (Marques *et al*, 2003: 67).

Além do líder comunitário do Rio Pacuí, teve voz um opositor da bubalinocultura já conhecido no Amapá, Mamede Siqueira, servidor da Secretaria de Meio Ambiente do Amapá. Em sua intervenção, Mamede fala em uma suposta “caixa preta” dos búfalos, ou seja, uma política de pouca transparência nos dados sobre a criação bubalina e dos impactos resultantes. Apesar do conteúdo de oposição à criação bubalina, seus comentários são recebidos de forma notoriamente jocosa e descontraída pelos demais presentes, uma clara estratégia de desqualificação que demonstra que seus argumentos já são conhecidos há algum tempo.

Apesar de terem pouco espaço na sessão, os argumentos do líder comunitário e de Mamede se aliam também a pesquisas geológicas e ambientais. Nesse contexto, a literatura sobre ambientes de várzea amapaenses descrevem a bubalinocultura como o principal agente antrópico modificador do ambiente (Santos, 2006; Monteiro, 2009; Meirelles e Mochiutti 2000). Segundo Santos (2006), a diferença de relevo topográfico é muito pequena neste tipo de paisagem, em que pequenas diferenças absolutas na elevação têm um grande impacto sobre a frequência e a duração das inundações. Nesse sentido, segundo esse discurso científico, as modificações induzidas pela atividade da pecuária podem ser compreendidas em duas grandes categorias: aquelas induzidas pela ação humana sobre a área onde a atividade de bubalinocultura é exercida, como a abertura de pastos e currais; e aquelas causadas pela presença e movimentação do gado no terreno (Santos, 2006: 125).

Estas modificações no terreno são apontadas tanto por grupos contrários quanto a favor da pecuária como inerente à cultura dos búfalos em áreas de várzea. Dentre as diferentes características dos búfalos, algumas são descritas por ambientalistas como de alto potencial de impacto ambiental. Como enfatizam Collier *et al* (2011), quando

em altas densidades populacionais, o búfalo causa mudanças intensas no ambiente, como a formação de seixos e a destruição de vegetações em razão de seu deslocamento. Nesse mesmo sentido, Bisaggio *et al* (2013: 245-6) afirmam que em ambientes tropicais os rastros deixados por manadas de búfalos destoam da vegetação adjacente:

como os búfalos são animais gregários, de grande massa corporal e possuem o hábito de sempre utilizarem as mesmas trilhas e caminhos, seus vestígios são notoriamente maiores que os de outros herbívoros (...) como capivaras e cervídeos.

Desse modo, esses autores consideram que, além de modificarem o terreno, os búfalos tendem a competir por pastagens com espécies nativas, como os cervídeos. Além disso, o bubalino pode ser vetor de doenças, representando perigos para grupos humanos e outros animais, por meio de zoonoses, preocupação expressa da Diagro e de outros órgãos públicos (ver Figura 2). Um último argumento que aparece com frequência, que não é, por isso, menos significativo, é aquele que afirma que o búfalo pode apresentar perigo a humanos por seu potencial comportamento agressivo e territorialista, principalmente se há muito tempo sem contato com grupos humanos (Bisaggio, *et al.* 2013; Monteiro 2009).

Somada à falta de predadores, sua alta capacidade de adaptação a ambientes alagados pode resultar em crescimentos vertiginosos da espécie. Historicamente, isso ocorreu no contexto da inserção do búfalo no norte da Austrália, região muito sensível a espécies exógenas, onde o animal passou a ser considerado por ambientalistas como uma praga (Collier *et al* 2011). Na classificação ambientalista, animais como o búfalo são chamados de *Espécies Exóticas Invasoras* no ambiente (EEIs). Sobre estas espécies, considera-se que sua ocupação faz com que espécies nativas sejam extintas ao mesmo tempo em que ocorre o aumento das invasões biológicas (De Poorter, Pagad e Ullah 2007; Sampaio e Schmidt 2013; Bisaggio *et al* 2013)³³.

Nesse sentido, Bisaggio *et al* (2013: 257) afirmam que a permanência de EEIs por longos períodos pode acarretar a impossibilidade do retorno das características originais do ambiente, preocupação expressa no caso das reservas do Amapá. É importante notar que a atenção a casos em que EEIs se tornam “problemas

³³ “Acredita-se que, no mínimo, mais de 100 Unidades de Conservação do país possuam espécies invasoras” (Bisaggio, *et al.* 2013: 244).

ambientais” tem aumentado nos últimos anos e parece ser um tema que tende a se complexificar cada vez mais.³⁴

No estado do Amapá, as principais críticas à criação de búfalos nas regiões de várzeas vêm dos funcionários do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o ICMBio, que consideram a atividade extremamente danosa ao ambiente. As áreas de proteção brasileiras são regidas pela Classificação das Unidades de Conservação no Brasil (SNUC), que define a categoria *Reserva Biológica* dentro do grupo de Unidades de Proteção Integral (Brasil 2000). Nesta classificação, fica “inteiramente proibida a exploração ou o aproveitamento direto dos recursos naturais” (Ministério do Meio Ambiente, 2008: 18-20). Desta forma, as Reservas Biológicas (Rebios) têm como objetivo “preservar integralmente a biota e os demais atributos naturais existentes em seus limites, não permitindo interferência humana direta ou modificações ambientais”. Por essas razões, estariam interditas a presença humana e de espécies estrangeiras à biota local (IBAMA 2002), como são considerados os búfalos.

A Reserva Biológica (Rebio) do Lago Piratuba, *locus* central deste estudo, está localizada no extremo leste do estado do Amapá, abrangendo parte dos municípios de Tartarugalzinho e Amapá, na região do baixo curso do rio Araguari e do cabo Norte. Com uma área total de 392.469,1100 hectares, a Rebio é administrada, desde 2007, pelo ICMBio, autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, responsável pela gestão das unidades de conservação federais em virtude da divisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)³⁵.

A Rebio do Lago Piratuba é constituída majoritariamente por ecossistemas de várzea. Como descrevem Daniel *et al* (2001: 384), estes ecossistemas de várzea são marcados por variações de maré duas vezes ao dia por períodos de até seis horas ou mais. As grandes áreas de várzeas são amplamente inundadas algumas vezes por mês,

³⁴ Para citar outra pesquisa em curso sobre o tema de EEIs, Caetano Sordi (2015) analisa a presença de suídeos asselvajados da espécie *Sus scrofa scrofa* (javali europeu) e seus híbridos com porcos domésticos, conhecidos como javaporcos, na Área de Proteção Ambiental (APA) do Ibirapuitã (Rio Grande do Sul). Tive a oportunidade de discutir parte desta pesquisa com o pesquisador em uma mesa mediada por Bernardo Lewgoy na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em maio de 2015, que contrastava dois contextos de pontos geográficos opostos, o do Rio Grande do Sul e o do Amapá, justamente para apontar para o problemas distintos de origens semelhantes, as EEIs.

³⁵ A unidade foi criada por meio do Decreto Federal nº 84.914 de 16/07/1980 e teve seus limites alterados pelo Decreto Federal nº 89.932 de 10/07/1984.

durante as marés mais elevadas associadas às luas cheias e novas. Os campos inundáveis são constituídos por um solo eutrófico com textura argilosa e acidez elevada (Monteiro, 2009), e a vegetação é de tipo campestre e espécies aquáticas flutuantes.³⁶ Estas características fazem com que a região esteja suscetível a alterações consideráveis em seu solo e vegetação, em que se destacam visivelmente aquelas de origem antrópica (Santos 2006: 22).

Quando da criação da Rebio do Lago Piratuba, em 1980, residiam famílias em comunidades e funcionários de fazendas nas margens do rio Araguari, que se dedicavam principalmente à pecuária bubalina. Uma publicação do Ministério do Meio Ambiente (2008: 53) sobre as unidades de conservação amapaenses destaca que

os grandes desafios enfrentados na administração desta Reserva Biológica estão relacionados com a falta de regularização fundiária da unidade, equipe reduzida, pecuária bubalina e incêndios no interior e entorno da reserva, pesca ilegal e predatória (principalmente nos lagos), fragmentação da mata de várzea do rio Araguari e abate de onças.

Dentre as modificações mais comuns de serem atribuídas à bubalinocultura estão os escoamentos de igarapés e campos de várzea e a criação de *varadouros*, canais abertos entre dois rios que surgem de forma gradativa e que são apontados frequentemente como uma grande manifestação visível da atividade da pecuária extensiva na região próxima à Rebio, o que comento a seguir.

³⁶ “A cobertura vegetal nas áreas periodicamente inundadas é composta por Poaceae, Cyperaceae, Nymphaeaceae, Alismataceae, Araceae, Maranthaceae. Nos campos herbáceos e nos campos arbustivos destacam-se as espécies como taxi (*Triplaris surinamensis* Cham.), mamorana (*Pachira aquática* Aubl.), munguba (*Bombax munguba* Mart. et Zucc.); arbustos esparsos como *Solanum* sp., *Mimosa pigra* L. e as palmeiras buriti (*Mauritia flexuosa* L. f.) e caraná (*Mauritiella aculeata* (Kunth) Burnet.). Nas regiões mais rebaixadas e mais alagadas a vegetação é composta por aninga (*Montrichardia arborescens* Shortt) tiriricão (*Scleria* sp.), buriti (*Mauritia flexuosa* Mart.), piri (*Cyperus giganteus* Vahl.). Nas depressões onde se formam lagos permanentes, com acúmulo de matéria orgânica proveniente da decomposição das macrófitas aquáticas, destaca-se o aguapé (*Eichornia crassipes* (Mart.) Solms e *E. azurea* (Sw.) Kunth.), mururé (*Nymphaea* sp.), cabomba (*Cabomba aquática* DC.) e outras aquáticas” (Santos, 2006: 29 e 109).

A Rebio como artefato

Em sua pesquisa antropológica sobre o histórico de formação das Unidades de Conservação, Henyo Barreto Filho (2001: 38) propõe compreender essas áreas como artefatos:

por um lado, porque constituem heranças de programas e planos governamentais, produtos deliberados, conscientes e intencionais de ações humanas, de tomadas de decisão política de uma sociedade particular, gestadas em contextos históricos específicos por agentes determinados; por outro lado, porque estes produtos vêm sendo apropriados e partilhados hoje em dia de modo não necessariamente antecipado por aqueles que os conceberam e criaram.

Nesse sentido, Barreto Filho argumenta que as áreas de proteção integral passam por apropriações e disputas muitas vezes originalmente não previstas quando seus limites foram originalmente demarcados. No caso, as UCs são marcadas também como artefato enquanto algo construído pelo conjunto das relações que as formam. Isso implica que as restrições das UCs formam parte de um processo sociotécnico que envolve disputas e releituras da natureza e seus usos. Este processo pode ser visto no histórico das questões envolvendo a Rebio do Lago Piratuba.

De acordo com um relatório técnico a partir de um estudo realizado por técnicos do Ibama, existe uma densidade extremamente alta de búfalos na Rebio do Lago Piratuba, especialmente no setor sul, ao longo do rio Araguari (Tomás, Tiepolo e Camilo 2007). A figura a seguir, realizada a partir desse levantamento, demonstra o que seriam “zonas quentes” da concentração de gado bubalino calculadas a partir da densidade aparente dentro da área da Reserva em 2006. Como pode ser observado, o gado tem marcada presença principalmente nas regiões das maiores fazendas e das comunidades dentro da Rebio, região onde a pesquisa de campo foi feita.

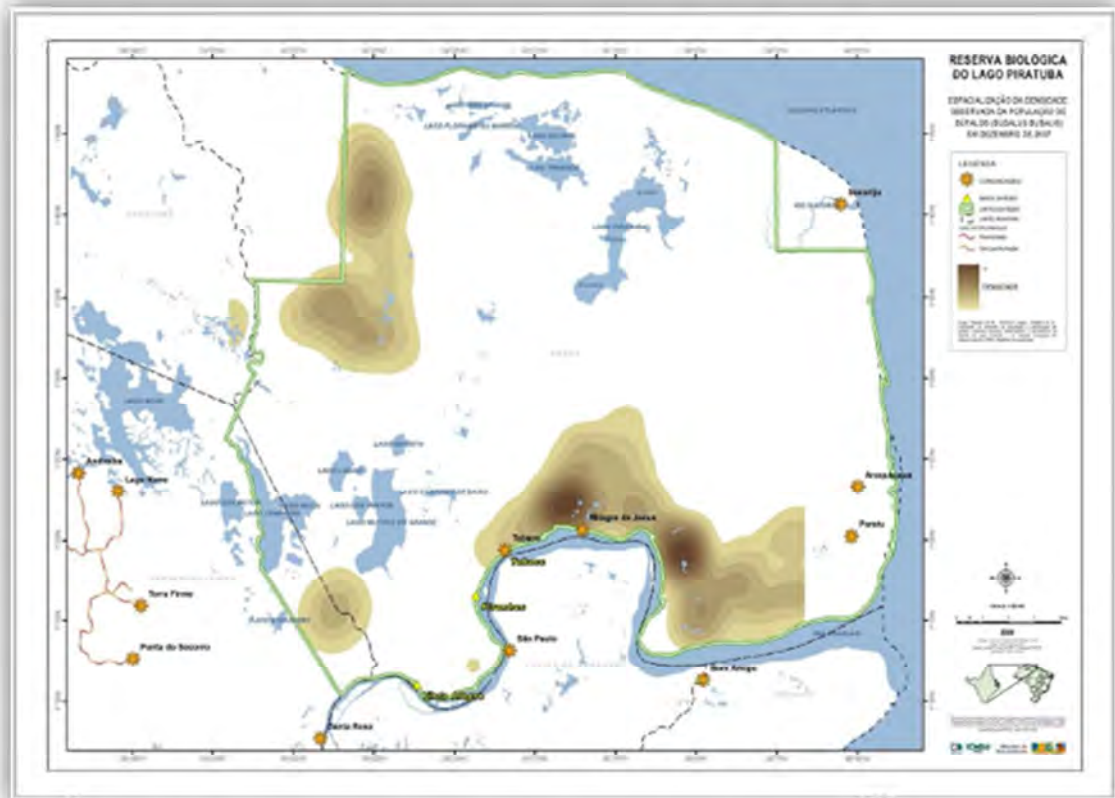


Figura 7 - Zonas de concentração de gado bubalino na Rebio do Lago Piratuba em 2006

Reproduzida com autorização a partir da apresentação realizada por técnicos do ICMBio

Em conversas com Patrícia Pinha, Chefe da Rebio do Lago Piratuba/ICMBio, ela explica que trabalha com a área da Rebio há cerca de dez anos e nesse intervalo já nota o quanto os campos de várzea já foram escoados e se tornaram mais secos, atribuindo isso à ação do gado. Se antes a diferença dos campos no inverno e no verão era só o nível da água, aponta, agora no verão os mesmos campos se encontram bastante secos. Apesar de reconhecer a influência de dinâmicas intercontinentais na região, como o *El Niño* e *La Niña*, diz, em sua análise a pecuária está “acabando com a região” e “recortando” todo o território, menção aos seixos deixados pela movimentação do gado. Um novo estudo de estimativa foi realizado em 2013 com a mesma equipe do trabalho anterior. Até o término de confecção deste texto o relatório ainda não estava finalizado, mas a Chefe da Rebio disponibilizou a imagem com o

novo cálculo da densidade aparente na Reserva, reproduzida a seguir, argumentando que de 2006 até 2013 a situação se manteve semelhante.

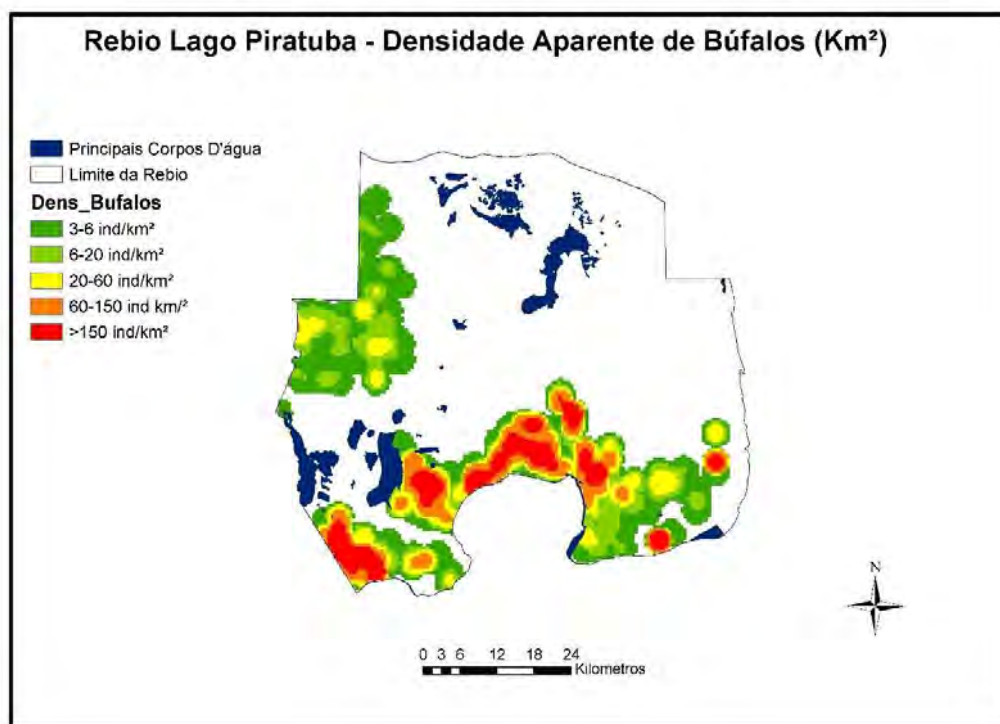


Figura 8 - Zonas de concentração de gado bubalino na Rebio do Lago Piratuba em 2013

Geólogos, como Valdenira Santos (2006: 127), descrevem que as ravinas são formadas em função da subida e descida do gado nas margens das drenagens, dispondo-se comumente perpendicular a estas configurando um padrão retangular. Igualmente, Patrícia considera que os varadouros, canais abertos na mata para ligar dois rios, são resultantes da ação da pecuária, seja pela movimentação dos búfalos, seja pela dos vaqueiros e mateiros. Em todo caso, esses varadouros e recortes no terreno não são considerados desenhos de processos naturais, pois são causados pelo pisoteio do gado, e são tidos como altamente danosos à região.

É importante relatar que essa adaptabilidade dos bubalinos às áreas alagadas e as modificações no solo que sua movimentação podem causar são bem conhecidas e

usadas pelos pecuaristas.³⁷ Mesmo falando de outra posição em relação à bubalinocultura, essa afirmação é também sustentada por relatos de alguns vaqueiros e pecuaristas com quem conversei. Em um relato de um fazendeiro, ele me conta que ele tinha problemas de seca em sua propriedade, pois os igarapés locais estavam secando e tornando o acesso à fazenda cada vez mais difícil. A partir deste problema, ele resolveu trocar seu rebanho bovino pelo bubalino, que abriu novos canais que irrigaram suas terras. Em sua fala, alguns fazendeiros “colocam os búfalos para abrirem igarapés até as sedes das fazendas para ficar mais fácil”, o que demonstra que há também um uso consciente desse potencial de alteração nos solos e vias hídricas.³⁸

De fato, essa possibilidade de mudança nos terrenos amazônicos é um tema central quando se conversa com diferentes atores da região. Em um livro que mistura narrativa etnográfica com trajetórias pessoais e ponderações históricas, Hugh Raffles (2002) apresenta uma reflexão interessante sobre a relação entre as pessoas que vivem no ambiente amazônico paraense e amapaense e as dinâmicas que moldam e modificam tanto as suas vidas quanto o próprio meio em que vivem. A partir de sua etnografia itinerante, em que viaja com comerciantes fluviais, o autor utiliza de métodos de história oral e narrativas pessoais para percorrer décadas de vivências de diferentes famílias em ambientes fluviais amazônicos, os igarapés. Suas descrições se concentram especialmente no Igarapé Guariba, no Amapá, e nas mudanças ocorridas em seus fluxos, tanto hídricos quanto de pessoas e coisas.

Ao abordar o notável aumento do Igarapé no período histórico abordado, Raffles traz afirmativas interessantes para se pensar esses ambientes tão vivos e dinâmicos: “nada é estático em uma floresta”, pois “a natureza está sempre em processo de formação” (2002: 8). Esta constatação é valiosa para entender as disputas que busco descrever nessa tese, pois as pessoas que vivem e se relacionam com a costa amapaense tomam esse dinamismo do ambiente como uma pressuposição; a sempre atual possibilidade de que igarapés nasçam ou sequem de uma estação para a outra (Sautchuk 2007). Isso se torna manifesto em conversas e relatos sobre os

³⁷ Valdenira Santos (2006: 129) relata algo parecido: “Cerca de 89% das entrevistas em campo apontaram para modificações na rede de drenagem, dos quais 64% foram associadas diretamente ao pisoteio do gado ou indiretamente pela indução na formação de canais pelos moradores”.

³⁸ Na fala de outro pecuarista que é agrônomo e tem experiência na criação de búfalos no Marajó, “criar gado no Amapá é muito complicado” devido ao solo, “que mais parece um monte de lama revirada e jogada ali”. Ele afirma que em uma mesma área onde cria quatro búfalos no Marajó ele é capaz de colocar somente um no Amapá.

varadouros que surgem e se tornam grandes rios em poucas estações, ou de igarapés que secam por completo.

A partir de sua pesquisa, Raffles (2002: 32) admite que os varadouros possam ser tanto antropogênicos quanto gerados por outras razões. No entanto, tanto sua descrição quanto os relatos que ouvi deixam claro que modificações induzidas nos igarapés podem ser tentadas e planejadas, mas sem deixar de terem, contudo, certa dose de imprevisibilidade. Tal como a maioria dos moradores da região com quem conversei, Patrícia vê esses varadouros como a principal razão da diminuição do volume de água escoado ao mar pelo Araguari. Em um descrição da situação mais recente do rio Araguari, a chefe da Rebio do Lago Piratuba diz que esse escoamento pelos igarapés fez com que a foz do Araguari fosse assoreada “por completo”, pois a vazão do rio diminuiu muito e, portanto, a água do mar entra com maior força no rio, trazendo enorme quantidade de sedimentos. Por isso, ela diz, a Pororoca já não ocorre mais no Araguari.

Em função disso, ela analisa que algumas fazendas tiveram seus acessos fluviais inviabilizados, o que pode vir a inviabilizar a atividade da pecuária nesses locais mais próximos à foz do Araguari. Patrícia destaca que vários dos grandes fazendeiros da região do baixo Araguari são também empresários em outros ramos onde têm sua principal fonte de renda: “O centro de Macapá está todo aqui”, diz, em referência aos pecuaristas que têm lojas, importadoras e postos de gasolina na capital. Em sua opinião, tais empresários mantêm as fazendas “pra ter terra”, uma ideia de posse como valor.³⁹ Em sua análise,

[O búfalo] é uma espécie que não tem condição. Pecuaria grande sempre joga a culpa em uma forçante natural. A região está secando, está drenando. Vai mudar tudo, vai mudar toda a vegetação, as espécies, a fauna. Aí que vai ter incêndio, porque aqui não tinha incêndios, porque antes era tudo submerso.

Ela ressalta que a turfa, uma espécie de vegetação subterrânea, é altamente combustível e causa um tipo de incêndio muito difícil de ser combatido, pois ele queima por baixo da terra. Para parar o avanço das queimadas, os brigadistas são levados a cavarem trincheiras, que potencialmente podem vir a se tornarem novos igarapés que podem escoar os campos inundados. Na época de minha pesquisa de

³⁹ Em outro contexto ouvi algo semelhante de um herdeiro de uma fazenda com quem conversei, que diz que “quem tem muito gado não é fazendeiro; é empresário. Fazendeiro é quem vive de boi”.

campo, o último grande incêndio havia ocorrido em novembro de 2012 e demandou por volta de setenta dias de combate por parte da equipe de brigadistas e funcionários do ICMBio. No retorno de minha última estadia no baixo Araguari, em 2013, presenciei das margens do rio uma enorme nuvem de fumaça, o início de um novo incêndio.⁴⁰

Em suma, Patrícia afirma que um cálculo econômico deveria ser feito pelo Estado para perceber que a atividade da bubalinocultura emprega pouco e gera demasiados danos e gastos. O ICMBio, por sua vez, emprega na região da Rebio cerca de vinte funcionários em seu quadro fixo, além de vinte e oito brigadistas sazonais, o que seria mais do que várias fazendas somadas (Cf. Prancha 4, pág. 133). A utilização de queimadas e os impactos sobre a biodiversidade resultantes tem se destacado nas discussões ligadas ao manejo das áreas protegidas. Como destacam Mistry e Bizerril, muitos incêndios iniciados em áreas de proteção ambiental têm sua origem em propriedades rurais e são ligados às atividades agrícolas (Mistry e Bizerril 2011).

Os mesmo autores relatam que as restrições de uso dos recursos das reservas têm aumentado a incidência de queimadas como forma de protesto por parte das populações que vivem dentro e próximo de áreas protegidas. Os próprios autores são críticos em relação ao tratamento do uso do fogo em regiões próximas às áreas de proteção:

A legislação brasileira e as normas que ditam como as pessoas podem usar o fogo, buscam, na verdade, evitar e restringir o uso do fogo, especialmente no entorno de áreas protegidas, porém as grandes e freqüentes queimadas nessas localidades na estação seca são o retrato do descompasso entre essas políticas e o que ocorre na realidade (Mistry e Bizerril 2011: 46)

Além disso, é descrito pela literatura que os “búfalos também causam injúrias em árvores por meio da fricção de seus corpos e chifres nos troncos. É provável que os animais causem a morte de árvores maduras e impeçam o recrutamento e o crescimento de novos indivíduos.” (Bisaggio, et al. 2013). Portanto, na análise dos gestores ambientais, esse conjunto de danos ou impactos ambientais são originados ou

⁴⁰ Depois do período de minha pesquisa ocorreu um dos piores incêndios registrados na Rebio, que começou em novembro de 2014 e seria combatido por várias semanas. A administração da Rebio atribuiu o incêndio a ação criminosa de retaliação às normas e fiscalização da Reserva (Cf.: *Incêndio criminoso atinge reserva biológica no Amapá* – In: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2014/11/incendio-criminoso-atinge-reserva-biologica-no-amapa> - acessado em fevereiro de 2015).

agravados pela bubalinocultura. Destes, uma das modificações mais imediatas é a alteração dos solos, como destacado. Em função de seu peso e tamanho, o búfalo é capaz de deixar pegadas com profundidades de mais de 10 cm e larguras variáveis, principalmente em terrenos úmidos (Santos, 2006; Monteiro, 2009). Por essa razão, Tomás, Tiepolo, & Camilo (2007: 6) apontam como sinais visíveis da presença de bubalinos o aparecimento de canais, trilhas, vegetação alterada e águas barrentas.

Nas apresentações que fazem para tratar da questão dos búfalos dentro da Reserva, os funcionários do ICMBio inserem duas imagens (reproduzidas a seguir) que têm a intenção de demonstrar um contraste encontrado dentro da Reserva. A primeira mostra uma vista aérea de uma manada em movimento e seixos criados a partir de sua tendência de se deslocarem em filas e seu peso corporal. Solos de áreas de várzea são formados a partir de sedimentos terciários e quaternários que são bastante sensíveis (Santos 2006). A segunda imagem visa representar um ideal de bioma não modificado pela ação antrópica e de animais de espécies exógenas.

Santos (2006) enfatiza que solos compactados pela movimentação do gado são mais suscetíveis aos processo de lixiviação e erosão, que gradativamente seca os campos alagados. Além da compactação do solo, a autora lista como efeitos da pecuária extensiva sobre o ambiente a descaracterização da cobertura vegetal, mudanças na qualidade da água e efeitos diversos sobre a fauna. Para compreender a capacidade de rebanhos de búfalos de alterar o solo, com frequência me foi apontado pelos funcionários do ICMBio um caso que, devido a contingências históricas, criou uma situação quase experimental: a Estação Ecológica Maracá-Jipioca, próxima à Rebio objeto desta pesquisa, e que abordo a seguir.



Figura 9 - Movimentação de Búfalos dentro da Rebio do Lago Piratuba

Fonte: Acervo ICMBio – reproduzida com permissão.



Figura 10 - Paisagem ideal da Rebio do Lago Piratuba de uma perspectiva ambientalista

Fonte: Acervo ICMBio – reproduzida com permissão.

Sobrevoo de uma floresta de búfalos

Instituída por lei pelo Decreto 86.061 de 02 de junho de 1981 e localizada na costa atlântica do Amapá, a ESEC Maracá-Jipioca era composta por duas ilhas que davam o nome à Estação, Maracá e a extinta Jipioca, submersa pelo mar (Cf. Figura 1, pág. 9). A ilha de Maracá era dividida entre Maracá Norte e Maracá Sul. Na porção sul da ilha se encontravam, em 2009, por volta de 641 búfalos asselvajados, provenientes de uma fazenda de búfalos estabelecida no local antes de sua transformação em unidade de conservação (Monteiro, 2009: 1).

De acordo com o relato de Admilson Stephano⁴¹, técnico do ICMBio e à época de minha pesquisa de campo chefe da Unidade de Conservação Estação Ecológica Maracá-Jipioca, antes da instituição da proteção ambiental haviam fazenda de bovinos e bubalinos, nas duas porções da Ilha de Maracá. Por ser uma ilha costeira, cercada por área marinha, o terreno não poderia ser uma propriedade privada, pois estava sobre terras públicas. Por isso, o Decreto de 1981 que cria a ESEC não reconheceu as fazendas como propriedades legais, apenas como posse. Assim, os dois posseiros que estavam na Ilha foram comunicados que deveriam retirar seu gado até 1986. Admilson relata que o posseiro de Maracá Norte saiu rapidamente da Ilha e retirou todo o seu gado, enquanto na fazenda da parte Sul da Ilha uma pequena parcela do plantel foi deixada para trás. De acordo com o cálculo do antigo posseiro, cerca de 28 búfalos foram deixados na ilha em 1986, das quais 18 eram fêmeas, todos da raça Carabao, mais rara e considerada por alguns vaqueiros como de mais difícil trato.

Em mais de uma ocasião ouvi sobre os perigos que os búfalos podem representar a humanos, especialmente se asselvajados, quando atacam mesmo quem estiver montado em cavalos. Como o técnico do ICMBio conta, esses búfalos asselvajados da parte Sul da Estação Ecológica não se intimidam nem com a presença de um helicóptero, tentando até mesmo atacá-lo no ar. Como relatado na literatura (Monteiro, 2009; Collier, Neil *et al.*, 2011; Bisaggio, et al. 2013) e por pessoas que trabalham com a bubalinocultura, quando permanecem sem ter contato com humanos por determinado período, até mesmo poucos meses, os búfalos tendem a apresentar comportamento agressivo para com humanos e passam a ser considerados asselvajados. Sobre esse processo, recorro mais adiante neste texto à teoria de Jean-Pierre Digard, que pondera que nenhuma espécie animal pode ser considerada como totalmente e, permanentemente, domesticada, afirmando portando o dinamismo e a reversibilidade do que ele chama de processo domesticatório (Digard 1988). Por ora, é suficiente deixar claro que as pessoas envolvidas com os búfalos afirmam que é extremamente perigoso estar no mesmo terreno que os búfalos ditos asselvajados, que podem vir a atacar pessoas, principalmente se os animais estiverem em grupos.

Admilson conta que durante esses quase trinta anos, ocorreram poucas tentativas de retirada dos bubalinos remanescentes. Algumas delas envolveram experiências de abater os animais e de charquear sua carne para ser consumida fora da

⁴¹ Entrevista concedida por Admilson Stephano - Analista Ambiental / ESEC de Maracá-Jipioca - em 15 de abril de 2012.

ilha. Contudo, essas ações se mostraram muito dispendiosas e perigosas, com relatos de vaqueiros feridos e até mesmo cavalos mortos durante as ações. Em 2004, uma contagem dos animais foi feita pelo ICMBio pelo método de avistamento aéreo e estimou cerca de 340 búfalos. Em uma estimativa atual mais arrojada que a de Monteiro (2009), Admilson afirmou existirem em 2012 aproximadamente mil búfalos asselvajados na ESEC Maracá-Jipioca. Seja como for, é notória a capacidade de reprodução dos rebanhos asselvajados, que, em terreno favorável e sem predadores naturais⁴², aumentaram de uma manada de 29 búfalos a centenas de animais na Ilha.

O estudo de Monteiro (2009: iv) comparou o solo e a vegetação em dois locais em cada uma das porções da ilha de Maracá e constatou que “a ocupação de bubalinos na ilha de Maracá Sul vem ocasionando significantes alterações da paisagem, evidenciadas pela degradação da vegetação e compactação do solo devido ao pastoreio e pisoteio intensivo”. De fato, Admilson afirma que os igarapés da Ilha estão atualmente bastante “degradados” devido à movimentação dos rebanhos. Aliado a isso, os técnicos do ICMBio consideram que a presença dos búfalos na Ilha diminui a população de veados, animal nativo, devido à diminuição dos pastos disponíveis.

Como explicam Tomás, Tiepolo, & Camilo (2007) espécies exóticas invasoras normalmente são introduzidas a partir de tentativas de criação controlada, com escape de indivíduos ou abandono das criações. Um caso semelhante ao da ESEC Maracá-Jipioca é analisado por Bisaggio *et al* (2013), que registram a presença de búfalos ferais na Reserva Biológica do Guaporé (Rebio Guaporé), em Rondônia. Segundo os autores, os búfalos foram introduzidos na região na década de 1950 em tentativas de desenvolver a pecuária e a economia local. Na época, 66 animais foram trazidos para uma fazenda vizinha à Rebio. Como relatam, “com o abandono da fazenda, os búfalos permaneceram sem controle, aumentaram em número (atualmente estimado em cerca

⁴² Monteiro (2009) admite que a onça-pintada (*Panthera onca*) é uma espécie que pode ter se beneficiado da presença de búfalos na Ilha, principalmente de animais velhos e doentes que se separam do rebanho, mas considera que deveriam ser feitos estudos mais detalhados para comprovar isso. Estudos realizados na Venezuela (Hoogesteijn & Hoogesteijn, 2008) demonstraram que a predação de búfalos por onças é muito baixa, praticamente nula. Resultados de uma pesquisa de Micheline Vergara (Vergara 2011), analisados pela autora e por Admilson Stephano, apontam para uma densidade aparentemente maior que o esperado para a Amazônia e para um ambiente insular, mas que se baseiam em vestígios da presença de onças nas margens das ilhas, sem considerar seu interior. Algo semelhante é apontado na pesquisa de Felipe Sússekind (2010) no Pantanal, onde a predação de búfalos por onças-pintadas é considerada rara.

de 4.000 cabeças) e provocaram significativas alterações ambientais na região da UC” (Bisaggio, *et al.* 2013: 243).

Atualmente, o elevado número de búfalos asselvajados localizados em alguns pontos da Rebio Guaporé causam impactos diversos, em grande parte devido às ações de pastejo e pisoteio dos animais:

Nos campos inundáveis da REBIO Guaporé, as diferenças visuais entre os campos ocupados e os livres de búfalos são notórias. Enquanto os campos livres constituem vastos tapetes homogêneos de gramíneas, os campos ocupados apresentam pouca uniformidade, com variados graus de alterações provocadas pelos búfalos (Bisaggio, *et al.* 2013: 255).

É interessante notar que os autores ressaltam que a inserção dos bubalinos na região foi uma iniciativa dos administradores do então Território Federal do Guaporé, que trouxeram os animais da Ilha de Marajó, estado do Pará, para uma propriedade pública. Nesse caso, assim como no contexto da Rebio do Lago Piratuba, diferentes esferas e instituições agiram e agem de acordo com as perspectivas pelas quais interagem com os ambientes, seja um cenário a ser explorado economicamente, seja um conjunto a ser preservado. Essas distintas formas de relações com o território são também compreendidas de maneiras diversas pelos ambientalistas.

Nesse sentido, quando se trata da presença de bubalinos na região da Rebio do Lago Piratuba, é necessário separar duas situações distintas a partir da maneira como os próprios funcionários do ICMBio lidam com a questão. A primeira delas diz respeito aos animais que entram na Reserva vindos das fazendas que estão na face Oeste da área delimitada (Cf. Figura 7, pág. 58). Já no segundo caso, os búfalos estão dentro da Rebio devido às fazendas instaladas ao longo das duas margens do rio Araguari, uma delas constituindo o limite da área de proteção. Neste cenário, busco relatar diálogos e tentativas de contenção da bubalinocultura no interior da Rebio que são, majoritariamente, lideradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

De acordo com funcionários do ICMBio, as ações de sobrevoo pela Reserva são uma importante fonte de monitoramento das modificações ocorridas dentro do território de proteção, apesar de terem ocorrido poucas vezes. Um destes sobrevoos ocorreu durante uma ação para combater um grande incêndio no interior da Reserva, em 2005, quando teria sido avistada uma grande quantidade de gado asselvajado

dentro da Rebio do Lago Piratuba. Na época, a suspeita dos funcionários do Instituto é que o incêndio tenha sido causado por vaqueiros em tentativas de encurralar rebanhos, algo que me relataram ser comum, juntamente com incêndios iniciados em retaliação às ações do ICMBio. Este foi um marco importante na definição da bubalinocultura como uma ameaça à manutenção da Reserva, pois foi a primeira vez que produziram imagens aéreas de búfalos em locais bem distantes das fazendas. Além desses rebanhos considerados asselvajados, os gestores ambientais destacaram que o impacto causado pela presença e movimentação dos bubalinos era bem visível, referindo às modificações como “ferimentos no solo” (Cf. Figura 9, pág. 64).

Após essa constatação de um grande número de búfalos supostamente asselvajados dentro da Rebio em 2005, foi organizado um estudo de estimativa populacional de búfalos em parceria com a Embrapa Pantanal (Tomás, Tiepolo e Camilo 2007). Neste estudo, os métodos de contagens aéreas e da contagem dupla foram utilizados para estimar o tamanho e a distribuição dos búfalos na área da Rebio, técnica já utilizada em levantamentos de grandes vertebrados. Segundo os pesquisadores, “este método foi adotado porque se aplica bem a áreas extensas, de vegetação aberta e de difícil acesso” (*ibid.*: 5). Este estudo estimou a presença de cerca de 33.354 búfalos dentro da Reserva.⁴³ De acordo com os pesquisadores,

O rebanho de búfalos na REBIO Lago Piratuba pode ser classificado em dois tipos: pequenas manadas e grupos pequenos, isolados em áreas relativamente remotas presentes no setor oeste/noroeste, e grandes manadas manejadas em fazendas, especialmente ao longo do rio Araguari (...) A presença de búfalos na região da REBIO Lago Piratuba e sua periferia parece estar modificando substancialmente a paisagem (Tomás, Tiepolo, & Camilo, 2007: 7-8).

Notícias recentes que focam principalmente o fenômeno da Pororoca vêm destacando as mudanças nos solos e nas dinâmicas hídricas na foz do Araguari, corroborando os argumentos sustentados pelo ICMBio de que os principais vetores dos considerados danos ambientais estão ligados à bubalinocultura. Além da matéria televisiva citada,⁴⁴ outro estudo de monitoramento da base cartográfica feita pelo

⁴³ Números da estimativa com as margens de erro: Total: 33.354 ± 4.680 animais. Setor oeste-noroeste: 11.759 ± 2.231 búfalos. Setor sul: 20.703 ± 2.482 búfalos.

⁴⁴ Conferir: *Jornal Nacional* - “Pecuária pode ter causado fim da pororoca do rio Araguari”, matéria exibida no dia 10/07/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/07/pecuaria-pode-ter-causado-fim-da-pororoca-do-rio-araguari-no-amapa.html> - acessado em 18/07/2015).

Exército Brasileiro divulgado⁴⁵ poucos dias antes do fechamento desta tese reforçou o diagnóstico do assoreamento da foz do rio Araguari. Neste estudo, são interpostas duas imagens de satélite em uma mesma escala da foz do rio em dois momentos distintos, 2003 e 2014, reproduzida a seguir:



Figura 11 - Imagens de satélite da foz do Araguari - 2003/2014

De acordo com a matéria em que são divulgados os dados,

O aterramento causado pela abertura de canais ao longo do rio, somado à atividade pecuária nas margens causaram, segundo especialistas, o fim de um dos fenômenos naturais mais conhecidos do estado. Os registros fazem parte da primeira fase concluída da Base Cartográfica do Amapá feita pelo Exército Brasileiro. As imagens mostram em detalhes que restou apenas um pequeno canal de água no meio do rio Araguari, próximo ao Oceano Atlântico. As manchas lilases, por exemplo, representam o assoreamento. Os registros são de 2014 e foram feitos com radares.

⁴⁵Conferir: “Radar mostra antes e depois de rio onde existia a pororoca no Amapá”, divulgada em 27/07/2015, disponível em <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/07/radar-mostra-antes-e-depois-de-rio-onde-existia-pororoca-no-amapa.html> - acessado em 28/07/2015.

Este diagnóstico amparou a gestão do ICMBio a traçar estratégias diferenciadas para as duas grandes situações constatadas. Notoriamente, há uma situação nos limites da parte Oeste da Rebio, próxima a grandes fazendas que se localizam fora da área de reserva, mas que também praticam uma forma extensiva de pecuária em que o gado se desloca para áreas dentro da Reserva, e outra nas fazendas às margens do rio Araguari, onde toda a prática da bubalinocultura é realizada dentro da área de proteção integral. Como explica Patrícia Pinha, Chefe da Rebio,

De acordo com a legislação vigente,⁴⁶ os termos de compromisso só devem ser estabelecidos com as populações tradicionais residentes. Dessa forma, optou-se por elaborar um termo de compromisso com as comunidades e um termo de ajustamento de conduta com os fazendeiros [que estão no entorno da Reserva]⁴⁷.

Devido a este contraste que gera políticas diferentes, descrevo a seguir um pouco do histórico das relações entre o ICMBio e os proprietários dos búfalos.

Duas situações distintas – Os de fora...

Ao considerar as diferentes origens dos bubalinos dentro da área de proteção, o órgão tentou traçar uma estratégia para diminuir problemas ambientais causados pela criação bubalina próxima à reserva. No histórico dessa estratégia, destaca-se uma 1ª Reunião ocorrida em 14/11/2006 entre a chefia da Rebio do Lago Piratuba com os pecuaristas que têm propriedades no entorno da Reserva, que contou com a presença de representantes do Ministério Público Federal.⁴⁸ Após a constatação dos rebanhos dentro da Reserva, em 2006 ocorreu uma operação piloto de tentativa de retirada de búfalos que envolvia os gestores da Reserva Biológica do Lago Piratuba, da ESEC Maracá-Jipioca e o Núcleo de Operações Aéreas do IBAMA/ICMBio, bem como os pecuaristas da região do entorno da Rebio e a prefeitura municipal da Cidade do Amapá.

⁴⁶ Referência à Lei No 9.985, de 18 de Julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o SNUC (Brasil 2000).

⁴⁷ Entrevista realizada em 31 de Agosto de 2012.

⁴⁸ Esse histórico se baseia na apresentação feita pelos funcionários do ICMBio em uma reunião de acompanhamento dos acordos estabelecidos com estes pecuaristas e que ocorreu na Cidade do Amapá em 31/08/2012.

Nesta ação, os técnicos do Instituto relatam terem utilizado um helicóptero para agrupar os bubalinos, o que foi feito a partir de comandos de movimentação dados por vaqueiros a bordo da aeronave e pelo apoio de uma equipe a cavalo no solo. Apesar de terem conseguido realizar parte da ação com grande sucesso, agrupando um rebanho de mais de 3000 búfalos, isso trouxe o problema da falta de um curral que pudesse conter tamanho grupo de animais, que acabaram debandando novamente. Em outro momento, em outubro de 2011, ocorreu uma tentativa mais pontual de retirar búfalos da face oeste da Rebio. Contudo, essa ação também não teve sucesso por falta de cooperação técnica e pela falta do auxílio de um helicóptero como na tentativa anterior, como julgam Patrícia e Iranildo, funcionários do ICMBio.

Iranildo relata que, na tentativa de retirar os bubalinos asselvajados, os funcionários do Instituto tiveram que montar *bois cavalos* para acessar o interior da Reserva, uma categoria de búfalos treinados (que será analisada mais adiante), visto que cavalos não conseguem percorrer o terreno de lama e terra fofa. Os animais foram cedidos de fazendas próximas a essas áreas. Esse foi também o caso quando a brigada de incêndio teve que adentrar o território em algumas regiões para combater focos de incêndio. Por isso, na apresentação dos técnicos do ICMBio eles destacam que essas ações contaram com o apoio logístico de proprietários de fazendas no entorno da Rebio, o que fortalece uma política de negociações de consensos parciais e convergência de interesses entre o Instituto e os pecuaristas.

Para o Instituto, é muito improvável que ações na Rebio ocorram com sucesso sem a ajuda e apoio de fazendeiros locais. Para os pecuaristas, a de retirada de gado asselvajado do interior da Reserva vem com a negociação de que os animais sejam incorporados aos seus plantéis, enquanto a ajuda no combate a incêndios ajuda a estabelecer relações de troca de favores com o próprio ICMBio, o que é importante para eles, pois tentam evitar penas mais duras em função de suas práticas. Estas diferentes prestações de ajuda ocorrem de maneira sazonal, mas se baseiam, também, em um instrumento formal estabelecido entre as partes.

A partir das estimativas dos rebanhos dentro da área da Rebio, em 2007, a gestão da Reserva iniciou em 2008 reuniões entre o MPF, o IBAMA/ICMBio, pecuaristas do entorno, entidades representativas e a Diagro. Estas reuniões e negociações se materializaram no instrumento formal chamado de “Termo de Ajustamento de Conduta com Pecuaristas do entorno da Reserva Biológica do Lago

Piratuba”, referido como TAC.⁴⁹ Após muita discussão, o documento foi finalmente assinado em 2010 entre o ICMBio, representantes do Ministério Público Federal e doze proprietários de fazendas localizadas próximas à face Oeste da Rebio, onde estima-se estar a segunda maior criação de gado no Amapá, conforme os dados do IBGE (Cf. Quadro 3, pág. 37). A assinatura do documento se deu após um processo de negociações entre as partes baseado em diagnóstico da presença de búfalos na Reserva.

Desse modo, o TAC traz vantagens para os fazendeiros por considerar que o gado dentro das áreas a Oeste da Rebio como de propriedade e responsabilidade dos pecuaristas da região que assinaram o documento. Isso significa que eles podem transformar os búfalos criados sem manejo, chamados de *orelhudos*, em gado de seu plantel. No entanto, essa possibilidade de um ganho virtual com o acordo traz também contrapartes que significam custos para os fazendeiros da face Oeste da Reserva. Dentre estas, destaca-se a exigência do ICMBio de que os fazendeiros cerquem totalmente as suas propriedades para evitar a movimentação de seu gado dentro da Rebio.

A demanda da constituição dessas cercas é parte da estratégia da gestão do ICMBio para conter a entrada de gado no interior da Reserva e estava prevista na assinatura do documento TAC em 2010. Contudo, os gestores ambientais afirmam que foram poucos os pecuaristas que cumpriram essa parte do acordo, o que o leva a realizarem reunião de acompanhamento e exigência de cumprimento do acordo. Uma destas ocorreu em 31/08/2012 na Cidade do Amapá, em que estive presente para acompanhar o diálogo. Um dos principais objetivos da reunião era tratar da construção das cercas que separassem os limites das fazendas próximas à face Oeste da Rebio e o território da Unidade de Conservação. Tomo aqui certo espaço para descrever parte dos argumentos apresentados pelas partes envolvidas, pois eles ilustram bem as disputas e interesses desses grupos, bem como o tom como são feitas as negociações.

⁴⁹ De acordo com o site do Ministério Público Federal, “os termos de ajustamento de Conduta ou TACs, são documentos assinados por partes que se comprometem, perante os procuradores da República, a cumprirem determinadas condicionantes, de forma a resolver o problema que estão causando ou a compensar danos e prejuízos já causados. Os TACs antecipam a resolução dos problemas de uma forma muito mais rápida e eficaz do que se o caso fosse a juízo” (<http://www.prba.mpf.mp.br/paraocidadao/pecas-juridicas/termos-de-ajustamento-de-conduta> - acessado em Junho de 2014).

Na reunião, após apresentado o histórico da constatação e contagem dos rebanhos dentro da Reserva, os gestores da Rebio passaram a elencar os pontos do TAC que não foram cumpridos pelos pecuaristas. Em sua defesa, os pecuaristas contra argumentam que atualmente existiriam poucos bubalinos que ainda estão no lado Oeste da Rebio e que teriam saído de suas fazendas. Um dos presentes na reunião chegou a afirmar que os dados e fotos que o ICMBio usa em suas apresentações, registrados em 2007, são obsoletos e antigos, pois datavam de mais de cinco anos antes da reunião. Em apoio a essa fala, outro pecuarista afirma ter sobrevoado a área da Rebio há poucas semanas vindo da região da Ilha do Marajó e não ter visto gado dentro da Reserva. Ele afirma que isso ocorreu em duas ocasiões distintas. Desse modo, os donos de fazendas presentes questionam o número de “10 a 14 mil” bubalinos estimados pelo estudo de Tomás, Tiepolo & Camilo (2007).

Dizem, ainda, que já se nota grande recuperação na área. Um dos pecuaristas afirma que atualmente leva cinco dias para chegar à Cidade do Amapá a cavalo, enquanto há alguns anos ele levava somente um dia, o que ele usa como argumento para comprovar que a vegetação nos limites da Rebio já se adensou bastante, o que dispensaria a necessidade de cercas. Ademais, afirmam que a exigência do ICMBio de que as cercas sejam feitas somente com madeiras de fontes legalizadas elevaria muito o custo do processo de cercamento. Segundo os pecuaristas, a madeira legal, que tem Documento de Origem Florestal (DOF) emitido pelo Ibama, tem um custo três vezes mais alto do que a de outras fontes, possivelmente não regulares. A esse ponto os agentes do ICMBio enfatizam não estarem abertos a diálogos, pois dizem não poderem ser coniventes com crimes ambientais. Como contraproposta, uma possível solução apresentada seria tentar conseguir madeiras apreendidas, mas os pecuaristas parecem não gostar tanto da ideia.

Em seguida, um dos pecuaristas diz que os fazendeiros da face Oeste da Rebio são desfavorecidos quando comparados com aqueles da região do rio Araguari: “os daqui criam búfalos às margens da Reserva, enquanto os de lá criam dentro da Rebio e em maior quantidade”. Essa reclamação é expressão da maneira como a gestão da Rebio encara diferentes formas de vivência próxima ou dentro da área de proteção. Frente a essa manifestação, Patrícia Pinha explica que “o processo lá [no Araguari] está em fase de indenização das benfeitorias de quatro propriedades”, o que se refere a algumas fazendas, e não às comunidades que estão dentro do território da Reserva.

Por outro lado, os que estiveram na reunião fizeram constantes reclamações de retirada de gado de dentro da Rebio por pessoas que não estariam relacionadas nesse acordo, o que é visto pelos pecuaristas como roubo. A acusação se faz juntamente com a observação de que isso aconteceria com a conivência do ICMBio, já que o Instituto não age no sentido de impedir isso. Por sua vez, os funcionários do órgão alegam que essa seria uma interpretação errada do Termo, já que, se há roubo, eles têm que acionar a polícia. Na ocasião, um Promotor de Justiça que acompanhava o encontro estimou que nem 5% dos furtos de gado chegam a ser pegos pela polícia.

Como relatado, a estratégia utilizada para contrabandear gado, seja de outros proprietários, seja de dentro da Rebio, é retirar um documento (o GTA) que ateste o transporte de um número específico de reses de uma fazenda. Assim, o contrabandista de gado queima a sua marca por cima da marca de outro fazendeiro e leva o gado sem maiores problemas, pois, quando há checagem da carga, ela se restringe ao número de animais no carregamento. Vem dessa prática o comentário de alguns pecuaristas de que é comum ver gado ser vendido com marcas muito recentes, ainda não cicatrizadas.

Outro ponto importante, à época da assinatura do TAC o documento previa apoio por parte do ICMBio com um helicóptero para a retirada de aproximadamente 2500 bubalinos por ano de dentro da Reserva. Os animais que não fossem marcados, os chamados *orelhudos*, deveriam ser distribuídos igualmente entre os signatários do TAC, que teriam que custear as cercas para a retirada dos animais. Nesse sentido, as reses deveriam receber duas marcas, uma do novo proprietário e uma que o identificasse como proveniente da Rebio. Além de oferecer alguma vantagem econômica para os pecuaristas signatários do TAC, essa medida tinha também o objetivo de multar donos de animais que já tivessem sido retirados e fossem encontrados novamente na área da Rebio.

Ao final da reunião, Patrícia cobra documentos e relatórios que comprovem os procedimentos acordados no acordo formal de instituir cercas e o manejo do gado. Ela enfatiza que o prazo para esses cercamentos fossem feitos já havia vencido e que o Procurador do Ministério Público é bem menos simpático e aberto ao diálogo, tanto é que foi convidado para a reunião e não compareceu. Iranildo lembra que o ICMBio tem o objetivo de impedir a entrada de búfalos, o que fazem por meio de negociações de ajustamento de conduta, enquanto a ação do Ministério Público é de simplesmente autuar o que é considerado irregular. Patrícia afirma que se os pecuaristas não

apresentarem resultados logo, ele, o Procurador, pode chegar a abrir inquéritos e processos.

O principal para evitar estes processos, todos concordam, é fazer as cercas, o que foi acordado no documento assinado, o TAC. Contudo, um pecuarista finaliza suas ponderações afirmando que eles “assinaram o que não podiam cumprir”, pois o retorno desse investimento só se daria após alguns anos e custo das cercas torna sua atividade de criador inviável. Em resposta a essa última colocação, Patrícia pondera que não é necessário cercar toda a área da propriedade, mas, sim, somente áreas estratégicas para impedir a entrada de gado bubalino na Rebio.

As proposições finais foram que os compromissários deveriam apresentar novos documentos que comprovem o avanço nos cercamentos das propriedades ou uma justificativa plausível para sua não realização. Por sua vez, o ICMBio deveria realizar um novo levantamento de estimativa populacional dos animais, dessa vez com acompanhamento dos pecuaristas do entorno da Rebio que deveria pautar as próximas operações de retirada de gado, desde que houvessem condições estruturais e logísticas que permitissem conduzir os animais para áreas de captura.

Mesmo com essa ressalva em tom de advertência ao final, durante toda a reunião com os fazendeiros da face Oeste da Rebio, os agentes do ICMBio buscavam dialogar e negociar com os presentes. Essa política de “boa vizinhança” é uma marca da atual gestão da Rebio do Lago Piratuba, o que demonstra certo tipo de posicionamento no leque de possibilidades de atuação do órgão ambiental. Em relação às políticas ambientalistas, Paul Little destaca existirem duas linhas de ação relativamente bem demarcadas, que ele chama de *preservacionismo* e *socioambientalismo* (Little 2002). Enquanto a primeira abordagem busca uma concepção de natureza em um estado intocado em que não se permite a presença humana e nem a de espécies exógenas (Cf. Figura 10, pág. 65), como o búfalo, a segunda abrange populações locais e elabora planejamentos baseados “nas formas de exploração pouco depredadoras de seus respectivos ecossistemas” (Little 2002: 7).

Como enfatizam West, Igoe, & Brockington (2006), áreas de proteção ambiental historicamente se tornaram uma garantia de maneira de acesso da sociedade mais ampla ao que se chama de meio ambiente:

As áreas protegidas são cada vez mais os meios pelos quais muitas pessoas veem, compreendem, experimentam e usam as partes do mundo que muitas vezes são chamados de natureza e de meio ambiente (cf. West, Igoe e Brockington 2006: 255).

De tal maneira, os autores seguem para argumentar que a noção de área de proteção ambiental se tornou uma espécie de “cosmologia do natural”, o que institui a dicotomia entre natureza e cultura em alguns lugares onde tal noção antes não existia. A imposição desta dicotomia natureza e cultura teve impactos sociais significativos, argumentam os autores, seja pela exclusão forçada de pessoas de suas terras ou pelo estabelecimento de restrições de práticas que são quase impossíveis de viver até na prática (*ibid.*: 256). É nesse descompasso que está o que os autores chamam de uma espécie de “virtualismo” da proteção ambiental, segundo o qual aqueles que não se adequam às imposições de práticas são vistos como “falhas” (*ibid.*: 261).

Acho oportuno trazer, aqui, o comentário que Carneiro da Cunha e Almeida (2009) fazem sobre o processo histórico de lutas sociais que ajudou a definir o modelo de conservação ambiental instituído no Brasil pós Constituição Federal de 1988 e levou à constituição de reservas extrativistas de seringueiras no Acre. Como definem, os grupos de seringueiros, considerados povos tradicionais na terminologia dos autores⁵⁰, foram protagonistas na demanda de delimitar áreas que pertencessem à União, como forma de não fragmentá-las, e que garantissem a manutenção do modo de vida das comunidades locais:

Em contraste com o modelo de Yellowstone que procurava criar um ambiente norte-americano ‘intocado’ sem população humana, reivindicava-se que as comunidades locais, que protegiam o ambiente no qual baseavam sua vida, não fossem vítimas e sim parceiros das preocupações ambientais (Cunha & Almeida, 2009: 285).

Carneiro da Cunha e Almeida (2009: 287-8) enfatizam que o termo *ambientalismo* comumente se refere a um conjunto de práticas e/ou a uma ideologia, e que pode ser acionado para usos distintos. Nesse sentido, pode-se falar em ambientalismo como uma ideia, um valor, mas sem, contudo, ele representar uma prática efetiva. Por outro lado, é comum encontrarmos o outro extremo, em que ocorrem práticas culturais sem a ideologia explicitamente ambientalista, mas que geram contextos sustentáveis de uso dos recursos. Como bem lembram os autores, “uma sociedade não necessita evitar completamente a predação, basta que a mantenha

⁵⁰ “... populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui algumas das seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados” (Cunha & Almeida, 2009: 300 – em itálico no original).

sob limites” (2009: 288).⁵¹ Essa proposição visa desconstruir o que os autores veem como uma “essencialização do relacionamento entre populações tradicionais e o meio ambiente” (2009: 287), posição que pauta algumas das políticas de remoção de populações residentes em áreas de proteção.

Ainda sobre o processo de criação das áreas de conservação, vale lembrar a conceituação que Barreto Filho (2001: 4) propõe das Unidades de Conservação (UCs), segundo a qual as mesmas podem ser tratadas como *artefatos sócio-naturais* e, portanto, produzidas em momentos históricos específicos. Seriam, assim,

... heranças de programas e planos governamentais, produtos deliberados, conscientes e intencionais de ações humanas, de tomadas de decisão política de uma sociedade particular, gestadas em contextos históricos específicos por agentes determinados (Barreto Filho, 2001: 38).

Nesse processo, mesmo que a Reserva do Lago Piratuba tenha sido criada em parâmetros estritamente preservacionistas, seus territórios vêm sendo administrados “de modo não necessariamente antecipado por aqueles que os conceberam e criaram” (*ibidem*). Isso é também o que comenta Paul Little (2002; 2006) ao considerar que o cenário histórico brasileiro foi marcado por uma diversidade de práticas e arranjos fundiários ao mesmo tempo em que foi composto por complexos arranjos socioculturais. Ana Karine Pereira (2013: 23) chama a atenção para o fato de que o federalismo brasileiro e o compartilhamento de responsabilidades criou um sistema de “governança de níveis múltiplos” na área ambiental, onde há gestão e interação de múltiplas escalas territoriais.

Assim, organizações e instituições (pecuárias, jurídicas, ambientalistas etc.) formam uma *rede heterogênea* (Law 1992) que circundam questões geradas a partir da presença dos búfalos em uma área de proteção do Amapá. Se no caso dos pecuaristas que têm fazendas fora da Reserva, mas que praticam atividades que são consideradas como causadoras de danos ao ambiente protegido, existem acordos de ajustamento de conduta, a gestão da Reserva enxerga outros grupos que criam búfalos no interior das áreas protegidas de maneira distinta, que descrevo a seguir.

⁵¹ O caso que Carneiro da Cunha e Almeida (2009: 293) analisam como exemplo dessa postura são os seringueiros do Acre, que “pensavam que estavam produzindo borracha, e não biodiversidade”.

... e os de dentro.

Ao seguir a classificação proposta por Litte (2007), podemos pensar a gestão da Rebio do Lago Piratuba como mais próxima à linha do socioambientalismo, pois uma gestão estritamente preservacionista buscaria criminalizar as práticas de pecuaristas na Reserva e em seu entorno, e não tentar negociar sua conduta. Nesse sentido, é importante ressaltar que a atual gestão da Rebio diferencia pequenos e grandes produtores de gado bubalino dentro da área de proteção, tanto em relação às suas práticas e os efeitos das mesmas no território, quanto em relação à sua ocupação nesta região que se tornou uma Unidade de Conservação. É a partir dessa diferenciação que os gestores falam em *populações tradicionais residentes* na área da Rebio, as comunidades que lá já existiam quando o território foi decretado como uma UC e que estão próximas às maiores concentrações de gado bubalino nas margens do rio Araguari (Cf. Figura 7, pág. 58).

Considerando isso, o ICMBio instituiu diferentes acordos com as comunidades que se relacionam de alguma maneira com a área da Reserva. Isso gerou um TAC específico para os pecuaristas que têm propriedades na face Oeste da área da Rebio (descrito acima), onde o principal desafio da gestão da Rebio é conter a entrada de gado bubalino, e um Termo de Compromisso (TC) que estabelece uma forma de conduta com as comunidades que vivem dentro da Rebio, onde o objetivo do Instituto é diminuir gradativamente a criação de búfalos, chegando idealmente à sua extinção da área de proteção integral. É importante enfatizar que esse tipo de negociação é feita somente com as comunidades ribeirinhas residentes na Reserva, pois em relação às grandes fazendas no interior da Rebio a posição do Instituto é de que somente existe a possibilidade de desapropriação.

Os proprietários das fazendas que estão dentro da Reserva expressam bastante indignação em relação a esse processo em curso de desapropriação. Um deles em certa ocasião me disse que a fazenda alvo dessa desapropriação pertencia a seus irmãos e que fora outrora de seu pai. Ele alega que aquela é uma propriedade de mais de 100 anos, pois seu pai comprou as terras de outro fazendeiro que já criava gado há muito tempo por lá. Sua indignação se dá pois ele considera que o processo foi feita de maneira errada, ele explica, “pois [as autoridades] decretaram a área como uma reserva sem antes indenizar aqueles que tinham propriedade” por lá. Na sua leitura

sobre esse histórico, ele diz que “só não conseguiram tirar as fazendas de dentro da área da reserva ainda por que há muita gente influente na região”.

Em contrapartida, ele diz que uma proposta mais realista seria a de criar uma faixa de 10 a 15 quilômetros do rio que fosse designada para os fazendeiros, enquanto o restante do território até o mar constituiria a área de Reserva de fato. Essa proposta é praticamente uma descrição do que acontece atualmente, com as fazendas à beira do rio Araguari e a criação bubalina adentrando alguns quilômetros em direção ao interior da Rebio, manejada cotidianamente pelos vaqueiros para que o gado não se distancie demais e seja impossível recuperá-lo.

O já citado relatório técnico de Tomás, Tiepolo, & Camilo (2007) conclui que a remoção ou eliminação dos búfalos é virtualmente impossível no interior da Rebio, pois os custos marginais tendem a aumentar conforme a densidade de indivíduos diminui, tornando-se economicamente inviável. Portanto, a estratégia adotada pelo Instituto no TC com as comunidades é a “diminuição do número de animais de criação existentes na unidade, por meio do cercamento das áreas e/ou substituição das atividades produtivas por outras de menor impacto” (ICMBio 2011). Assim, o TC no. 001 (ICMBio 2011) estabelece formas de conduta com as comunidades do Tabaco, Vai-quem-quer (Milagre de Jesus), Paratu e Araquiçaua (as comunidade da porção nordeste da Rebio, como a do Sucuriçu, têm um Termo próprio). Esse objetivo fica bem evidente na maneira com que a gestão da Rebio tenta lidar com os moradores de comunidades dentro do território da UC, o que fica claro no evento de uma reunião entre as partes, que relato a seguir.

No dia 27 de abril de 2013 ocorreu uma reunião na comunidade Vai-quem-quer entre Patrícia Pinha, Chefe da Rebio, e alguns moradores da região. Acompanhada de técnicos do Instituto Estadual de Florestas (IEF), o objetivo da reunião era propor aos moradores da comunidade implantarem açaiçais, um dos itens propostos no Termo de Compromisso (ICMBio 2011) para a substituição gradual de atividades de “alto impacto”, como a bubalinocultura é considerada por ambientalistas.⁵² Já há alguns dias se falava nessa “visita da Patrícia”, referência pessoalizada ao ICMBio. No mesmo dia, técnicos do IEPA passaram pela região em suas atividades de pesquisa sobre a Rebio. O objetivo deles era adentrar o igarapé da comunidade e realizar uma

⁵² Outras atividades propostas incluem: o beneficiamento de produção de alimentos (frutas, queijo); a piscicultura e a apicultura com espécies nativas; produção de artigos de bambu e bijóias e; a comercialização de sementes e mudas nativas (Vide Anexo).

medição de solo a 5km das margens do Araguari. Por essa movimentação, os pesquisadores foram confundidos com os técnicos do ICMBio, que só chegariam mais tarde, mas o que também demonstrou certa antecipação em relação a esse encontro.

Quando a equipe de Patrícia finalmente chegou à comunidade, representantes das famílias se reuniram na escola, local onde eu estava hospedado, para a reunião. A conversa teve clima informal, mas a proposta sobre a implantação de açazais teve uma recepção pouco animada entre os moradores da comunidade Vai-quem-quer. A proposta era que o incentivo do ICMBio viesse na forma de mudas de açaí e de apoio técnico de funcionários do IEF e Embrapa. Aqueles que concordassem com a experiência deveriam cercar uma área de 100x100m para destiná-la ao açazal. Dinair, esposa de Daíso, chefe da família do outro lado do igarapé da comunidade, conta que já plantou mudas de açaí em seu terreno e que as mesmas não prosperaram. Além do açaí, outras pessoas presentes disseram que diversas culturas não se desenvolvem naqueles terrenos, como a de abacates e laranjas, enquanto pés de jacas, ingás e cocos conseguem atingir idade adulta e produzir frutos.

Os técnicos do IEF pensam a respeito das características de cada planta e sugerem que aquelas que não prosperam dependem de agentes polinizadores não encontrados na região. Contudo, afirmam que o açaí tem um polinizador natural, ele “se auto poliniza”, em suas palavras. Um morador, por sua vez, comenta que quando a plantação não vai pra frente se diz que “o caboclo tem mão ruim”. Apesar disso, a principal resistência por parte dos moradores da comunidade se baseia na ideia de que os açazais não se desenvolvem devido a água salgada que adentra os campos, principalmente durante o verão. Ao falarem sobre esse processo, muito preocupante nos dias atuais, alguns afirmam que o Araguari antigamente salgava “até muito acima do Tabaco” (um igarapé que leva o nome da Comunidade do Tabaco), uma referência à invasão de água do mar em determinadas épocas do ano, o que surpreende os técnicos visitantes. Dona Dinair conta que a água realmente salgava nos tempos de outrora, e diz que havia um igarapé na Fazenda Açaí pelo qual os moradores adentravam longe no interior da Rebio para buscar água doce. Tal igarapé não existe mais: “nesse tempo não tinha gado, né?”, ela explica.

O mesmo foi dito por Neném, líder da comunidade Vai-quem-quer que questionou promessas não cumpridas, como os anunciados “banheiros ecológicos” que viriam para substituir as fossas sanitárias atuais. De maneira semelhante, outro vaqueiro mostra certa desconfiança em relação ao projeto. Em defesa da atividade da

vaqueirice, ele explica que um lote de dimensões de 100 x 100m, proposta inicial de área exclusiva para os açazais, é o equivalente a 1 hectare, área que ele afirma corresponder à pastagem de cerca de três reses. Por isso, ele enxerga o estímulo de plantar açais como uma diminuição de pastagens e consequente diminuição do plantel, o que de fato está em consonância com os objetivos do Instituto, mas parece ser contrário aos objetivos dos moradores das margens do rio Araguari.

Em sua narrativa sobre o Igarapé Guariba, canal fluvial amapaense no estuário do rio Amazonas, Raffles (2002) relata um processo semelhante ao que relatei, em que o Ibama (à época ainda abarcando ações que viriam a ser do ICMBio) estimulou o proprietário de uma extensa área a cultivar açazais de maneira a desenvolver uma atividade de “extração sustentável” (aspas no original). Durante seu estudo que acompanhou mercados nos rios e igarapés amapaenses, Raffles pôde constatar uma crescente valorização da fruta do açá, que deixou de ser uma comida essencialmente ribeirinha, do interior, para ser amplamente consumida nas capitais, e, posteriormente no exterior, o que elevou o seu preço e chegou a torná-lo “uma comida de luxo”, nas palavras de Raffles. Sobre esse processo, o autor afirma que:

o açá tornou-se intensamente politizado, incorporado em retóricas de classe e de economia política, um símbolo ambíguo de conflitos entre as economias ‘locais’ e ‘globais’ (2002: 187).

Pelos comentários que os moradores da comunidade fizeram posteriormente à reunião sobre a proposta de implantar açazais em áreas que poderiam ser de pastagens, é possível perceber notória resistência ao projeto. Essa estratégia de incentivo é tida como “esperta”, mas um vaqueiro ressalta que apesar de os moradores “não serem estudados aqui, eles não são bobos”. Em suas palavras, “o pessoal aqui está acostumado a criar gado e ninguém tem como ficar por conta de plantação”. Além dessa resistência, alguns estudiosos de áreas de várzea apontam que apesar deste ser um tipo de solo fértil, a várzea é um ambiente de alto risco, que apresenta a impossibilidade de se cultivar ao longo de todo o ano, devido às inundações periódicas (Adams, Murrieta e Sanches 2005).

Considerando que as transições de áreas outrora usadas para produção agropecuária para reservas é relativamente recente, ocorreram diferentes arranjos entre órgãos ambientais e as populações que residentes, o que tem ganhado espaço como temática de pesquisa. Os efeitos desses arranjos ainda são relativamente novos e

diversos, mas já aparecem em algumas pesquisas recentes. Em sua etnografia com vaqueiros residentes em um parque nacional em Minas Gerais, Carmen Andriolli (2014) descreve que instruções normativas de residência no parque dependem das relações estabelecidas entre os agentes oficiais e as famílias locais:

Pelo parque já passaram muitos gestores. Cada um com uma forma de agir perante o povo do Gerais. A lei que vem de trote afrouxa ou aperta de acordo com o pensar de quem manda e com o agir de quem espera pela indenização da terra (Andriolli 2014: 238).

Nesse contexto, como no de minha pesquisa, os moradores locais assinaram documentos com institutos ambientais que instituía práticas consideradas por eles muito difíceis de serem seguidas, algo que a autora chama do “Sertão da lei do promotor” (2014: 225), pois compara a obediência às regras formais com práticas de outrora. Neste parque mineiro, também foi estabelecido que os moradores deveriam cercar as áreas para limitar a movimentação de seu gado, o que levaria ao aumento dos gastos, algo que gerou indignação entre os vaqueiros. Ampliando seu argumento para compreender a vivência desses vaqueiros nas terras do parque, Andriolli afirma uma relação mais profunda com a atividade da pecuária: “A terra é um patrimônio familiar, não somente como o local do trabalho, mas como patrimônio sobre o qual se construía a família enquanto valor” (2014: 237).

Igualmente, a pesquisadora afirma que nesse contexto “o gado era o maior bem monetário em terras em que a agricultura era gênero menor” (2014: 226), fato que parece ser verdadeiro também no contexto do baixo Araguari onde fiz esta pesquisa. Na perspectiva dos moradores da região, o búfalo é o foco principal de suas atividades cotidianas, um ser com o qual desenvolveram práticas cotidianas de manejo e a partir do qual tiram seu sustento. Ele é ao mesmo tempo língua franca e atividade econômica. Não seria exagero dizer que eles têm os búfalos sempre em mente e que eles são a fonte de vários de seus anseios. Por isso, há uma notável desconfiança dos projetos propostos que tenham como finalidade a diminuição do rebanho dentro da Rebio. Ademais, as populações residentes dentro da área da Rebio praticam a pecuária em áreas de várzea há décadas e a inserção dos búfalos nesse ambiente foi estimulada por órgãos estaduais de pecuária. Este processo foi notoriamente acelerado por um grande evento climático anormal que mudou a maneira como os campos de várzea passaram a ser vistos, fato que eu apresento na seção seguinte.

CONTINUIDADES E MUDANÇAS NA PECUÁRIA DO BAIXO

ARAGUARI

Como apresentado até aqui, a criação de búfalos no Baixo Araguari envolve vários grupos de pessoas, ambientalistas, pecuaristas e moradores das comunidades da região. Nas seções anteriores busquei expor como as posições destes grupos refletem distintas formas de relação com os búfalos atualmente. De modo a melhor elucidar os pontos em que se baseiam essas posições, apresento a seguir de mudanças que ocorreram em torno e em função da presença dos bubalinos na região do Baixo Araguari (e no Amapá de uma maneira mais geral) ao longo da história e que influenciaram a posição que a bubalinocultura ocupa atualmente no estado. Em um sentido amplo, tratamos aqui do que pode ser considerada a cadeia produtiva do búfalo para o consumo de sua carne. Para efeito de sistematização, podemos agrupar essas adaptações em três processos ou movimentos que, apesar de distintos, se influenciam mutuamente.

Nessa proposta, um primeiro processo é a inserção do búfalo na região do Araguari e a gradual substituição do gado bovino pelo bubalino. Em seguida, considero que existem dois movimentos contemporâneos e divergentes: um deles consiste na ação, fiscalização e pressão de ambientalistas para que haja uma diminuição do impacto da pecuária no estado ou mesmo a retirada de animais de determinadas áreas. Já o terceiro e último processo a ser destacado está relacionado a ações que têm o objetivo de consolidar a criação bubalina como importante fonte econômica no Amapá. Trato aqui de tentativas de modernização da pecuária no estado através de melhorias em inspeção e condições sanitárias, vacinas, transporte, abate e refrigeração como processos que visam valorizar a carne do búfalo, tradicionalmente menos valorizada que a carne de bovinos. Seguindo essa proposta, acredito que o segundo movimento, majoritariamente associado ao ambientalismo, já foi suficientemente comentado nas seções anteriores. Retomemos de início, então, pela consolidação da bubalinocultura na região.

A presença do búfalo na região Norte do Brasil é descrita como datando de meados do século XIX (Marques 2000). Contudo, foi somente há poucas décadas que a criação bubalina passou por uma expansão considerável no Amapá. No caso da

região do Baixo Araguari, um evento é apontado como o principal divisor de águas deste processo, a saber, a grande cheia ocorrida na década de 1980, mais especificamente no ano de 1984. Como Valdenira Santos (2006) descreve, a partir também de dados orais, e não apenas de dados ordem física, esse evento ocorreu provavelmente devido à alta precipitação em virtude do fenômeno conhecido como *La Niña*. Na ocasião, a água invadiu os campos da região do baixo Araguari com muito mais intensidade que o comum, fazendo com que a lâmina de água sobre a planície de inundação alcançasse 2m nas áreas mais rebaixadas e causasse uma inundação mais duradoura que o comum:

Este evento de inundação acima das condições sazonais normais do rio Araguari culminou com a morte de muitas cabeças de gado (bovinos e bubalinos) por falta da pastagem natural e deixou a planície inundada por um período superior a 2-3 meses, que correspondem aos períodos normais de inundação (Santos, 2006: 105).

Esse grande episódio climático afetou profundamente a vida das pessoas que moravam nas regiões próximas ao estuário do rio Amazonas, em especial no Baixo Araguari e nas comunidades do arquipélago do Bailique, como demonstra a figura logo abaixo. Um tipo de caso comum em que este evento é citado me foi relatado por Ivan, morador da região do Bailique e filho de um outrora criador de bovídeos no Baixo Araguari. No caso, ele diz que na década de 1980 (raramente o ano é precisado) houve uma grande cheia que matou a maior parte do rebanho da fazenda de seu pai, até então composto basicamente de bovinos. Eu já havia ouvido relatos semelhantes de dois criadores, Seu Antônio Dantas, da fazenda Boa Vista, e de seu Jaime, da comunidade do Bom Amigo,⁵³ que me contaram os desdobramentos deste episódio em suas terras.

⁵³ Jaime me conta que antigamente o terreno da comunidade Bom Amigo era menor que o atual. O rio Araguari chegava até a frente das casas, mas ele foi “abrindo” para o outro lado e o terreno crescendo à frente da comunidade. Ele falou que na região os igarapés abrem e fecham com frequência me conta que havia um igarapé que “varava” para o Igarapé Grande, que fica no Bailique. Perguntei se isso era uma coisa boa e ele diz que não, porque muita gente invadia seu terreno e ficava difícil de vigiar. Nota-se que em sua fala o relativo isolamento do terreno não é visto como uma coisa totalmente ruim, porque na cabeça de um proprietário de fazenda uma das maiores preocupações é o possível roubo de seu gado.

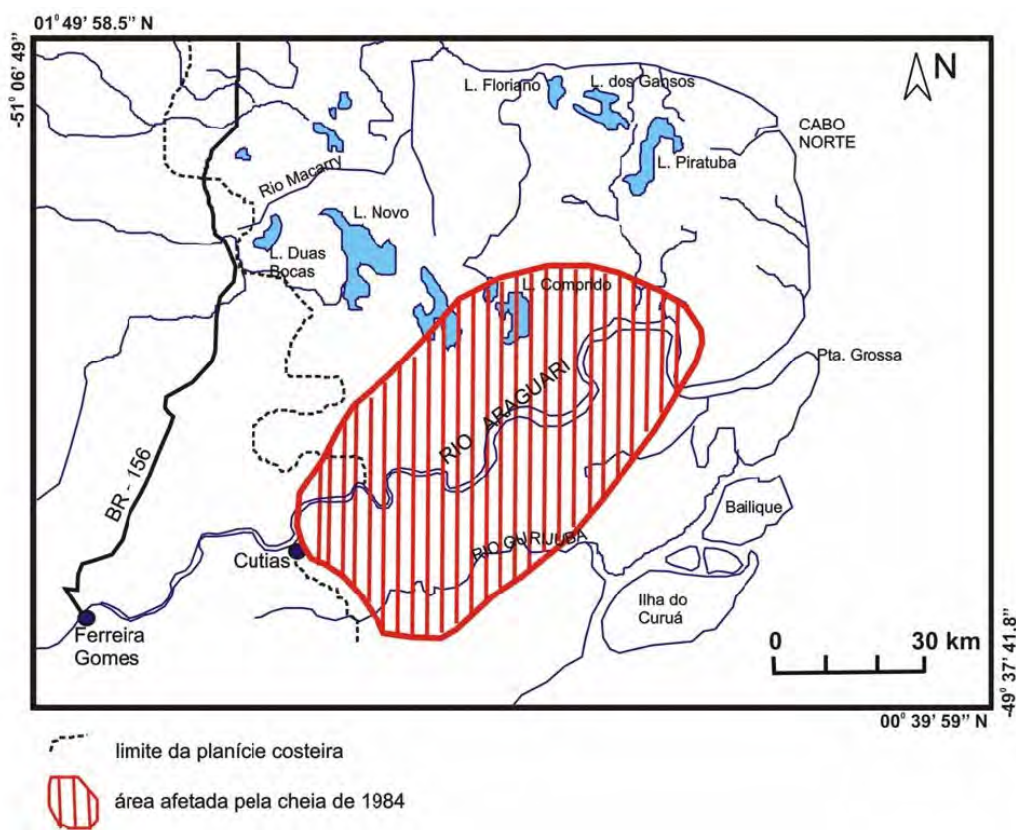


Figura 12 - Áreas afetadas pelas cheias de 1984

Fonte: reprodução de mapa a partir da tese de Valdenira Santos (2006: 106), com autorização.

Em ambos os relatos os criadores de gado me disseram que na época o rebanho de suas fazendas era composto basicamente por bovinos, considerados menos resistentes aos terrenos alagados, e que morreram em grande quantidade com a situação da cheia duradoura do rio Araguari. O que tornou tal cheia excepcional foi o fato que as águas do Araguari invadiram os terrenos das fazendas e inundaram os *tesos*, as partes elevadas do terreno que, em épocas sazonalmente alagadas, servem como refúgio para os animais. No caso da fazenda Boa Vista, propriedade bem grande e com um rebanho muito expressivo, Antônio Dantas me relata que a elevação do nível das águas das várzeas locais matou praticamente a totalidade dos cinco mil bovinos do plantel da fazenda, restando alguns poucos bubalinos que já estavam na propriedade. Essas constatações são reforçadas pela literatura, que afirma que “durante as cheias, há dificuldades no pastejo, o que provoca a perda de peso e até a morte dos animais, principalmente de bovinos, em virtude das pastagens ficarem inundadas e, às vezes, completamente submersas” (Marques *et al*, 2003: 36).





Prancha 1 - Campos de várzea alagados

Prancha 2 - Duas formas de transporte nas várzeas alagadas

Durante a época do inverno os campos de várzeas são alagados e as possibilidades de movimentação pelo território amazônico se modificam. Modificada a paisagem, diferentes recursos devem ser acionados para se movimentar no ambiente. As diferenças entre as estações e as constantes mudanças no ambiente contribuem para estilos de vida que se pautam por transições. Nas fotos, Nonô comanda seu bote com uma vara de taboca e Norato monta um cavalo “no pelo”, ou seja, sem sela (Comunidade Vai-quem-quer).

Todos os relatos que ouvi apontam que esse evento foi determinante para a transição da criação de bovinos para bubalinos na região. Alguns proprietários, como o pai de Ivan, simplesmente abandonaram a atividade pecuária. Aqueles que persistiram, como a família de Antônio Dantas e Jaime, foram convencidos de que o búfalo era o bovívdeo mais adaptado aos terrenos periodicamente alagados da região e começaram gradativamente a trocar os bovinos sobreviventes por búfalos. Alguns pecuaristas afirmam que a cheia não lhes afetou tanto, pois já haviam começado a transição em um processo anterior a esse evento. Em sua narrativa, Dinaldo me disse que seu pai começou a criar búfalos em 1975, quando a Secretaria de Agricultura do Amapá importou animais para serem vendidos aos pecuaristas da região em ternos, palavra que designa um grupo de animais constituído por um macho e duas fêmeas, conjunto mínimo para se começar uma criação.

Este caso é um dos exemplos em que a bubalinocultura aparece como uma atividade incentivada por alguns órgãos do estado do Amapá. Como exposto neste primeiro capítulo, enquanto a criação extensiva dos búfalos pode ser encarada como perigosa ao meio ambiente por alguns grupos, a bubalinocultura é defendida como uma próspera atividade econômica por outros. De uma maneira simplificada, pode-se argumentar que as posições favoráveis à bubalinocultura no Amapá provém, sobretudo, de instituições e grupos associados aos níveis municipal e estadual, como a Diagro, enquanto os principais atores e instituições que visam diminuir ou até mesmo extinguir o impacto da criação de gado são da esfera federal, como o ICMBio.

No ano de 2012, em que comecei a pesquisa, a Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Amapá, a DIAGRO, autarquia fundada em 2002, trazia o búfalo como símbolo central em sua logomarca.⁵⁴ Esse fato, somado ao discurso de agentes da instituição, demonstra uma clara ênfase do órgão na cultura bubalina como um potencial de prosperidade econômica. O que se pretende ressaltar aqui é que a produção de bubalinos aparece em algumas políticas oficiais do estado como um dos principais vetores de desenvolvimento do Amapá, o que podemos considerar como o terceiro movimento elencado em nossa proposta.

Apesar de vários autores destacarem a capacidade de produção leiteira e de derivados por bubalinos (Moreira, Costa e Valentim 1994; Albuquerque 1980; Marques 2000)⁵⁵, na região do Baixo Araguari atualmente são poucos os fazendeiros que se dedicam à produção de laticínios comercialmente. Como me foi relatado, isso ocorre devido à baixa utilização de tecnologias de manejo, como ordenhas mecânicas, e à dificuldade de ordenhar as vacas com bezerros durante o inverno, época em que o terreno fica bastante lameado e há sempre a possibilidade de sujar o leite durante a ordenha. Por essas razões, a cultura de búfalos na região é quase que totalmente voltada ao mercado de corte e produção de carne.

Em uma entrevista⁵⁶ com Darcio Brazão Nunes, coordenador de Defesa Agropecuária da DIAGRO em 2012, a defesa da atividade pecuária se apresenta de forma clara: segundo ele, as atividades primárias, as chamadas *commodities*, são a base da economia do país e todas elas causam impacto ambiental. Nesse sentido, o caso da bubalinocultura não seria diferente, mas o Amapá seria um estado prejudicado por ser “uma enorme reserva” (Cf. Figura 1, pág. 9). Ele complementa que outra grande atividade econômica é a extração da celulose, mas que esta é restrita basicamente a uma empresa de capital estrangeiro. Para sustentar seu argumento, Darcio me demonstra através de números oficiais a importância do búfalo na pecuária amapaense. Dentro do número total de bovídeos abatidos no estado, os bubalinos representam a parcela majoritária, como pode ser visto em um dos gráficos

⁵⁴ O símbolo foi recentemente substituído por um que apresenta outros animais ao lado do búfalo.

⁵⁵ “... com 8 litros de leite de búfala se faz 1kg de queijo, quando são necessários 12 litros de leite de vaca bovina para a mesma finalidade. Por outro lado, com 14 litros de leite de búfala se faz 1kg de manteiga, quando com o leite de vaca são necessários 20” (Moreira, Costa e Valentim 1994: 8).

⁵⁶ Entrevista concedida em 17 de abril de 2012.

desenvolvidos a partir de levantamentos da DIAGRO nos principais abatedouros do Amapá:



Figura 13 - Antigo logo da DIAGRO

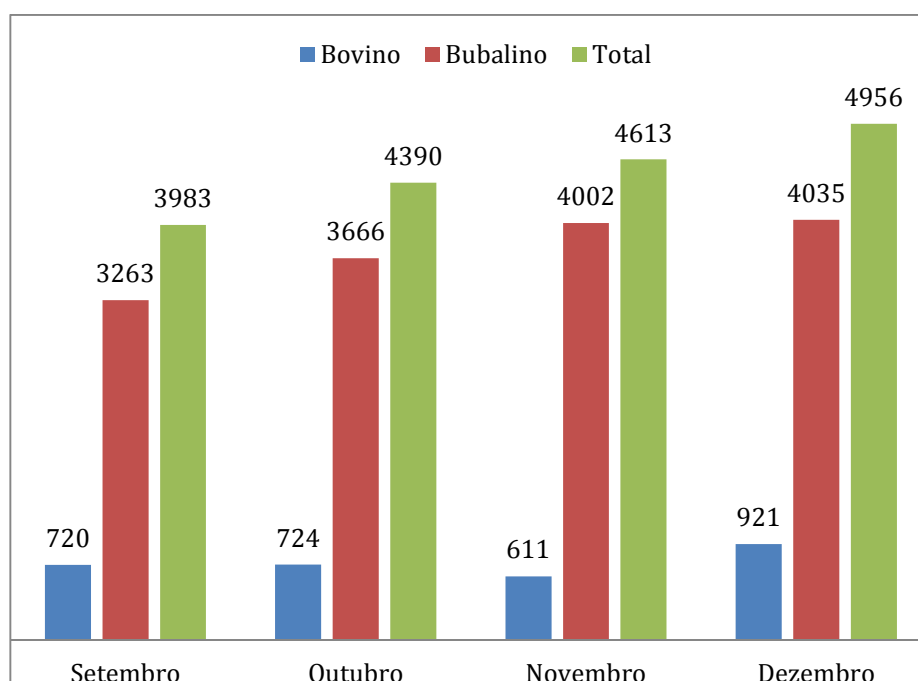


Figura 14 - Animais abatidos no último quadrimestre de 2011

Fonte: GTAGRO/ NIPOA - (DIAGRO 2011)

Como se pode perceber pela representação gráfica dos números de bovídeos abatidos, o percentual de bubalinos supera enormemente o de bovinos, o que nos leva a concluir que no estado se consome majoritariamente a carne de bubalinos. Assim, no contexto do Amapá existe, notadamente, uma diferença na comercialização das carnes de bovinos e bubalinos. Os valores que me foram informados flutuavam um pouco e provavelmente já estão desatualizados, mas o dono de uma pequena propriedade perto de Ferreira Gomes me disse que, no primeiro semestre de 2012,

enquanto o búfalo era vendido ao *marchante* a R\$ 2,50/kg em pé (vivo, inteiro), o bovino era vendido a R\$ 2,70/kg, um valor 8% maior. Essa diferença de preço da carne do búfalo é um dos principais desafios à valorização da bubalinocultura no Norte do país.

Segundo a Embrapa, “uma explicação pode ser o hábito alimentar, pois a população desconhece suas qualidades intrínsecas e seu paladar” (Marques 2000: 135). Outra explicação possível que me foi apresentada é que o menor controle da comercialização da carne faz com que comercialize-se carne de animais mais velhos, com a carne mais dura. Se considerarmos o ciclo de crescimento do bubalino para o abate, um fazendeiro me explica que um búfalo de 2 anos atinge cerca de 400 kg, informação semelhante à encontrada em Moreira, Costa e Valentim (1994). Já com 3 anos ele pode chegar a mais de 500 kg, um peso ideal para a venda, pois quando um bubalino chega a 600 ou 700 kg a carne do animal se torna escura e mais dura.

Ele aproveita para afirmar que a produção de gado no Amapá é muito precária e que os pecuaristas não sabem calcular o momento da venda, pois creem que quanto mais gordo o animal, mais lucrativo. No entanto, em sua fala, “o animal passou de 3 anos no campo é prejuízo”. Isso se explica pelo fato de que um bubalino adulto come por volta de 60 kg por dia para manter seu peso. Em outro contraste, diz existir o *baby* búfalo, o bezerro abatido ainda com dez meses e que provê uma carne macia. Segundo esse criador, quando o búfalo é abatido ainda jovem é impossível diferenciar a sua carne da do bovino. Nessas condições, ele diz que desafia qualquer açougueiro a acertar se é carne bovina ou bubalina. Outro pequeno criador afirma que o búfalo cresce mais rápido, é mais resistente a doenças, come qualquer pastagem e tem menos problemas que o boi. Em contraste com o bovino, que demora mais a atingir o peso de abate, para este pecuarista o búfalo já pode ser abatido com 2 anos.⁵⁷

Sujo, grosseiro e escasso

Mesmo que os búfalos sejam mais produtivos na pecuária de áreas de várzea, alguns criadores de búfalos ainda mantêm um pequeno número de bovinos. Quando

⁵⁷ De acordo com o guia da Embrapa, o abate pode ocorrer “de 18 a 30 meses, podendo o animal atingir 450 a 500 kg, com um rendimento de carcaça por volta dos 52%” (Marques 2000: 136).

questionados, em geral as explicações passam por razões de apreciação estética dos bovinos. No caso, aproveitei a conversa com o pequeno produtor para questionar porque ainda cria bovinos, já que o bubalino apresenta tantas vantagens. Sua resposta foi que “o boi é mais bonito, cheiroso. O búfalo é mais sujo e grosseiro”. Essa fala é consonante com a teorização de Woortmann (2008: 24), segundo a qual “são impuros e ‘reimosos’ os animais que ocupam posições intermediárias ou que habitam domínios ‘misturados’, como a lama e o mangue”.⁵⁸

É a partir desse aspecto sobre a sujeira e impureza que a britânica Mary Douglas (1966) desenvolve seu argumento sobre os conceitos de poluição e tabu em *Purity and Danger*. A principal preocupação da autora é focada em regras negativas, e o ponto central do livro é relativamente simples: a sujeira é algo diretamente relacionado à desordem, ela a ofende, sendo que o que é considerado impuro não é absoluto, mas relativo a cada contexto e cultura. Isso fica bem claro na famosa análise de Douglas sobre as proibições alimentares expressas em livros bíblicos. Nestes, as instruções sobre a comestibilidade dividem os animais entre comestíveis e abomináveis a partir de suas características físicas e sua forma de locomoção no meio onde vivem.

Durante a pesquisa, desenvolvi o hábito de retribuir alguns auxílios que me eram prestados com fotografias. Quando embarquei em uma balsa que transporta búfalos, ofereci ao *marchante*, e também dono de açougues, imprimir algumas fotos que mostrassem bubalinos bonitos. Fiz a oferta pensando que é comum ver fotos de animais em diferentes estabelecimentos de carne, mas o *marchante* logo negou e me explicou rindo que ele não poderia colocar foto de búfalos em seus açougues, pois as pessoas poderiam parar de comprar lá. Durante as estadias na capital Macapá, cheguei a ver placas de açougues que destacavam o escrito “Somente Boi Comum”, referência ao bovino. De fato, a comercialização de somente carne bovina é pouco provável, considerando os números oficiais de abate. Contudo, é interessante notar que na fala

⁵⁸ Ainda sobre o tema da comestibilidade, creio que um bom exemplo que explicita o quanto nossas próprias categorias de impuro não são tão objetivas quanto se apresentam está em nossa relação com alguns insetos comuns em nosso cotidiano. A barata é provavelmente um dos seres que mais gera repugnância na pessoa ocidental moderna. Já no caso das formigas e, por vezes, até moscas, há uma maior tolerância ou menor asco. Um alimento que tenha sido contaminado pela presença notada de uma barata se torna impuro e não comestível, enquanto formigas e moscas nem sempre causam esse efeito e sejam mais toleradas, embora todos os três insetos possivelmente coabitem e transitem em um mesmo ambiente de sujeira. Todos temos nojo de baratas, mas não tanto de moscas e menos ainda de formigas.

de vários amapaenses o consumo de carne bubalina é menos valorizado que o da carne bovina. Isso habitualmente surge quando, ao falar sobre búfalos, uma pessoa espontaneamente manifesta comer somente carne bovina, normalmente enfatizando que o açougue onde compra suas carnes é diferenciado e só trabalha com bovinos.

Ouvi isso em diferentes ocasiões quando aproveitei para perguntar o porquê dessa predileção. As respostas em geral circulam em torno de concepções que retratam o búfalo como um animal sujo e mal cheiroso, que gosta de ficar na lama, um ser bruto e perigoso, de carne similar à carne de caça e marcada pelos mesmos perigos de consumi-la, em especial se a pessoa em questão estiver doente, grávida ou fragilizada. Nessa mesma linha, é comum também a associação da carne do búfalo ao reimoso, categoria bastante explorada na literatura antropológica brasileira (Woortmann 2008). Dentre os males possivelmente causados pela carne de búfalos, está o risco de que feridas recentes não saem corretamente, ou que mesmo aquelas mais antigas voltem a incomodar, a coçar, a doer.

Como descrito por Woortmann (2008: 23), “a ‘reima’ (...) é uma ‘qualidade’ do alimento que o torna ofensivo para certos estados do organismo e em certos momentos da vida da pessoa”. No contexto amazônico, os animais reimosos são evitados por aqueles que tenham feridas, erupções cutâneas e doenças inflamatórias, ou ainda pelas mulheres nos períodos de menstruação, gravidez ou pós-parto (A. Silva 2007). Entendimento semelhante foi expresso pelos moradores da região do baixo Araguari em diferentes momentos. Um deles ocorreu em uma conversa com os pesquisadores do IEPA que visitavam a comunidade Vai-quem-quer, quando um vaqueiro falava sobre os animais encontrados na região. Enquanto exaltavam o sabor e as qualidades de cada animal de caça, alguém mencionou a anta, ao que o vaqueiro afirmou ser um animal muito reimoso: “faz voltar qualquer doença”.

Perguntei outras vezes sobre o reimoso e as respostas eram em geral vagas, passando pela ideia de que reimoso é o “que faz mal”, que “faz aparecer” doenças que a pessoa já tenha. Assim, mesmo que o consumo do alimento reimoso não cause doenças, ele pode vir a agravar moléstias já instaladas. Nas ocasiões em que tentei abordar o tema, principalmente se a conversa envolvia mais pessoas, era notória a falta de consenso em torno dessa noção. Para alguns o jacaré é reimoso, enquanto outros afirmam essa ser uma característica dos acarís. Era comum também que a associação da reima fosse personalizada, que a pessoa dissesse que determinado alimento era reimoso para ela.

O tema da comestibilidade é sempre estimulante para pensar aspectos dos contextos abordados. Em análises instigantes, Marshall Sahlins (2004) e Edmund Leach (1983) discorrem sobre alguns dos tabus alimentares em sociedades ocidentais. Nestas, os autores demonstram que as avaliações específicas de comestibilidade e interditos alimentares que não se justificam por vantagens biológicas, ecológicas ou econômicas. De acordo com Sahlins, cães e cavalos participam da sociedade americana na condição de sujeitos, tendo nomes próprios e sendo mesmo normal conversar com eles, algo que não é comum com porcos e bois. O autor usa esse exemplo para sustentar o argumento de que a comestibilidade está inversamente relacionada ao que sua cultura vê como humanidade (2004: 189).

Nesse sentido, alguns animais não comestíveis têm status de sujeitos, por vezes nomes próprios, enquanto aqueles que são considerados regularmente comestíveis em geral levam uma vida separada, como os porcos, criados especificamente para serem comidos e raramente humanizados em qualquer sentido. Sahlins ressalta que a centralidade da carne em sua sociedade conota uma ideia de “força masculina”, evocando na comida um código sexual que remete à virilidade (Sahlins 2004), ideia que acredito poder ter paralelos com alguns contextos brasileiros, tal como aquele abordado por Bornholdt (2008) e Süsskind (2010).

No caso dos vaqueiros do baixo Araguari, me parece que o consumo da carne também constitui um valor, algo desejado e fortalecedor da constituição física. Contudo, um traço que pode parecer uma contradição aparente no contexto de minha pesquisa é que, mesmo cercados pelo gado, os moradores do baixo Araguari estão possivelmente entre as pessoas que comem carne com menos frequência na região. Nesse sentido, é notório que se hospedar em fazendas de búfalos seja uma das situações onde menos se comerá carne de bovídeos. Isso pode ser compreendido por pelo menos duas vias, acredito. A primeira delas é a mais direta: em geral o gado não lhes pertence. Boa parte das pessoas com quem convivi não eram proprietários do gado com que trabalhavam. Nesse sentido, estão ali contratados com a missão de manutenção e desenvolvimento do plantel de outra pessoa, o pecuarista.

O segundo ponto que considero notório é que mesmo aqueles que possuam algumas reses devem criá-las como um “investimento”, uma forma de “poupança”, termos usados por eles. Isso é dizer que os animais serão mantidos para procriarem e serão vendidos em tempos de necessidade financeira. Ao questionar sobre por que não comem com frequência carne, inclusive a de seus bovídeos, me foi dito que se querem

comer carne preferem vender uma rês e com parte do dinheiro comprar um pouco de um açougue ou *marchante*. Apesar de um pouco surpreendente, isso pode ser compreendido quando nos voltamos às relações de troca entre as pessoas de uma mesma comunidade, em especial à circulação da comida.

Assim como descrito em outros contextos amapaenses amazônicos, é parte importante da sociabilidade e manutenção de relações as diferentes formas prestações e contraprestações (Mauss 2003a) de comidas entre parentes, vizinhos e amigos. No caso descrito de comunidades pesqueiras da Vila do Sucurijú por Sautchuk (2007), região próxima a de meu estudo, mesmo que existisse a possibilidade de pesca de peixes menores próximos à vila, seria impossível comercializá-los aos moradores da comunidade, pois existe redes de reciprocidade ampliadas. Isso significa que uma pessoa que tenha peixe em disponibilidade tem sempre outrém a quem deve enviar o pescado. Em resposta a um exercício hipotético de alguém que viveria de vender peixe na vila, ao invés de comercializá-lo para fora, um pescador explica ao pesquisador que isto seria impossível, pois

... ‘não dá pra vender todo esse peixe’, e explicou: chegando com a quantidade prevista, teria de mandar um tanto para a casa do sogro, outro tanto para seu pai e seus irmãos, um pouco para seus vizinhos, além de reservar para seu próprio almoço e janta. Sobrando, ele guardaria para o outro dia e, nesse caso, não havia motivo para ir pescar na manhã seguinte (Sautchuk 2007: 59).

Trago o exemplo do peixe aqui, pois este é também o caso mais amplo de outros tipos de comida. De maneira parecida, abater uma rês nas fazendas do baixo Araguari significa ter de dividir o produto carne resultante a parentes, vizinhos, compadres e amigos. Neste caso, mesmo que uma parte possa ser comercializada, e produtos locais são de fato vendidos entre os moradores da região, é muito mais lucrativo para alguém que possua uma rês engordá-la e vendê-la para um *marchante*, que irá encaminhá-la para o matadouro próximo a Macapá. Assim, se um animal adulto pode gerar centenas de reais, o abate do mesmo gerará uma enorme quantidade de carne a ser dividida localmente.

É importante ressaltar, também, que os moradores do baixo Araguari não possuem fornecimento de energia contínuo por rede elétrica, recorrendo a motores geradores movidos a óleo diesel que funcionam por poucas horas, em geral pela noite. Nesse sentido, eles tampouco teriam onde armazenar toda a carne produzida de uma rês abatida, gerando um enorme desperdício. Mesmo que recorressem à alguma

técnica de salga e charqueamento da carne, esta deveria ser redividida entre seus pares. Por essas razões, o escasso consumo de carne por moradores do baixo Araguari é uma característica que traz uma marcada diferença com outros contextos de vaqueirice, como aquele descrito por Süsskind (2010: 52) que descreve que na atividade pantaneira a ‘regra’ é que os vaqueiros comam carne bovina nas três refeições diárias, incluindo o café da manhã.

No entanto, constatar que no baixo Araguari se consome pouco do produto final da atividade da bubalinocultura não é, de maneira alguma, afirmar que a carne do búfalo não é algo valorizado na região. Assim, apesar de pouco consumirem sua carne, os vaqueiros e suas famílias não deixam de expressar o apreço por esta. Basta mencionar que em eventos festivos são sorteados ou disputados em concursos reses inteiras, ou suas metades, em caso da premiação ser destinada a mais de uma pessoa, o que demonstra o alto valor associado à carne bubalina. De igual maneira, em dias em que o trabalho será mais árduo, como em ocasiões de ações coletivas com outros vaqueiros, é comum que logo cedo se coma o que chamam de *merenda*, refeição preferencialmente feita de carne ou peixe.

Como argumento, o búfalo é o epicentro das atividades dos vaqueiros e a principal atividade econômica na região, a fonte de sustento das famílias ribeirinhas locais, seja pela criação própria ou pelo trabalho em fazendas de terceiros. A forma como esse trabalho é feito, em um contexto de criação extensiva, é o que busco descrever na seção a seguir.

UMA ATIVIDADE EM MOVIMENTO

Como abordado nas páginas anteriores, há uma marcada diferença entre as fazendas que se localizam na margem esquerda do Rio Araguari, dentro da Rebio, e as que estão do outro lado, fora da área de proteção, o que marca as exigências de adequação feitas pelo ICMBio. Enquanto nas fazendas fora da área de proteção há uma maior presença de cercas, o que delimita em parte a movimentação do gado, nas fazendas dentro da Rebio há relativamente poucas áreas cercadas. Sobre isso, Valdenira Santos (2006: 124) relata a partir de entrevistas com pecuaristas do baixo

Araguari que no início da atividade de pecuária na região as fazendas praticamente não eram delimitadas por cercas, havendo pouco manejo de gado através desse sistema. E mesmo em áreas cercadas, entre vaqueiros e pecuariastas da região o búfalo é um animal que tem fama de “varador” de cercas, ou seja, capaz de transpor áreas cercadas para adentrar outros pastos.⁵⁹

Sobre esse ponto, é importante ressaltar que não há uma inexistência de cercamentos nas fazendas do baixo Araguari. Muitas vezes o que marca o limite das áreas das fazendas são igarapés, matas ou alguma outra característica geográfica. Esses marcos não representam separações reais para os búfalos e os rebanhos se movimentam com relativa liberdade por algumas áreas da Reserva, o que leva os vaqueiros a constantemente estarem “mexendo” com o gado, como um *feitor* de uma fazenda me relata. Assim, uma parte importante e cotidiana na atividade de vaqueiro consiste em adentrar o território da fazenda para manejar o gado, juntar as reses e trazê-las para as áreas de pastagem ou áreas cercadas que ele julga mais adequadas na época, bem como e separar vacas prestes a parir, animais doentes etc.

Esse tipo de manutenção periódica tem o objetivo, também, de que o vaqueiro saiba sempre a localização dos animais da fazenda e a sua contagem, se há reses desaparecidas ou desgarradas do plantel. De uma maneira geral, a bubalinocultura praticada de forma extensiva é marcadamente uma atividade em movimento. Ressalto isso para demonstrar que para a atividade da vaqueirice as cercas também são vistas como importantes, pois o manejo dos búfalos depende de áreas cercadas. Mas o tipo de cercamento que é importante para a atividade do vaqueiro é diferente daquele proposto pelos técnicos do ICMBio. Uma diferença direta é que o Instituto demanda a instituição de cercas nos limites da propriedade, enquanto vaqueiros afirmam que cercas muito longe das áreas de manejo trazem custos e perigos, pois uma rês pode se enganchar no arame e definhar se não for socorrida a tempo.

Igualmente, o manejo dos búfalos na região do baixo Araguari tem características que se adequam às especificidades de cada temporada. Como já exposto, a região amazônica amapaense é caracterizada por duas estações contrastantes ao longo do ano, a chuvosa, o *inverno*, e a seca, o *verão*. Essas duas estações implicam em diferentes comportamentos do gado. No auge da seca, por

⁵⁹ Marques (2000: 34) afirma que essa fama de não respeitar as cercas é uma avaliação errada e não é uma característica dos búfalos. Para o pesquisador, essa prática ocorre quando há o manejo errado de pastos.

exemplo, o gado procura se refugiar de moscas hematófagas (sugadores de sangue), as chamadas Mutucas (*Tabanidae*). Quando a tarde começa a cair e as últimas luzes vão aos poucos se dissipando, o gado se aproxima de locais em que ainda existam algum curso de água para fugir das moscas que se proliferam na mata. Por sua vez, a maneira como os vaqueiros se movimentam pelo território depende também das diferenças entre estas estações. No período chuvoso do ano os animais passam mais tempo pastando no interior do território da Reserva e os vaqueiros trabalham monitorando o gado, juntando ou separando parte do rebanho, relocando-os no território da fazenda.

Ao longo da pesquisa tive a oportunidade de conversar com vários vaqueiros, quando estimulava-os a falar de suas trajetórias pessoais, em especial dos aspectos relacionados com a criação de gado. Alguns destes vaqueiros têm suas origens na Ilha de Marajó, onde a criação bubalina é mais antiga que no rio Araguari. Esse é o caso de Henrique, a quem chamam de Maguari, um senhor de cinquenta e dois anos com um físico imponente. Maguari conta que veio de Soure, no Marajó, região em que se criam búfalos e bovinos há mais tempo e onde há uma tradição de vaqueiros. Comparando os dois contextos, ele me diz que a criação de búfalos no baixo Araguari é bem diferente, pois o terreno é muito mais alagado, com “muito mais vida”. Já no Marajó existem vários campos limpos e planos. Lá, o gado que entra no mato já é considerado bravo, enquanto na região de várzeas isso é mais comum.

Na pecuária de várzeas, enquanto na seca os vaqueiros na maioria do tempo montam cavalos, na época do inverno muitas vezes os vaqueiros percorrem o território “na maromba”, ou seja, em cima de um casco (ou casquinho), denominação usada para uma pequena canoa, leve e de feitura simples, que comumente só suporta uma pessoa. Essa movimentação pelo terreno é facilitada ou dificultada de acordo com dois tipos de terrenos contrastantes que os vaqueiros chamam de *sujo* e *limpo*. Bem como no caso descrito por Sússekind sobre os vaqueiros do pantanal (2010: 110), no contexto das fazendas de gado na amazônia amapaense, o *sujo* se refere à mata densa, em contraste com o campo aberto, chamado de *limpo*. De igual maneira, no baixo Araguari o belo é descrito como o terreno dominado pela ação humana, enquanto a natureza intocada, ou, mais ainda, a que retoma o espaço que não é constantemente cuidado, é considerada mato, o oposto do terreno bonito.

No relatório técnico de Tomás, Tiepolo, & Camilo (2007), os pesquisadores constataam que nesse contexto os bubalinos estão limitados a uma faixa que varia de 4

a 10 km de distância das margens do rio Araguari, o que coincide com relatos que obtive de vaqueiros. No já citado livro da Embrapa sobre criação animal em áreas amazônicas, os autores afirmam que o melhor manejo de rebanho bubalino nesse ambiente é o que denominam “extensivo sustentável”, em que os bovídeos se movimentariam pelo território “sem a necessidade de derrubada de mata ciliar dos rios” (Marques *et al*, 2003: 83).

A partir dessas constatações, em minha segunda etapa de trabalho de campo, durante a estação de chuvas, busquei compreender melhor essa movimentação cotidiana do vaqueiro em busca do gado da fazenda. Para isso, utilizei um pequeno *GPS* da marca *Garmin*, modelo *etrex*, para registrar pontos e coordenadas dentro do território em que os búfalos se movimentam, que pode coincidir ou não com os limites da fazenda. Posteriormente os pontos foram processados no programa *Google Earth*, de onde são retiradas as imagens. O trajeto a seguir no mapa foi registrado com esse aparelho pelo vaqueiro Nonô quando ele saiu da sede da Fazenda Helena Selva, ao lado da Comunidade Vai Quem Quer, para percorrer a área da fazenda e reunir os animais da fazenda em uma nova *malhada*, durante a época chuvosa, na data de 30 de março de 2013, no período da manhã.



Mapa 3 - Movimentação do vaqueiro em busca do gado (Faz. Helena Selva)

A imagem e o trajeto mostram que o vaqueiro percorreu a área da fazenda delimitada em suas laterais por cercas e matas. Como é comum ocorrer, em especial nas temporadas alagadas, o trajeto para o interior do território da Rebio neste dia foi percorrido a pé, a cavalo e em um *casquinho*, acionando três modalidades de deslocamento de acordo com a condição do terreno. Na imagem o vaqueiro partiu em busca do gado pela linha lateral da direita, que é marcada pelo limite da fazenda Helena Selva, demarcada por uma cerca. Essa cerca segue por alguns quilômetros, quando o vaqueiro começou a se movimentar em cima de um *casquinho* por igarapés até o ponto mais alto do registro da movimentação. De lá, Nonô começa seu trajeto de volta para a sede da fazenda, reunindo o gado sem deixá-lo dispersar.

Em sua análise da percepção do deslocamento pelo meio, James Gibson (1979: 36) observa que o terreno sobre o qual os seres se movimentam raramente são ordenados, como são os espaços alterados pela ação humana. Nesse sentido, para Gibson ambientes desordenados proporcionam locomoção por meio de suas *aberturas*, concepção que descreve bem o que ocorre na bubalinocultura extensiva no baixo Araguari. Para enriquecer este argumento em outro sentido, busco inspiração na teoria de *affordance* de Gibson, uma tentativa de melhor compreender como os seres sencientes percebem o ambiente em que estão inseridos (Gibson 1979).

As ideias gibsonianas inspiraram abordagens que acionam essa perspectiva ecológica para melhor compreender as relações entre seres humanos e não-humanos (Ingold 2000). Para Gibson, todo animal é, em algum nível, um ser que age e percebe. Desse modo, o autor considera como ambiente o meio ao redor desses seres que percebem e agem, os animais, e que as palavras animal e meio ambiente fazem um par inseparável: um não poderia existir sem o outro (Gibson, 1979: 7-8). Assim, o ambiente de animais e homens é aquilo que eles percebem, não necessariamente o mundo descrito pela física, geografia ou alguma outra área de conhecimento ou perspectiva específica.

Mais que isso, o ambiente proporciona um meio pelo qual o ser age. Nesse sentido, o ambiente propicia, oferece (*affords*) abrigos, objetos, caminhos, desafios,

perigos, comida, outros seres, predadores etc.⁶⁰ São essas “ofertas da natureza, essas possibilidades ou oportunidades” que Gibson denomina através do neologismo de *affordances* (*ibid.*: 18). Este é, assim, um conceito que conecta tanto ambientes quanto comportamentos, em que os ambientes existem em relação aos potenciais corporais físicos dos seres (*ibid.*: 129).

Partindo de inspiração semelhante, Ingold (2000) propõe entender a ação humana e não humana a partir da constante interação do organismo-pessoa em um ambiente ou mundo vivo, o que ele chama de *dwelling perspective*, a perspectiva do habitar. Em contraste com uma descrição estante do ambiente (*landscape*, em inglês), Ingold (2000: 154) propõe a noção de *taskscape* para designar um padrão de atividades de habitação. Nesse sentido, assim como a paisagem remete a uma série de recursos e características, o *taskscape* seria uma série de atividades relacionadas que são efetuadas por meio de movimentos, ponto constantemente lembrado por Ingold (*ibidem*: 195-7). E para o autor, estes movimentos não necessariamente irão derivar em algo acabado, um ponto final:

... as atividades que compõem o *taskscape* são intermináveis, a paisagem nunca está completa: nem ‘construída’ e nem ‘não construída’, está perpetuamente em construção. É por isso que a dicotomia convencional entre os componentes naturais e artificiais (ou ‘feitos pelo homem’) sobre a paisagem é tão problemática (Ingold, 2000: 199).

Acredito que essas abordagens contribuem com pontos importantes para compreender os trajetos percorridos pelos vaqueiros em suas atividades, que, por sua vez, são também estabelecidos pela movimentação dos rebanhos de búfalos em sua busca por pastos, áreas de descanso e água. Irei voltar a vários destes pontos exemplificá-los melhor, em especial no terceiro capítulo. Por ora, o objetivo era demonstrar que a atividade do vaqueiro depende da circulação pelos campos de várzeas em busca dos búfalos, e que este movimento e manutenção dos rebanhos depende da delimitação de cercas. Por isso, o búfalo para eles deve também ser cercado, mas de uma maneira diferente daquela que pretende o ICMBio. Essa mudança do que é o búfalo para estes grupos, inclusive do que são as cercas, é ao que retorno no desfecho deste capítulo a seguir.

⁶⁰ “The *affordances* of the environment are what it *offers* the animal, what it *provides* or furnishes, either for good or ill” (Gibson, 1979: 127 – ênfase no original).

BUBALUS MULTIPLUS

Ao longo deste primeiro capítulo, procurei apresentar um panorama da criação de búfalos e os diferentes sentidos que são formados na relação que cada grupo estabelece com o gado. Busquei, então, demonstrar que o búfalo não tem um sentido em si mesmo se visto de maneira isolada. Ele tem, sim, sentido a partir das relações que se estabelece com ele e com as coisas que ele faz, os seus comportamentos, os efeitos causados por sua presença na região amazônica.

Mas, afinal, *o que é o búfalo?*

Se o nome oficial da atividade é bubalinocultura, ao considerarmos que os búfalos têm dinâmicas próprias e geram relações diferentes com os coletivos humanos, podemos também estender o termo para pensarmos em uma *cultura* dos búfalos.⁶¹ Assim, falar de uma cultura dos búfalos não é remeter a um campo abstrato ou simbólico, mas sim a um conjunto de práticas e relações (inclusive humanas) organizadas em torno deste animal.⁶²

Por essas razões, as argumentações em torno da cultura dos búfalos extrapolam questões práticas e científicas para o campo das disputas políticas. É a partir disso que a discussão sobre a constituição de cercas e a proposta de que se cerquem os búfalos representam controvérsias. Em última instância, talvez a disputa não seja exatamente sobre o estabelecimento das cercas, mas sim dos diferentes tipos delas, pois pecuaristas, técnicos ambientais e vaqueiros têm ideias distintas sobre as cercas a partir dos objetivos que pretendem com elas. Tomando a cerca como um mote dessa questão, entendo que, se na bubalinocultura as propostas de cercamento dos rebanhos é fonte de discórdia, daí gerando questões acerca dos búfalos, as pessoas envolvidas estão igualmente cercadas pelos búfalos, sejam eles tidos como atividade econômica, como espécie exótica invasora ou como animais de criação pecuária com que lidam cotidianamente.

⁶¹ Agradeço ao colega Eduardo Di Deus por apontar a possibilidade de explorar essa noção de uma cultura dos búfalos, assim como ele faz em sua pesquisa sobre a cultura das seringueiras.

⁶² Uso, assim, o termo cultura como algo próximo ao que Marcel Mauss (2003) propunha chamar de “civilização” (Bert 2009). Felipe Sússekind (2010: 101-2) fala de algo semelhante a partir de sua própria pesquisa nas fazendas pantaneiras: “aqui o gado tem sua própria ‘cultura’, definida em termos de uma ‘utilização de territórios, ambientes e alimentos’”.

Ao comentar sobre um contexto distinto, mas que busca colocar em um mesmo patamar de análise elementos e seres distintos que não necessariamente o humano, mas que nem por isso deixam de remeter ao humano forma, o trabalho de Michel Callon (1986) a respeito da pesca e da conservação ambiental de uma espécie de molusco na costa francesa traz uma abordagem interessante. Em seu texto, Callon busca analisar igualmente três seres em esferas distintas da interação, a saber, os pescadores de St. Brieuç, os cientistas e as vieiras. Callon argumenta que esse estudo de caso é um exemplo de problematização que não se reduz a uma formulação simples e remete a elementos que são tanto do mundo social quanto do natural, ou, em seus termos, estruturas sociais que são consolidadas tanto por entidades sociais quanto naturais (1986: 211).

Assim, o autor traz a ação das vieiras como componente essencial da análise, mesmo que essa ação não dependa de uma intencionalidade, mas, sim, de suas dinâmicas próprias, como sua reprodução. Ao abordar o problema em torno das vieiras, o autor aponta para princípios que formam a proposta de uma análise simétrica e que se tornaram amplamente conhecidos na antropologia. O primeiro deles diz que o pesquisador não deve partir da distinção entre o técnico e o social. O segundo princípio da análise simétrica levantada por Callon visa dar o mesmo valor para o que tem sucesso e o que não tem. Podemos nos apropriar dessa noção como um empenho de dar espaço na análise aos processos que formaram e formam seres sociais e instituições.

Isso pode nos ajudar a pensar ações essenciais para compreender a atual situação do contexto estudado, tal como é o caso de disputas, demandas e litígios históricos e atuais em torno das fronteiras e limites que compuseram a reserva biológica às margens do Rio Araguari. O terceiro e último princípio proposto por Callon, chamado de simetria generalizada, propõe que a análise englobe humanos e não-humanos igualmente. O termo não-humanos usado por Callon e outros autores, visa incluir tanto seres vivos, com intencionalidade ou agências próprias, quanto elementos outros que mudem ou influenciem de alguma maneira as dinâmicas da ação social em dada situação.

Cada um dos atores apresentados nesse capítulo interage de uma maneira diferente com o búfalo. Como nos lembra Bruno Latour (2001) em relação à produção de conhecimento científico, os cientistas dominam o mundo, desde que o mundo venha até eles sob a forma de inscrições bidimensionais, superpostas e combinadas.

Essa mesma observação pode ser aplicada a pecuaristas, gestores ambientais, juízes e outros agentes. Da maneira que entendo estas perspectivas, elas não são meramente representações do que é o búfalo, mas relações estabelecidas com ele que se dão por meio de aparatos perceptivos desses atores, sejam eles mapas, documentos, imagens aéreas, normativas, cifras, mercado, medições, leis, conceitos científicos, laços, cavalos, facões e outros.

Assim, a perspectiva deles sobre o que é o animal muda de maneira acentuada, pois a sua relação prática com o búfalo também é diferente. É a partir disso que a discussão sobre a constituição de cercas e a proposta de que se cerque o búfalo se tornam uma controvérsia. No caso, o estabelecimento de limites tem o objetivo de deixar os animais fora de um território, o da Rebio, e não dentro das fazendas, como é provavelmente o objetivo mais comum das cercas. De um modo simples, podemos apontar que para os pecuaristas, estas cercas são, principalmente, um custo, uma obrigação onerosa. Já para os ambientalistas, como os técnicos do ICMBio, o búfalo é um agente causador de problemas ambientais, em especial aqueles inseridos em áreas de proteção, uma Espécie Exótica Invasora que vem descaracterizando a fauna e flora da Rebio.

Ao nos voltarmos a outra perspectiva, pesquisadores como Valdenira Santos (2006) consideram os búfalos como agentes modificadores do solo e das dinâmicas hídricas, considerando que o gado está inserido em uma paisagem onde as modificações são constantes e de razões diversas. Neste aspecto, apesar de se basear em fundamentos diferentes, as falas de pesquisadores e funcionários do órgão ambiental convergem bastante. Em outro extremo, como pode ser visto nas falas da audiência no Ministério Público relatada neste capítulo, o búfalo é um ser que traz benefícios aos seus criadores e à economia do estado. Nesse âmbito, ressaltam-se histórias em que búfalos enfrentam onças para protegerem sua crias, enquanto bovinos as abandonariam, o que buscam retratá-lo como um corajoso, superior, mas também dócil e bondoso, o “Senhor da Bondade”, como foi dito.

Ampliando a defesa da bubalinocultura, destacam-se a fala de pesquisadores pecuaristas a ênfase de que a inserção do búfalo no norte brasileiro começou justamente no ano em que o Amapá foi permanentemente definido como território brasileiro, uma quase missão de desenvolvimento de um estado recém-criado. Sua capacidade de nutrir as próximas gerações amapaenses remete a um apelo humanitário, o que é dito com o intuito de reforçar a sua missão e potencial de

desenvolvimento do estado. Mas é importante considerar que em última instância o búfalo é para pecuaristas e empresários, acima de tudo, uma *commodity*; ele é carne, um bem em estado bruto a ser comercializado.

Ao olharmos essas diferentes posições, o intuito não é o de apresentar uma oposição simples. Até mesmo porque existem, ainda, posições intermediárias entre ambientalistas e pecuaristas, tais como a de técnicos da Embrapa, para quem as áreas de várzea devem ser exploradas economicamente para melhorar a vida dos moradores da região e de uma maneira planejada, desde que isso seja feito “conciliando desenvolvimento e ambiente físico” (Marques *et al*, 2003: 34; 76). Nessa mesma seara, os técnicos da Diagro se preocupam em perceber como esse animal-produto deve ser criado e mantido para que ele não seja um agente de doenças, o que poderia repercutir (e repercute – Cf. Figura 6, pág. 50) sobre a própria capacidade produtiva do estado. Nessas perspectivas, o búfalo é, ao mesmo tempo, uma riqueza e um potencial problema sanitário, o que o leva a se tornar o centro de fiscalizações constantes de cuidados sanitários usuais, tais como vermifugações, vacinações e combate aos ectoparasitos (Moreira, Costa e Valentim 1994: 17). Enfim, em uma esfera legalista, contendas jurídicas levam os procuradores do Ministério Público a verem o búfalo como uma fonte de disputas legais, enquanto para forças policiais ele é um bem passível de furto e contrabando, crimes que devem ser combatidos.

Ao descrever estas posições, me inspiro em movimentos recentes nas ciências sociais que propõem abordagens que levem em consideração como as diferentes perspectivas e atores envolvidos em um contexto se relacionam com os elementos desse conjunto. Esse é o caso da *Actor-Network Theory*, a ANT, abordagem que parte do pressuposto que os atores fazem seus “próprios quadros, suas próprias teorias, seus próprios contextos, sua própria metafísica, até mesmo sua própria ontologia” (Latour 2006: 343-4). Na leitura que Marilyn Strathern faz da ANT, teóricos dessa linha preparam narrativas que visam demonstrar os efeitos produzidos pelas alianças entre humanos e entidades não-humanas (Strathern 1996).

Nesse sentido, a teoria do ator-rede trouxe maior campo de análise aos chamados não-humanos – a exemplo de micróbios, vieiras, rochas, navios – de uma nova maneira (Latour 2005: 10). Um de seus postulados é que a análise seja orientada pelos próprios agentes e organizações que formam redes que participam e modificam o social (Law 1992). Ainda mais incisivo, Latour (2005: 12) adverte que “você deve

‘seguir os próprios atores’”, proposta que me parece bastante pertinente quando aplicada em uma pesquisa etnográfica.⁶³

Quando voltamos à proposta de Gibson apresentada anteriormente (1979), a percepção dos seres leva em conta as possibilidades de movimento oferecidas pelo ambiente e suas próprias características. Nesse sentido, os seres percebem o mundo conforme sua capacidade de ação neste, de onde se conclui que o ambiente existe de modo diferente para cada um deles. A noção de Gibson se mostra muito útil para pensar o contexto apresentado nesta tese, pois nos convida não somente a pensar o ser inserido no ambiente, mas também como ele percebe sua relação com este ambiente. Ampliando de uma maneira livre a noção de *affordance* de Gibson, não me parece excessivo pensar que as distintas falas apresentadas neste texto falam de ambientes percebidos de maneiras diferentes, que seriam, ultimamente, distintos para cada pessoa que trata dele.

O que está em jogo em eventos onde essas diferentes formas de relação são apresentadas, como na audiência pública relatada, não é uma mera troca de palavras. Busquei apresentar as diferentes posições neste capítulo não apenas como representações, pois essas posições não são pura retórica ou abstrações. Como Gibson (1979: 134) argumentou, quando percebemos algum ser ou objeto não o pensamos através de suas qualidades objetivas, mas através de seus *affordances*, o que remete também à capacidade do ser observado *interagir* com o observador (Ingold 2000). Estes grupos, ambientalistas, pesquisadores, pecuaristas, técnicos agropecuários, constroem seu discurso a partir das características dos búfalos que se mostram na relação entre eles, os animais e outros atores (a burocracia ambientalista, a academia, o mercado nacional e internacional de carne etc.).

Nesse debate, enquanto os técnicos do ICMBio querem o estabelecimento de limites com o objetivo de deixar os animais fora da Rebio, os pecuaristas donos das fazendas encaram as cercas como custos, obrigações onerosas, e como algo que não lhes dá garantia contra aquilo que está entre suas principais preocupações: o roubo de gado. Por outro lado, os vaqueiros e pequenos criadores do baixo Araguari veem com desconfiança a proposta de substituir áreas de pasto por outras culturas, pois para eles as cercas são instrumentos facilitadores de lidar com maiores números de reses, e não

⁶³ Para uma crítica à abordagem simétrica de Latour, ver Ingold (2013), que considera que a proposta tende a abordar não-humanos sempre em sua relação com humanos, algo que Ingold considera um pressuposto não simétrico.

algo para diminuir seu gado, como lhes propõe o ICMBio. Pois a substituição do gado por outras culturas consideradas como de menor impacto é encarado como uma proposta de lhes privar de uma atividade econômica com a qual trabalham há décadas. Sobre esse aspecto, Vander Velden (2012: 157) argumenta que a posse do gado é, de uma maneira geral, tida como sinal de *riqueza e poder*, inclusive em contextos amazônicos.

Nesse debate *sócio-ecológico-territorial* (Mura, 2011) esses grupos falam do búfalo, mas o búfalo para cada uma destas pessoas não necessariamente é a mesma coisa, pois as ênfases que apresentam de sua relação com o ambiente diferem. Se podemos pensar o búfalo para além das características intrínsecas da espécie, a *Bubalus bubalis*, e entendê-lo a partir das múltiplas relações que humanos estabelecem com eles, podemos chegar a uma ideia de um ser engajado em relações diversas, quiçá um *Bubalus multiplus*.

Ambientalistas, técnicos e pecuaristas se relacionam com o búfalo por meio de instrumentos de mensuração, planilhas, imagens aéreas e até mesmo reuniões e negociações, o que os possibilita pensar o búfalo como arrobos, cifras, manadas de espécie exótica invasora, agentes modificadores do ambiente, propriedade individual passiva de ser roubada, vetor de doenças sanitárias ou atividade econômica essencial à economia do estado. Para os vaqueiros, constituem meios de lidar com os búfalos os laços, cavalos, barcos, cercas e terçados. Isso não é dizer, contudo, que uma forma de relação com os búfalos seja menos ou mais real, ou fenomenológica, que as outras, mas que os meios de engajamento técnico são diferentes. Um laço ou uma imagem de satélite não fazem do búfalo menos ou mais presente, mas estabelecem relações a partir de propriedades e potenciais distintos, criando novos sentidos para búfalos e humanos.

Optei por apresentar neste capítulo os grupos que atuam em função da presença de búfalos na Rebio do Lago Piratuba, pois era necessário situar a etnografia dos vaqueiros diante do problema mais amplo do búfalo no estado do Amapá. Feito isso, passo agora para apresentar de maneira mais detalhada o modo como se dá a relação entre vaqueiros e búfalos, relação que será privilegiada nos próximos capítulos.

2



CAPÍTULO 2:

REDES E RÉDEAS – INSERÇÃO ETNOGRÁFICA NA VAQUEIRICE

Como apresentado até aqui, a bubalinocultura é bastante difundida na região do baixo Araguari, onde a paisagem é marcada por várias fazendas ao longo das duas margens do rio. A presença dos búfalos nos campos de várzea do rio Araguari incita diferentes tipos de posições, que se relacionam com os animais de maneiras distintas. Quando o assunto é abordado com as populações locais, um aspecto econômico da bubalinocultura é constantemente enfatizado em conversas com os vaqueiros: o búfalo como moeda corrente na região. Como Devaldo, vaqueiro herdeiro de uma pequena propriedade, me explicou, “o búfalo é um ótimo investimento, melhor que a poupança”. Em seu exemplo, uma rês com cerca de 300 quilos valia, à época da pesquisa, cerca de R\$ 600 para venda para outras fazendas ou para *marchantes*, que a revenderiam aos abatedouros. Essa mesma rês em um ano se valorizaria, rendendo muito mais do que se fosse vendida e o mesmo valor aplicado na poupança em um banco.

O *marchante*, figura que mencionei algumas vezes anteriormente neste texto, tem uma função importante como uma ligação entre o baixo Araguari, Macapá e os donos das fazendas. É o *marchante* o responsável por buscar o gado que irá ser encaminhado para o abatedouro, cobrando uma taxa por cada rês embarcada e transportada. Se essa é a principal atividade do *marchante*, é importante notar que nesse processo ele faz também fretes diversos: leva consigo pessoas, bens de consumo duráveis (como fogões, geladeiras e móveis) e também material de construção e de trabalho para as fazendas. O *marchante* Valdir, com quem tive mais contato, diz não receber remuneração por esses fretes extras, mas ressalta que é como um agrado a mais para manter os clientes sempre vendendo gado para ele. Assim, o *marchante* é aquele que lida tanto com o vaqueiro e com o búfalo, quanto com o proprietário da fazenda, amarrando toda esta cadeia ao entregar o animal no abatedouro para ser

transformado em carne a ser vendida em Macapá (por vezes no açougue do próprio marchante).

O processo de embarque nas balsas do *marchante* é comumente feito na beira do rio Araguari e envolve diversos tipos de amarras: na rês, na balsa e nas próprias pessoas. Após laçarem o animal e puxá-lo para fora do curral, os vaqueiros passam a corda em sua barriga para funcionar como uma “barrigueira”, que é conectada a um sistema de roldanas na balsa. No outro extremo da corda há uma balança capaz de registrar pesos de até 1 tonelada. Em certa ocasião, ao acompanhar o embarque e pesagem de três reses da comunidade Vai-quem-quer, o *marchante* Valdir me pediu para anotar os pesos enquanto os vaqueiros e os funcionários da balsa Vitória Dias trabalhavam. Trago esse registro a seguir para citar um exemplo dos pesos dos búfalos embarcados: 620 Kg, 580 kg e 600 Kg. Na soma dos três búfalos embarcados, ao todo seriam contabilizados 1800 quilos que, comprados na época a R\$2,15 o quilo, somavam um total de R\$ 3.870 a serem pago para o dono dos animais. Assim, os animais são pesados neste processo e o vaqueiro ou feitor fica com um recibo simples que será repassado para o pecuarista dono do gado para um pagamento posterior.

Mas é importante notar que, assim como teorias sobre a reciprocidade advogam que o tempo é uma dimensão importante nas relações de trocas (Bourdieu 1996), o comércio do gado com *marchantes* também é marcado por temporalidades próprias. Por isso, pode-se dizer que dificilmente a comercialização desses animais é paga à vista. No momento do embarque o *marchante* pode, sim, deixar uma parte considerável deste pagamento, mas o mais comum é que o valor seja acertado em diferentes momentos, inclusive por meio de entrega de outros bens, como material de construção, arames, eletrodomésticos etc. Por isso, o valor montante é contabilizado na conta que o marchante mantém com determinado dono de gado.⁶⁴ Assim, a figura do *marchante* pode ser considerada essencial na rede de sociabilidade e circulação de bens, animais e pessoas nas fazendas do baixo Araguari.

Como um vaqueiro que me explicava a economia do búfalo na região ressaltou, todos no baixo Araguari lidam com búfalos – ou são donos de fazenda ou vaqueiros regulares ou diaristas. Esse fato traz bastante liquidez ao búfalo, explica: “é só querer que se vende o animal”. Esse vaqueiro, filho de um pequeno criador, afirma que seu pai poderia ter muito mais gado se quisesse, pois, apesar da área da fazenda às

⁶⁴ Sobre esse aspecto, não seria totalmente errado compararmos a atuação do *marchante* com aquela do aviamento em determinadas comunidades amazônicas (ver Sautchuk 2008).

margens do Rio ser pequena, há muito terreno para os fundos, adentrando a área da Rebio, em seus próprios termos. Em outra fazenda, do outro lado do rio (fora da Rebio), um vaqueiro me explica que “a criação aumenta rápido”, que o ritmo de crescimento de um plantel de bubalinos é bem expressivo.

Na fazenda em que trabalhava, onde haviam em 2012 cerca de oitocentas reses, nasceram em um ano mais de duzentos bezerros, o que aponta como uma rápida renovação do plantel. Entendimento semelhante me foi dito por um pecuarista, dono de uma fazenda de porte médio. Quando pergunto se a atividade compensa financeiramente, se “vale a pena”, ele me diz que “vale muito”. Ele me explica que mesmo em épocas de crise econômica, como durante a alta inflação da década de 1980, a pecuária nas várzeas do Araguari foi muito rentável. Nem se compara à “poupança”, ele diz. Isso porque “tendo búfalo tem quem compra”⁶⁵.

Essas características – alta liquidez e rápido desenvolvimento do investimento em gado, bem como a dificuldade de desenvolver outras atividades econômicas na região – também contribuem para que as aspirações de boa parte dos moradores do baixo Araguari girem em torno da bubalinocultura. Se o búfalo ocupa um lugar notável nas ambições e aspirações dos moradores do baixo Araguari, é porque eles veem no animal um alto potencial de desenvolvimento econômico. Por isso, boa parte das atividades cotidianas ou sazonais destas pessoas são, de uma forma ou de outra, voltadas para a criação de búfalos. Se as relações com e as concepções sobre os bubalinos (e outros animais) é um tema de central interesse nesta tese, é importante também abordar aspectos da sociabilidade entre os vaqueiros, suas famílias e seus patrões. Estas características determinaram também a minha inserção como pesquisador nesse contexto. Assim, de modo a melhor delinear algumas questões, apresento a seguir aspectos significativos sobre as pessoas e famílias que habitam a região e que vivem, majoritariamente, em função da atividade da pecuária bubalina.

⁶⁵ Essa fala expressa a noção do gado como unidade e reserva de valor, tal como comentado por Sordi (2013).

O BAIXO ARAGUARI E SEUS MORADORES

Como exposto na introdução desta tese, esta pesquisa foi realizada em parte nas fazendas nas margens direitas do Rio, ou seja, fora da Reserva Biológica do Lago Piratuba, e em parte nas comunidades e fazendas dentro da área da Rebio (Cf. Mapa 1, pág. 7). De um modo geral, não há diferença significativa no estilo de vida e práticas em de um lado ou de outro do rio e é comum que uma pessoa transite entre ambos e troque mesmo de habitação em períodos de sua vida. Alguns pecuaristas mais abastados têm fazendas em ambos os lados do rio, o que pode levá-los a realocar gado em suas propriedades.

A principal fonte de renda das pessoas na região são os trabalhos na vaqueirice e outras atividades paralelas, como diárias para trabalhar como mateiros e na construção de cercas e currais. Os vaqueiros assalariados, que recebem um salário mínimo, além de um fardo mensal de farinha, gás e uma quota de combustível, trabalham de segunda-feira a sábado. Já os diaristas recebiam na época cerca de R\$ 30 por dia, e suas funções poderiam variar da manutenção de cercas, arrumando os *esteios*, *tarugos* e arame, ao preparo de pastos e à derrubada de vegetação crescente próxima à sede da fazenda. Nesse sentido, um diarista que trabalhasse todos os dias do mês poderia potencialmente receber mais do que uma pessoa com um vínculo fixo. Deste modo, os vaqueiros que trabalham com “carteira assinada”, situação menos comum (mas altamente desejada), normalmente são aqueles que possuem família e têm residência fixa, enquanto os diaristas em geral são mais jovens, solteiros e relativamente mais “nômades”.

Ao longo do tempo em que estive na região, espaçado por cerca de um ano e meio, era comum que de um mês a outro uma pessoa deixasse de trabalhar em determinada fazenda para ir trabalhar em outra, ou simplesmente deixar a região e ir para a capital Macapá ou outro destino. Assim, existe uma notável rotatividade de pessoas e mão-de-obra na região, principalmente nas fazendas onde quem trabalha com o gado são empregados assalariados, e não os próprios donos das reses.⁶⁶ Por essa razão, as comunidades são as moradas que apresentam a maior continuidade de

⁶⁶Essa característica é também apontada por outras pesquisas com vaqueiros no Brasil, tal como as de Banducci Junior (2007) e Bornholdt (2008).

pessoas com residência fixa, razão que também leva o ICMBio a tratá-los de maneira distinta das fazendas a serem desapropriadas.

Além da atividade da vaqueirice, algumas pessoas complementam a renda com o comércio de produtos de consumo em pequenas vendas em suas casas. Dentre os produtos comercializados podemos citar alguns mais comuns como refrigerantes, embutidos, bebidas alcólicas, margarinas, biscoitos, temperos, molhos e macarrão. Na região do baixo Araguari, como em outras localidades amazônicas, a dieta básica é caracterizada pela dominância do binômio peixe e mandioca, principalmente a farinha da mandioca (Sautchuk 2007), que constituem as principais fontes proteicas e calóricas. Em um estudo sobre o consumo calórico semanal das unidades domésticas feito por Adams, Murrieta e Sanches (2005: 14), em comunidades amazônicas no Pará, região próxima à deste estudo e com características muito semelhantes, os autores concluem que

a mandioca, consumida normalmente na forma de farinha, mas também como beijú, tapioca, cruera, ou farinha de tapioca (...) é a principal fonte de energia na dieta cabocla, independente da estação do ano considerada. O peixe e os cereais destacam-se como a segunda fonte calórica na várzea.

Assim, muito rica em proteína e em carboidratos, a dieta dos moradores do rio Araguari tem relativo baixo consumo de vegetais e fibras. Os mesmos autores destacam que cada vez mais a variação de acesso a fontes de calorias é balizada pelo crescente consumo de açúcar e óleo de cozinha industrializado.

Também relacionada à constante troca de empregos de uma fazenda para outra, é uma característica na vaqueirice na região que os vaqueiros e suas famílias muitas vezes não se empenham em plantar e desenvolver hortas. Na comunidade Vai-quem-quer registrei uma tentativa de cultivo de mandioca, mas que a própria pessoa me dizia não evoluir como deveria por ela não ter conhecimento dessa cultura. Apesar do vaqueiro dizer não ter conhecimento de como cultivar a mandioca, um dos fatores certamente é a inundação periódica dos campos de cultivo pela água salgada, o que dificulta o plantio desta e de outras plantas (Marques *et al* 2003; Santos 2007).

A partir de pesquisa extensa com populações amazônicas, Deborah Lima *et al* afirmam que em comunidades amazônicas a mandioca é a “espécie vegetal de maior importância econômica e cultural” (Lima, Steward and Richers 2012: 371). Os mesmos autores destacam a dificuldade de cultivar as manivas da mandioca em ambientes de várzea, o que demanda tanto espécies específicas quanto a escolha

adequada dos locais menos atingidos pelas cheias. Pela dificuldade de cultivo da mandioca e a centralidade que esta tem na dieta das famílias na região do baixo Araguari, o principal acesso à farinha é por meio da compra, do recebimento como parte do pagamento em casos de vínculo empregatício com algum pecuarista, ou mesmo o aviamento, em moldes semelhantes ao descrito por Sautchuk (2008).

Assim, as principais refeições são feitas em grande parte com farinha e peixes. Quando estão sem a farinha às vezes as famílias recorrem ao arroz, mas sempre sob protesto. Juntamente com o peixe ou a carne, a farinha é a base da alimentação dessas populações e sua ausência é muito sentida. Além do frequente consumo de pescados, algumas pessoas na região criam frangos, carneiros, suínos e patos, que podem ser ocasionalmente comercializados entre vizinhos, mas que são na maioria dos casos mantidos para o consumo da família em casos de necessidade ou festividades. Estes pequenos animais se alimentam dos restos da comida dos humanos, como na ocasião de “limparem” e prepararem peixes para uma refeição, em que patos, galinhas, cachorros e porcos disputam os miúdos jogados ao chão.

Os peixes mais encontrados na época do verão (seca) eram acaris (*Liposarcus pardalis*) e pirarucus (*Arapaima gigas*), que sobreviviam nas poças lameadas que restavam do que outrora fora um igarapé ou poço. Os pirarucus que são pegos ocasionalmente geram comida por mais de um dia, mas não são tão apreciados como outros peixes, como os próprios acaris, os tamatás (*Hoplosternum littorale*), bagres (*Arius sp.*) ou anujás (*Trachycorystes galeatus*), peixes encontrados no inverno, quando a diversidade de peixes aumenta e também são pescadas piranhas e tambaquis (*Colossoma macropomum*), entre outros peixes. Além destes, os jacarés são comumente caçados e consumidos também, nas variações jacaré-açu (*Melanosuchus niger*) e Jacarétinga (*Caiman crocodilos*).



Prancha 3 - Acaris

Peixes menos favorecido frente às outras opções mais nobres, os Acaris são uma das principais opções de alimentação durante as estações secas, principalmente para as pessoas que vivem mais longe do rio Araguari ou de igarapés maiores que não secam totalmente. Este é o caso dos vaqueiros e famílias da fazenda Campo Novo, que por vezes reclamavam de ter que repetir acaris dia após dia no auge do verão. Os peixes eram capturados diariamente e deveriam ser consumidos imediatamente após a morte, pois rapidamente apodreciam, diferente do que ocorre com pirarucus, outro peixe bastante consumido na região.

Considerando os peixes são a principal fonte proteica da alimentação das famílias do Araguari, é importante dizer que os moradores da região consideram como iguarias alguns alimentos sazonais e mais difíceis de serem contratados, como os ovos da camaleoa (*Iguana iguana*) e o cozido de (a)peremas (*Rhinoclemmys punctularia*), apesar de que estes alimentos às vezes são descritos como reimosos.

É comum encontrar nos arredores imediatos da casa muito do que consideram lixo: pilhas usadas, papéis, plásticos, as garrafas, os chinelos, os pedaços de pano de cordas, madeiras, tambores, restos de máquinas. Essa característica contribui para que haja claramente uma divisão entre o elevado das casas, o “jirau”, e o chão. Ouvi em algumas ocasiões adultos reprimirem crianças com a frase “sai do chão!”. Notavelmente pessoas mais velhas descem muito raramente ao chão, a não ser quando têm que sair para trabalhar ou para realizar alguma tarefa próxima à casa. O mesmo ocorre com crianças mais novas, especialmente meninas (meninos se movimentam mais livremente).

Enquanto o chão é um campo comum com os animais (domésticos ou não), o elevado das moradias e do jirau⁶⁷ é da predominância dos humanos (e de alguns animais de companhia, como papagaios e cachorros filhotes). Essa diferenciação é tão mais verdade durante o inverno, quando as marés as vezes alagam o terreno e, além de ficar lameado, fazem crescer o *mato* ao redor das casas, que traz a possibilidade de presença de *bichos* como cobras e ratos.

⁶⁷ O jirau é o piso construído de tábuas de madeira elevado do chão, interligado pelas “pontes” que levam às casas. Este tipo de estrutura é comum em áreas que são sazonalmente alagadas, como as várzeas da região do rio Araguari.

Além dos animais domésticos e de criação já citados, outros dois seres são realidades constantes nas casas da região do baixo Araguari, que podem trazer perigos distintos. Mesmo que não domesticados, são domésticos em um sentido de conviverem dentro das casas das pessoas. Pela noite, imperam morcegos de diversas espécies e gêneros diferentes⁶⁸. Durante o dia, o mesmo espaço aéreo é tomado pelas cabas, enormes marimbondos, possivelmente da família *Vespidae* (*Polistinae*), que se espalham em pequenas colônias onde quer que haja um telhado. As cabas são muito temidas tanto por humanos quanto pelos outros animais devido a sua ferroada, que leva à inflamação da pele e causa muita dor. Em casas ou moradias em não vivem ninguém, as cabas “tomam conta”, e a estrutura passa a ser interdita pelo perigo. Apesar de serem perigosas, as cabas comumente não são capazes de causar danos mais sérios a humanos.

Este não é o caso de outros insetos que vivem nas partes mais fechadas das matas, as abelhas, que estão entre os seres mais letais da região. Como me conta Seu Maguari, experiente vaqueiro da região, em uma ocasião ele quase morreu devido ao ataque de um enxame de abelhas. Nesse tipo de ataque, o mais comum é que a pessoa esbarre em alguma colmeia sem perceber, esteja ela montada em um cavalo, em um *casquinho* ou mesmo a pé, quando é rapidamente atacada por um grande enxame. Isso foi o que ocorreu no incidente e Seu Maguari conta que o único recurso que teve foi pular na água, virar seu bote de cabeça para baixo e se esconder debaixo da embarcação.

Ele é enfático em dizer que quase morreu, pois, mesmo que a ação tenha ocorrido muito rapidamente, ele ficou nauseado e febril por vários dias após o ataque do enxame de abelhas. Neste caso do ataque das abelhas, o vaqueiro buscava uma rês desgarrada do rebanho sob sua tutela em cima de um pequeno barco, um *casquinho*, item que é indispensável ao estilo de vida na região e que exploro melhor a seguir.

⁶⁸ Atualmente já foram registradas na Amazônia Legal Brasileira 146 espécies de morcegos, distribuídas em nove famílias e 64 gêneros (Bernard, Tavares e Sampaio 2011).

Comunidades motorizadas

Uma das coisas mais essenciais de se possuir é uma embarcação capaz de navegar no rio Araguari e em seus igarapés. De fato, várias pessoas têm uma “montaria” completa, isso é, um casco e um motor *rabeta*. Mas há aqueles que têm somente o casco ou somente o motor, “emprestando” a outra parte deste conjunto quando precisam. Pela necessidade de deslocamento ocasional, combustíveis como o diesel, a gasolina e o “óleo de motor 2 tempos” são muito valorizados e consideravelmente escassos na região. Os moradores do baixo Araguari têm notável facilidade de diferenciar os diferentes tipos de embarcação e sua distância quando descem e sobem o rio:

Enquanto escrevo sentado na varanda da escola, Ju vem me dizer que a lancha escolar ainda não está vindo, mas há o som de uma voadeira a caminho. Eu tento escutar o som a que ela se refere, sem sucesso. Em pouco tempo ela diz: “ó a lancha zoando aí!”. Só então consigo ver ao longe um ponto que se revelaria mais tarde uma embarcação tipo “voadeira”. Desde cedo os moradores do Araguari aprendem a ouvir e ver muito ao longe e sabem diferenciar o zumbido dos diferentes tipos de motor, calculando sua distância e possível trajetória (Trecho de meu diário de campo).

Em uma das viagens que fiz com a família de um *feitor* de fazenda saindo da cidade de Cutias do Araguari até a região das fazendas visitadas na pesquisa, em um barco de motor a diesel, gastamos uma média de 50 litros, o equivalente a cerca de R\$ 150, o que é bastante custoso para os moradores da região. Pela constante necessidade de combustíveis, algumas pessoas compram quantidades significativas para estocarem e até mesmo venderem a vizinhos, e o preço por litro desses combustíveis vai se tornando notadamente mais caro de acordo com a distância da cidade de Cutias do Araguari. Em alguns casos é comum que as pessoas “emprestem” alguns litros a algum vizinho ou parente, que deve ser restituído o quanto antes, pois todos necessitam sobremaneira de combustível para se deslocar na região.

Durante uma etapa de minha pesquisa em 2013 ocorreu uma falta generalizada de combustíveis no estado do Amapá, que depende do abastecimento por carregamentos vindos de outros estados. Essa situação preocupou muito a todos, principalmente às pessoas que vivem em locais afastados e que precisam ter reservas de combustíveis para viagens cotidianas e emergenciais, como é o caso da região do baixo Araguari.

Além do deslocamento, o combustível é extremamente importante na geração de energia elétrica por motores adaptados que são ligados pela noite para iluminação das casas, para assistirem a televisão⁶⁹, utilizarem algum equipamento elétrico (como máquinas de lavar) e resfriarem um pouco alimentos na geladeira, caso a família possua uma. As instalações elétricas para distribuir a energia gerada pelo motor à diesel deixariam qualquer técnico eletricista alarmado – fios saindo do motor são distribuídos em diferentes pontos da casa e fora dela pra partes externas mais próximas, como o *trapiche*. Em sua extensão, alguns trechos são desencapados, onde se encaixam outros fios em formato de um gancho para conectar a energia.⁷⁰

Por esta necessidade de gerar energia elétrica com combustível, as comunidades e algumas famílias na região do baixo Araguari recebem cotas de óleo diesel enviadas pela prefeitura de Cutias, algo que é visto quase como uma compensação por não terem abastecimento de energia elétrica. Esse fornecimento deveria ser mensal, mas acontece com irregularidade, o que leva as famílias a terem que racionar o combustível recebido e “emprestar” de vizinhos quando lhes falta. No registro que fiz, cada núcleo familiar tinha à época direito a uma cota de 30 litros de óleo diesel, desde que pertencessem ao colégio eleitoral da cidade de Cutias.

Esse abastecimento era feito ocasionalmente pela “lança” de Cutias, a maior embarcação local que descia o rio Araguari uma vez por semana, na quinta-feira, e retornava aos domingos, levando e trazendo os moradores da região, suas compras e encomendas. Na segunda etapa de minha pesquisa a embarcação pública estava em uma longa reforma e foi arranjada uma lanca substituta, que pertencia ao vice-prefeito de Cutias, que também deveria levar o óleo diesel para as comunidades do baixo Araguari. De certa maneira, a distribuição do combustível tinha também caráter político partidário, pois era diretamente associada a uma pessoa da administração pública local.

⁶⁹ Salvo em ocasiões extraordinárias, os aparelhos televisores só são ligados à noite, quando aproveitam a energia gerada pelo motor. Como é comum em boa parte dos lares brasileiros, a televisão nos lares do baixo Araguari está quase sempre sintonizada em telenovelas. As tramas das novelas geram assunto entre as pessoas durante o dia e suas histórias inspiram nomes dados a animais domésticos como cachorros, cavalos e mesmo reses. Assim, enquanto novelas são feitas para serem de consumo cultural imediato, apresentando tramas e dilemas que dificilmente duram muito tempo na memória popular, pode-se dizer que um de seus principais legados são os animais domésticos e de criação batizados a partir de nomes de seus personagens.

⁷⁰ Pequenos choques são comuns ao ligar seções a outras, como eu logo descobriria por experiência própria.

Todos que descem o Rio Araguari na lancha da prefeitura de Cutias têm, de uma maneira ou outra, alguma relação com a criação de búfalos. Descer no barco de linha é uma boa oportunidade para conversar com as pessoas que se dirigem às proximidades da foz do rio. Há diferentes tipos de moradias na região e também perfis distintos de relação com as moradas. Alguns dos que se dirigem para lá são moradores fixos das fazendas, enquanto outros são parentes que os visitam, possivelmente proprietários de parte da fazenda. No dia da descida, às quintas-feiras, por volta das 18h as pessoas já começam a atar suas redes em diferentes pontos da lancha. Há os locais mais disputados, como o segundo andar da embarcação, longe do barulho e calor do motor, por exemplo. Quando é chegada a hora de zarpar, a quantidade de redes amarradas umas sobre as outras constitui um emaranhado colorido de tecidos e pessoas, ideia a que retorno adiante.

A embarcação sai da cidade de Cutias às quintas-feiras por volta das 22h e desce o rio em ritmo lento embalado por conversas dos moradores do baixo Araguari. Nesse trajeto, a lancha vai, aos poucos, descarregando passageiros, suprimentos e combustível ao longo de algumas fazendas no trajeto. De um modo geral, as atividades da vaqueirice são relativamente solitárias e em alguns casos os vaqueiros e sua família tem contato esporádico com outras pessoas da região, normalmente nos finais de semana. Assim, essas viagens na lancha que desce de Cutias são oportunidades para as pessoas conversarem com amigos e parentes. Por essa razão, quando se desce o rio Araguari nesta embarcação, já se está "em campo", pois as conversas, brincadeiras e mesmo arranjos de encontros para trabalhos e "ajudas" são constantes.

No meu caso, minha primeira viagem de descida do rio foi determinante para que pessoas de diferentes fazendas e núcleos familiares me conhecessem. Igualmente, não acessar a região por meio do auxílio de um instituto como o ICMBio, ou mesmo a Diagro, ajudou a isentar a minha imagem da associação direta com alguma pauta ou disputa já estabelecida e conhecida na região. A parada final da grande lancha se dá na Fazenda Princesa, à margem esquerda do Araguari, pouco após meu destino final, a Fazenda Paraíso (Cf. Mapa 2, pág. 8).

A comunicação com cidades mais distantes é feita basicamente por dois métodos. O primeiro deles são rádios de alcance de longa distância. Estes equipamentos são mais raros e só fazendas médias ou grandes os possuem, normalmente para falar com o proprietário que vive em Macapá ou em outra cidade

(no Pará, por exemplo). O segundo método é um pouco mais curioso e consiste em sintonizar no programa transmitido diariamente pela Rádio Difusora de Macapá, o programa de rádio *Alô, Alô Amazônia*, um dos principais canais de comunicações entre as comunidades ribeirinhas amapaenses e de parte do Pará.

As mensagens em geral são de conteúdo bem cotidianos, como “venha me buscar em tal lugar a tal hora”, mas ouvi recados como “fulano está mal e não deve resistir, venha para Macapá”. Quando eu perguntava para os moradores do baixo Araguari se era um meio confiável de enviar um recado, eles me diziam que sim, pois todos tinham o costume de ouvir as mensagens, transmitidas por volta de 12h30m. E mesmo se não ouvissem naquele dia, algum dos vizinhos ouviria e os comunicaria.

Já a comunicação local, com as moradas da região, é feita principalmente por meio de rádios de frequência média. Estes são mais acessíveis que os de longas distâncias e são bastante comuns nas fazendas, mesmo nas menores. Normalmente os rádios ficam sintonizados na frequência média e uma pessoa chama pelo nome de outra fazenda, dizendo o nome da fazenda com que deseja se comunicar e falando de qual fazenda está chamando – como “Campo Novo, Fazenda Campo Novo, Perolina”. Havendo resposta, os interlocutores combinam de sintonizar em outra frequência para ter uma comunicação bilateral (o que não impede que mais alguém os escute, algo não tão raro).

No rádio é muito comum se referirem uns aos outros de forma chistosa como “meu cunhado”, “meu sogro” e “meu querido”. Como o canal fica aberto a todos que queiram comunicar algo, os chistes e brincadeiras na frequência aberta são frequentes, indo desde trechos de músicas *melody* até palavrões e ofensas proferidos com a voz em tom alterado, para propiciar o anonimato.

É importante deixar claro o quão presente e essencial é esta comunicação entre as rádios das fazendas, que, mesmo com um alcance limitado, formam os fios e conexões de uma extensa rede de comunicação ao longo do rio. Se há diferentes usos da palavra “rede” na região, seja a rede em que dormem ou as redes que usam na pesca de subsistência, também chamadas “malhadeiras”, podemos acionar a imagem da rede como analogia à sociabilidade dos moradores do baixo Araguari. Seja em situações como as viagens na lancha de Cutias ou cotidianamente com o uso das frequências nos rádios, os vaqueiros e suas famílias constituem trocas de informações, arranjos comerciais e combinam as “ajudas” nas ações com o gado.

Portanto, mesmo que em relativo isolamento espacial, em locais de difícil acesso, as comunidades e fazendas do rio Araguari compõem esse emaranhado de pontos que formam uma rede extensa de relações. Podemos mesmo argumentar que a atividade com o búfalo é mais ampla e envolve muito mais aspectos do que a lida na fazenda e nos campos, pois os seguir trajetos na região e a sociabilidade específica das pessoas nesse contexto são constitutivos da própria etnografia. Dentre os episódios mais comuns que pontuam os encontros das pessoas na região, estão as festas e as grandes ações com o gado, que comento melhor a seguir.

FESTAS E FÉRREAS

Pode-se considerar que as maiores movimentações de pessoas na região ocorrem a partir de dois calendários distintos: aquele que determina as festas, normalmente associadas a datas religiosas, e aquele que é pautado pelas atividades com o gado, como é o evento das férreas.

No caso das festas, algumas datas comemorativas do catolicismo popular local geram bastante expectativa e as pessoas aguardam ansiosas para o encontro com amigos e parentes. É comum ouvir anseios dos vaqueiros pelas festas ao enfatizarem, de forma chistosa, que não podem ficar demasiado tempo “no mato”, na companhia primordialmente de animais e poucos humanos, sob o risco de perder o domínio do que os torna gente e ceder profundamente à condição de *bicho*.

As festas do calendário católico em geral são associadas a uma determinada comunidade e ganham formatação local. Esse é o caso do dia 12 de outubro, dia da Padroeira Nossa Senhora Aparecida e também dia das crianças, quando acontece uma grande comemoração na comunidade do Tabaco, uma das mais populosas da região (Cf. Mapa 1, pág. 7). Em uma de minhas etapas de pesquisa cheguei justamente às vésperas desta festa, e quase a totalidade de meus interlocutores se organizava para o evento.

Comumente a festa é associada a um organizador, normalmente o líder da comunidade. No caso do Tabaco, todos mencionavam a fama de generosidade e esforço de Mimico em realizar uma boa festa e “receber bem” as pessoas que para lá vão. O que é considerado “receber bem” se refere à obrigatoriedade de servir um

grande almoço a todos os convidados, que ao longo do dia devem arcar somente com os custos das bebidas, e prover espaço para que as pessoas atem suas redes para dormir à noite. Nestes encontros uma diversão muito comum são os bingos, que distribuem pequenos prêmios doados pelo organizador da festa e têm o objetivo de arrecadar recursos para serem usados na manutenção das capelas locais. Após uma tarde de bingo, conversas e refeições, o cair da noite vem gradualmente elevando o som nas grandes caixas que tocam ritmos de dança da região sob influência estético-musical de Belém, como o *arrocha* e o *melody*.⁷¹

As festas são as ocasiões em que os vaqueiros afirmam aproveitar para se divertir dançando, namorando e, principalmente, bebendo.⁷² Raras são as pessoas que bebem com frequência na região, e estas ficam mesmo com uma fama ruim de “cachaceiro” se o fazem além do normal, o que pode dificultar a conseguir trabalho em fazendas. Se beber cotidianamente não é bem visto, as festas se tornam o momento em que é mais socialmente aceito se embriagar, o que de fato quase todos fazem. Mas isso pode levar a excessos, e não são raros os casos em que acontecem brigas nestas ocasiões. Em sua pesquisa no Sucuriçu, vila bem próxima ao local desta pesquisa, Carlos Sautchuk descreve processos semelhantes:

O *exagero* na bebida, que pode se exprimir em condutas agressivas (verbais ou físicas) ou de um convite à dança ou um cortejo inconvenientes, resulta na intervenção de parentes ou amigos, que retiram o homem do local. Há, portanto, um controle mediador desse ambiente de trocas, que organiza a socialidade da festa, incentivando o consumo alcoólico até certo ponto e salvaguardando os limites para os comportamentos dele derivados (Sautchuk 2007: 214).

Sobre a bebida, um vaqueiro me disse algo muito interessante. Ao comentar de um colega que havia voltado bêbado de outra fazenda, ele disse que naquele caso “é só beber que fica com a cara dura”. O termo é uma relação direta com as noções de pescoço e “cara” “dura” ou “mole” usado com frequência para se referir ao

⁷¹ O método de observação participante almeja a inserção sociológica e ecológica, mas faz parte dele uma forte inserção psicológica e fisiológica. O organismo funciona de forma muito diferente, seja pela alimentação, pela água ou pelo ritmo de atividades e sono. Como bem colocou Mariza Peirano (2014: 380): “a empiria – eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos –, é o material que analisamos e que, para nós, não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fonte de renovação”.

⁷² Em festas é mais comum os vaqueiros consumirem cerveja. Quando bebem em dias e horário de trabalho, a bebida comumente é a cachaça, também referida somente como “Duelo”, uma das marcas de aguardente comercializadas localmente.

comportamento de cavalos e bois. O “duro”, no caso, remete à teimosia, a não aptidão para o trabalho naquela condição.

Pelo provável comportamento dos que se embebedam em *exagero*, nas maiores festas da região, como esta do Tabaco, policiais militares vindos de Cutias comparecem para ajudar na segurança e na ordem.⁷³ Além da generosidade do anfitrião, estas celebrações são também a oportunidade das pessoas realizarem agradecimentos àqueles que são mais próximos. Nas primeiras festas que compareci eu normalmente comprava a minha própria bebida, dinâmica que mudou após conhecer melhor as pessoas da região, que demonstravam presteza em me presentear com latinhas de cerveja tão logo me vissem. Obviamente isso é uma via de mão dupla, e eu deveria retribuir a dádiva tão logo fosse possível, entrando na rede de trocas de bebidas entre “compadres” e “comadres” que seguia madrugada adentro.

Como mencionado na introdução desta tese, os moradores da região normalmente trabalham recebendo um salário mínimo. Devido à distância e a dificuldade de acesso às comunidades do baixo Araguari, os produtos que lá chegam apresentam preços elevados e é mais caro comprar provisões lá do que na capital e nas cidades do interior do Amapá. Não obstante a baixa remuneração e o alto custo dos produtos na região, especialmente da cerveja, as festas são o momento em que os vaqueiros esbanjam seus recursos, principalmente se solteiros e se não tiverem os filhos consigo.⁷⁴ De fato, não é rara a ocasião em que um assalariado gaste praticamente todo o seu salário mensal em uma única noite de festa, como me relataram algumas pessoas.

Como é bem descrito pela teoria antropológica, os gastos considerados excessivos nestes momentos trazem prestígio à pessoa, seja no caso do organizador da festa, figura máxima no reconhecimento de todos no momento, seja na compra de bebidas a colegas, parentes e amigos. Como descrito por Marcel Mauss em seu ensaio magistral, opera aqui o ideal de retribuir mais do que se recebeu, e esta devolução é sempre maior e mais cara (Mauss, 2003a: 294). Nas ocasiões comemorativas na

⁷³ Na ocasião em que estive presente, os policiais chegaram a disparar tiros para cima para apartar um início de briga entre dois homens embriagados, que foram provisoriamente presos e algemados a um poste como se estivessem se abraçando, o que gerou muitos comentários jocosos posteriormente.

⁷⁴ Vários dos vaqueiros que conheci tinham filhos em Cutias do Araguari ou outra cidade. Normalmente eles demoravam semanas para comentarem da existência de um filho e o assunto quase sempre passava pela obrigatoriedade de enviar a “pensão” para a mãe desse filho.

região, uma das dinâmicas em que isso ocorre é o discurso sobre quantas “caixinhas” cada pessoa adquiriu e colocou à disposição para o consumo de outras pessoas. O termo “caixinha” aqui se refere ao conjunto empacotado de doze latas de cerveja.

A centralidade que a compra das “caixinhas” tinha no discurso e nas conversas posteriores às festas foi aos poucos se mostrando bastante importante no discurso dos moradores. Após estes eventos, comumente se comenta a provável quantidade de bebida consumida, calculando-se quão farta foi a festa. Nesse sentido, as “caixinhas” se tornam quase que uma medida local da fartura, da festança, em um sentido de abundância. Nas ocasiões em que algum interlocutor na pesquisa narrava alguma festa ocorrida quando eu não estava presente na região, o sucesso do encontro era sempre exaltado pela quantidade de “caixinhas” compradas e consumidas pelos amigos de um determinado grupo. De igual maneira, a atitude contrária à benevolência na compra das bebidas é muito mal vista, e aquilo que chamam de “beber no vácuo”, se aproveitar das bebidas de outros sem retribuir ao grupo, leva a comentários bastante indignados em relação à pessoa que faz isso.⁷⁵

Em relação a estes festejos, não seria exagero dizer que os moradores estão sempre vivendo entre duas festas: tão logo é passada uma data comemorativa, eles logo começam a comentar como e onde será a próxima grande festa da região, exprimindo sua expectativa de público baseada em eventos passados e lamentando de antemão se não puderem ir. Se as grandes festas pautam uma passagem mais longa do tempo, cotidianamente é possível dizer que há pelo menos três intervalos distintos: há o tempo das marés, mais presente para aqueles que moram mais à beira do rio; há o tempo das atividades cotidianas, de ordenhar vacas, ir buscar o gado; e há o tempo do relógio, muito importante pela noite, quando se liga a televisão e há a sequência de telenovelas, jornais e mais telenovelas.

Não obstante, há outro calendário importante na região, aquele que compreende as grandes atividades com o gado. Apesar de este envolver principalmente os homens, os vaqueiros, todos na região sabem quando está para acontecer alguma ação maior com gado, como as citadas férreas, ocasião de contagem e marcação a ferro candente

⁷⁵ Quando um dos presentes na festa foi acusado de “beber no vácuo”, ele se mostrou indignado e comprou uma “caixinha”, jogando-a a em cima da “cuba” com veemência e quebrando a caixa de isopor. Este gesto gerou uma indisposição momentânea entre os presentes e o caso foi recontado em várias ocasiões nos dias seguintes. Outro vaqueiro depois me explicou que é melhor beber em grupos menores, pois se sabe quando é a vez de cada um pagar uma “caixinha”. Como ele diz, “quando há muita gente, o caboclo se esconde atrás do outro”.

do gado, ou os embarques de reses para serem enviadas para o abate. As ações coletivas de trato com o gado nas fazendas dependem de redes de colegas a serem acionados para ajudarem no trabalho, o que faz com que em alguns momentos alguns vaqueiros se ausentem de sua comunidade ou morada para “ajudarem” em outra fazenda por dias ou mesmo uma semana.

Isso nos leva a um outro ponto interessante e importante no estilo de vida e do trabalho com a vaqueirice no contexto desta pesquisa. Em geral, as ações coletivas como vacinações e castração de bezerros necessitam de um número de vaqueiros maior do que cada fazenda dispõe, o que envolve acionar vaqueiros amigos de fazendas vizinhas, ou mesmo distantes. Como em outras formas de circulação e troca, aqui há uma expectativa de que a mão de obra oferecida através da prestação de ajuda será algum dia retribuída. A partir disso, formam-se redes de sociabilidade de trabalho e ajuda entre os vaqueiros do baixo Araguari.

Essas redes não necessariamente se limitam às fazendas vizinhas, podendo acionar colegas vaqueiros de fazendas mais distantes, mesmo daquelas que estão na outra margem do rio. Essas afinidades dependem mais da simpatia entre os vaqueiros do que de quaisquer relações que existam entre os proprietários das fazendas. Isso significa dizer que tais redes são formadas, mantidas e reajustadas de acordo com as dinâmicas de amizade e afinidades dos próprios vaqueiros. Como um vaqueiro me relatou certa vez, ele havia se afastado por muitos anos da atividade da bubalinocultura no baixo Araguari, tendo ido trabalhar na capital. Quando retornou, teve muita dificuldade de se estabelecer novamente, pois não conhecia bem os vaqueiros das proximidades e tinha pouquíssima capacidade de mobilizar ajuda.

Em sua narrativa, um dos vizinhos que lhe ofereceu essa ajuda inicial lhe era de muito estima, pois este criou assim uma nova relação, que pressupõe que a retribuição viria e continuaria o fluxo de contraprestações. Se entrar em uma nova relação de camaradagem parece ser o passo mais difícil, ampliar a participação nessa rede de ajudas depende deste primeiro camarada levar o vaqueiro noviço na região para ajudar em outras fazendas, quando novas relações serão criadas. Pelo que pude notar, aqueles que comparecem a uma *ajuda* são também aqueles que visitam e são visitados posteriormente.

Por essa razão, as *ajudas* fornecidas criam vínculos entre vaqueiros, que retribuirão o auxílio em outra ocasião, mas que também passam a ter relações de amizade e compadrio com aqueles com quem mantêm esse vínculo. Isso implica que

os vaqueiros e suas família podem visitar uns aos outros de tempos em tempos, como acontece com frequência, especialmente nos finais de semana. De igual maneira, as *ajudas* têm uma função de exercício das habilidades necessárias ao trabalho com o gado, que será melhor abordada adiante. Por isso, a “escolha” por métodos de lida com o gado teoricamente mais difíceis – em *ações* em campos abertos ao invés do confinamento do gado em currais – parece ter um resultado importante na constituição das relações entre os vaqueiros, pois as ações conjuntas entre eles é parte importante da sociabilidade na região.

Apesar de todos os perigos envolvidos na atividade da vaqueirice, ela vem sempre acompanhada da noção de *diversão*, de que é um trabalho mais prazeroso em certos sentidos do que outros. De um modo geral, com frequência os filhos de vaqueiros dizem querer ser vaqueiros como seus pais. Um vaqueiro, Dario, me contou que seus dois filhos que vivem com a avó em outra comunidade só falam em ser vaqueiros como o pai. Em uma família que acompanhei mais de perto na comunidade Vai-quem-quer, o pai insistia sempre que o filho não seria vaqueiro, que ele iria estudar. Mas presenciei o jovem pedir para acompanhar o pai quase diariamente, que por vezes lhe autorizava e às vezes declarava que a ajuda do filho era mesmo necessária.

De fato, a atividade da vaqueirice é mesmo derivada de uma relação intergeracional, e não foram raras as vezes que eu descobriria depois de um tempo que dois vaqueiros fossem parentes, fosse pai e filho ou mesmo irmãos. No baixo Araguari, os vaqueiros adultos raramente se referem aos seus parentes como tais, não chamando alguém de “pai”, mas sim pelo apelido que todos o chamam.

Portanto, não seria errado entender as técnicas de manejo com o gado nessa forma de pecuária extensiva como fundantes de uma sociabilidade entre os moradores do Araguari. Igualmente, tomei a imagem da rede para pensar a maneira como as pessoas fazem parte de uma sociedade mais ampla dos moradores do baixo Araguari, mostrando que esta rede tem momentos de distância, isolamento relativo e proximidade, convivência.

Mesmo que os encontros presenciais dos moradores da região sejam espaçados por dias ou mesmo semanas, atividades como as férreas e as festas são importantes na formação e manutenção dos vínculos entre as pessoas e famílias. Assim, podemos considerar que os santos e o gado são dois eixos que marcam as dinâmicas da região, pontuando os elos dessa rede de sociabilidade dos moradores do baixo Araguari. Por

outro lado, se a sociabilidade entre os vaqueiros e suas famílias tem pontos marcantes abordados por meio destes episódios, as festas, as viagens nas lanchas para Cutias e as ações com o gado, há um outro campo de relações que ocupa espaço constante nas falas das pessoas no baixo Araguari e que merece destaque.

“Assinar carteira” - sobre relações de trabalho

Na pecuária extensiva tal como praticada na região do Araguari, o gado sempre está em movimento e de tempos em tempos os vaqueiros tem que ir atrás de rezes desgarradas. Nesse sentido, é importante manter boas relações com as fazendas vizinhas, pois entrar em território de terceiros requer autorização dos responsáveis pela fazenda. Como explicado, de um modo geral as fazendas possuem relativamente poucos funcionários, não sendo raras aquelas que são administradas por apenas um vaqueiro. Esse é o caso de propriedades que têm plantéis considerados pequenos para a região, como aquelas em que estão cerca de 200 bubalinos.

De forma aproximativa, poderíamos pensar que essa é a faixa em que é comum a presença de um ou dois vaqueiros, exponencialmente este número quando o número de reses é dobrada. Por essa razão, fica claro que os proprietários das fazendas tanto dependem quanto obtém ganhos com essa rede de circulação de mão de obra dos vaqueiros através da camaradagem. Pois, se um vaqueiro consegue realizar a manutenção periódica de cerca de 200 reses, ações em que seja necessário juntar todo o plantel dependem de mais vaqueiros, como as vacinações e férreas, que demandam a capacidade de trabalho de mais pessoas. Nessas ações, não somente a troca de mão de obra através da camaradagem é acionada, mas o vaqueiro que “convida” deve ser capaz também de prover a alimentação durante o dia.

Nas práticas observadas, esses recursos raramente vêm do patrão, com frequência ficando a cargo do *feitor* da fazenda o dispêndio com a *bóia*, caso este opte por lidar com o gado em uma ação com colegas de outras fazendas, ao invés de manejar o gado no curral, por exemplo. Comumente quando há uma ação de laçada programada, o *feitor* sai em busca de animais de caça maiores (jacarés, pirarucus, capivaras) que forneçam carne suficiente para alimentar os vaqueiros que virão. Caso

ele não tenha sucesso, há um notório constrangimento em servir apenas alimentos industriais (como embutidos) acompanhados de farinha.⁷⁶

De modo geral, as relações de trabalho entre vaqueiros e os proprietários das fazendas são de caráter informal. Quando o assunto era a remuneração, os vaqueiros reclamavam que haviam alguns patrões que não queriam pagar o “mínimo” (referência ao salário mínimo, R\$ 622,00 no início da pesquisa e R\$ 678,00 nos últimos meses em que estive na região). É comum também expressarem insatisfação com o fato de trabalharem muitos meses para um mesmo empregador com a promessa de um dia “assinar carteira”, referência à concretização da formalização do vínculo de trabalho, algo que raramente se concretiza.

A formalização do vínculo de trabalho, o “assinar carteira”, é importante em alguns aspectos. O primeiro, obviamente, são os benefícios legais do vínculo trabalhista: o seguro desemprego e as férias. Este último, as férias, é fonte de constante reclamação de vaqueiros que não possuem a “carteira assinada” e que dizem que raramente o patrão os deixar usufruir do período de férias, querendo que trabalhem continuamente e recebam uma indenização financeira em um momento posterior. Nas conversas sobre relações de trabalho é comum os vaqueiros expressarem quanto de dívida o dono da fazenda tem com eles, quantos meses cada um tem para receber, incluindo férias e indenização. Além disso, é comum que os pagamentos sejam feitos em periodicidade não mensal, podendo-se acumular dois ou três meses de salário em uma mesma remuneração.

A questão da carteira assinada é também descrita como essencial para que o vaqueiro possa comprar a prazo ou parcelado em algum estabelecimento, seja em Cutias ou mesmo em Macapá, em sistema de crediário, situação em que se pede a comprovação do salário mensal. Outro aspecto apontado como importante de “assinar a carteira” é a comprovação da experiência anterior frente a novos empregadores.

Certa vez um vaqueiro me explicou que planejava sair da fazenda em que trabalhava pois o patrão não queria “assinar carteira”. A “carteira assinada” é um objetivo almejado por vários dos vaqueiros na região, mas não é o único quesito que os mantém em um mesmo emprego. O mesmo vaqueiro que planejava não trabalhar

⁷⁶ Em uma de minhas estadias na comunidade Vai-quem-quer quase todo o alimento que levei para a fazenda foi consumido em um dia dessas ações, pois o feitor não teve sucesso em sua caçada e serviu para os vaqueiros visitantes o que tínhamos à disposição: feijão, calabresa e farinha.

para o “patrão” que não queria assinar a carteira me contou também que já trabalhou em uma fazenda maior onde tinha a “carteira assinada”. Mesmo que a formalização existisse, este vaqueiro me disse que saiu daquela fazenda em que trabalhava com a carteira de trabalho assinada, em uma situação formal, pois o serviço era “muito”. Isso porque ele diariamente tinha que “sair atrás de gado” meia noite, por conta do tamanho do terreno da fazenda e da quantidade de gado, só retornando para o quarto onde dormia por volta das 17h.

Além do serviço ser “muito”, a relação com o *feitor* dessa fazenda era muito complicada: “ele é chato” diz, pois “se não fizer o que ele pede na hora ele marca a pessoa”. Por essas razões, o vaqueiro trocou um emprego de “carteira assinada” por outro com a promessa de “assinar carteira”, o que não se concretizava e o levava a planejar uma nova troca de emprego. Ele me explicou que pretendia sair antes da chegada do *inverno* e que já sabia de algumas fazendas onde poderia tentar trabalhar. Como sua situação atual não era formalizada, ele não tinha como comprovar o tempo em que trabalhou em outra fazenda. Contudo, diz que na prática as pessoas o conhecem e sabem o tempo que ele trabalhou em outras fazendas. Mas os novos empregadores certamente utilizariam da não comprovação do período trabalhado como manobra de barganha nas negociações das condições de trabalho.

Este vaqueiro era casado e morava com a esposa e a filha, o que é um atrativo para alguns empregadores. Vaqueiros com família são mais requisitados nas fazendas da região, o ele próprio me explica, pois enquanto o vaqueiro “sai atrás de gado”, há alguém que fique na casa para “tomar conta”.⁷⁷ Em contraste com deslocamento cotidiano dos homens dentro do terreno da fazenda e para fazendas vizinhas, seja em função da movimentação do gado ou da necessidade de obter comida, a “casa” é o local das mulheres. No dia-a-dia das fazendas as mulheres não se afastam mais do que poucos metros da casa, e quando o fazem é sobretudo em tarefas domésticas, como queimar o lixo, por exemplo. Quando saem para eventos em outras comunidades, as mulheres estão sempre acompanhadas pelos seus maridos ou por um parente masculino. Igualmente, além do serviço de limpeza, manutenção e cozinha, a esposa pode auxiliar ocasionalmente em tarefas do vaqueiro, trabalhos dos quais o patrão se beneficia sem necessariamente se converter em um adicional de remuneração.

⁷⁷ Outro vaqueiro me disse ter saído do antigo emprego porque “não tinha mulher” – saía de casa e quando voltava encontrava “do jeito que tinha deixado”.

Por outro lado, alguns vaqueiros reclamam muito da falta de água durante o *verão* em algumas fazendas, tal como na fazenda Campo Novo, onde fiz boa parte da pesquisa. A partir de determinada época a água se torna salobra e gradativamente vai ficando cada vez mais salgada. Durante a seca, os vaqueiros têm que buscar água “doce” a cada dois dias em uma “vala” próxima à sede da fazenda, trazendo a água em grandes carotes (Cf. prancha a seguir). Em comunidades e moradas que não são tão longe do rio principal, o Araguari, os moradores caminham até o rio para buscar água. Na comunidade Bom Amigo, por exemplo, presenciei muitas mulheres indo buscar a água salobra com os baldes.⁷⁸

⁷⁸ Nesta comunidade a água parece ser de responsabilidade das mulheres, pois é usada para lavar a louça e cozinhar, atividades do domínio feminino. Ampliando um pouco essa diferença, pode-se mesmo falar na “casa/sede” como um ambiente feminino e o “campo” como o ambiente masculino.



Prancha 4 - Visões da Seca: Vaqueiros buscam água e Fogo na Rebio

Em conversas sobre relações de trabalho, é comum que vaqueiros comentem que pretendem sair de determinada fazenda em que trabalham. Algumas vezes comentam que os patrões não dão a “bóia”: “só quer que [a gente] coma Acaris, mas precisa de carne e feijão para roçar”. Igualmente, os vaqueiros exprimem não terem condições e material adequado para trabalhar, como arame e tarugo para fazer reformar cercas. “É por isso que as cercas da fazenda estão assim”, me aponta um vaqueiro que estava trabalhando na condição de “diarista”, justamente para dar manutenção às cercas de uma determinada fazenda. “E depois dizem que o caboclo é vagabundo”, exclama.

Outra reclamação comum dizia respeito à obrigatoriedade de gastarem sua remuneração com compras feitas diretamente com seu patrão, normalmente em um pequeno mercado que ele organiza na sede da fazenda em que vende café, açúcar, arroz, feijão, pilhas, velas, produtos de higiene pessoal, fumo e bebidas alcólicas. Em certa ocasião, a esposa de um vaqueiro reclamava de um patrão que nunca pagava em espécie, somente em mercadorias: “ele pensa que a gente precisa só de comer”, dizia. Nessa situação, há um notório constrangimento dos vaqueiros pedirem para receber em espécie, e quando o dinheiro é pago normalmente é em parcelas menores e não o total integral do salário.⁷⁹

Esses tipos de retenção salarial é bem comum nas propriedades do baixo Araguari e é uma das principais razões pelas quais os vaqueiros trocam frequentemente de emprego, sempre em busca de um contrato mais justo. A própria esposa do vaqueiro que havia reclamado dessa obrigatoriedade de comprar com o “patrão” se mudou com seu marido poucas semanas após expressar sua insatisfação para mim. É importante lembrar que minha pesquisa foi majoritariamente com vaqueiros de pequenas e médias propriedades, opção que expliquei na introdução desta tese, e que esse tipo de relato demandou certo tempo de trabalho de campo para aparecer nas conversas com os vaqueiros.

Para citar uma formulação sobre essa troca de empregos, ao comentar sobre o processo que o levou a sair da antiga fazenda onde trabalhava, um dia um vaqueiro

⁷⁹ Como essa mesma esposa de vaqueiro me disse, os empregados já calculam suas necessidades a partir desse parcelamento do salário: “se quer R\$ 50, tem que pedir R\$ 100. Se precisa de R\$ 100, tem que pedir R\$ 200”.

disse que simplesmente passou a “não dar mais certo”: “quando não dá mais certo tem que ir embora”. Podemos recapitular e considerar que este “não dar certo” pode envolver pelo menos cinco causas gerais – ou mesmo a combinação destas: 1) o volume e intensidade do trabalho; 2) a impossibilidade de trabalhar com “carteira assinada”; 3) o desentendimento com o patrão ou *feitor* da fazenda; 4) as dificuldades relativas à situação e de água e de acesso à fazenda, como o difícil acesso ou a falta d’água e; 5) o não acesso ao dinheiro do salário e a obrigatoriedade de gastar com o próprio patrão.

Mas há casos em que o vaqueiro deixa de trabalhar em determinada fazenda sem grandes problemas. Um ex *feitor* de uma fazenda diz que ao sair do antigo emprego simplesmente “queria rodar um pouco”. Por isso, saiu e ficou um tempo sem emprego. Quando precisou de dinheiro, foi trabalhar construindo uma cerca em outra fazenda e acabou ficando por lá como vaqueiro. Os vaqueiros comumente têm parentes nas fazendas próximas. Algumas vezes mesmo um pai ou irmão são *compadres* que trabalham em locais próximos.⁸⁰

Em um primeiro momento, a maneira como tratam parentes não é muito diferente da maneira como tratam qualquer outro colega. Os chamam, inclusive, por apelidos ao invés de alguma referência a relações de parentesco. De início, me pareceu que nas relações entre vaqueiros no Araguari eram invocadas primeiramente relações de camaradagem, mais imediatas que aquelas de parentesco. Só depois de algumas semanas descobri, por exemplo, que Roni e Chiquinho eram irmãos e que aqueles que os dois chamavam de Bola velha era o pai dos dois vaqueiros. No entanto, mesmo que menos perceptíveis, os vínculos de parentesco são centrais para a vida na região.

O *feitor* Vadico, da fazenda Campo Novo, me relatou que quando se mudou para lá a transição foi em pleno *verão* (seca) e que não havia quase nenhuma água para beber e se banhar. Ele diz ter necessitado da ajuda de seu irmão, que é feitor em uma fazenda mais distante, a Perolina. Ele me conta que logo nos primeiros meses em que chegou para ser *feitor* da Campo Novo ele chamou os vaqueiros das fazendas vizinhas para lhe ajudar, mas ninguém ia. Isso é um grande contraste com a época em que eu passei na fazenda, pois os mesmo os vaqueiros que outrora não responderam ao seu chamado naquela época iam quase que cotidianamente na fazenda Campo

⁸⁰ Por outro lado, há vaqueiros que não têm nenhum parente na região e dizem não falar com sua família há muitos anos.

Novo. Assim, ele sempre “convidava” seu irmão e os vaqueiros com que trabalhava para ajudar em ocasiões na Campo Novo.

De mesmo modo, sua esposa Vânia é irmã dos vaqueiros da comunidade Bom Amigo, que sempre iam ajudar na Campo Novo quando Vadico os “convida”. Foi somente com tempo que Vadico conseguiu construir laços com os vaqueiros mais próximos. Em contra partida, ele deve sempre enviar ajuda dos vaqueiros da Campo Novo para estas outras fazendas que lhe atendem quando “convida”. Isso já gerou boatos de que os vaqueiros da fazenda Campo Novo “trabalham mais nas fazendas dos outros”. Mas ele deixa claro que Dinaldo, o proprietário da Campo Novo, já havia o autorizado a ajudar em outras fazendas. Ou seja, o *feitor* teve que construir uma rede de cooperação pela região e até consolidar essa rede contou com ajuda de seu irmão e dos parentes de sua esposa.

Em suma, as relações entre patrões e vaqueiros são bastante assimétricas e o assunto é controverso. Abordei o tema quando possível, em geral quando algum dos vaqueiros manifestava algumas questões de maneira espontânea. Eu estava nas fazendas com a permissão explícita e colaboração dos proprietários, o que também me colocava em uma situação delicada. Vários dos vaqueiros reclamavam de atrasos no pagamento do salário, além de vínculos muito frágeis. Inicialmente os vaqueiros me tomaram como um “patrão”, pois indicado por um pecuarista para ficar em sua fazenda fui logo compreendido como alguém que tinha objetivos e afinidade com os proprietários das fazendas. Foi somente na persistência de permanecer mais tempo nas fazendas do que os patrões ficam, normalmente não mais que duas semanas contínuas, que os vaqueiros aos poucos foram me identificando como alguém que não era “patrão”⁸¹.

Nas conversas mais francas em que expressavam reclamações das condições de trabalho, eu perguntava sobre outros tipos de empregos. Neste caso, normalmente os

⁸¹ Não almejei, contudo, ser identificado como um vaqueiro, pois a minha modesta capacidade de cavalgar somada à falta de habilidade com o laço me incluíam em uma categoria de capacidade de trabalho inferior à das crianças (Seeger 1980). Nas ocasiões e que ajudei em alguma uma pequena tarefa, os vaqueiros muito brincavam com minha falta de jeito. Para citar uma, certa vez os vaqueiros decidiram elevar para um ponto mais alto a antena que conectava o rádio por meio do qual se comunicavam com a capital Macapá, pois as chamadas estavam muito ruins. Uma das mulheres também foi convocada a ajudar assegurar os cabos e os vaqueiros brincaram ao convocá-la: “fica só olhando, parece dono”. Ao passo que achavam engraçado as minhas tentativas de ajudá-los nos trabalhos, iam também se soltando mais comigo, me distanciando menos como se eu fosse um “patrão” ou um “dono” que ficava a parte, apenas observando.

as pessoas me diziam preferir a vida de vaqueiro a outros ofícios, pois o trabalho não é “repetitivo”, não é o mesmo todo dia, como é o de “pescadores”, por exemplo. Além da expressão comum de ser um trabalho “mais divertido”, um vaqueiro define a vida de trabalho na vaqueirice “mais animada” e diz que gosta de “correr atrás de vaca”.

De igual maneira, os vaqueiros dizem preferir um ambiente rural do que a vida em cidades ou na capital Macapá. Em algumas ocasiões os vaqueiros expressavam não se sentir tão à vontade quando precisavam ir à Macapá. Um deles uma vez me disse que precisava à capital ir para arrancar um dente. Quando perguntei se ele gostava de visitar Macapá, me disse: “cidade pra mim é só pra passeio. Passo uma semana e já quero ir embora. Isso quando tem dinheiro, né?”. Dentre as noções que expressam em relação às cidades, está a ideia de que fora da zona rural se “gasta muito”. Como descrito, os vaqueiros comumente trabalham por uma remuneração de salário mínimo, seja ele formal (“de carteira assinada”) ou não.

Para garantir sua alimentação pescam, caçam jacarés e outros animais e complementam com a base da farinha de mandioca. Desse modo, ao viverem no ambiente das várzeas das fazendas, o dinheiro de seu salário tende a “render” mais do que na cidade. Por isso, ao considerarem que na cidade se “gasta muito”, dizem não ir tão frequentemente e não se sentirem tão à vontade neste ambiente. Sobre as diferenças entre viver nos dois ambientes, expressam também o que consideram ser uma adaptação ao meio rural. Quando certa vez a esposa de um vaqueiro reclamou dos muitos carapanãs (mosquitos) que lhe incomodavam no auge do verão e da seca, seu marido respondeu incisivo: “parece até que é da cidade. Nem parece que foi criada em fazenda no meio de carapanã”. Dentre outros aspectos que compõem o estilo de vida em fazendas, como as habilidades específicas da vaqueirice, o costume ao meio e suas características relativamente difíceis também fazem parte do *ethos* do vaqueiro.

As grandes fazendas da região costumam empregar muitos vaqueiros e terem relações de trabalho formais. Mas o caso mais comum são acertos de pagamento de um salário mínimo acrescido de um fardo de farinha por vaqueiro para ajudar na alimentação.⁸² Aliás, durante os meses que pesquisei na região (ao longo de pouco

⁸² É bastante comum, também, que os empregadores estabeleçam uma relação mercantil com os seus empregados, situação em que os primeiros fornecem produtos aos segundos (com preços acrescidos de fretes). Essa forma de relação, comum na Amazônia, pode se aproximar ao que é conhecido como *aviamento* (Sautchuk 2008), apesar de eu não ter ouvido esse termo dos vaqueiros. Nela podem ser incluídos desde comidas para consumo mais imediato a bens

mais de um ano) foi notório o aumento do preço da farinha de mandioca, base importante da alimentação das populações locais (Adams *et al* 2005; Sautchuk 2008). Era comum presenciar conversas entre os moradores que abordavam o tema, que lamentavam o fato de na época a farinha estar muito cara.

Nesse sentido, considerando que a remuneração dos vaqueiros é baseada no salário mínimo, acolher e alimentar outros vaqueiros, que podem chegar a grupos de até dez visitantes, é bastante dispendioso. Está aí, então, outro aspecto do qual o patrão se beneficia economicamente da mão de obra dos vaqueiros, as relações que estabelecem com outros moradores da região e que pode vir a ser convertida em trabalho nas fazendas. Esta parece ser uma característica relativamente comum em contextos de criação de gado. Em sua pesquisa histórica sobre as relações entre fazendeiros e vaqueiros no Sertão da Bahia no século XIX, Joana Medrado (2012) aponta que, apesar da assimetria de poder, os donos das fazendas apresentavam uma notável dependência de seus vaqueiros:

Eram os vaqueiros, afinal, que sabiam de tudo na fazenda: limites, localização do gado, condições das instalações e das pastagens, existência de fontes, olhos d'água, madeiras, entre outros aspectos. Eram eles também que dominavam a chave da boa relação com os demais trabalhadores (Medrado, 2012: 129).

Em outro contexto de trabalho de vaqueiros, a partir de uma etnografia em Minas Gerais, Carmen Andriolli (2014: 228) afirma algo semelhante, argumentando que, mesmo que fundamentada em relações assimétricas que envolvem constantes disputas, o vaqueiro tem reconhecimento necessário: “a valorização do vaqueiro perante seu patrão encerrava-se no fato de esse trabalhador cuidar, com lealdade, do bem mais precioso da fazenda.” Trago essas citações aqui, pois esse é também o caso do contexto da bubalinocultura no baixo Araguaari. Assim como os vaqueiros criam redes de relações e auxílio no trabalho, é comum que os donos das fazendas conheçam e mantenham contato com outros pecuaristas, que podem eventualmente se valer dessa relação para comercialização de gado ou alguma outra relação comercial.

Além das categorias maiores abordadas que marcam as dinâmicas locais, as festas e as atividades com o gado, há um terceiro acontecimento sazonal que por

duráveis comprados a crédito. Em todo caso, há sempre o abatimento direto da remuneração do vaqueiro e uma notável assimetria de preços praticados no mercado comum. Parece haver, contudo, uma diferença fundamental: no aviamento, o patrão fornece antecipadamente mercadoria ao cliente, o que gera um crédito, enquanto nas relações dos vaqueiros com seus patrões uma parte do pagamento é por meio desses produtos.

vezes altera as dinâmicas cotidianas em algumas fazendas: o turismo para ver e surfar na pororoca, que entrou em declínio nos últimos anos pela gradativa diminuição do fenômeno até o seu aparente fim neste rio⁸³. É pertinente destacar que minha primeira incursão mais longa no trabalho de campo, em agosto em 2012, coincidiu com uma das melhores épocas do ano para presenciar o fenômeno da Pororoca, quando se mobilizam recursos locais para levar pesquisadores, surfistas e turistas para as proximidades da foz do Araguari. Isso fez com que mais facilmente me interpretassem como um turista que vinha filmar e fotografar a região. O primeiro momento no trabalho de campo se deu em uma ocasião que era um epicentro destes vários eventos importantes na região, misturando uma data festiva, que coincidia com o ápice da Pororoca e do turismo para vê-la, e que marcou em parte como seria minha pesquisa, como narro a seguir.

⁸³ Programas da emissora Globo abordaram o fenômeno nos últimos anos, com destaque para “Globo Mar viaja pelo Amapá e acompanha o fenômeno da pororoca”, de 19/05/2011. Neste, em referência ao barulho da onda, o apresentador afirma: “como os búfalos ouvem o ruído bem antes de nós, eles correm quando escutam a chegada da pororoca. E este é um dos sinais que os surfistas usam para perceber que a onda está se aproximando”. O comentário não parece ter fundamento, já que raramente os búfalos ficam beirando os barrancos, principalmente em horários em que a maré varia. Além deste programa, vale destacar um quadro no dia 01/12/2012 do programa *Caldeirão do Huck*, em que o apresentador levou atores da emissora para surfar na onda da Pororoca do Araguari. A filmagem da matéria ocorreu enquanto eu estava em trabalho de campo e muito se falou na região sobre essa visita do apresentador Luciano Huck. Na ocasião, uma das pranchas dos atores se perdeu e foi posteriormente achada por um vaqueiro, Hugo, que se aventurou e aprendeu a surfar na Pororoca por conta própria, tornando-se o primeiro vaqueiro surfista do Araguari. Vale comentar que a Pororoca está gradativamente diminuindo, em função do assoreamento do Araguari, algo que foi perceptível no espaço de um ano de diferença. Pouco antes do fechamento desta tese foi transmitida uma matéria no *Jornal Nacional* que anunciava o fim do fenômeno da Pororoca supostamente causado pela bubalinocultura. Conferir: “Pecuária pode ter causado fim da pororoca do rio Araguari”, matéria exibida no dia 10/07/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/07/pecuaria-pode-ter-causado-fim-da-pororoca-do-rio-araguari-no-amapa.html> - acessado 15/07/2015 - acessado em 18/07/2015).



Prancha 5 - Duas visões após a Pororoca

*Duas fotos que demonstram os efeitos deixados pela passagem da onda da Pororoca. A primeira mostra a fazenda Paraíso com o terreno totalmente submerso pela elevação do nível das águas do rio Araguari. As casas e as palafitas normalmente são elevadas a mais de 1 metro do chão para não alagarem nessa situação. A segunda imagem mostra a beira do rio Araguari na comunidade Vai-quem-quer e um gavião, possivelmente um jovem Gavião-caboclo (*Heterospizias meridionalis*) de plumagem nova. Quando a onda da Pororoca quebra no barranco da margem, ela joga consigo lama, pequenos peixes e arraias, o que atrai as aves da região em busca de presas fáceis.*

O ETNÓGRAFO, O FOTÓGRAFO E O TRABALHO DE CAMPO

“A matéria-prima da fotografia é a face visível da realidade, que se encontra permanentemente em movimento” (Milton Guran, 2012: 7).

No início de minha pesquisa de campo eu logo iria descobrir que a comunidade do baixo Araguari é constituída por relativamente poucas pessoas, e que a presença de alguém de fora certamente não passa despercebida. Na região do baixo Araguari, como em outros locais, pouco se sabe sobre o que é ser um antropólogo. Mas muitos, senão todos, sabem bem o que é uma câmera e o que resulta da presença do equipamento. Em Cutias do Araguari, cidade porta de entrada para a região em que fiz minha pesquisa, eu me apresentava como pesquisador. Mesmo se raramente portei a câmera fotográfica a tiracolo, fui com frequência interpretado como alguém que iria “filmar os búfalos”. Creio que isso ocorreu, em parte, porque pessoas de fora da região que aparecem por lá na época em que fui pela primeira vez (o *inverno*) são imediatamente associadas ao turismo para ver a Pororoca do rio Araguari.

Como o planejado, desci o rio na embarcação administrada pela prefeitura de Cutias, que sai de Cutias pela noite e amanhece próxima à foz do Araguari. O barco vai bastante cheio, com várias redes sobrepostas umas às outras. Logo no início dessa viagem, alguém alertou que um dos passageiros havia caído no rio. O comandante desacelerou a embarcação e um tripulante foi em uma lancha voadeira que fica acoplada ao barco principal para procurar pelo suposto naufrago. Após muito rebuliço, descobrimos que se tratava de um alarme falso, embora o perigo desse tipo de acidente seja bem real. Desisti de tentar dormir com os primeiros raios de luz da manhã, mas fui recompensado pelo belo visual das fazendas e matas às margens do rio banhadas pela alvorada.

A ocasião do alarme em falso ajudou a iniciar um clima de conversa mais generalizado na lancha. Conversei com um policial militar e um professor de Cutias, ambos descendentes de moradores da região que diziam não visitar suas propriedades há muito tempo. Conversamos sobre a festa no dia seguinte na Fazenda Campinho, organizada pelos filhos do proprietário para reunir a comunidade do baixo Araguari. Pensei que seria uma boa ocasião acompanhar um encontro desses, o que se provou verdadeiro.

Como a embarcação não chegaria até a margem da Fazenda Paraíso, pois a época seca deixa o rio mais raso, saltei para a lancha voadeira que vai amarrada ao barco maior com minha mochila e fui levado por Cuca (*feitor* de outra propriedade que eu conheceria melhor mais tarde) até o pequeno cais da fazenda. Zeca, o encarregado da propriedade, não sabia da minha vinda, mas foi simpático à minha explicação e me hospedou. Em função da grande festa do dia seguinte, Vadico, administrador da outra fazenda para a qual eu deseja ir, a Campo Novo, também se encontrava na Paraíso, o que foi uma boa coincidência e oportunidade. Pousei na fazenda Paraíso, pois no dia seguinte a festa e a corrida de cavalos seriam na fazenda ao lado, a Campinho. A fazenda Campinho, como me disseram, é considerada de pequeno porte na região. Com um rebanho pequeno, com poucas dezenas de reses⁸⁴, é de propriedade de um pequeno pecuarista criado no baixo Araguari que vive da bubalinocultura e do queijo que produz em determinadas épocas do ano.

Armei minha rede e meu mosquiteiro do melhor jeito que pude na área externa da casa. Logo percebi que o cheiro de guano de morcegos e o barulho dos mesmos

⁸⁴ O número oficial da Diagro é de 16 reses, mas parecia estar desatualizado, pois me disseram haver mais gado na fazenda do que esse quantitativo.

seriam uma constante nas fazendas do baixo Araguari. No dia seguinte, por volta das seis horas da manhã, os vaqueiros Chiquinho e Vadico já estavam de pé e preparavam seus cavalos para a corrida, levando-os à margem do rio para banhá-los e limpá-los. O prêmio para o vencedor da corrida seria de R\$ 1200 e um engradado de cerveja, o que gerava bastante expectativa. Eram esperados cerca de 10 cavaleiros na corrida, apesar de que ouvi mais tarde que os organizadores esperavam contar com pelo menos 20 corredores.

Os encarregados do som seriam Zeca e seu filho Jefferson. Logo cedo eles testavam sua aparelhagem, composta de uma mesa de som, um *dvd player* e várias caixas de som. Os testes foram ensurdecadores e um bom presságio do que eu ouviria durante todo o dia e a noite da festa, estilos que comumente chamamos apenas de *brega* no resto do país, mas que no Norte são divididos em *arrocha*, *melody*, *passado*, *zouk* e *saudade*, entre outros.

Seguimos cedo para a Campinho para preparar os aparelhos e antes de 8h da manhã os som já tocava forte nos alto falantes. Os pequenos barcos *rabetas* e lanchas maiores começariam logo a chegar, sempre lotados de pessoas e bens pessoais, como roupas (afinal todos pretendiam ficar até o baile da noite). Por volta de 11h da manhã ocorreu a primeira prova da corrida de cavalos. O percurso foi delimitado no extenso campo aberto à margem do rio, que dá nome à fazenda, e era de aproximadamente 500 metros. Seriam 3 baterias com 3 corredores em cada e uma final com os três vencedores de cada corrida. Além do prêmio de R\$ 1200 ao vencedor, o segundo e o terceiro melhores receberiam R\$ 500 e R\$ 300 respectivamente, totalizando R\$ 2000 em dinheiro. Cada participante havia pago R\$ 100 para se inscrever.

Era efetivamente o meu primeiro dia com os moradores do baixo Araguari, então poucos me conheciam, apesar de que boatos sobre pessoas de fora correm rapidamente. Ainda pouco familiarizado com as pessoas ali, utilizei da câmera fotográfica como subterfúgio, mas também como uma maneira de me aproximar das pessoas, que se mostravam abertas a serem fotografadas. Quando começaram as corridas, fotografei alguns cavaleiros e resolvi também filmar um pouco. Na última bateria de corridas, que decidiria o cavaleiro campeão, me posicionei no final do percurso, marcado por uma antiga cerca da fazenda. Eu pretendia fazer uma tomada clássica de corridas, filmando o momento em que os cavaleiros passariam a linha de chegada. Foi uma decisão despreziosa, mais para me distrair do que qualquer outra

coisa, mas acabei assumindo um papel não planejado por conta do desfecho da corrida.

Os finalistas eram Devaldo, filho do dono da fazenda Campinho e vaqueiro da fazenda Santa Rosa, propriedade maior localizada mais acima do rio, e outros dois cavaleiros do Bailique, arquipélago próximo à região. Na largada, Devaldo e seu cavalo saíram bem à frente dos outros dois cavaleiros. Mas, em um final digno de páreos profissionais, um dos cavaleiros alcançou o cavalo de Devaldo no último segundo, gerando um aparente empate e muita comoção. Não havia um juiz designado para a corrida, e próximos a mim estavam cerca de seis homens partidários dos diferentes cavaleiros. Assim que ficou claro que não houve nitidamente um vencedor, eles correram em minha direção e pediram, alvoroçadamente, para ver a filmagem na câmera. Exaltado, um deles chegou mesmo a tomar a câmera de minha mão para ver melhor o pequeno visor que mostrava os poucos segundos da decisão.

E foi assim que assumi, sem a menor intenção, o papel de árbitro ou de *photo finish* improvisado da corrida. Passei e repassei, incontáveis vezes, a curta cena para muitas pessoas na festa, o que me ajudou a conhecer muitas delas. Quadro por quadro, indo e voltando, o que pouco esclarecia a respeito do ganhador, pois um cavalo estava mais à frente e outro com o pescoço mais inclinado. Se houve um ganhador, foi por poucos centímetros, ou por um triz, como se diz. Por isso, um lado da disputa alegava que o cavaleiro de camisa branca era o vencedor, enquanto outras pessoas diziam que o cavaleiro de camisa vermelha realmente ultrapassou no último segundo. Sem conhecer muito bem a dinâmica das relações ali, quando questionado qual era a minha opinião eu me esforçava ao máximo para não tomar partido, como fazem bem os mineiros nesse tipo de situação.

A bem da verdade, até hoje não sei quem foi realmente o vencedor. Mas o fato é que essa corrida aconteceu em agosto de 2012 e até o fim de meu trabalho de campo, em maio de 2013, eu seria vez ou outra perguntado sobre a filmagem e quem foi o vencedor da corrida.⁸⁵ Trago esse relato, pois acredito que ele retrata bem o estilo de

⁸⁵ Süsskind (2010: 47) narra que a câmera fotográfica também ajudou a sua inserção no trabalho de campo: “Durante a estadia na fazenda, eu carregava sempre uma câmera, e várias vezes tinha filmado ou fotografado o trabalho deles com o gado. As imagens preferidas eram aquelas nas quais apareciam laçando (na fazenda, as fotos e filmagens eram assistidas com interesse no *Galpão*, e os peões se divertiam com os erros dos outros e pediam para eu gravar quando achavam a cena ou a foto boa).”

etnografia que marcou esta pesquisa. Como bem observou Anthony Seeger (Seeger 1980),

o material etnográfico sobre o qual a Antropologia trabalha é quase sempre o resultado da atividade singular do pesquisador no campo, num momento específico de sua trajetória pessoal e teórica, de suas condições de saúde e do contexto dado, e essa atividade é exercida sobre um grupo social que se encontra num certo momento de seu próprio processo de transformação (Seeger 1980: 25).

O fato de eventos singulares marcarem como é feito o trabalho de campo é algo bem descrito na literatura antropológica (Cf. Geertz 1973). Em meu caso, a presença do equipamento fotográfico teve implicações no modo como meus interlocutores passaram a se relacionar comigo. Além da produção textual, em cadernos de campo, o registro audiovisual em fotografia e vídeo de práticas da cultura do búfalo tem um papel central na construção do argumento desta tese. A proposta de uso da fotografia e do vídeo durante a pesquisa certamente não é nova e remete às origens da antropologia (Samain 1998; Guran 2012).⁸⁶ Contudo, ressalto que a utilização da câmera durante a pesquisa de campo é, além de um recurso metodológico, um aporte epistemológico, pois a presença do equipamento de registro de imagens em campo estabelece relações diferenciadas entre o pesquisador e as pessoas e instrumento se torna um “produtor de imagens mas também de questões” (Sautchuk 2007: 23 e 2012).⁸⁷

Um desdobramento desse aspecto que me pareceu negativo à produção de conhecimento antropológico é que em determinado momento de minha pesquisa de campo me encontrei de certa forma viciado em produzir imagens. Parecia-me que tudo que era importante para a pesquisa deveria ser registrado em vídeos e fotos, e às vezes eu achava difícil observar algo sem ter comigo a câmera. Em várias das atividades que acompanhei não havia uma anúncio explícita de que algo estava para acontecer – não havia muito aviso prévio do que estava por vir, fosse sair para o *campo*, ir buscar as vacas para serem ordenhadas ou até mesmo abater uma rês. Os vaqueiros pareciam saber o que deveria ser feito e não anunciavam, por isso, cada

⁸⁶ É notável que o uso de imagens como registro etnográfico já aparecesse no clássico estudo de Malinowski (Malinowski 1976 [1922]).

⁸⁷ Ressalto que a discussão que faço aqui se limita à fotografia como um método de pesquisa etnográfica, sem ter pretensões de entrar no amplo debate da fotografia na antropologia visual e tampouco no campo das artes. Isso, no entanto, não é afirmar que aspectos estéticos e simbólicos não sejam importantes à discussão do uso de imagens em pesquisas antropológicas.

etapa. Nessa coordenação sutil e não verbalizada das ações, já perdi momentos decisivos e o fio da meada mais de uma vez. Por isso, eu procurava manter a câmera comigo sempre no ponto de fotografar algo.

De mesmo modo, por usar uma câmera digital moderna, o mesmo aparelho poderia ser usado para filmar ou fotografar, e não foram raras as vezes que essa possibilidade me deixava em um impasse sobre em que suporte registrar um fato, correndo o risco mesmo de perdê-lo.⁸⁸ Sobre isso, procurei lembrar da observação de Malinowski em suas instruções sobre o trabalho de campo (1976 [1922]: 35), quando afirma que às vezes é necessário deixar de lado o papel e a caneta (ou outro instrumento de registro) e vivenciar o fato de modo mais direto.

Em excelente reflexão sobre a produção de imagens na pesquisa de campo antropológica, Milton Guran propõe o binômio *fotografar para descobrir* e *fotografar para contar* (Guran 2012) identificando duas finalidades distintas, a saber, a fotografia feita com objetivo de se obter informações e a fotografia feita para demonstrar ou enunciar conclusões:

A fotografia produzida “para descobrir” corresponde àquele momento da observação participante em que o pesquisador se familiariza com o seu objeto de estudo, e formula as primeiras questões práticas com relação à pesquisa de campo propriamente dita (...) a fotografia “para contar” corresponde ao momento em que o pesquisador compreende e, de certa forma, domina o seu objeto de estudo, podendo, portanto, utilizar a fotografia para destacar com segurança aspectos e situações marcantes da cultura estudada, e desenvolver sua reflexão apoiado nas evidências que a fotografia pode apontar (Guran 2012: 4).

Na mesma linha de argumentação, Guran afirma que ao captar o inesperado e o imprevisível a fotografia pode levar a novas possibilidades para a compreensão e a absorção de aspectos abordados na pesquisa. Acredito que isso descreve bem o papel central que a produção imagética tem em minha pesquisa de campo. Afinal, foi ao me deter longamente em uma imagem específica que foi possível elaborar o título e um dos conceitos centrais deste texto, episódio que pode ser caracterizado como o que Strathern (1999) chamou de um *momento etnográfico*. No caso, foi a partir de uma imagem que teve a gênese de um dos conceitos centrais desta pesquisa, expressos na

⁸⁸ Esse foi o caso que me ocorreu quando eu observava um garrote laçado pelos chifres lutando contra a força da corda que lhe continha. Eu estava muito próximo a ele, mas protegido por uma cerca de madeira. Ou pelo menos eu acreditava estar protegido, pois ao agitar sua cabeça para tentar se livrar da amarra, o garrote atingiu a cerca de madeira, que quebrou com surpreendente facilidade. Eu estava mudando o modo da câmera de filme para fotografia, e perdi a chance de registrar a cena, que certamente foi expressiva.

ideia de *Laços Brutos*, que busca evocar, ao mesmo tempo, pelo menos três esferas de significado que acredito serem centrais na compreensão da cultura do búfalo e a que retornarei nas seções seguintes.

De certa maneira, a importância do sentido visual acompanha também a centralidade que é “ver” o gado em uma cultura de vaqueirice. Nesse sentido, trago a concordar com Sússekind (2010: 41) quando ele afirma que os vaqueiros ‘lidam’ com o gado de uma forma predominantemente visual, pois eles constantemente se referem a cores da pelagem e detalhes físicos de cavalos e bovídeos para os diferenciarem. Ou, como escreveu Grasseni (2004: 42), como um etnógrafo e antropólogo visual, é necessário aprender a olhar para as vacas para poder acessar parte da visão de mundo dos criadores de gado. Em um trecho de meu caderno de campo, anotei o seguinte sobre uma conversa ocorrida na fazenda Campo Novo:

Ao receber a visita de vaqueiros de outra fazenda, todos conversam sobre os cavalos que estão mais à frente da casa principal. Tento acompanhar os comentários, mas para mim [os animais] parecem muito uns com os outros. Os vaqueiros os diferenciam por pequenas características e se referem a eles por cores, o que me deixava ainda mais confuso.

Se antes mesmo de chegar ao local definido para meu trabalho de campo eu levava comigo a proposta de uma análise visual do modo de vida do vaqueiro amazônico, ao chegar nesse contexto a produção de imagens se tornou mesmo algo necessário. Se em seções anteriores argumentei que a atividade com o búfalo também os trajetos e as formas de sociabilidade com outras pessoas na região, a entrada nesse contexto por meio da imagem – como *photo finish*, fotografando as pessoas – estimulavam conversas sobre o gado e sobre aspectos da vida na vaqueirice que se constituíram como uma chave de aproximação a este universo.

No que concerne a inserção do pesquisador no contexto a ser estudado, a feitura de imagens, tanto fílmicas quanto fotográficas, modifica a relação com as pessoas que o recebem, o que abordei alhures (Stoeckli 2011). Esse tipo de postura durante a pesquisa de campo é relativamente bem descrita. Em uma pesquisa em uma comunidade rural nos Estados Unidos, Dona Schwartz via o ato de tirar fotos das pessoas⁸⁹ uma maneira de conectar-se a elas:

⁸⁹ Como apontou Roland Barthes, a partir do momento em que a pessoa é olhada pela objetiva, tudo muda. Aproveitando as colocações de Barthes (1984: 26), a quem pertence a fotografia? Ao fotógrafo ou ao fotografado?

A câmera em si tornou-se um importante meio de entrar na vida social da comunidade, permitindo-me participar em uma atividade compreensível para eles no decurso da observação. Meu ato tirar fotos fornecia aos moradores uma razão óbvia para iniciar uma conversa, e quanto mais fotografias eu fazia, mais pessoas eu conhecia (Schwartz, 1989: 125).

Assim como no relato de Schwartz, os moradores do baixo Araguari muitas vezes criavam expectativas quanto à minha visita e as fotos que eu poderia fazer sob demanda. Como em minha pesquisa de campo anterior, durante o mestrado (Stoekli 2011), desenvolvi o hábito de devolver às pessoas retratadas as fotografias impressas.

Sobre as implicações de apreendermos um contexto através do enquadramento da câmera, um aspecto importante a ser nossa percepção e interação com o espaço se modificam, pois no processo de produção de imagens limitamos ou sintonizamos nosso olhar ao que a câmera possibilita, o que inclui seus potenciais e limites. Dessa forma, ao emparelharmos o olhar com a câmera trazemos também enfoques diferentes do que teríamos com a atenção difusa, o que propicia uma atenção ampliada aos elementos visuais que ocorrem no espaço. No contexto da criação bubalina, a várzea amapaense e suas características comumente impõem distâncias significativas entre o observador e o observado.⁹⁰

Na impossibilidade de aproximação de animais e, talvez de acompanhar os peões em certas práticas, as lentes fotográficas se mostram um forte aliado à observação de fenômenos importantes para a compreensão da cultura bubalina, sejam eles por parte dos animais ou dos humanos. Um episódio em específico se mostrou muito elucidativo sobre esse aspecto. Na ocasião eu acompanhava uma ação de laçada e vacinação de bezerros na Fazenda Helena Selva, ao lado da comunidade Vai-quem-quer. Havia mais de dez vaqueiros vindos de fazendas adjacentes para “ajudar” o *feitor* Nonô. Toda a ação com o gado demorou a começar e por volta de meio-dia os animais já estavam mais estressados devido ao calor e excitação inerentes à lida em campos abertos e por meio de perseguição a cavalo.

⁹⁰ Como bem lembra Kirksey e Helmreich (2010: 547), é importante ter em mente que animais não são apenas bons para pensar ou se relacionar, eles podem também morder. No caso das fazendas dentro da Rebio e em seu entorno, alguns dos búfalos podem apresentar comportamento agressivo, em especial aqueles que ficam muito tempo sem contato com humanos ou aqueles que estão sendo perseguidos por vaqueiros.



Prancha 6 – Vaqueiro encara um búfalo bravo

Eu acompanhava e fotografava os vaqueiros perseguindo os jovens búfalos e derrubando-os para a vacinação. Enquanto a maioria dos vaqueiros estava montada em cavalos, havendo apenas alguns “de pés” para auxiliar na derrubada do animal, eu não estava montado e me posicionei próximo a uma árvore grande com o intuito de minimamente me abrigar das “carreras” em que corriam o gado e os cavalos. Por isso, me vali de uma teleobjetiva para aproximar a visão de fotógrafo dos detalhes do acontecimento. Distraído com a visão limitada ao visor da câmera e da objetiva, ouvi um vaqueiro gritando com uma rês próxima de mim. Ambos o vaqueiro e o búfalo se posicionaram frente a frente por alguns momentos, como mostra a imagem na prancha a seguir.

O acontecimento foi relativamente rápido e durou poucos segundos, pois outros vaqueiros chegaram para continuar laçando a rês. Apesar de que o episódio me pareceu semelhante aos que eu já havia presenciado, ao mostrar as fotos para os vaqueiros mais tarde naquele mesmo dia (e nos dias vindouros), eles sempre paravam a sequência nessa imagem em específico e comentavam: “olha o boi bravo”. Com pouco conhecimento sobre o comportamento dos búfalos, a cena em questão não me instigou uma interpretação específica. Mas ao ouvir essa observação que os próprios vaqueiros faziam da fotografia, passei a questioná-los por que eles sabiam que aquele *boi* estava *bravo*.

Dentre os aspectos apontados, estava o fato de que o búfalo estava virado para o vaqueiro com a cabeça erguida, comportamento atípico destes animais frente a alguém que está lhes laçando e derrubando. O mais comum é que uma rês volte seu corpo a uma posição de fuga, ou mesmo que fique somente com a cabeça abaixada. Ao verem o animal encarando um de seus colegas, os vaqueiros interpretavam seu comportamento e suas intenções, assim como o próprio búfalo interpretava o vaqueiro que ali lhe perseguia.

Nesse sentido, o reconhecimento visual mútuo é um elemento importante em contato no dia-a-dia entre animais e humanos que é desenvolvido e mantido por meio da prática cotidiana⁹¹. Vale aqui recorrer à concepção de Cristina Grasseni (2004: 46),

⁹¹ Em estudos sobre criadores de gado, como o de Grasseni (2004), Süssekind (2010) e Leal (2014), fica sempre explícita a predominância das relações de reconhecimento mútua entre os bovídeos e humanos.

que chama atenção ao fato de que na proposta da psicologia ecológica a “percepção visual é uma parte significativa da ligação ecológica entre um sujeito e seu meio ambiente, entendida tanto como o resultado de um processo ativo de exploração, quanto fonte de atividade perceptivamente guiada”. Por isso, ao pesquisar um contexto como esse, o etnógrafo deve se esforçar em acompanhar as atividade em um processo de educação da atenção, uma busca ativa de informações no ambiente.

Em seu estudo sobre a percepção visual, James Gibson apresenta a proposta de uma *ótica ecológica*, em contraponto às óticas física, geométrica e fisiológica (Gibson 1979). Embora o autor traga esse conceito para discutir diferenças entre luz e iluminação, por exemplo, creio que o termo pode ser compreendido dentro de sua teoria ampla de *affordance* também apresentada na mesma obra, conceito que se preocupa fundamentalmente com a questão de como se dá a percepção, uma realidade ecológica, em contraponto àquela descrita objetivamente pelas ciências duras.

Isso é dizer que uma pessoa nunca simplesmente olha, pois ela deve aprender como olhar, como se mover e como exercitar os sentidos em contextos específicos caracterizados pela prática (Mauss 2003b). Essa é a proposta de Grasseni (2004: 49), que afirma que a “visão habilidosa” (*skilled vision*, no original) é a maneira como o olhar pode ser treinado para detectar certas características específicas em objetos que estão normalmente disponíveis para a percepção generalizada, como as vacas. Assim, o búfalo que encarava o vaqueiro de cabeça erguida demonstrava poder estar em um ataque iminente, situação perigosa e que o vaqueiro deve saber interpretar imediatamente, como aqueles que viam a fotografia faziam. Este fato fez com que me parecesse importante colocar esta imagem em destaque, por considerá-la etnograficamente muito rica ao me informar de todo um jogo de negociação sutil que me passou inicialmente despercebido.

Nessa reflexão, me parece pertinente seguir a concepção de Joana Scherer, que diz que o que classifica uma fotografia como etnográfica não é necessariamente a intenção de sua produção, mas a forma como ela é usada para informar etnograficamente os observadores (Scherer, 2003: 201). Para a autora, a metodologia para o uso de imagens fotográficas na pesquisa etnográfica inclui a análise detalhada em comparação com outras imagens, bem como o estudo das intenções e dos contextos em que os autores criaram as fotos (*ibidem*). Scherer ressalta, ainda, a necessidade do conhecimento de aspectos técnicos e de linguagem fotográficos. As

reflexões de Scherer foram produzidas em um momento⁹² em que muito se advogava pela produção de imagens etnográficas para fortalecer o potencial de comparação entre pesquisas feitas em contextos ou culturas semelhantes e contrastantes.

Na discussão sobre o uso de imagens como metodologia, é também importante citar a famosa análise imagética de Gregory Bateson e Margaret Mead *Balinese Character* (1942), um esforço único no histórico de produção visual etnográfica, tanto em termos de utilização de recursos⁹³ quanto de inovação metodológica. Como os autores afirmam, trabalhos anteriores de sua escola etnográfica, como *Sex and Temperament* (Mead, 1963) e *Naven* (Bateson, 2008), vinham tentando comunicar aqueles “aspectos da cultura que eram vagamente referidos como *ethos*” (Bateson & Mead, 1942: xi)⁹⁴. Ao buscar em meios visuais uma maneira de retratarem o que consideravam difícil descrever, os autores propõem:

Por meio da utilização de fotografias, a totalidade de cada pedaço de comportamento pode ser preservada, enquanto a referência cruzada pretendida pode ser obtida ao inserirmos uma série de fotografias em uma mesma página (Bateson & Mead, 1942: vii).

Essa é a proposição a partir da qual Bateson e Mead constroem suas análises em pranchas fotográficas, que inspirou o modo como dispus as imagens nesta tese.⁹⁵ Como os próprios autores enfatizam (*ibid.*: 50), a seleção das imagens apresentadas em seu estudo eram guiadas por seu interesse na relação entre pais, filhos e parentes, como pode ser visto na famosa Prancha 47 (*Stimulation and Frustration*) em que uma

⁹² Notadamente, a publicação em que o artigo está inserido, *Principles of Visual Anthropology* (Hockings, 2003 [1974]) foi produzida a partir de um encontro ocorrido em Chicago ocorrido em 1973. A publicação contava também com artigos bastante citados de Margaret Mead e Jean Rouch, entre outros.

⁹³ Segundo os próprios autores, *Balinese Character* foi composto por 759 fotografias, uma seleção resultante de cerca de 25000 negativos produzidos ao longo de dois anos de trabalho de campo (Bateson & Mead, 1942: 49). É notável, também, o detalhamento técnico do material usado para a produção das imagens realizadas pelos autores, o que enfatiza o rigor metodológico de sua proposta (*ibid.*: 52).

⁹⁴ Em outra obra, Bateson definiu *ethos* como o “*sistema culturalmente padronizado de organização dos instintos e das emoções dos indivíduos*” (Bateson, 2008: 171 - ênfase no original).

⁹⁵ Margaret Mead comenta que a antropologia se consolidou como disciplina como uma “ciência de palavras”, o que fez com que o uso de imagens como relato e reflexão etnográfica fosse deixada em segundo plano (2003: 5). Como um manifesto em favor da conjunção da etnografia e da produção visual, Mead afirma que o melhor trabalho é feito quando o *filmmaker* e o etnógrafo estão combinados em uma mesma pessoa, mesmo que em alguns casos uma habilidade se sobreponha à outra (*ibid.*: 7).

mãe é representada proporcionando diferentes estímulos de afeto e negação do mesmo ao seu filho (Bateson & Mead, 1942: 148-9).

No contexto de pesquisas sociais, considero ser importante ressaltar em que conjuntura de relações a imagem foi produzida. Pois fotografar é antes de tudo atribuir valor a um aspecto determinado de uma cena (Guran, 2012). É o alinhamento da cena com a visão do etnógrafo, o “eu estive lá” da autoridade etnográfica, ou, como diria Barthes (1984: 76), “a vidência do Fotógrafo não consiste em ‘ver’, mas em estar lá”. Nesse sentido, a imagem feita durante uma etnografia é o posicionamento de um autor criando um discurso, ela lhe projeta para dentro da cena, uma situação de diretor-personagem. Aquilo que uma pessoa fotografa está necessariamente em relação com ela. E nisso o espectador é trazido à cena, um processo de visualização e interação dinâmica entre o fotógrafo e o espectador. Esse é o argumento de Dona Schwartz (1989: 122), para quem a imagem fotográfica tem uma natureza ambígua, pois o significado que ela assume depende também do processo de visualização feito pelo espectador.

A fotografia, como outras obras visuais, organiza a informação de maneira a conduzir a experiência do espectador. Dentre os elementos de composição formal, um dos que mais tem importância para a construção da imagem é a relação do conteúdo com o seu *frame*, com o recorte que contém o conteúdo da cena retratada. Sobre esse ponto, gostaria de citar as palavras de Luigi Ghirri (Ghirri 2012: 56), para quem o apagamento do espaço que circunda a parte enquadrada é tão fundamental quanto o que é representado no *frame*: “e é graças a esse apagamento que a imagem assume sentido, tornando-se mensurável”. Acredito que a noção de *punctum* apresentada por Barthes (1984) também contribui a esse assunto. Em seu texto, Barthes segue comentando algumas fotografias para construir seu argumento, apontando, em algumas delas, a relação entre alguns elementos que lhe chamam a atenção. Sem delimitar demasiadamente essa ideia, para não lhe tirar sua liberdade analítica, Barthes nos diz que “o *punctum* é, portanto, uma espécie de extracampo sutil, como se a imagem lançasse o desejo para além daquilo que ela dá a ver” (1984: 89).

Tal qual uma moldura que delimita a imagem fotográfica, a pesquisa etnográfica e a posterior reflexão teórica delimitam um universo dentre outros tantos possíveis. Se a inserção etnográfica em campo tem entre seus objetivos uma sensibilização do pesquisador para questões e momentos, comuns ou extraordinários, que ele presencia, em um contexto de criação de animais de grande porte alguns há

frequentemente a demonstração de dominação via força bruta. Se é essencial à produção de conhecimento antropológico que o etnógrafo permaneça um tempo extenso em trabalho de campo, de modo a se sensibilizar a questões que antes lhe passavam despercebidas, acredito que um retorno à sequência das imagens produzidas pode demonstrar um aumento da presença do que foi fotografado àquilo que gradativamente foi se mostrando relevante ao estudo. Ocorre, então, um alinhamento da atenção etnográfica e fotográfica.

Na foto-título desta tese, *Laços Brutos*, a imagem mostra um animal contido pela força física e as amarras do laço do vaqueiro. Tal congelamento não deixa de intrigar algumas questões, como o fato de que provavelmente a grande maioria dos animais que fotografei foram abatidos nos meses seguintes. “É a imagem viva de uma coisa morta”, como diz Barthes (1984: 118), que afirma que esse potencial da imagem fotográfica pode levar à confusão entre o Real e o Vivo ao atestar que o que foi fotografado era real, o que induz a acreditarmos que é ainda vivo.⁹⁶

Ademais, nesta imagem em questão o enquadramento fotográfico também domina a cena, tornado o conjunto vaqueiro-laço-búfalo capturados pela lente do pesquisador. Isso me levou a refletir sobre por que escolhi compor a foto daquela maneira naquele momento e por que, em um momento posterior, a considerei etnograficamente representativa. Nesse sentido, o trabalho de edição e exibição da imagem é uma continuação do trabalho que começou no campo. Nesse sentido, o fotógrafo articula uma realidade. Quando feito em um contexto de ordenação e apresentação dos dados do trabalho de campo, acredito que existam paralelos entre a edição e inserção das imagens etnográficas e a reescrita dos dados coletados nos cadernos de campo, que são reorganizados para fazerem sentido para o público não familiarizado com o tema da pesquisa, um processo comparável a um segundo trabalho de campo, como bem apontou Strathern (1999).

Há relativamente pouco tempo, a decisão de trabalhar com cores ou com filme em preto-e-branco deveria ser feita antes da captura da imagem. Com o advento dos

⁹⁶ “A fotografia, que nos mostra as coisas como se tivessem desaparecido e as criaturas como se estivessem mortas, é uma excelente iniciação ao véu de Maya” (Clair 2011). Jean Clair trata aqui do que chama de uma metafísica da obra de Cartier-Bresson, ocupando-se da atemporalidade de seu trabalho. Contudo, essa frase em específico me levou a pensar o contexto em que fotografei, permeado de humanos, animais não-humanos e itens que intermediam a relação entre as partes. Devido à finalidade de produção da carne dos bubalinos, possivelmente a grande maioria, senão todos, os búfalos que fotografei estão atualmente mortos, consumidos.

processos digitais, essa escolha pode ser posterior ao trabalho de campo, mas não deixa de ser significativa. O artifício de apresentar o mundo sem cor tanto remete à fotografia clássica quanto chama a atenção para aspectos centrais na imagem.⁹⁷ Representar uma cena em preto, branco e tons de cinza é, em si, uma interpretação da realidade que estabelece um modo de relação com o que é fotografado. Esse é o caso também da escolha de objetivas com que se irá registrar o momento.⁹⁸

Em relação a estes e outros aspectos estéticos da imagem, Bruce Barnbaum (Barnbaum 2010) define que a boa composição é a maneira do artista de direcionar a visão do espectador de forma planejada. Barnbaum (2010) destaca pelo menos 14 elementos que definem a composição de uma fotografia. São eles:

- 1-Luz; 2-Cor; 3-Contraste; 4-Linhas; 5-Formas; 6-Padrões; 7-Equilíbrio; 8-Movimento; 9-Espaço negativo e positivo; 10-Textura; 11-Posição da Câmera; 12-Distância Focal; 13-Profundidade de Campo; 14-Velocidade do obturador.

Além destes elementos destacados por Barnbaum, uma questão importante a ser pensada é a inserção da imagem dentro de uma série. Para alguns autores, o sentido da imagem surge quando ela é contrastada e ligada a outras: “Quanto mais fotos em uma sequência, mais autonomia elas ganham em sua trama interna, em suas repetições e em seus pontos mínimos de diferença” (Coelho 2014). O ensaio fotográfico é, então, uma forma de trazer determinada ordem a um mundo não ordenado. É também um contraponto a trabalhos fragmentados, compostos de imagens isoladas. No caso da pesquisa de campo, é justamente a ênfase em algumas relações que o etnógrafo visa retratar que tornam a imagem relevante para se pensar determinado contexto.

É aqui que surge uma diferença entre fotografar sem interesses específicos e produzir imagens antropológicamente significativas. O tipo de relações com o contexto que a aproximação etnográfica empreendida nesta pesquisa exigiu canalizar a maneira de observar do pesquisador a relações entre seres, ambientes e elementos técnicos que, em princípio, guiam a maneira como as fotos são feitas. Esse princípio faz com que a imagem etnográfica não seja somente uma representação da cena

⁹⁷ Barthes tem uma noção mais estrita sobre a produção de imagens em cores: “... sempre tenho a impressão (pouco importa o que realmente ocorre) de que (...) em toda fotografia, a cor é um revestimento apostado posteriormente sobre a verdade original do Preto-e-Branco” (1984: 122).

⁹⁸ Lentes de longas distâncias focais (telefotos ou lentes semelhantes) tendem a comprimir o espaço, juntando objetos que estavam separados na cena. Lentes de distância focal curta (lentes grande angulares) tendem a exagerar o espaço, separando objetos que estavam, na realidade, muito próximos.

fotografada, mas sim uma análise da mesma, pois guiam a atenção do espectador de modo a chamar sua atenção para alguns aspectos da cena retratada.

Podemos tomar, por exemplo, as imagens feitas no âmbito da atuação dos técnicos do ICMBio (Cf. Figura 9, pág. 64), que retratam uma situação de um “olhar de cima” a partir da perspectiva de alguém dentro de um helicóptero sobrevoando os campos de várzea. Este tipo de imagem leva o espectador a reflexões sobre as mudanças ocorridas na aérea e a interpretação dos impactos da criação de búfalos neste contexto. Nesse sentido, uma visão aérea proporciona compreender de outra maneira os efeitos do deslocamento dos búfalos a partir dessa escala, bastante diferente se vemos do chão os meios seixos e trilhas.⁹⁹ Se no caso das imagens utilizadas pelo Instituto há os efeitos de se fotografar de dentro de um helicóptero em voo, em minha etnografia outra posição tinha implicações no modo como eu percebia o deslocamento no ambiente e registrava visualmente as atividades da vaqueirice.

Horseback Ethnography

O cavalo é em contextos de vaqueirice o meio de locomoção por excelência. Mesmo em distâncias curtas e na época da seca, os vaqueiros se deslocam montados a cavalo sempre que podem. Há razões práticas e imediatas para isso, como o fato de que no chão há perigos como cobras e algumas partes intransponíveis a pé, como os “atoleiros”. Mas é importante considerar que é montado em um cavalo que as ações do vaqueiro são potencializadas e que o cavalo é mesmo descrito pelos próprios vaqueiros como um dos signos que completa o vaqueiro em seu ofício. Por estas razões, uma etnografia que proponha acompanhar as atividades da vaqueirice pressupõe que o pesquisador seja capaz de montar um cavalo, o que tem implicações na forma como o meio e o deslocamento neste são vivenciados.

Para citar um episódio elucidativo sobre esta característica, em uma das primeiras visitas a uma fazenda de búfalos na região do Araguari, em abril de 2012, desci o rio em uma voadeira equipada com um motor de 15 hps emprestada por um amigo e acompanhado pelo caseiro de seu sítio. Eu havia sido indicado a procurar por

⁹⁹ É claro que os rebanhos reagem à presença do Helicóptero, que ao afugentá-los se torna como enorme “tocador de gado”, tal como usado na tentativa de retirar gado asselvajado da Ilha de Maracá-Jipióca.

Antônio na fazenda Boa Vista. A Fazenda Boa Vista é uma herança deixada pelo português José Dantas e, segundo Antônio, tem aproximadamente 11.000 hectares de terra e mais ou menos seis mil cabeças de búfalos. Além da casa principal, Antônio relatou que a propriedade possuía outros retiros (casebres simples) nos limites de seu território. Como ele expressaria mais tarde, isso se deve à constante preocupação com a invasão do terreno por parte de vizinhos ou estranhos que podem tentar se estabelecer no território da fazenda.

Após descer o rio por três horas e meia, avistamos o que parecia ser a fazenda. Demoramos um pouco para descobrir o acesso à sede da fazenda por um igarapé. Antônio, um dos herdeiros da fazenda que passa temporadas ali, havia sido avisado que viríamos e nos convidou para entrar e logo mais nos convidaria para pousar lá por uma noite. Saltei da voadeira e segui caminhando pelo elevado de tábuas sem notar que várias delas estavam muito gastas, possivelmente prestes a quebrarem. Caminhei como eu normalmente caminho, com os pés retos voltados à direção a qual me impulsiono. Quando Antônio viu que eu seguia dessa maneira, com as tábuas arqueando quando eu pisava nelas, ele logo me advertiu: “você é doido de andar assim!”.

Um pouco surpreso, tentei entender o que eu estava fazendo errado. Ele logo me explicou que é mais seguro andar com a pisada voltada para fora, pois, assim, o pé divide o peso do corpo em pelo menos duas tábuas. Isso é mais prudente, em especial se considerarmos que nas maiorias das fazendas as madeiras são muito velhas e gastas pelas intempéries do clima amazônico, o que pode causar quedas perigosas. Das importâncias de reajustar a percepção em contextos distintos, tive que ir aos poucos adaptando minha *técnica* de caminhar (Mauss 2003b), inadequada e perigosa naquele caso. Desse momento em diante, passei me tornar mais consciente não somente onde eu estava pisando, mas também a forma como eu estava pisando.

Eu logo receberia uma segunda lição de como me portar em uma fazenda de búfalos. No dia seguinte, logo cedo, Antônio selou um cavalo que fica sempre amarrado próximo à casa principal da fazenda e foi buscar outros cavalos para que os montássemos. Com uma pequena experiência em montar, se reservou a mim uma égua velha e dócil, na qual colocaram uma sela simples marajoara. Louro montou seu cavalo sem sela, “no pelo”, como dizem. Estávamos no auge do inverno e boa parte do terreno na Fazenda Boa Vista estava alagada, o que obriga o cavaleiro a buscar

rotas que não passem por águas mais profundas. Mesmo assim, era comum que a água chegasse perto da cintura do cavaleiro em alguns trechos.

Concentrado em não cair do cavalo, mantive a pegada em seu cabresto firme e meu pé (calçado com uma bota *Sete Léguas*) totalmente enfiado no *balanço* da sela, o encaixe em metal para que o cavaleiro se apoie e se equilibre durante a cavalgada. Ao ver a maneira que eu encaixei meus pés no balanço, uma nova interjeição de Antônio: “você é doido de enfiar seu pé assim!”. Novamente surpreso por achar que eu estava montando da maneira correta, ele me explica que o perigo está em justamente cair do cavalo e ter o pé enganchado, preso à sela do cavalo, que pode estar em movimento e arrastar o cavaleiro pelo chão ou pelas águas, afogando-o. O risco desse acidente é ainda maior se considerarmos que a atividade do vaqueiro comumente é bastante solitária, quando ele vaga pelo território em busca de gado, cavalos, reparos na cerca, caça ou pesca sem alguém que possa lhe auxiliar em caso de um evento desse tipo.

Menciono esse meu primeiro contato com o ambiente em que seria feito o trabalho de campo como um episódio marcante que me mostrou que eu teria que ter uma atenção especial à maneira como eu me inseria nesse contexto, que demanda adaptações ao modo de se portar e de se deslocar pelo próprio ambiente, levando em consideração os seres com os quais se interage, em especial o cavalo.

Desse modo, devido às peculiaridades do contexto da criação de búfalos em uma região amazônica, esse trabalho pode ser inserido no que ficou conhecido na antropologia como *horseback ethnography*, a etnografia montada ou a cavalo. Um exemplo recente dessa forma de pesquisa é a tese de Luciano Bornholdt (Bornholdt 2008) sobre a cultura dos gaúchos no Rio Grande do Sul. Em seu texto, Bornholdt relata ter tido dificuldade inicial de realizar sua pesquisa pois raramente os peões eram encontrados nas estâncias. Isso levou o pesquisador a se engajar na aprendizagem da montaria, o que lhe possibilitou vivenciar certos aspectos da vida de peão e canalizar sua atenção a outros elementos, mudando sua perspectiva.

Nas palavras do autor,

Aprender o básico de trabalho no rancho tinha implicações que mais tarde abriram para mim um novo caminho de análise por meio da noção de habilidades [*skills*]. Se a corporificação [*embodiment*] é algo mais do que representações sobre o corpo, pode muito bem ser que somente por meio da experiência direta é que o antropólogo tenha acesso a certos aspectos de modos particulares de vida (Bornholdt, 2008: 29).

O processo de engajamento em uma atividade como forma de ampliar a percepção etnográfica é também descrito por Sautchuk (2007: 19) em sua pesquisa sobre a pesca. Como enfatiza o pesquisador, “a pesquisa de campo não é apenas uma técnica de coleta de dados, mas um procedimento com implicações teóricas”, o que nos leva a pensar o envolvimento em atividades práticas como possibilidade de abrir novas formas de percepção do problema. Ambas as perspectivas de Bornholdt e Sautchuk derivam da noção de *enskilment* de Ingold (2000: 416), segundo a qual o aprendizado é inseparável da prática e que esse conjunto aprendizado/prática está imbricado com um engajamento com o mundo. No caso, acompanhar peões em seus cavalos ou pescadores sobre a canoa envolve tentativas do pesquisador de compartilhar mundos, um dos objetivos dessa pesquisa.

Este modo particular de vida, em cima de um cavalo em atividades com o gado, implicava em um certo *ethos* do trabalho individual, o que significa que cada vaqueiro deve ser capaz de “se virar”. Por isso, ao cavalgar eu tentava me esforçar muito para não ficar para trás do grupo dos vaqueiros, pois raramente eles paravam para olhar e ver se estava tudo bem, se eu ainda estava lá, se eu não havia caído do cavalo. Este era o caso ao passar por “atoleiros” - igarapés ou veios da água com pouca água e muita lama. Essas passagens são bem perigosas para o cavalo e para o cavaleiro, pois o risco de o animal ficar preso na lama é alto, o mesmo podendo ocorrer com uma pessoa não acostumada a esse tipo de terreno, como um etnógrafo. Como me explica um vaqueiro: “ele não dá conta de romper a lama, o animal. Fica enterrado, só sai na maré”.

Assim, pode acontecer de um cavalo ficar atolado nesta lama e, se não for retirado içado por uma corda ou se livrar quando a maré voltar a encher, ele pode morrer preso naquele local. Como me ensinaram os vaqueiros, ao passar por um “atoleiro”, o ideal é sempre seguir a “batida” – as áreas mais pisadas pelo gado que passou pela lama. De início, seguir por um “atoleiro” em suas partes mais pisoteadas me pareceu anti-intuitivo, pois aquele setor parece mais difícil de passar. Mas as áreas mais pisoteadas pela passagem do gado têm o solo mais compactado e tendem a ceder menos com o peso e pisada do cavalo. As dinâmicas de marés e o clima modificam de forma muito rápida o terreno e a paisagem. Onde em alguma parte pode se ver um igarapé, em outro momento pode ser que haja somente um “atoleiro” e que em pouco tempo se tornará uma terra “torrada”, como dizem, com um aspecto seco e rachado.

Nas primeiras vezes em que cavalguei na região do Araguari tive certa dificuldade em acompanhar os vaqueiros, pois eu não estava acostumado a bater nos animais como estímulo. Quando perguntei o nome da égua *pampa* que separaram para eu cavalgar nas primeiras vezes que saí com os vaqueiros, um deles me disse: “na volta eu te conto”, o que me fez confundir o recado e achar que ele me diria o nome da égua depois, quando na verdade aquele era o “apelido” da égua. Eu logo entenderia o porquê desse nome: velha e muito mansa, a égua era bem vagarosa. Por montar animais mais velhos normalmente no trajeto da ida a algum lugar eu tinha mais dificuldade de acompanhar os vaqueiros. O mesmo não ocorria no retorno à Campo Novo, pois os cavalos tendem a ir mais rápidos e animados por saberem estar voltando para a sua fazenda e seus campos.

Em certa ocasião eu voltava com os vaqueiros para a fazenda Campo Novo após um dia de *ajuda* em uma fazenda vizinha. Normalmente eu montava o cavalo Trancilim, da Campo Novo, mais velho e menos enérgico que os cavalos montados pelos vaqueiros. Contudo, nesse dia eu montava Arizona, um dos cavalos que os vaqueiros vinham utilizando nas *laçadas* de gado. No retorno da fazenda vizinha os vaqueiros vinham trazendo algumas reses e vezes ou outra gritavam comandos para seus cavalos e para os búfalos com o objetivo de estimulá-los a andar e de não deixarem se separar. A depender do grito dos vaqueiros, o cavalo que eu montava começava a dar “carreras”, disparando em corrida. Não acostumado a cavalgar dessa maneira, eu conseguia no máximo me manter montado no cavalo e tentar “güentar” as rédeas para que ele diminuísse o passo.

O *feitor* Vadico me explicou depois que aquele é um cavalo “bom de trabalho” e que ao ouvir os gritos ele queria dar “porfia” comigo. Este é o caso de um cavalo já “acostumado a trabalhar”. Cavalgar em um cavalo treinado para o trabalho com a vaqueirice envolve saber “güentar” suas rédeas em um ponto ótimo. Isso porque, ao deixá-lo muito solto, ou ele caminha demasiadamente devagar, quando mais velho, ou não obedece nenhum dos comandos, quando mais novo. Sobre isso, Vadico tentou me mostrar como segurá-lo pelas rédeas para ir em um “trote macio”. O fato é que Arizona naquele dia sentia que eu não era capaz de “güentar” suas rédeas como fazem os vaqueiros durante o trabalho, e meus comandos tinham pouco sucesso de convencimento.

Trago esse relato por que ocasiões como estas eram marcantes do trabalho de campo neste contexto de cultura dos búfalos. Neste capítulo explorei a minha inserção

no que argumentei ser uma rede ampla de relações do baixo Araguaí e seus moradores. Se o objetivo era vivenciar essa rede enquanto etnógrafo, a maneira de acesso a ela é por meio de barcos, rádios, festas, fazendas e atividades da vaqueirice, que abordei aqui. Para acompanhar estas, destaquei dois acoplamentos importantes que me permitiam, de diferentes maneiras, ter acesso aos vaqueiros e aos búfalos - a máquina fotográfica e o cavalo.

Este último, o cavalo, deve ser treinado e manejado de modo a se tornar *manso* e “bom de trabalho”, quando os vaqueiros o chamam de *domesticado*, noção que também faz referência ao fato de apresentarem menos perigos àquele que lhe monta ou maneja e que é usada no caso de outros animais, como o próprio búfalo. O processo de transição de um estado *bravo* para *domesticado* depende de que o animal seja “dobrado” e “batido” em várias ocasiões e com técnicas diferentes, o que busco descrever no próximo capítulo.

3



CAPÍTULO 3:

A DOMESTICAÇÃO DO BÚFALO – INSERÇÕES E FRAGMENTAÇÕES EM UM ANIMAL NÃO-HUMANO

COVARDIA COM CORAGEM

Se é pacífico o entendimento de que o búfalo é uma mercadoria, um bem, um investimento, é importante ressaltar que ele constitui também uma atividade com riscos próprios, como os vaqueiros me explicavam com frequência. Os búfalos, me diz o vaqueiro Devaldo, podem se acostumar muito rapidamente com uma pessoa. Mas podem, também, estranhá-la com ainda maior rapidez, “de uma hora para outra”. Dessa forma, um búfalo pode variar de comportamento de uma maneira imprevisível mesmo para aqueles que têm muita experiência com a pecuária, o que faz com que o vaqueiro tenha que estar sempre alerta às menores mudanças no humor do gado. Isso é ainda mais verdadeiro se o búfalo estiver debaixo de sol forte.

Em consonância com este entendimento, a literatura sobre os bubalinos (Marques 2000) resalta ser o búfalo um animal que tem pouca capacidade de regular sua temperatura corporal, o que o leva a utilizar sombras de árvores e poços de lama para fugir do extremo calor. Em certa ocasião, acompanhei um dia de trabalho em que vários vaqueiros laçavam bezerros debaixo de sol quente. Isso fez com que alguns animais se mostrassem nitidamente mais estressados e cansados. Um dos bezerros parecia muito debilitado após ter sido derrubado e vacinado: em pé e sem conseguir se mover corretamente, o bezerro caía com frequência e parecia tonto. Os vaqueiros me explicaram que ele estava “ansiado” por conta do sol.

Por essas razões, manejá-los em horários mais quentes afeta seu comportamento, tornando-os mais facilmente agressivos, como bem sabem os vaqueiros, que concentram suas atividades com os animais nas primeiras horas do dia. Esse tema é recorrente em explicações que me foram dadas sobre a atividade com os bubalinos. Quando conversávamos sobre os búfalos que criam, com frequência o assunto caminhava para o potencial perigo que é trabalhar cotidianamente com

animais desse porte e característica. Nesse contexto, é essencial que um vaqueiro saiba interpretar o humor do gado com que trabalha, algo que é adquirido a partir da experiência. O típico comportamento presságio de agressividade me é descrito por outro vaqueiro, Seu Maguari, em uma das primeiras conversas que tivemos sobre o assunto:

Maguari: Cês vão pro lado dele e ele já está desconfiado. Desconfiado por quê? Mete logo o rabo entre as pernas, fica com os óios vermeios. Aí a pessoa, que está domando ele, já sabe que ele já tá bravo. Se ele estiver fora dum pau [cerca, ou amarra] e ele correr em cima da pessoa, é pra pegar mesmo. Se ele estiver amarrado ele começa a dar logo aqueles assopro pra arrebentar logo o cabresto. Se ele é macio do nariz ele fica duro do nariz.

Etnógrafo: Como assim duro do nariz?

Maguari: Porque pelo nariz a gente governa ele. Se ele fica macio a gente leva pra maior parte aí. Mas numa dessa que ele fica bravo ele já não obedece mais pelo nariz.

E: Isso que o senhor está falando é o boi cavalo?

Maguari: É o boi cavalo. Aí ele já não obedece mais pelo nariz. Tudo fica duro nele. Ele peca ali até arrebentar aquele cabresto e se não arrebentar ele fica dando aquela chifrada no pau. E o que tiver na frente dele ele vai pegar.

E: E o boi que tá assim solto aí pra dentro?

Maguari: Ah, aí é o boi bravo.¹⁰⁰ Se você estiver no campo, ele tá tomando conta de gado, se for garrote e você estiver cercando o gado lá, pode ir com ferro num garrote daquele, vai ser difícil, que ele vai logo lhe encontrar [perseguir o vaqueiro]. O que você tem que fazer é sair fora dele, correr mesmo. Se depois se você até [tem ajuda de outro] vaqueiro, tudo bem, vai. Deu uma enganada assim e um meteu a corda, laçar ele, tudo bem, aí o outro já tem que estar com outra corda pra laçar. Aí você domina ele. Aí você pega, cobre ele, tomba ele, serra ele...

E: O que é serrar?

Maguari: Serrar o chifre dele. O chifre dele que é a arma dele. Mas é assim mesmo. Aí ele fica bravo. Mas se pegar [se o búfalo atacar] com aquele toco de chifre dele, o animal não tomba. Não fura, mas bate. Porque quando ele fica bravo...

¹⁰⁰ Apesar de Maguari aqui entender o boi solto no campo como o boi *bravo*, esse não é o entendimento comum. Ele sabia de meu interesse naquele momento sobre o comportamento de búfalos bravos, por isso interpretou a pergunta dessa maneira. Búfalos soltos nos campos das fazendas são considerados mansos e raramente são bravos.

A vaca é a mesma coisa. Uma vaca de bezerro, se ela for brava, cê não encosta no bezerro dela. Pra pegar, pra trazer ela. Ela corre atrás. Trabalhar com eles é na covardia. Tem que ser assim, dois, três vaqueiros, e de coragem! Porque, se você tiver um companheiro medroso, não adianta, cê vai morrer só você.

E: Mas na covardia com coragem?

Maguari: Covardia com coragem. Porque cê laça e o outro já tem que tá com a corda pra ajudar. Porque ele [o búfalo] é bruto. Se o cavalo for fraco ele arrasta o cavalo. Tomba o cavalo. Ele vem e mata o cavalo. Numa coisada [chifrada] mata o vaqueiro que ficou ali.

E: E o bovino, tipo o Nelore, é bravo assim?

Maguari: É. Ele é bravo, mas a gente domina mais fácil, muito mais fácil. Ele pode ser bravo, mas a gente domina.

(...)

E: Mas e o búfalo manso, ele é mais manso que um boi normal assim, um Nelore, por exemplo?

Maguari: Aí quando ele é manso, um boi que é manso mesmo, cê pode fazer o que quiser com ele. Aí ele não desconfia de ninguém não. Quando disser que é manso manso, pode fazer o que quiser dele (...) Cê domando o búfalo... Olhe, eu tomo conta de 200 reses. O gado que eu tomo conta é manso. Entra qualquer uma pessoa desconhecida e não tem uma rês, vamos dizer assim, que seja brava pra correr em cima. Aí você pode dizer assim: o gado é manso. Esse gado é manso.

(Seu Maguari, na Fazenda Paraíso, no dia 09 de setembro de 2012).

Essa foi uma das primeiras falas que consegui registrar em áudio e vídeo e considero-a emblemática para o argumento desta tese. Pretendo explicar nas próximas páginas deste e do próximo capítulo alguns pontos abordados por Seu Maguari. Dentre eles, a noção de que um búfalo domesticado é *duro* ou *macio* do nariz, a compreensão de que o trato com os búfalos é feito na covardia por vaqueiros de coragem e de que o búfalo é um animal *bruto*. Essas concepções sobre os búfalos constituem um retrato de um ser cercado de noções antropológicamente relevantes, como a questão do asselvajamento, o que me instigou a pesquisar o tema.

Eu já estava há meses em uma fazenda longe das margens do rio Araguari e tinha a sensação de que, até aquele momento, eu havia coletado pouco material para a pesquisa. Em contraste com outro contexto rural que eu conhecia, o do interior de

Minas Gerais, ali parecia acontecer relativamente pouca coisa em um dia: os vaqueiros acordavam cedo, ordenhavam as vacas que haviam separado no dia anterior, liberavam seus bezerros e voltavam à casa principal da fazenda, onde passavam o dia realizando algum pequeno reparo ou, simplesmente, ouvindo rádio. Ao final da tarde, saíam para buscar água, conferir se algum peixe (acaris ou pirarucus) havia sido pego na rede deixada no dia anterior, e, depois, buscavam novamente as vacas que seriam ordenhadas na manhã seguinte.

Como afirma Descola (2006: 93), durante o trabalho de campo, por vezes “o tempo parece perfeitamente imóvel, sem espessura e sem ritmo, à espreita dos acontecimentos”¹⁰¹. Em meus cadernos de campo, há várias passagens como a seguinte:

Ontem eu conversava com Dario e perguntei a ele sobre os búfalos e bovinos. Apontei um garrote grande e gordo entre o rebanho à nossa frente para iniciar a conversa. Dario me diz que prefere búfalos a bovinos. Ele diz que bovinos são ariscos, enquanto o búfalo é mais selvagem e aguenta mais porrada. É mais bruto. Ele complementa que quando embarcam os dois animais [para enviar para o abate] eles fazem isso separado, pois os búfalos batem nos bovinos.

Durante as várias conversas que tive com os vaqueiros sobre o seu ofício, sobre o ambiente em que trabalham e, principalmente, sobre os búfalos gradativamente uma palavra foi se destacando. Era não outra que a noção de *bruto*, comumente apresentada com sua qualidade, a *brutidade*. Nas primeiras vezes que ouvi os vaqueiros se referirem aos bubalinos como brutos, tomei nota, colocando o termo em meio a outros. Somente com a sua repetição contínua (e passados vários episódios em que os observei em ação) foi que percebi que, ao falaram de animais brutos, eles estavam me apresentando um conceito que consideram essencial em sua atividade.

Mesmo que a palavra seja de uso comum e seu significado de entendimento imediato para boa parte dos lusófonos, o uso desse termo para se referir a um animal de criação faz referência a uma forma de relação mais ampla. Nesse caso, a proposta de um trabalho de campo extenso, preferencialmente ao longo de meses, é de fato essencial para que o pesquisador acesse de maneira precisa o campo semântico das palavras. Ou, como sugere Peirano (2014: 386), a “mais importante qualidade de uma boa etnografia reside, então, em ultrapassar o senso comum quanto aos usos da

¹⁰¹ Em outra passagem carregada de poesia em prosa, diz Descola (2006: 96): “Apesar da curiosidade sempre alerta e da rotina do trabalho de pesquisa, cada dia que passa se enreda em filamentos de eternidade; nossa existência vai, de mansinho, se pondo entre parêntesis”.

linguagem”. Pois só pude perceber este significado quando a constante referência à *brutidade* dos búfalos teve tempo de decantar na compreensão que eu ia acumulando sobre aquele lugar, aquelas pessoas, aqueles animais com que viviam e trabalhavam.

Em diferentes momentos em que eu tentava compreender como os vaqueiros do Araguari veem e lidam com os búfalos, era necessário passar pela comparação com os bovinos. Parece-me que o próprio fato de que bubalinos tendem a agredir os bovinos quando confinados a um mesmo espaço contribui para que os vaqueiros os considerem mais brutos que os outros bovídeos com que trabalham. Isso ocorre porque várias de suas explicações baseiam-se nos contrastes que trazem de suas experiências prévias como vaqueiros de bovinos, seja em outras regiões, seja em outros tempos no Araguari. Morfológicamente, as duas espécies se parecem muito, principalmente para um observador que não tem experiência com gado. Contudo, os vaqueiros reconhecem muitas diferenças entre bovinos e bubalinos, sobretudo, em seu comportamento e suas intencionalidades.

Instigado por esse tipo de colocação relativamente espontânea, eu tentava estimulá-los a falar mais sobre essa comparação. Uma das maneiras com que eu obtia maior desenvoltura em suas falas era questionando se eles preferiam trabalhar com búfalos ou bovinos e por quê. Como me explica o vaqueiro Zeca, que diz já ter trabalhado com rebanhos de 5 mil bovinos no Marajó, em sua maioria Nelore, raça de tipo Zebu, existem muitas diferenças de trato. Em sua fala, o bovino é “gado mais cismado, mas é um gado mais leve, você controla melhor”.

Em certa ocasião, eu cavalgava com o vaqueiro Dario pelas fazendas de Zequinha Mourão, de enorme plantel na região. Lá há um expressivo número de bovinos Nelore considerados pelos vaqueiros que eu convivia como muito desconfiados. Quando passamos próximos a um rebanho, os bois se assustaram e dispararam em direção contrária, alguns deles pulando uma cerca próxima. Uma vaca se emaranhou nos arames e parecia ser incapaz de se libertar sozinha. Dario, então, desceu do cavalo para soltá-la, mesmo que ela não fosse gado de sua tutela. Assisti o vaqueiro se aproximar daquele Nelore com uma cautela que transparecia certo receio, algo que não o vi fazer com búfalos. Por fim, a rês conseguiu soltar-se sozinha e continuamos nosso caminho até a sede da fazenda.

Trago esse relato para ilustrar que as considerações que os vaqueiros fazem na diferença entre búfalos e bovinos são perceptíveis na lida que eles têm com ambos os bovídeos. Maguari, vaqueiro da fazenda Paraíso, complementa que Nelore é o “gado

mais cismado que tem. Se tem 200 e você chega, ele fica cismado, são necessárias mais pessoas para lidar com Nelore”. Já com búfalos, quando mansos, um vaqueiro consegue lidar com uma manada inteira, ele diz. Mas isso, ressalta, se os búfalos são *mansos*. Neste tipo de explicação, está a ideia de que o búfalo apresenta uma fluidez, uma mobilidade e mesmo uma incerteza maior entre o comportamento amansado e o asselvajado do que outro tipo de gado, como o Nelore – de certa maneira, o búfalo é um animal mais passível de mudança repentina de comportamento. Mesmo assim, para lidar com búfalo bravo, “tem que ser na covardia”, com pelo menos 3 vaqueiros destemidos, corajosos. Ou seja, na *covardia* na relação com o búfalo, mas, ainda assim, com *coragem* do ponto de vista do vaqueiro.

É justamente nesse contraste que questões interessantes aparecem, constituindo o que consideram polos opostos de comportamento dos animais. Mais do que isso, quando estimulados a descrever o búfalo, vários vaqueiros espontaneamente comparam-no aos bovinos, animais com os quais já trabalharam ou ainda trabalham. Considero que um dos mais importantes para o argumento desta tese é o binômio *bruto x melindroso* (ou *cismado*), representativo da distinção entre *bubalino x bovino*. No caso, o búfalo é descrito como um ser *bruto*, mais resistente, que “güenta mais porrada” e tem o comportamento mais linear, enquanto o bovino é cismado, imprevisível, “quebra fácil” quando derrubado.

Em um contexto de criação de animais de grande porte há, frequentemente, a demonstração de dominação por meio de cordas, amarras, chicotes e força, o que os vaqueiros chamam de *dobrar* o gado. O adjetivo mais comumente empregado para definir o búfalo é chamá-lo animal *bruto*. Isso significa dizer que ele é mais resistente, que “güenta mais porrada” que os bovinos, que, por sua vez, são vistos como melindrosos e de difícil trato. Esse “güentar porrada” só pode ser entendido em relação a algumas práticas do manejo com o gado, como as *laçadas*, que podem vir a causar fraturas nas reses.

Quando forneciam explicações às minhas perguntas, os vaqueiros várias vezes adicionavam o termo *bruto* às suas falas. Esta era uma palavra bastante usual, e eu logo presumia um sentido mais comum do que o empregado por eles. Após ouvir esse termo de vaqueiros em momentos distintos, comecei a entender que, talvez, o que eles chamavam de bruto era, em grande parte, o que eu compreendia como bruto, mas que também carregava outros sentidos, uma concepção que eles atribuíam ao búfalo e que descrevia a forma como consideram que devem lidar com tal animal. Além disso, a

ideia de bruto passava a noção daquilo que podia vir a ser trabalhado e ter seu estado transformado, algo que condiz com as atividades constantes da vaqueirice.

Lembro-me dos escritos de Seeger (1980: 31) que, em uma reflexão sobre o tempo do trabalho de campo, afirmou que “os longos dias no rio e na floresta contribuíram fundamentalmente para a minha compreensão dos Suya, mas isso não parecia nada evidente nos primeiros meses de nossa estada”. Trago essa ponderação, pois, no caso da pesquisa desta tese, o tempo de imersão no contexto da vaqueirice e da cultura dos búfalos foi essencial para que uma palavra que me parecia corriqueira pudesse ser reconsiderada e revestida de uma significação nativa mais densa, distinta do que eu suporia de início. De modo a melhor apresentar a noção de *bruto*, é necessário falar do trabalho da vaqueirice, onde as práticas são acompanhadas de vocabulários e termos que tornam a *brutidade* compreensível.

Um aspecto do trabalho da vaqueirice: dobrar o gado

Quando cheguei às fazendas do baixo Araguari pela primeira vez, eu esperava encontrar áreas tomadas por rebanhos de búfalos e vaqueiros em constante trabalho com os mesmos. É possível que isto me viesse à mente pelas imagens evocadas da forma como é praticada a pecuária intensiva de bovinos, que me é um pouco mais familiar. Contudo, logo em meus primeiros dias, eu perceberia que os vaqueiros tendiam a ter relativamente pouco contato com o gado e que esse trato se dava em áreas mais distantes da margem do rio e das sedes das fazendas, onde estão localizadas as moradias. Em minhas primeiras semanas, pouco pude acompanhar desse trabalho, que, normalmente, é feito por apenas um vaqueiro que adentra o território montado em um cavalo, se é verão (seca), ou em um *casquinho*, pequeno bote, se é inverno (época alagada). Essa diferença é tão marcada que, entre as estações, onde antes se via um igarapé, no verão restam apenas poças ou trilhas que pouco se destacam no solo seco.

Pode-se logo perceber que os moradores das fazendas do Araguari passam a maior parte do tempo na companhia de outros animais domésticos: cachorros, patos, galinhas e porcos são abundantes, além de carneiros em alguns casos. Assim, em um primeiro momento de meu trabalho de campo, os únicos búfalos que eu via eram as poucas reses que pastavam perto da sede da fazenda, onde eu vivia com os vaqueiros. Como exposto no capítulo anterior, os rebanhos de búfalos se movimentam por boa

parte dos campos e terrenos, estejam eles na área da Reserva ou na outra margem do rio¹⁰².

Isso faz com que boa parte da atividade da vaqueirice seja a constante busca pelo gado e sua eventual realocação de um terreno para outro, conjunto de tarefas que se dão pelo território, aquilo que Tim Ingold (2000) chamou de *taskscape* em um primeiro momento e, posteriormente, incluiu na noção de *meshwork* (2007), uma rede de atividades, locais, vivências e possibilidades. Voltando ao trajeto registrado por um vaqueiro na busca pelo gado, como exposto no Mapa 3, gostaria de me deter em um detalhe relevante no registro de sua movimentação.



Mapa 4 - Detalhe da movimentação do vaqueiro (Faz. Helena Selva)

Um aspecto importante a ser observado no detalhe da imagem que retrata o trajeto é a concentração da movimentação na porção esquerda da área da fazenda. Os

¹⁰² Mesmo que búfalos sejam excelentes nadadores, é importante deixar claro que o rio é demasiadamente largo para que o gado o atravesse, apesar de que ouvi vaqueiros contarem que uma rês perdida já foi encontrada do outro lado do rio, caso certamente raríssimo.

vaqueiros chamam esse tipo de atividade de *dobrar o gado*. O objetivo dessa ação é, primeiramente, juntar os búfalos em um determinado lugar e, depois, fazer o grupo se concentrar cada vez mais e permanecer por um tempo naquele ponto. Ao fazerem isso, os vaqueiros pretendem que os animais se acostumem com aquele local para que ele passe a ser uma *malhada*, lugar onde o gado se junta e descansa ao final do dia.

Com frequência, uma parte do plantel se acostuma a repousar durante a noite em *malhadas* próximas à morada principal da fazenda. Isso é ainda mais notório durante a estação *seca*, quando a alta incidência de mosquitos leva o gado a buscar o repouso em áreas descampadas, menos infestadas do que aquelas próximas das matas. Ao comentar um fenômeno semelhante, Carole Ferret (2014: 285) descreve que os Yakut chamam os mosquitos de “pequenos pastores”, pois contam com a participação ativa desses insetos em trazer de volta os cavalos, que buscam escapar das picadas ao se aproximarem dos acampamentos no final do dia. Essa observação é importante para demarcar a existência de outras agências no trabalho com o gado e com cavalos.

No trabalho com o búfalo, os vaqueiros fazem uso de uma linguagem específica para se referirem às suas atividades cotidianas. Nesse contexto, o termo *dobrar* aparece com frequência e, por isso, me pareceu constituir uma concepção importante na relação com o animal. Os vaqueiros dizem que vão *dobrar* o gado na *malhada* para descrever que irão atrás do gado no interior da fazenda. Podem, também, ser “convidados” para ajudar a *dobrar* o gado em uma fazenda vizinha, isto é, auxiliar em alguma atividade. A palavra era dita com regularidade e questionei, então, os vaqueiros para chegar a uma compreensão mais clara.

Em um sentido estrito, *dobrar*, como a palavra em si sugere, remete à tarefa de mudar a direção na qual o gado se movimenta, levando-o à área desejada pelo vaqueiro. Além desse significado – que conota um direcionamento espacial – o termo engloba também a ideia de subjugar, obrigar, coagir. Dobrar é, portanto, dominar, domar, fazer render-se, e, com, frequência, um vaqueiro pode se referir ao ato de domar uma rês como *dobrar*. Com efeito, a marcada presença da noção de *dobrar* o gado como uma forma de relação cotidiana do vaqueiro com o búfalo remete à ideia de que lidar com o gado é, sobretudo, dominá-lo e domá-lo, ou, como também é usual, torná-lo domesticado. Sobre esse aspecto, Tim Ingold (2000: 61) sustenta o argumento de que a história das relações entre humanos e animais não-humanos, normalmente registrada como uma libertação do estado selvagem do ser, deveria ser

narrada pela transição de relações de confiança às de dominação (Sautchuk e Stoeckli, 2012: 241).

Durante os deslocamentos, a movimentação dos búfalos em grupo tende a ser relativamente homogênea, dando-se em blocos com poucos animais desgarrados, quando os vaqueiros e seus cavalos circulam o rebanho e vão, assim, conduzindo-o. Ao chegarem à área desejada, normalmente a *malhada*, a constante manutenção da unidade do rebanho é descrita como *rodear gado*, o ato de circular a manada diversas vezes reconduzindo animais que tentam sair da formação. A *malhada* se refere, então, não a um ponto estático e definido por um coordenada geográfica, mas a um local marcado pelo movimento do gado e das próprias atividades dos búfalos. Juntamente com cercas, igarapés e matas, as *malhadas* estão entre as principais referências de localidades para os vaqueiros.

Por sua vez, *rodear* o gado significa, também, fazer com que o próprio rebanho circule em determinada área, tanto com o objetivo de acostumá-lo ao local, quanto com o objetivo de estabelecer um terreno pisoteado em que o gado irá repousar durante a noite. Essa atividade é normalmente conduzida em pontos mais afastados do terreno, mas presenciei, em diferentes momentos, os vaqueiros utilizarem-se do pisoteio dos búfalos para diminuir o que consideram *mato* próximo às casas, que pode atrair animais indesejados, como cobras.



Prancha 7 - Vaqueiros rodeiam o gado

Essa característica, de que o gado está comumente espalhado por parte do território, remete a relatos que inspiraram a escolha do tema de minha pesquisa, em especial aquele que faz Tim Ingold (1976) sobre as renas na região da Lapônia, em que traz questões importantes sobre as relações em um processo de pastoreio extensivo. Na etnografia, Ingold descreve que as renas são soltas para transitar em pastos de propriedade comum durante o verão e são reorganizadas em grupos de propriedade individual durante o outono e o inverno, o que caracteriza que a relação dos criadores com aquele animal envolvia o movimento de ambos ao longo do território. Os pastores de rena se empenhavam na proteção dos animais contra predadores e parasitas, o que Ingold definiu à época como uma ligação simbiótica entre eles (1976: 19). Além dos grandes grupos de animais soltos, algumas renas eram mantidas perto das moradias Skolts para uso como animais de carga e de leite, algo que tem alguma semelhança com o modo como os bubalinos são criados no Araguari.

O contexto etnográfico é distinto, mas o fato de se aprofundar em uma cultura pastoril em que os animais transitam por amplos territórios levou Ingold a formular ideias interessantes ao longo de sua carreira. Dentre elas, destaca-se que agir, para ele, é movimentar-se no mundo. Essa é a base do argumento do autor ao tratar do deslocamento do humano em diferentes meios, o que ele chama de *mapping* e *wayfinding*. Novamente indo contra as teorias cognitivistas que supõem que as pessoas constroem mapas em sua mente, Ingold afirma que, para aqueles que habitam um meio, os lugares não são definidos por localidades fixas como coordenadas em mapas, mas por histórias. Lugares não existem no espaço, mas como pontos dentro de um movimento, o que Ingold chama de “região” (2000: 219). Daí sua concepção de que a descrição de locais e trajetórias, comumente, se assemelha mais a contar histórias do que a usar um mapa (*ibid.*: 238).

Da covardia à ordenha: outra modalidade de relação

Se os vaqueiros descrevem o trabalho cotidiano de *dobrar* o gado na *malhada* de um modo em que as reses são tratadas em sua coletividade, como o *gado*, em

algumas fazendas há um outro trabalho diário em que os búfalos são mais individualizados. Em relação aos diferentes objetivos que podem se estabelecer em uma atividade pecuária, Jean-Pierre Digard (1988: 36) pondera que o gado pode fornecer tanto trabalho, quanto leite ou carne, mas a ênfase em um destes produtos traz mudanças significativas em técnicas agrícolas, na organização de terras e no trabalho do criador.

Como exposto no início desta tese, a bubalinocultura na região do baixo Araguari é predominantemente voltada para o corte e a produção de carne. Por isso, estive em poucas fazendas em que os vaqueiros praticavam a ordenha das vacas. Em alguns casos, as famílias que moram nas fazendas retiram leite do gado para complementar sua alimentação e conheci somente duas famílias que faziam da atividade um meio de complementar a renda, produzindo e comercializando queijos. Assim, raramente os vaqueiros se dedicam à ordenha, e, quando o fazem, é por pequenos períodos em que as vacas estão com bezerros novos e já produzindo o leite¹⁰³. A explicação para a não continuidade da atividade de ordenha é que ela é bastante dispendiosa: o vaqueiro deve separar as vacas com potencial de se tornarem bastante mansas para o trato diário e matutino dos animais.

Um dos pecuaristas, Seu Branco, me conta que a fazenda Paraíso (de propriedade de sua família) outrora se voltava principalmente à fabricação de queijos. Diz que chegaram a produzir mais de 200 quilos de queijo por mês, e que era possível manter a fazenda e sua família somente com a comercialização do produto, “sem precisar vender gado”. Apesar de lucrativa, ele enfatiza que a atividade “dava muito trabalho”, pois eram necessários 6 trabalhadores por conta da ordenha e da fabricação dos queijos. Na época, seu “gerente” tinha que começar a ordenhar as vacas a partir da meia-noite para que a produção ocorresse ao longo do dia. Por outro lado, contrasta, em uma criação de gado para o corte, menos vaqueiros dão conta dos afazeres, o que é mais simples para o proprietário da fazenda por gerar menos custos com mão de obra.

Desta explicação dada pelo pecuarista, compreende-se que, embora haja viabilidade econômica para a atividade de produção de laticínios na região do Araguari, mas a pecuária extensiva, como praticada ali, tende a estabelecer relações de trabalho mais simples e de menor número, o que é mais fácil para os “patrões”. Da

¹⁰³ Presenciei um caso em que dois vaqueiros confessaram a outro não saberem mais “tirar leite”, pois não faziam isso há muito tempo.

divisão dos três produtos proposta por Digard – trabalho, leite e carne –, os búfalos no baixo Araguari podem fornecer todos em diferentes momentos. Basta dizer que um animal treinado para o trabalho, o *boi cavalo*, desempenha as atividades como animal de carga por anos e, no final de sua vida, é encaminhado para o abate, assim como uma vaca provedora de leite.

Da perspectiva do vaqueiro, contudo, considerando que em uma fazenda há circulação de reses, na qual algumas são vendidas para outras fazendas ou encaminhadas para o abate, investir tempo de trabalho para amansar um búfalo para outras finalidades pode resultar num baixo retorno, pois o animal pode ser logo vendido. Isso é ainda mais complicado pelo fato de que a maioria dos vaqueiros que trabalham com búfalos no baixo Araguari não são donos dos animais, e apresentam pouco ou nenhum poder sobre o destino destes.

Se uma pessoa quiser realizar a ordenha cotidiana, ela deve investir tempo e energia para amansar “vacas com bezerros”, ou seja, “acostumar” *vacas* a ficarem amarradas dentro de um curral, a terem seu bezerro separado e a serem ordenhadas por uma pessoa específica. Aliado ao tempo demandado para o amansamento, a atividade da ordenha é em si bastante trabalhosa. Nela, os vaqueiros devem, todos os dias ao final da tarde, buscar as vacas com bezerros nos campos em que pastam e trazê-las para o curral da fazenda. Elas são, então, separadas de seus bezerros até a manhã seguinte, para que o leite se acumule em sua úbere. Notadamente, as vacas passam a noite em áreas próximas ao curral, em atenção à sua cria confinada. Pela manhã, os vaqueiros deixam as vacas entrarem no curral maior em mesmo número que os vaqueiros que realizarão a ordenha (Cf. Figura a seguir).

Neste ponto, é importante ressaltar que os vaqueiros se restringem a ordenhar as vacas que já conhecem. Isso porque, no processo de amansamento do animal, há uma construção de relação entre o vaqueiro e a vaca. Relação esta que, se não podemos cunhar de confiança, na prática tende a um pacto de não agressão, pois a *vaca* se mostra menos agressiva com o vaqueiro que já conhece e também sofre menos “castigos” por não se portar de forma indesejada. Na fala dos vaqueiros, a *vaca* reconhece desde a sua voz e cheiro até mesmo o toque de sua mão em suas tetas, “estranhando” quem não for o vaqueiro costumeiro¹⁰⁴.

¹⁰⁴Tim Ingold (2013: 7) diz algo semelhantes sobre as renas na região da Lapônia, que se familiarizam com os sons e odores de um acampamento humano e aprendem a associá-los à sensação de segurança.

Certa vez, ouvi um vaqueiro reclamando que algum colega havia ordenhado a sua vaca e que não se podia fazer isso para não desacostumá-la, algo que apontava para a importância da regularidade das relações entre determinadas reses e vaqueiros. Na época da pesquisa, trabalhavam na Fazenda Campo Novo quatro vaqueiros, e por isso a ordenha era feita em grupos de três ou quatro vacas. Em algumas das ocasiões em que acompanhei a ordenha na fazenda Campo Novo, durante a estação seca, o verão, os vaqueiros acordavam bem cedo, por volta das cinco horas, para ir buscar as vacas leiteiras. Nesse horário ainda há muitos carapanãs, denominação local para diferentes tipos de mosquitos que se alimentam do sangue de pessoas e animais.

O gado lactante era composto por cerca de 20 vacas na época, e os vaqueiros as deixavam entrar após cada um escolher uma de “suas vacas”, ou seja, aquelas com que estavam acostumados a trabalhar e que lhe reconheciam como quem iriam ordenhá-las. Como me explica Vadico, “nenhum tira leite de vaca do outro aqui”, isso porque “pode pegar de mal jeito, fica pisando”. O “pegar de mal jeito” a que se refere é menção dos diferentes estilos de pegada nas tetas das vacas que cada vaqueiro desenvolve, mais firme ou frouxo, mais forte ou delicado, a que as vacas tendem a se acostumar. “Pisando”, no caso, faz referência à atitude inquieta e rebelde que uma vaca mal ordenhada pode apresentar, que pode chegar a inviabilizar a ordenha.

O método da ordenha na região não se utiliza de aparatos tecnológicos típicos de produções leiteiras modernas. As vacas trazidas para a parte coberta do curral são amarradas de duas maneiras básicas: a primeira consiste em atar as suas pernas traseiras para que elas não deem coices; a segunda é o ato de prender sua cabeça e pescoço a alguma viga ou parte das cercas de madeira para que elas não cabeceiem os vaqueiros ou outras reses. Assim como cada vaqueiro tem as vacas que só ele ordenha, cada um leva o seu próprio balde maior, normalmente de aço inoxidável, onde estocam o leite acumulado das várias vacas ordenhadas, e um menor, normalmente leve e de plástico, que é usado para aparar o leite durante o processo.

Como mencionado, nem todas as fazendas realizam esse trabalho. É importante ressaltar que na prática de criação extensiva, em que o gado se locomove por grandes áreas, o *curral* é um espaço fundamental para algumas atividades com as reses, como a ordenha, que é inviável se os movimentos das vacas não forem restringidos. Para a ordenha, os vaqueiros devem separá-las em uma área cercada que possibilite amarrar tanto os animais adultos quanto os bezerros. A ilustração a seguir demonstra o esquema de um curral conjugado na fazenda Campo Novo, onde as diferentes seções

têm porteiras independentes que podem ser abertas ou fechadas para separar ou juntar parte das reses.

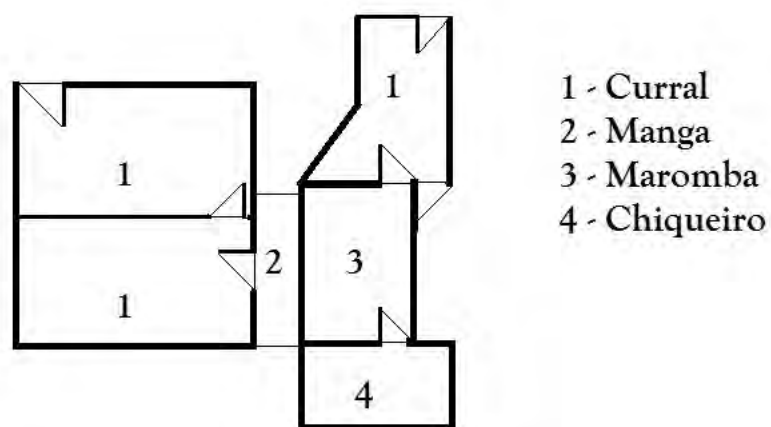


Figura 15 - Ilustração de um curral conjugado (Faz. Campo Novo)

Curral é o termo que os vaqueiros utilizam tanto para uma seção desse conjunto (1) quanto para o conjunto como um todo. Ele se diferencia da *Maromba* (3) porque esta é uma parte coberta por um telhado onde os vaqueiros exercem algumas atividades específicas com as reses, como a ordenha ou “furar o nariz”, a perfuração do septo nasal para treinar a rês para se tornar *boi cavalo*. A *Manga* (2) é uma passagem estreita onde uma rês pode ser colocada para vacinação ou pesagem. Os bezerros ficam na parte mais ao fundo do curral, chamada de *Chiqueiro* (4), que também é coberta. Em épocas de ordenha eles normalmente dormem nessa parte de um dia para o outro.



Prancha 8 - Amarras e ordenha

O processo da ordenha acontece todos os dias, desde que os vaqueiros separem as *vacas* dos bezerros no dia anterior para que aquelas acumulem leite em sua úbere. Logo cedo, as *vacas* já costumam esperar do lado de fora do *curral* e são conduzidas em grupos de acordo com o número de vaqueiros que irão ordenhá-las no dia. Os bezerros aguardam para serem chamados pelos vaqueiros, mugindo continuamente. Ao se “acostumarem” mutuamente um com o outro nesse trabalho cotidiano, o vaqueiro cria um “apelido” para a *vaca* e esta se reconhece nesse chamado. No caso da ordenha, o nome dado à *vaca* é extensível ao seu bezerro, e é notável como os bezerros respondem a esse chamado. Como no caso do vaqueiro Vadico chamando por Tulipa, o nome de uma *vaca*, para que o bezerro desta *vaca* se separasse do grupo e soubesse que era a sua vez de “mamar”¹⁰⁵.

Quando algum dos bezerros sai do *Chiqueiro* sem ser a vez de sua *vaca*, os vaqueiros tentam encurralá-lo com os braços abertos para fazê-lo voltar à área cercada. Tentam, primeiro, convencê-lo sem o uso da força, mas se o bezerro não obedecer eles, o forçam a voltar à área cercada com os demais bezerros, sob pontapés e xingamentos, notadamente os mais comuns “desgraçado” e “diabo”. Esse tipo de crescimento na intensidade da força com que as reses são tratadas é comum também com os búfalos adultos, quando eles não obedecem aos comandos dos vaqueiros. Em alguns casos, os vaqueiros comentam entre si que um animal que não obedece de maneira alguma está bom “para matar e comer”, uma ameaça tácita que é dita em voz alta para que vaqueiros e búfalos a ouçam.

As *vacas* a serem ordenhadas têm suas pernas e cabeça amarradas, de modo a não dar coices ou chifrar o vaqueiro. Primeiramente, o bezerro começa a mamar um pouco, para que a *vaca* libere seu leite. Em seguida, ele é amarrado pela cabeça à *vaca* e permanece em posição muito próxima à que mamava, mas incapaz de alcançar as tetas. É aí, então, que o vaqueiro começa a ordenha com suas mãos e o auxílio de um balde para aparar o leite. Quando o volume de leite ordenhado começa a diminuir, é hora de deixar o restante do leite para o bezerro e chamar a próxima *vaca*. No processo de desamarrar a *vaca* após ordenhá-la, é notória a cautela com que os

¹⁰⁵ Em um pequeno inventário que fiz dos nomes das vacas na fazenda, anotei nomes como Primavera, Maravilha, Grandinha, Brasília, Chorona, Araúna e Rosilha.

vaqueiros agem, entrando em um estado de alerta com movimentos mais cuidadosos. Tal mudança no comportamento dos vaqueiros deixa claro o quanto lidar com os búfalos é um fluxo constante de interpretações e intenções dos animais, que podem agir de forma agressiva repentinamente, principalmente com sua cria por perto.

Os vaqueiros são capazes de distinguir os bezerros entre si, todos de cores e feições muito semelhantes a um olho leigo, mas bastante individualizados aos olhos treinados. Quando questionados sobre como diferenciam os búfalos (que, para mim, pareciam idênticos), os vaqueiros normalmente apontavam características dos chifres e da “cara” da rês. Esse tema foi muito bem descrito por Cristina Grasseni (2004) em sua pesquisa com criadores de bovinos no norte da Itália, onde os fazendeiros afirmam ser a capacidade de enxergar detalhes das vacas uma habilidade essencial à sua atividade. Como afirma a autora, aprender a lidar com as diferentes formas dos bovídeos e se apropriar de cada detalhe, tanto de perto quanto de longe, requer um treinamento constante de atenção, que começa cedo na vida:

A visão, como os outros sentidos, precisa de educação e treinamento em uma relação de aprendizagem e dentro de uma ecologia da prática (...) A visão habilidosa do criador nunca está separada de uma certa quantidade de múltiplas sensorialidades - especialmente a partir do tato (Grasseni 2004: 41).

Além da diferença mais imediata entre tamanho e idade, existem distinções claras nas marcações no couro e nas orelhas de bezerros e animais adultos. Como exposto anteriormente nesta tese, os búfalos transitam com relativa liberdade na região, o que cria o problema de como separar animais de um determinado plantel de uma fazenda dos animais de uma fazenda vizinha. Neste contexto, é importante que os vaqueiros sejam capazes de reconhecer as reses que fazem parte do plantel sob sua custódia e saibam diferenciá-las daquelas de outras fazendas.

Para além das diferenças e semelhanças físicas, existem diversas modificações infringidas nos corpos dos animais que os distinguem em categorias. Proponho a seguir uma análise das diferentes marcas e estigmas que compõem um animal adulto e que são cotidianamente interpretadas pelos vaqueiros.

IMPRIMATUR BUBALUS BUBALIS

... aquele que vive entre os Nuer e deseja compreender sua vida social deve primeiro dominar um vocabulário referente ao gado e à vida de rebanhos.

Evans-Pritchard, *The Nuer*, 1940.

Os corpos dos búfalos têm várias marcas e sinais a serem lidos e interpretados, algo que é considerado uma habilidade básica da atividade da vaqueirice. Dentre esses sinais, há características físicas como o chifre, a cor, a face e o tamanho. E há também os signos que os humanos imprimem sobre os animais, sejam marcas de ferro, sinais nas orelhas ou cortes nos chifres. Por isso, um olhar treinado é capaz de diferenciar idade, peso e categoria do animal, além de poder reconhecer o gado de uma propriedade ou de outra, se a rês é vacinada, se o macho é castrado, se é uma *vaca* que já teve cria.

Ao tentar conversar sobre búfalos com os vaqueiros, eu logo descobriria que existe um vocabulário básico sobre os animais que deveria ser, minimamente, dominado para possibilitar perguntas que fizessem algum sentido. Nesse vocabulário, as classificações mais fundamentais e imediatas de uma rês baseiam-se no sexo, na idade e na capacidade ou estágio reprodutivo. A seguir, elenco algumas categorias básicas:

- *Rês*: termo genérico pelo qual se referem a um animal, que implica na indeterminação do sexo do bovívdeo ou de outros detalhes, como se é castrado ou não. Isso ocorre normalmente quando se está falando em termos abstratos, ou quando o animal está distante do observador, já que, quando próximo, fica fácil distinguir características e marcas que o classificam em outras categorias. É também usada no plural para se referir a agrupamentos de animais ou números específicos de um grupo, como em “trinta reses”.
- *Bezerro(a)*: filhote, normalmente animal do ano corrente, com até 1 ano de vida.

- *Mamote(a)*: animal de aproximadamente 1 ano e meio a dois anos de vida. Como o nome sugere, o animal ainda mama. *Mamota* e *garrota* podem ser termos sinônimos. No caso da *garrota*, há uma diferença no correlato masculino.
- *Garrote*: é o animal macho adulto, com mais de dois anos e não castrado, seja porque ainda vai sofrer tal ação ou porque foi intencionalmente deixado nessa condição para se tornar macho reprodutor.
- *Boi*: animal adulto castrado.
- *Novilha*: fêmea adulta que ainda não reproduziu.
- *Vaca*: fêmea adulta que já pariu pelo menos uma vez. Os vaqueiros dizem poder identificar uma fêmea nessa condição pelo tamanho de sua “úbria” (úbere), o conjunto das tetas, dilatadas e maiores naquelas que já pariram.

Ao longo de sua vida, os búfalos são marcados de diversas maneiras pelos vaqueiros, seja para registrar em seu corpo quem é seu proprietário, seja para assinalar alguma transição de *status*, como de *inteiro* a *castrado*, ou de não-vacinado a vacinado. Acredito que, por si só, o tema das formas como o gado é marcado mereça uma análise comparativa que trace estilos característicos em diferentes regiões e com diversos tipos de animais. Detenho-me em elencar aqui aquelas que me foram possíveis registrar no contexto da bubalinocultura, tal como é praticada no Araguari.

Em outro contexto de criação pecuária, as marcações no gado foram descritas por Sússekind como inscritas sobre *tabula rasa*:

Em relação às marcações e sinais do gado, observei neste período que os corpos do gado eram o suporte, o “papel” (usando como referencia o gado branco), para uma escrita. Olhando o rebanho, os vaqueiros leem uma série de informações nas marcas, códigos incompreensíveis para “analfabetos” urbanos como eu (Sússekind 2010: 41).

A comparação com uma folha de papel em branco não me parece válida no caso dos vaqueiros e búfalos na várzea amapaense, pois mesmo bezerros muito novos são reconhecidos por diferentes características. Com tamanhos e idades similares, alguns bezerros podem ser mais volumosos que outros, o que faz de sua magreza um critério comum para diferenciá-los. Nessa idade, os chifres ainda estão em fase de desenvolvimento, semelhantes em aparência em quase todos eles. Já nos adultos, os chifres tornam-se uma das formas de diferenciação mais evidentes, ajudando a

detectar uma rês mesmo a curta distância. Se estes, porém, ainda não se desenvolveram o suficiente para diferenciá-los um do outro, há ainda o que os vaqueiros chamam de “cara” do bezerro, o que inclui a sua feição, a testa e o formato da cabeça, que pode ser mais curta ou mais comprida, mais larga ou estreita.

Para além desses sinais, é notório que os búfalos nas fazendas do baixo Araguari recebem também, em diferentes eventos, marcas que imprimem em seus corpos significados distintos¹⁰⁶. O primeiro evento que me foi possível presenciar tratou de uma atividade considerada relativamente simples, a vacinação de bezerras, que acompanhei na fazenda Campo Novo. Como me explica Vadico, o *feitor* dessa propriedade à época, dentre os cerca de oitocentos bovídeos que ali eram criados (contando os poucos bovinos) existiam alguns considerados *orelhudos*. O termo vem do fato de que animais criados em fazendas passam por processos de laceração de pedaços das orelhas, em contraste com aqueles que têm as orelhas inteiras. Desse modo, essa categoria de *orelhudo* refere-se, basicamente, a dois tipos de animais: aqueles que nasceram fora das fazendas (no interior da Rebio, por exemplo), possivelmente asselvajados, e aqueles que são animais novos, bezerras, e que ainda não foram vacinados.

Os vaqueiros costumam realizar as ações de vacinação, castração e “fêrreas” (a marcação na pele a ferro candente) em eventos que reúnem vários búfalos a serem manejados e marcados de uma só vez¹⁰⁷. No caso da vacinação que acompanhei, os três vaqueiros da fazenda Campo Novo reuniram dezenas de bezerras nascidas nas temporadas passadas, todos com menos de dois anos, para serem vacinados. A ação contou com o auxílio de um vaqueiro da fazenda vizinha de São Marcos, de propriedade da irmã do dono da fazenda Campo Novo. Além do auxílio em ações maiores, vaqueiros vindos de fazendas vizinhas ajudam também a recuperar parte do gado que, porventura, tenha passado para outras propriedades.

¹⁰⁶ A informação que obtive ao longo de minha pesquisa é a de que, raramente, o couro do búfalo amapaense é comercializado. O modo de criação extensivo praticado na região, com as constantes marcações e dilacerações na pele dos animais, pode ser uma via explicativa do não aproveitamento desse produto ao final do ciclo de criação do búfalo.

¹⁰⁷ A literatura sobre pecuária (Marques *et al* 2003: 102) estabelece que o procedimento correto da técnica de marcação a ferro candente é o uso de ferros com números ou siglas de 10 a 15 centímetros de comprimento, pressionados na parte superior do membro traseiro direito, evitando-se cantos que possam distorcer a área a ser queimada. Os mesmos autores elucidam a técnica de cortes nas orelhas dos bovídeos, conhecida na literatura como “marcação australiana”.







Prancha 9 - Marcação na orelha de um bubalino e exemplo de chifre

Prancha 10 - Vacina e feitor

Prancha 11 - Derrubando o gado

Se a palavra búfalo comumente representa uma espécie de bovídeos, em um contexto de pecuária o búfalo é um ser gradativamente moldado e tem, a partir disso, diversos signos impressos em seu corpo. De marcações a ferro candente a cortes nas orelhas e em sua pele, o corpo de um animal adulto é um mapa a ser lido por um vaqueiro, documento de registro de sua trajetória como animal criado para o abate, que deve ser vacinado, castrado e a partir disso categorizado.

Na ocasião daquela vacinação, os vaqueiros reuniram o rebanho em um amplo curral, para separar as vacas de seus bezerros. De maneira geral, a ação se dá por meio de um processo em que os vaqueiros isolam um jovem búfalo e o derrubam no solo, utilizando-se de laços e de uma manobra pela qual puxam o animal pelo rabo, jogando seu próprio corpo ao chão para gerar o peso e a força necessários para desequilibrá-lo (Cf. Prancha 11, pág. 187).

Quando o búfalo cai, o vaqueiro se senta sobre o bezerro segurando seu rabo entre as pernas e sua cabeça virada sobre seu corpo, com o objetivo de imobilizá-lo¹⁰⁸. É apenas quando o animal está imóvel que o *feitor* responsável por ministrar a vacina corre, então, em direção ao bezerro com a pistola veterinária e dispara o remédio no animal. Na sequência, o bezerro tem um pedaço de sua orelha cortado com uma faca de cozinha ou com o “terçado” (grande facão usado nas fazendas), o que lhe marca como um búfalo vacinado e o diferencia daqueles que ainda devem ser.

Na primeira vacinação que acompanhei, os bezerros receberiam vacinas com três finalidades distintas. A primeira, contra diversos tipos de doenças verminoses, com o vermífugo *Ivermectina* atuaria contra vermes e ectoparasitas – ácaros, carrapatos, larvas de moscas e piolhos (Marques, 2000: 50). Como o *feitor* Vadico me explicou, a segunda vacina ministrada naquele dia seria para prevenir uma moléstia

¹⁰⁸ Essa técnica de contenção do animal já derrubado é um pouco distinta daquela descrita por Sússekind (2010: 40), e também muito comum em rodeios, em que os vaqueiros amarram os bezerros pelas quatro patas.

que os vaqueiros chamam de “doença de roda”, nome que faz referência ao sintoma em que o bezerro doente fica girando em um mesmo lugar. Em consulta ao manual da Embrapa organizado por Marques (2000), identifiquei a referida doença no campo da veterinária como Botulismo, que se caracteriza por falta de coordenação nos movimentos do animal. Além da vacina contra a doença, seria ministrada também uma de nome *Engordan*, que visa estimular o ganho de peso das reses.

A cada episódio de vacinação a que o bezerro é submetido, ele recebe um novo sinal em seu corpo que, daquele momento em diante, irá diferenciá-lo de outros ainda não imunizados. De modo geral, as marcas e sinais nas orelhas e em outras partes do corpo do búfalo servem como um prontuário veterinário permanente. Cada marca é composta por uma combinação de fendas, buracos ou aberturas cortados em torno das extremidades de uma ou ambas as orelhas¹⁰⁹. Se o bezerro não é do plantel da fazenda, o que é relativamente comum, ele é ainda assim vacinado, de modo a evitar a propagação de doenças. Nesse caso, o bezerro tem a ponta do rabo cortada, uma marca que não é, especificamente, daquela fazenda, mas que significa que foi vacinado.

A marcação a ferro quente, também utilizada em búfalos no Araguari, é considerada um método resistente no manejo de gado e é, por isso, o método mais comum para a identificação de bovídeos, pois é permanente e de fácil visualização¹¹⁰. No caso da bubalinocultura no baixo Araguari, estes métodos são bastante comuns, e raras são as fazendas que utilizam de brincos ou outras técnicas de contagem e identificação do gado. Assim, os proprietários desenvolvem combinações de marcações que visam distinguir seu plantel dos animais de outras fazendas, dentre as quais estão os sinais nas orelhas dos bovídeos.

A figura a seguir ilustra alguns tipos de cortes nas orelhas dos búfalos que me foram apontados e nomeados. No esquema, o lado mais escuro representa a junção da orelha com a cabeça do búfalo, onde os cortes são preferencialmente feitos no outro extremo, na ponta da orelha, ou nos lados superiores e inferiores.

¹⁰⁹ Ingold (1980: 114-5) relata algo semelhante no caso da criação de renas, onde a marcação permanente é uma técnica amplamente utilizada.

¹¹⁰ Alguns autores ressaltam que “é um método que traz risco para os animais, podendo, quando mal feito, causar lesões graves por queimadura, resultando em dor e sofrimento intensos” (Schmidek, Durán e Costa 2009: 29). Nesse sentido, apontam que um bom manejo deve recorrer a técnicas alternativas à marcação a fogo, como a tatuagem e o brinco de identificação. Cortes nas orelhas, colares de identificação e marcas nos chifre são métodos menos aconselháveis

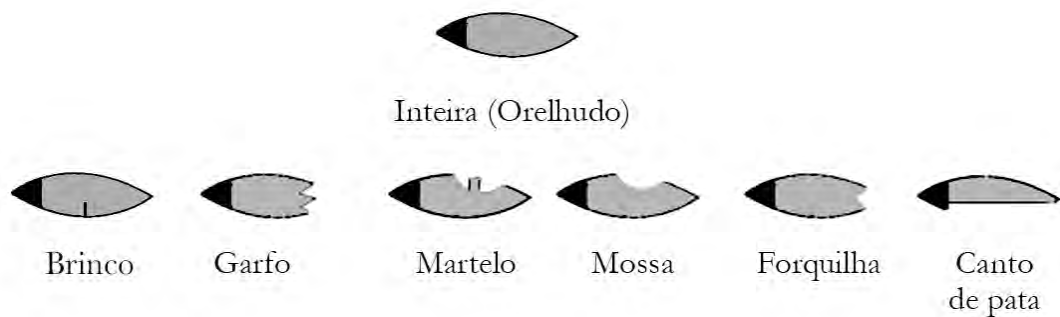


Figura 16 - Estilos e nomes de cortes nas orelhas do gado

A primeira ilustração demonstra uma orelha inteira, sem cortes, que é característica dos animais ainda não vacinados ou daqueles que os vaqueiros chamam de *orelhudos*, que incluem também búfalos asselvajados do interior da Reserva, sem proprietários definidos. Abaixo há representações dos cortes conhecidos como *Brinco*, *Garfo*, *Martelo*, *Mossa*, *Forquilha* e *Canto de pata*, que consiste na retirada de toda a porção inferior da orelha do animal. Os exemplos ilustrados seriam os mais simples, mas é comum que os proprietários criem combinações próprias a partir dessas categorias, como uma orelha com cortes *Mossa* e *Forquilha* ao mesmo tempo (Cf. Prancha 9, pág. 185). Ou mesmo duas Mossas, uma em cada lado da mesma orelha.

Além dessa combinação em uma mesma orelha, é possível que a marca de determinado proprietário seja diferente na orelha direita e na esquerda, como em uma res que tenha a orelha direita com uma *Forquilha* e a esquerda com uma marcação de tipo *Martelo*. Essa variação pode criar, então, uma vasta possibilidade de combinações de sinais. Além das marcas relacionadas à vacinação, o gado também recebe marcações a ferro candente em sua pele, normalmente com as iniciais do dono do gado ou do nome da fazenda. No caso de mudança de propriedade, as reses comumente recebem novas marcas por cima de marcas antigas, o que pode, em alguns casos, tornar a marcação quase ilegível, tanto nas orelhas quanto nos locais em que a pele é queimada com as iniciais da fazenda.

A atividade de vacinação e marcação dura algumas horas e, por vezes, assume tom jocoso entre os vaqueiros. Na primeira vacinação que acompanhei, os vaqueiros adicionaram um bônus à ação, uma prenda: para aqueles que errassem a laçada do bezerro, estava reservada uma palmada com o uso de uma sola de borracha. Quando

um vaqueiro errava a laçada, os demais imediatamente gritavam “porrada!” e contabilizavam na conta dele quantas palmadas deveriam ser aplicadas. Os vaqueiros comumente transformam algumas atividades de manejo dos búfalos em jogos, ou *brincadeiras*, resposta a uma necessidade de se divertir, como me explicaram algumas vezes. Por outro lado, esse tipo de atitude condiz com aquela da *brutidade* esperada no seu trato com os búfalos.

Na ocasião, a pena da palmatória, feita da sola de borracha de um sapato velho, foi aplicada pelo *feitor* da fazenda, que ministrava tanto as vacinas quanto as palmadas. Como é de se imaginar, a cada novo erro o grau de dor causado pela palmada seguinte se tornava exponencial, levando os vaqueiros a rirem mais uns dos outros, mas também a se preocuparem cada vez mais com seus erros. A prenda de bater na mão do vaqueiro que erra a laçada é condicionada também pelo fato daquele que aplica a palmada estar igualmente sujeito ao erro. Certa vez, vi um vaqueiro negar-se a entregar a mão para uma palmada alegando que outros não haviam nem tentado laçar: “Não vou te dar mais a mão! Tu não desmanchou nem a corda!”. “Desmanchar a corda”, no caso, era desfazer as voltas cuidadosamente feitas com o laço para amarrá-lo na sela do cavalo e deixá-lo a postos para ser arremessado na laçada.

Em contraste com toda essa ação e prendas, o *feitor* Vadico me explicou que o processo de vacinação poderia ser feito de maneira mais simples, colocando o gado na parte interna do curral e selecionando os bezerros para passarem, um de cada vez, pela *manga*, um cercado em forma de funil que dirige o gado para o curral ou para outra parte interna dele. A *manga* pode ser uma estrutura duradoura, feita de madeira, como no caso citado, ou provisória, como no caso de corredor feito de varas e tabocas, junto a rios ou igarapés, para conduzir os bois a serem embarcados¹¹¹. Porém, mesmo que exista a possibilidade de lidar com o gado em locais confinados e sem a necessidade do laço, é mais comum que os vaqueiros realizem *ações* de laçadas com camaradas vindo de fazendas próximas. Além da vacinação, uma outra ação de manejo de gado que acontece periodicamente é a castração dos bezerros, que descrevo a seguir.

¹¹¹ Na etnografia de Süsskind (2010: 39), os termos usados pelos vaqueiros do Pantanal são um pouco diferentes: “O *Mangueiro* é o lugar em que se trabalha com o gado, o curral, e é dividido em *partes*. O *embute* ou *seringa* é o funil que conduz até um corredor estreito de madeira chamado de *brete*, por onde passa o gado, uma rês por vez” (itálicos no original).

A Castração

A castração é um processo realizado em quase todos os bezerros machos, de modo que a fazenda mantém poucos machos “inteiros” para se desenvolverem como *garrotes* e se tornarem reprodutores. A depender do tamanho da área da propriedade, pode mesmo haver somente um *garrote* em todo o plantel. Se criados muito próximos, Búfalos machos *inteiros* tendem a entrar em conflito com outros machos, o que pode levar à morte de algum dos animais. Essa é uma das razões pelas quais os bezerros são castrados e transformados em *boi*, situação em que não disputam pela reprodução com as fêmeas da fazenda¹¹².

Segundo Norton da Costa *et al* (1999), o desmame de bezerros bubalinos representa um dos graves problemas no manejo dessa espécie em sistemas extensivos de criação, pois, devido à inexistência de cercas divisórias, comumente todas as categorias de animais permanecem juntas na mesma área, podendo criar conflitos entre machos de idades diferentes. Em certa ocasião, em visita a uma fazenda vizinha à comunidade Vai-quem-quer, presenciei um enorme *garrote* atacando um jovem macho em um campo aberto. Da sede da fazenda, do outro lado de um igarapé, os vaqueiros que eu acompanhava assistiam a cena relativamente tranquilos e comentavam se o *mamote* em fuga conseguiria sobreviver ao ataque do macho que o perseguia. Comentavam também sobre as “armas” do *garrote* – seus grandes chifres. Como me explicaram, é comum que machos mais velhos ataquem e matem os machos mais jovens ainda não castrados, o que os vaqueiros interpretam como uma clara competição pelo monopólio da reprodução.

Para minha surpresa, os vaqueiros não tomaram qualquer iniciativa para impedir a potencial perda de uma rês, talvez pela velocidade com que a peleja acontecia e pela distância a que estavam dos dois machos. Acredito que essa não interferência tem relação com a compreensão mais ampla de que, no contexto da várzea amazônica,

¹¹² É interessante observar que, em contextos de pecuária intensiva com métodos modernos de inseminação, a presença de machos reprodutores parece ser menor do que em contextos de criação extensiva. Deturche (2012: 149) narra que, nas fazendas de criação bovina em uma região rural da França, “raros são os criadores que ainda possuem um touro – eles são vistos como um perigo, um motivo de medo quando associados à exploração (...) todos os criadores contam histórias de acidentes devido ao caráter imprevisível e agressivo dos touros, e essa é uma das razões que justifica seu desaparecimento”.

cada indivíduo deve ser capaz de garantir sua sobrevivência, de “se virar”, ponto que elaborei melhor adiante. Ao final da perseguição, o jovem *mamote* conseguiu ser mais rápido que o *garrote* e fugiu, correndo em direção aos campos mais abertos, onde as chances de ser alcançado seriam menores.

A analogia que fazem com “armas” não é oriunda somente do perigo que os chifres dos búfalos representam aos humanos que domam e manejam o gado. Em disputas com outros búfalos, o embate também se faz com ataques de chifres e cabeçadas. Se presenciarem casos como esses, os vaqueiros podem tentar separar a briga. Mas isso depende do porte dos animais em disputa, pois pode ser muito perigoso se aproximar. Nesse caso, pode vir a acontecer que, em um conflito entre duas reses, os chifres fiquem presos um no outro, “enganchados”, como dizem os vaqueiros. Se as reses não conseguirem se soltar, elas não poderão se alimentar ou se deslocar, tendendo a definharem e a morrerem “enganchadas”. Nessas situações, os vaqueiros têm que esperar até os animais estarem mais fracos e oferecerem menos resistência, para serrar os chifres dos búfalos e fazê-los se libertar um do outro.

Essa situação não ocorre somente nos embates com outras reses, não sendo raras as vezes em que um búfalo fica preso pelo chifre em um arame ou cerca. Isso ocorre principalmente porque os bovídeos costumam utilizar-se das cercas para coçar os chifres e partes da cabeça, às vezes se atracando aos fios. A possibilidade de ficarem presos às cercas não significa, no entanto, que o material usado seja suficientemente forte para parar um búfalo. Em uma das ocasiões de vacinação que acompanhei, as jovens reses se agrupavam no canto de uma área cercada, respeitando os limites dos fios da cerca. Mas quando acuadas, uma delas “varou” a cerca, forçando passagem entre os arames. Ela foi seguida por várias outras reses, que passaram pelo limite imposto por arame com notória facilidade.

Além de diminuir a agressividade entre os machos, há na castração outra razão econômica: os vaqueiros me explicam que machos castrados têm um ganho de peso mais acelerado que os *garrotes*, principalmente em gordura. Mesmo para uma pessoa não treinada na vaqueirice, a diferença de constituição entre os corpos de um *garrote* e um *boi* são fáceis de serem notadas. De porte menor e mais roliço, o *boi* é mais gordo do que o *garrote*, que normalmente é maior e tem aspecto mais musculoso, principalmente em seu lombo.

Por estes motivos, a maioria dos machos das fazendas deve passar pelo processo da castração. Como no caso da vacinação, a castração também poderia ser

feita em um local em que o bezerro estivesse confinado, demandando menos esforço por parte do vaqueiro e menos perigo de danos colaterais ao bezerro. Pode ser um ato individual e acontecer de forma ocasional com outro animal que os vaqueiros julguem necessário castrar. Contudo, a regra geral é que haja apenas um episódio de castração, por meio do qual a maioria dos bezerros é castrada de uma só vez, uma atividade em que os vaqueiros chamam seus *compadres* vizinhos para realizarem uma *ação*. Referida somente como “castrar”, como na frase “na Jerusalém irão castrar amanhã”, é uma atividade que acontece, pelo menos, uma vez ao ano.

No dia de “castrar” que acompanhei, os vaqueiros da fazenda Campo Novo, da comunidade Bom Amigo e da fazenda São Marcos foram ajudar os vaqueiros da fazenda Jerusalém a castrarem os bezerros machos do plantel. O *feitor* da fazenda à época era Cuca, tipo simpático e falastrão que eu havia conhecido em minha descida na lancha de Cutias. Ele já havia convidado os vaqueiros daquelas fazendas há alguns dias pelo rádio. Nessa *ajuda*, que mantém vínculos entre os *compadres*, é esperado daquele que *convida* que forneça a *bóia* aos convidados. No dia, às 9h30, os vaqueiros se reuniram para comerem uma *merenda*, churrasco com a carne de uma rês abatida na fazenda Jerusalém especialmente para a ocasião.

A dinâmica da castração é semelhante à de outras ações com gado, em que as reses são previamente reunidas pelos vaqueiros e mantidas agrupadas em um dos cantos de uma das áreas cercadas da fazenda. Formam-se grupos de dois ou três vaqueiros montados a cavalo que se aproximam do gado a ser manejado, batendo suas cordas nas reses e selecionando um bezerro para destacá-lo dos demais. Quando sai do grupo, o bezerro escolhido põe-se a correr pelo campo e começa então a perseguição dos vaqueiros. Por vezes, o bezerro consegue alguma vantagem ao realizar uma curva brusca ou frear de repente, mas o resultado é que o bezerro não tem chance contra a perseguição coordenada dos vaqueiros e seus cavalos, que perseguem os bezerros em campo aberto até cansá-los e laçá-los.

Exaustos por correrem debaixo de sol quente, normalmente os bezerros ficam com a respiração ofegante, com a língua para fora. Primeiro, os vaqueiros laçam o bezerro pelo pescoço ou pelos chifres, enquanto o companheiro laça as suas pernas. Nesse momento, os cavalos “güentam”, isto é, param de correr e começam a puxar a corda para trás. Um dos dois conjuntos de vaqueiro e cavalo então corre realizando a “rapada”, o tensionamento da corda de supetão e a puxada das pernas da rês, derrubando-a.

Algumas vezes, esse processo pode “quebrar” o búfalo, principalmente os mais jovens. As lesões mais comuns são fraturas nas pernas do animal. Presenciei um dos bezerros sair desse processo com a perna dianteira quebrada, tendo dificuldade de se reunir ao grupo depois. Os vaqueiros me disseram, sem muita preocupação, que aquela fratura poderia vir a sarar e ele se desenvolver normalmente, ou poderia mesmo se complicar e impedi-lo de pastar e se alimentar adequadamente, o que, fatalmente, o levaria à inanição. De qualquer modo, os vaqueiros são enfáticos em dizer que os búfalos aguentam mais esse tipo de *laçada* do que os bovinos, que “quebram” mais facilmente. Outra situação relativamente comum é ver bezerros ficarem caídos por muito tempo depois de castrados, esgotados fisicamente e com os corpos superaquecidos por todo o processo debaixo do sol quente.

Além da “rapada” realizada pelo conjunto vaqueiro e cavalo, o bezerro pode também ser derrubado pela técnica em que um vaqueiro desmontado segura seu rabo e o puxa jogando seu próprio corpo ao chão (Cf. Prancha 11, pág. 187). Algumas vezes, os vaqueiros derrubam um bezerro mesmo que ele já tenha sido vacinado ou castrado, o que consideram “divertido”, e o que também leva ao refinamento da prática. Quando o bezerro é derrubado, os vaqueiros desmontam do cavalo e agem sobre o corpo da rês, um segurando sua cabeça puxada para trás e outro puxando seu rabo entre as pernas, imobilizando o animal por completo.

Como em outras ocasiões, durante todo o processo o animal é constantemente ofendido e recebe castigos como chutes se não permanece imóvel. Enquanto o processo de separar o bezerro do grupo, persegui-lo e derrubá-lo cabe às duplas de vaqueiros, o ato da castração em si cabe ao *feitor*, que carrega consigo um terçado ou faca menor para o corte dos testículos, e um pequeno serrote que é usado para cortar a ponta do chifre – que sangra bastante. Esse é o sinal que declara, publicamente, seu novo status de *boi* (Cf. Prancha 15).

Na ocasião desta “castração”, reuniram-se 11 vaqueiros e um menino, filho de um dos vaqueiros, que estava em treino nas atividades da vaqueirice. O *feitor* Cuca me conta que pediu a um dos vaqueiros que moram próximos à sede da fazenda para não levar a sua esposa para a *laçada*, pois “curral não é lugar de mulher”. O pequeno aprendiz de vaqueiro não laçou os bezerros como fizeram os adultos, mas estava montado a cavalo e ajudou na manutenção do grupo de bezerros que se localizava em um dos cantos da área ampla cercada. Eram ao todo cerca de 50 bezerros a serem

castrados, alguns recebendo também alguma vacina que ainda não tivesse sido aplicada anteriormente.

O último búfalo a ser castrado no dia era um *mamote*, mais velho e, consideravelmente, maior e mais forte que os demais bezerros. Por essa razão, todo o processo de perseguição a cavalo e de laçada durou mais tempo e foi notoriamente mais difícil do que nos casos anteriores. Por si só, o *mamote* era capaz de arrastar o cavalo a que estava conectado pelo laço e que tentava “güentar” a puxada do búfalo. De fato, no caso deste *mamote*, não bastou a ação de apenas uma dupla de vaqueiros, que precisaram da ajuda de outros *compadres* para, finalmente, jogá-lo ao chão e imobilizá-lo. Os vaqueiros davam um pequeno nó em um cordão de couro atado na lateral de sua sela para cada búfalo derrubado, que contabilizavam ao final – em consonância com sua explicação de *diversão*. Neste dia, o vencedor foi um vaqueiro da comunidade Bom Amigo, com dez nós em seu cordão.

Todo o processo é acompanhado de perto pelos cães das diferentes fazendas de onde vieram os vaqueiros. Em geral, as pessoas saem de suas fazendas acompanhados por cachorros, que vão atrás dos cavalos mesmo que o vaqueiro não os chame. Nas ações com gado em campo aberto, os cachorros tendem a ajudar a manter o grupo de reses contido no canto da cerca. Se um búfalo sai deste gripo, ele é logo perseguido pelos cachorros. Nessa situação, o búfalo normalmente “encara” o cachorro, virando-se para ele e abaixando a cabeça de modo a expor seus chifres. Comumente, um dos vaqueiros montados a cavalo faz com que a rês retorne ao agrupamento, mas algumas vezes os próprios cachorros conseguem o feito.

Do mesmo modo, os cachorros acompanham a perseguição iniciada pelo vaqueiro a cavalo. Esse “trabalho” dos cães tem uma recompensa iminente. Quando os animais são derrubados e os testículos dos bezerros são removidos com a faca e jogados ao chão, os cães se apressam em comê-los. Em nenhuma ocasião, vi um vaqueiro estimular ou treinar um cão para o trabalho com o gado, mas os cães se ocupam desta tarefa mesmo assim. Mesmo que pareça ser de auxílio, a ação dos cachorros é vista pelos vaqueiros como de caráter duplo, ora de ajuda, ora de incômodo, com interjeições como “sai pra lá Diabo!”, ponto a que volto em uma seção adiante.









Prancha 12 - Embarque pela manga às margens do rio Araguari

Prancha 13 - Nonô amarra uma rês para embarque

Prancha 14 - Vacinação na manga em curral

Prancha 15 - A castração de um bezerro

Em uma economia de pecuária como a do baixo Araguari, o destino final de todos os búfalos é, idealmente, o abate. Se a atividade cotidiana do vaqueiro é a manutenção do rebanho, há momentos em que ele deve encaminhar os animais para as embarcações de marreteiros, os intermediários no comércio de gado, para que sejam levados ao abatedouro. O embarque é feito por estruturas chamadas mangas, que, apesar de condicionarem a movimentação do gado, não dispensam o contato direto com o vaqueiro, que se utiliza do laço para conduzir a rês ao embarque.

A ação de *laçada* havia começado por volta de 10hs da manhã, após a *merenda* servida aos vaqueiros. A castração dos cerca de 50 bezerros terminou por volta de 15hs. Todo o trabalho foi feito de forma contínua, com apenas algumas pausas para hidratação. Em uma conversa ao final do processo, o vaqueiro Gago comentou já ter trabalhado por 5 anos em uma fazenda de bovinos no Marajó. Espontaneamente, ele diz que nunca teriam terminado o trabalho de castrar todos aqueles bezerros em um só dia se eles fossem bovinos. Quando pergunto porque, ele diz que bovinos são mais *melindrosos, combativos* – que correm e “lutam” mais contra o laço do vaqueiro.

De igual maneira, quando é derrubado, o bovino “não quer mais levantar”. Ele explica também que os bovinos se machucam mais e “quebram” mais, o que demanda mais cuidado na ação do vaqueiro. Por essas razões, Gago prefere trabalhar com os búfalos, “um bicho mais bruto”. Nessa noção, o búfalo parece ser um animal que corresponde melhor à *brutidade* das relações de pastoreio estabelecidas no contexto do Araguari, em que os métodos de lida na pecuária extensiva envolvem, com frequência, o uso da força, do laço e outros artefatos.

Há, no entanto, maneiras bem mais simples e fáceis de vacinar o gado, como a técnica de passá-los por uma *manga*. Na própria fazenda Jerusalém, onde aconteceu essa castração, há uma máquina que se assemelha a uma *manga*. Conhecida como “Tronco de Contenção”, ela é capaz de conter a rês mecanicamente, prensando-a

pelos lados. Assim, mesmo que a fazenda tenha um aparato moderno para trabalhar com o gado, os vaqueiros raramente abrem mão da ação em áreas amplas que envolvem separar o búfalo, persegui-lo a cavalo e laçá-lo. Essa *ação* comumente é referida apenas como “laçar fora”. Quando questionados porque escolhem esses processos, claramente mais trabalhosos e perigosos, os vaqueiros tendem a dar respostas curtas, que passam pela ideia de *diversão* – de que seria mais divertido manejar o gado assim e que eles também precisariam se divertir de tempos em tempos.

Se os vaqueiros dizem que as *laçadas* dos búfalos em campos abertos são uma fonte de diversão (o que parece ser o caso), acredito que há também outra dimensão importante nessas práticas. Ao optarem por lidar com o gado fora das restrições de um curral ou manga, há aí o importante efeito de desenvolvimento e manutenção das habilidades (*skills*, como teorizado por Ingold, 2000) necessárias à vaqueirice – o uso do laço, o desenvolvimento de técnicas de amarras e de derrubada dos animais.

Não menos importante, lidar com o gado em áreas abertas contribui também para o desenvolvimento da capacidade de melhor compreender o comportamento dos búfalos. Portanto, mesmo que uma parte considerável do trato com os animais possa ser feita em ambientes confinados, o dia-a-dia do vaqueiro envolve muito trabalho em campos abertos, quando essas habilidades devem ser acionadas e necessitam estar bem consolidadas. Essa é uma via pela qual é possível compreender, então, as ações coletivas de trato com o gado nas fazendas – enquanto exercitação e demonstração pública das habilidades envolvidas na lida com o gado no campo.

Süssekind (2010: 49) observou algo semelhante nos rodeios que presenciou na região do Pantanal, que ele considerou como uma *dimensão esportiva ritualizada* do trabalho dos vaqueiros¹¹³. Em ambos os contextos de vaqueirice, há o exercício e demonstração de habilidades que são imprescindíveis em outros momentos, quando da lida solitária com o gado no campo. Assim, aquilo que os vaqueiros chamam de *ação* com o gado, ou simplesmente uma *laçada*, envolve desde a criação e a manutenção de redes de socialidade entre *compadres* de fazendas próximas, até o

¹¹³ Essa noção de diversão também aparece quando os vaqueiros comparam a atividade da vaqueirice com outros ofícios. Em uma conversa com Dario, vaqueiro da fazenda Campo Novo, ele me explica que já trabalhou com a pesca em alto mar, mas que considera o trabalho com gado mais “divertido”. Pelo conhecimento que tive das práticas de pesca costeira pela pesquisa de Sautchuk (2007), conversei com ele sobre os perigos de ambos os ofícios, ao que Dario se mostrou taxativo: trabalhar com búfalos é ainda mais perigoso do que a pesca marítima em pequenos barcos.

exercício de habilidades essenciais à vaqueirice. E esses processos têm uma finalidade pragmática de marcar o gado e protegê-lo contra doenças, objetivando garantir a prosperidade do plantel de uma fazenda, missão inerente ao trabalho do vaqueiro. Contudo, estes processos não ocorrem sempre de forma pacífica entre homens e gado.

Ferro e Castigo

Se a demonstração e exercício das habilidades da vaqueirice acontecem com frequência nas *laçadas*, há outro aspecto que não é negligenciável no trato com o gado. Trata-se dos “castigos” aplicados às reses que apresentam comportamento diferente daquele esperado ou desejado pelo vaqueiro em determinado momento. De tempos em tempos, todos os vaqueiros realizam algum tipo de “castigo” em determinado animal, mesmo aquele que parece ser dos mais *mansos* e obedientes¹¹⁴. O uso da força e do castigo em animais de criação parece ser bem difundido, apesar de alguns padrões reclamarem a dificuldade de comercializar o couro dos animais pelas marcações e cortes feitos nos animais.

Um caso emblemático que ouvi sobre isso me foi contado por Jaime, um dos moradores da comunidade Bom Amigo. Neste caso, Jaime relata que há muito tempo atrás foi contratado um vaqueiro para ajudar no trato com o gado da comunidade. Esse vaqueiro era “bom de trabalho”, mas muito violento e muito temido pelos animais que ele cuidava. Se uma *vaca* lhe desse uma “rabada” enquanto a ordenhava, algo relativamente comum, ele cortava o rabo dela no mesmo momento com seu terçado. Se um *garrote* o desrespeitasse, ele aguardava o animal entrar em uma “vala” (poço de lama) e “descia a porrada na cabeça do bicho com um pau duro”. Nesse caso, diz, “o bicho até baixava a cabeça na água para não apanhar mais”.

Como resultado, seu gado era muito manso. Bastava ele chamar pelo “apelido” que a *vaca* vinha e qualquer um podia ordenhá-la despreocupado, pois, só de ouvir a voz desse vaqueiro, as pernas do animal “tremiam”. Além disso, ele era capaz de domar um *boi* para montá-lo como ninguém. No curral, ganhava o bicho na “oração”, na conversa e na fala. Ia falando com o bicho até ele ficar “abestado” e deixar ser

¹¹⁴ Ingold (1980: 96) lembra que “o que falta em simpatia mútua é compensado por meio da aplicação unilateral da força física na forma do laço, chicote, amarras ou travas. Mesmo o mais dócil dos animais deve ser disciplinado de vez em quando”.

montado. Pergunto se esse comportamento agressivo com os animais não desperta um sentimento de dó nos vaqueiros, ao que Jaime me explica que qualquer pessoa tem um pouco de dó, mas que esse vaqueiro era “ruim” de nascença.

Mesmo que o tipo de “castigo” que esse vaqueiro aplicava fosse reconhecido como uma agressão em nível excessivo, há também a compreensão de que a habilidade dele de domar os búfalos advinha de sua “ruindade” e capacidade de ser cruel com o gado. De qualquer modo, esse relato também demonstra que níveis excessivos de aplicação de castigos e força são percebidos como resultantes de um comportamento desviante, mal visto aos olhos da moral local, que julga a pessoa como de má índole, mesmo que seus castigos se restrinjam aos animais.

Assim, ainda que a anedota deste vaqueiro “ruim” com o gado visasse ilustrar uma situação extrema, no cotidiano o trato com o gado envolve castigos em diferentes graus. Em certa ocasião, haviam vaqueiros de diferentes fazendas na fazenda Campo Novo com o objetivo de separar algumas reses de suas fazendas que eventualmente tivessem se misturado ao gado dali. Essa é uma atividade tipicamente realizada no *verão*, quando os campos estão todos secos e possibilitam ir “dobrar” o gado. Os vaqueiros comentavam que havia naquele gado uma vaca muito *brava* e muito temida. Era relativamente fácil identificá-la de longe, pois ela tinha ambos os chifres cortados muito curtos, sinal de um “castigo” aplicado em represália à sua agressividade.

Nesta ação, os vaqueiros usavam o grande curral articulado da Campo Novo para passar o gado de uma parte à outra (Cf. Figura 15, pág. 178). Vez ou outra, uma rês fugia para campo aberto. Nessas ocasiões, os vaqueiros que estavam fora do curral montavam seus cavalos e perseguiam o animal. Se uma rês consegue fugir totalmente da perseguição dos vaqueiros, eles dizem que ela “ganhou o mato”.



Prancha 16 - Ferro, castigo, corte

Atividade cotidiana marcante da bubalinocultura é o trato dos animais por meio da imobilização por força física, a partir das técnicas de amarras, derrubadas, perfurações, lacerações e castigos, consideradas pelos vaqueiros momentos importantes da doma do gado. Gradativamente, retira-se o estado de animal não-domesticado, enquanto é quebrada também a vontade dos búfalos de resistir à ação humana.

Nesse dia, um grande *mamote* deu bastante trabalho para ser laçado e imobilizado. Debatendo-se muito, esse búfalo foi quase sufocado pelo laço que constringia seu pescoço. A argola do laço tem o objetivo de deixar a corda afrouxar quando a força que a puxa é relaxada, mas, com a contínua luta do *mamote*, a corda permanecia lhe apertando. Mesmo laçado e exausto, o animal lutou muito e, novamente, conseguiu fugir para campo aberto. Em um ato que visava puni-lo em represália ao comportamento indesejado, quando os vaqueiros o laçaram de novo, jogaram-no ao chão e lhe aplicaram uma “peia” – amarraram todas as suas patas juntas a um seixo e o deixaram deitado, ofegante e espantado.

No dia seguinte, os vaqueiros conversavam sobre o *mamote* em que aplicaram o “castigo”. A certa altura, comentaram que achavam que o animal ia morrer estrangulado. Disseram isso sem demonstrar muita preocupação, pois acidentes fatais com gado são relativamente comuns na vaqueirice. Enfatizaram também que, se fosse um bovino a receber aquele tratamento, ele teria morrido: “Búfalo é mais resistente”, concluiu Vadico, o *feitor* da fazenda.

Em uma interessante abordagem histórica sobre a relação entre humanos e animais não-humanos, em especial os de criação, Richard Buillet (2005) propõe uma divisão simples, mas bastante funcional, entre dois grandes modos de se relacionar com animais domésticos; aquele que chama de *Domesticidade* (*domesticity*) e seu desdobramento moderno, a *Pós-Domesticidade* (*postdomesticity*). Nesse binômio, a *domesticidade* refere-se “às características sociais, econômicas e intelectuais das comunidades em que a maioria dos membros considera o contato diário com os animais domésticos (que não os *pets*) uma condição normal da vida” (Buillet 2005: 3). Esse seria o caso de boa parte das comunidades pré industriais e das comunidades rurais atuais, como a de ribeirinhos que trabalham com a bubalinocultura, abordada nesta tese.

Já a mentalidade que Bulliet chama de pós-doméstica envolve duas características. A primeira delas é um afastamento, tanto físico quanto psicológico, dos animais de criação que provém carne e insumos para roupas e outros produtos. Isso implica que pessoas nessa condição não testemunham o nascimento, a cópula e o abate de bovídeos, suínos e aves, por exemplo. Contudo, nessas mesmas sociedades que Bulliet considera como pós-domésticas, existem relações muito íntimas com animais de estimação, os chamados *pets*: cães, gatos e outros bichos que chegam a viver nos mesmos ambientes que os humanos e, por vezes, são tratados como tal.

Desse contraste entre os modos de tratar animais de criação e *pets* surge a segunda característica apontada por Bulliet: ao consumir cada vez mais produtos de origem animal, os membros das sociedades pós-domésticas experimentam sentimentos de culpa, vergonha e nojo quando são confrontados com os processos industriais pelos quais os animais domésticos são transformados em produtos. De forma prática, uma diferença cotidiana é que, em sociedades domésticas, é comum testemunhar o derramamento de sangue e o abate dos animais desde a infância, enquanto nas sociedades pós-domésticas esse processo é metodicamente ocultado¹¹⁵.

Assim, essa divisão ontológica resulta em um extremo que contém, de um lado, os animais morfologicamente domesticados e modificados de modo a atender às demandas de humanos por carne e outros produtos, que Bulliet chama somente de “domesticados”, e de outro, animais de estimação, que incluem os *pets* e todos os demais animais selvagens que habitam a imaginação das sociedades pós-domésticas como algo distante. Nessa polarização, “animais de estimação e animais selvagens evocam sentimentos positivos profundos, enquanto os animais domésticos que alimentam o mercado consumidor são uma realidade moralmente preocupante” (Bulliet 2005: 3). Em síntese,

Sociedades domésticas matam animais domésticos e selvagens sem culpa e de acordo com o que entendem como suas necessidades. Estas necessidades podem incluir a caça esportiva e o entretenimento, bem como o consumo de carne e couro. Já sociedades pós-domésticas têm angústias relacionadas a ambos os tipos de matar, mas não conseguem escapar da demanda por produtos de origem animal que não pode ser satisfeitas de outra maneira (Bulliet 2005: 14-5).

¹¹⁵ “This is part and parcel of the postdomestic contradiction: domestic animals must reproduce and be slaughtered to provide the products the society consumes, but these facts of life must not be witnessed” (Bulliet 2005: 12).

O tema dessa distinção de tratamento dado a diferentes categorias de animais não-humanos tem ganhado cada vez mais espaço na análise antropológica. Jean Segata busca demonstrar em sua tese (2012: 181) que “o binômio natureza/cultura organiza modos de pensar e conduzir ações” no caso das relações entre os humanos e seus animais de estimação. O tema é também apontado por Descola (1998: 23), que afirma haver uma escala de valor e simpatia implícita ao tratamento dispensado a determinadas categorias de animais: “a violência exercida contra os animais suscita uma reprovação crescente nas opiniões públicas ocidentais, uma reprovação que, frequentemente, se torna ainda mais vivaz à medida que diminui a familiaridade com as vítimas”.

Nesse sentido, uma definição que o autor dá ao antropocentrismo é “a capacidade de se identificar com não-humanos em função de seu suposto grau de proximidade com a espécie humana” (Descola, 1998: 24). Nessa categorização, estariam enquadrados bovídeos como os búfalos, que ocupam também uma categoria não contraditória de animal totalmente aproveitável como produto, pela carne e pelo couro, um ser comestível, uma *commodity*. Ou, como sugere Caetano Sordi, ruminantes que seriam como “máquinas transformadoras de pasto em carne” (Sordi 2013: 118-9). Se esse aspecto do destino de bovídeos tende a ser mascarado por meio do estabelecimento de matadouros longe das vistas (e do olfato) da população urbana, no meio rural amazônico “ninguém pode ignorar de que maneira um ser vivo se torna comida” (Descola, 1998: 29).

A partir desse entendimento sobre o trabalho do vaqueiro, é importante abordar também outro agente que trabalha com frequência na manutenção de uma fazenda e que merece uma análise à parte: o *boi cavalo*. Neste caso, há uma configuração distinta daquela do gado de corte ou de leite.

O BOI CAVALO E O TRABALHO DO GADO

Búfalo selecionado e treinado para o trabalho cotidiano com o vaqueiro, principalmente como animal de carga, os vaqueiros explicam que toda fazenda deveria ter um *boi cavalo* para as tarefas cotidianas. Apesar do nome remeter a

animais do sexo masculino, um *boi cavalo* não tem que ser, necessariamente, um macho. Quando questionei se existe alguma diferença entre treinar machos ou fêmeas, um vaqueiro me disse que machos podem ser mais bravos e mais difíceis de serem treinados. Dependendo do contexto da fala, é comum ouvir vaqueiros se referirem a estes búfalos treinados, os *bois cavalos*, apenas como *boi*, que é também a categoria de um macho castrado, o que não parece gerar mal entendidos entre os vaqueiros¹¹⁶.

Durante a pesquisa, acompanhei a seleção de algumas reses para serem treinadas para se tornarem *boi cavalo*. No caso, uma das reses era fêmea, uma *vaca* que já havia parido e era considerada mansa, uma boa característica inicial para o treinamento. Ao questionar os vaqueiros sobre porque escolheram aquela *vaca* e não outra, eles me mostraram os chifres dela, curtos e bastante curvos, em forma de caracol. Os chifres são os principais indícios para se diferenciar búfalos de raças distintas. Como o vaqueiro de uma fazenda que produz reses a partir de melhoramento genético e inseminação artificial em outra localidade me explicou, o Murra tem o chifre anelado e curto, enquanto o do Mediterrâneo é aberto e pontudo: “quanto mais fechado e menor o chifre, mais puro sangue é o Murra”.

Nas fazendas do baixo Araguari são raros os animais considerados puramente de uma raça ou outra, e o mais comum é avaliar características que os aproximam de uma variação Murra ou Mediterrânea. Dentre estas duas, os chifres mais apreciados são os da raça Murra. Assim, ao questionar os vaqueiros que estavam no começo do amansamento de reses para se tornarem *bois cavalos*, eles me deram razões estéticas para a escolha dos animais, principalmente pelo formato dos chifres. As técnicas de condução de um *boi cavalo* treinado utilizam-se de amarras e cordas que passam por seu focinho, sua cara e seus chifres. Por essa razão, os vaqueiros não costumam serrar os chifres desses animais, mantendo-os com o que alguns consideram e chamam de suas “armas”.

Assim, em um primeiro momento, pareceria-me mais evidente como critério de escolha dos animais a serem treinados aqueles que tivessem chifres menos pontudos e perigosos, tais como os chifres anelados dos Murra. De fato, a maioria dos *bois cavalos* que vi tinham chifres curtos e anelados, o que é notoriamente menos perigoso em caso de um ataque ou movimento brusco. Salvo um *boi cavalo* chamado Peixinho, quase todos que vi tinham chifres em formas aneladas. Essa noção de que chifres

¹¹⁶ Não que esse seja o caso do etnógrafo, que, na maioria das vezes, tem que perguntar várias vezes de qual animal estão falando, do *boi cavalo* ou de outra rês.

anelados seriam menos perigosos não foi expressa pelos vaqueiros que acompanhei, mas se os chifres são “as armas” dos búfalos, pareceu-me melhor adestrar um que não tenha armas mais afiadas.

Em meio à manada, o *boi cavalo* é fácil de identificar devido ao seu porte avantajado, já que ele é castrado, quando macho, e separado para engordar e desenvolver todo o seu peso potencial. Monteiro (2009) descreve que, em búfalos adultos, o macho tem uma estrutura corporal “retangular”, enquanto a fêmea apresenta uma estrutura mais “triangular”. A variedade de trabalhos para os quais os vaqueiros treinam o *boi cavalo* é grande, muitos deles ligados à tração, como puxar carroças com água doce em épocas da seca, por exemplo, ou outras cargas demasiadamente pesadas para cavalos.

Nas épocas de inverno, os campos de várzea ficam alagados e em alguns pontos se tornam vastos bolsões de lama e terra molhada, potencialmente intransponíveis por cavalos. Como me explica um vaqueiro, comparando o trabalho do *boi cavalo* com o do cavalo, “búfalo é mais fraco de resistência. Isso no *duro*, né?”. O *duro* é o terreno seco, que em épocas alagadas fica lameado e instável. Nessa situação, o *boi cavalo* é muitas vezes o único capaz de transpor certas distâncias. Como um vaqueiro me explicou uma vez, é muito difícil ir atrás do gado nos terrenos lamacentos, pois eles são mais fortes e rápidos do que os cavalos. Nesse caso, é comum que os vaqueiros montem um *boi cavalo* e utilizem sua força física para passar por trechos de terra molhada e pastosa.

O uso de búfalos como montaria é bastante comum nos territórios de várzea. É bem conhecido, por exemplo, que policiais militares montam búfalos para sua ronda cotidiana na ilha do Marajó, próxima à região do Araguari. Os próprios funcionários do ICMBio me contaram que tiveram que recorrer ao uso de *bois cavalos* cedidos por vaqueiros de fazendas no lado Oeste da Reserva. No caso, eles estavam tentando adentrar a Reserva para combater focos de incêndio no interior da reserva e, devido à alagada, os cavalos eram incapazes de entrar muito no território.

Além de sua função de animal de carga e de montaria, um relato de uso do *boi cavalo* que ouvi e que me chamou atenção é um misto entre o que pode ser considerado como função de tração e, por outro lado, de afinidade da espécie. A técnica aqui utilizada consiste em detectar uma rês a ser capturada, muitas vezes um búfalo *orelhudo*, laçá-la, amarrando-a a um tronco resistente e deixando-a ali por um dia ou mais. Se a estação é o Inverno e o terreno está alagado, as chances são grandes

de que os búfalos estejam dentro d'água. Sendo assim, os vaqueiros partem em barcos *rabetas* ou canoas para chegar até as reses. Inicialmente, o animal se debate e resiste fortemente à força de suas amarras, embora, após esse período amarrado, ele esteja com sua força física e espírito de luta desgastados. Os vaqueiros, então, trazem um *boi cavalo* e amarram o animal capturado a ele, conduzindo-o ao ponto desejado por meio da força superior do *boi cavalo* e da característica de que búfalos tendem a se agrupar e a seguir animais de sua espécie.

Mas não é somente com gado *orelhudo* que o *boi cavalo* pode ser usado para estimular o gado a acompanhá-lo. Certa vez, um vaqueiro da fazenda Petrolina, Robertinho, trouxe consigo um *boi cavalo* chamado Quebra-osso, para ajudar a levar o gado da Petrolina que estava na área da fazenda Campo Novo. “O cara só leva [o *boi cavalo*] quando o gado é meio péssimo”, me diz. Ele explica que o gado que iria buscar não está acostumado à Petrolina. Por isso, para não fugirem, ele leva o *boi cavalo* que, ao retornar para a fazenda, ajuda a guiar as reses que o vaqueiro deve conduzir.

Ingold descreve um princípio semelhante de uso de renas como chamariz para a caça. Segundo o autor, uma técnica comum consiste em levar uma rena mansa, especialmente treinada, a uma manada selvagem. O caçador permite que o chamariz se junte aos animais selvagens, e guia os movimentos da rena à distância por meio de uma corda, buscando fazer com que as renas selvagens a sigam para o alcance de seu tiro (Ingold, 1980: 65). Enquanto o autor descreve a técnica que utiliza uma corda sob controle humano, os vaqueiros falam de um método em que guiam o próprio animal, o *boi cavalo*, como o chamariz. No caso dos búfalos, como me foi relatado, essa técnica pode ser usada para trazer à fazenda um animal desgarrado da manada ou, mais comumente, um búfalo *orelhudo*, aquele que se criou fora do rebanho e, por isso, não recebeu as marcações e dilacerações na orelha e no couro.

Não foi possível presenciar essa técnica, apenas ouvi este relato de vaqueiros. Mas acredito que, nos dias atuais, a busca por *orelhudos* seja bem menos comum do que alguns donos de fazenda afirmam. O fato é que adentrar campos alagados em busca de búfalos asselvajados é extremamente perigoso e deve ser feito em grupos de vaqueiros experientes e bem preparados para passar dias no interior da mata cerrada. Como me relatou Seu Antônio, dono de uma fazenda, um acordo possível entre o dono da área a ser explorada e esse grupo de vaqueiros seria a divisão equitativa do número de reses capturadas entre ambas as partes. Contudo, quando um fazendeiro

relata essas empreitadas em suas terras, normalmente, o faz com marcada desconfiança de ter parte de seu plantel roubado, justamente, por aqueles que deveriam cuidá-lo.

Assim, o *boi cavalo* é o búfalo treinado especificamente para o trabalho cotidiano nas fazendas, seja de puxar carga pesada, seja de servir como montaria para o vaqueiro em terrenos intransponíveis para os cavalos. Um dos pecuaristas me disse que um *boi cavalo* pode chegar a trabalhar por até dez anos em uma fazenda, quando é finalmente enviado para o abate. Ao perguntar se abatê-lo mais velho e depois de anos de trabalho não influencia na qualidade da carne, o pecuarista me diz que sim, que ela fica mais dura e escura, mas que o *marchante* paga os mesmos R\$ 2,50 (à época) por quilo de um animal novo ou velho.

Por sua vez, os demais animais do rebanho podem ser colocados para “trabalharem” nas fazendas, principalmente na derrubada do “mato” indesejado. Neste tipo de *ação*, os vaqueiros separam um grupo com algumas dezenas de reses e, montados em seus cavalos, “rodeiam” o gado várias vezes em determinada área para que o pisoteio do rebanho destrua a vegetação não desejada. Coordenados pela ação dos gritos dos vaqueiros, da movimentação dos cavalos e, por vezes, de ferrões ou chicotes, os búfalos se concentram em grupos de movimentações circulares que vão gradativamente homogeneizando a paisagem em solos pisoteados. Acompanhei esse tipo de *ação* tanto na seca quanto na estação das chuvas. Na seca, o principal objetivo era a derrubada do algodão-bravo, enquanto no inverno era a manutenção do mato próximo às casas.

Sobre o uso de animais como força de trabalho, é interessante voltar à discussão que empreende Tim Ingold (2000). Nesta, o autor destaca a relação entre animais, artefatos e máquinas. Remetendo às concepções de Karl Marx sobre o trabalho, Ingold afirma que, em geral, a literatura econômica trata a força animal como instrumento de trabalho e, por sua vez, propõe considerar animais como algo bastante distinto de ferramentas, visto que estas não interagem com o humano ou com o meio como os animais o fazem. Assim, o autor (2000: 307) ressalta que o manejo de animais não deve ser enquadrado como algo meramente instrumental na medida em que estabelecem padrões de respostas e habilidades inseridos em um contexto, tal como o boi em um moinho ou o cavalo em uma carruagem, por exemplo.

A partir disso, pode-se trabalhar com a ideia de que animais são diferentes de máquinas, pois possuem capacidades técnicas desenvolvidas em um dado ambiente,

aporte teórico marcante na obra ingoldiana. Esse é o mesmo caso quando se aborda o desenvolvimento de humanos, que são vistos, na teoria de Ingold, como animais, isto é, organismos em constante desenvolvimento em um meio. Mesmo assim, o autor ressalta que a relação que humanos estabelecem com animais no processo de domesticação não deixa de ser baseada em ferramentas. Notadamente, algumas destas são usadas com finalidade de coerção, domínio físico e dor, tal como o chicote e a espora, e outras, de acoplamento e aumento de *performance*, como o arado e a ferragem.

Vale lembrar que, na perspectiva teórica de Ingold (2000: 319), ferramentas não são meras peças mecânicas usadas por humanos, mas sim, extensões da pessoa e de sua capacidade interativa. Esse princípio também é válido para o caso de animais, que atuam com utensílios de trabalho diversos. Nesse contexto, o domínio da força de trabalho animal se faz através do uso de ferramentas, aspecto importante que os distingue de simples máquinas¹¹⁷. Mas há ainda outra característica essencial que o autor explora: sua capacidade de interação.

Juntamente com o *boi cavalo*, o *garrote* pode se destacar do resto da manada devido ao seu porte físico avantajado. Assim como o *aquele, este* também tem um tratamento diferenciado para seu desenvolvimento físico. Enquanto no caso de um *boi* a castração faz com que o animal engorde e ganhe peso e força, normalmente desenvolvendo uma estrutura física “larga”, o *garrote* é marcado por porte alto e lombo extremamente musculoso, menos vantajoso ao trabalho de tração, mas não menos robusto. Contudo, apesar de o físico ser uma marca distintiva entre essas categorias de búfalos machos, a marcada diferença está no comportamento agressivo e territorialista que um *garrote* pode apresentar, portando-se como o búfalo dominante do rebanho e atacando os demais machos, e até fêmeas, do grupo. Já o *boi cavalo* tende a ser pacífico e, após muito treino, obedecer aos comandos dos vaqueiros.

Aqui surge uma questão interessante em relação aos garrotes e sua função como reprodutor. Conversei com diferentes vaqueiros a esse respeito, que me explicaram que o garrote normalmente é trazido de outras fazendas, enquanto os machos da própria fazenda são castrados. No caso da fazenda Jerusalém, onde presenciei a

¹¹⁷ Ingold afirma que, possivelmente, nenhuma outra apropriação dos animais se aproximou tanto de nosso conceito de máquina quanto o uso de animais para puxar cargas ou transportes (2000: 154).

castração dos bezerros, o *feitor* Cuca me explicou que os garrotes de lá são sempre trazidos de outras fazendas e mantidos na condição de reprodutor por cerca de 4 ou 5 anos, quando então são “capados” ou vendidos para abate ou para outra fazenda, de modo a evitar que procriem suas próprias crias de temporadas passadas.

Isso é explicado como uma necessidade para que os animais continuem grandes em função de um “sangue forte”. De acordo com as explicações que os vaqueiros do baixo Araguari me deram, quando os machos de uma fazenda começam a se reproduzir com suas próprias crias, o sangue dos animais vai se tornando mais “fraco” e o gado vai, gradativamente, perdendo sua capacidade de crescer, encolhendo de tamanho ao longo das gerações. Como me dizem, os bezerros passam a nascer menores a cada geração em que não se trocam os reprodutores da fazenda.

Aliás, a preocupação com a categoria “sangue” como vetor de manutenção ou melhoria das condições físicas do rebanho parece ser frequente em contextos diversos de pecuária. Em um artigo sobre a modernização das técnicas de criação bovina no interior da França, Jérémy Deturche (2012) analisa dinâmicas em que criadores se organizam em “grupos profissionais locais” e recorrem a métodos modernos de inseminação para a reprodução de seu plantel. Central nas preocupações destes criadores é a noção de “reforço de sangue” (2012: 153), que expressa a preocupação de “fixar” as constituições genéticas, hereditárias, em uma linhagem”.

Em outro contexto, Natacha Leal (2014) desenvolve argumentos, a partir de uma pesquisa recente sobre as especificidades do mercado de gado bovino de elite brasileiro, que exploram conceitos dos criadores que também passam pela noção de sangue. A pecuária descrita pela pesquisadora é quase o extremo oposto da criação bubalina extensiva, pois é feita em áreas confinadas, envolve tecnologias laboratoriais e resulta em transações de cifras milionárias. Outra diferença importante é que os bovinos considerados de elite não são criados para serem abatidos, mas sim para gerar descendentes que produzam carne de qualidade em grande quantidade. Já na bubalinocultura do contexto desta pesquisa, o destino dos animais é invariavelmente o abate, tão logo eles param de produzir crias ou de ganhar peso.

Não obstante, esses contrastes ajudam a pensar o contexto da criação extensiva, pois, mesmo que de maneira distinta, articulam conceitos que estão presentes tanto ali quanto alhures. Assim, afirma a autora:

Pecuaristas, ao realizarem a seleção destes espécimes, tentam elaborar acasalamentos ideais. Por conhecerem as qualidades raciais

dos ascendentes com maestria e fundamentando-se em ideias de “sangue”, hereditariedade e genética, prospectam gerar progênes superiores e assim fazem espécimes de elite. Portanto, uma genealogia bovina bem-sucedida tanto faz reses, quanto criadores de elite (Leal 2014: 20).

Além de considerarem que o gado pode ficar menor se não trocarem os indivíduos reprodutores do plantel, também pode aparecer mais doenças genéticas, como o albinismo. Certa vez me surpreendi em ver um búfalo com a cara, os chifres e os olhos sem pigmentação, visivelmente albino. Os vaqueiros do baixo Araguari chamam esse tipo de búfalo de “gringo”, alusão jocosa aos estrangeiros, e dizem que estes animais não enxergam bem durante o dia, somente a noite. Quando pergunto como acontece de nascer uma rês “gringa”, me explicam que depende se o sangue do búfalo “gringo” for mais “forte”. Se for mais “forte”, nasce outro gringo, senão nasce com a pigmentação normal.

Esse é um caso que ilustra algumas das dificuldades que se pode encontrar em uma criação extensiva, como a de não se ter muito controle sobre a reprodução do gado. No caso das fazendas que pesquisei, mesmo que ocorram separações de tempos em tempos, é muito difícil manter um sistema que efetivamente separe as reses por idade e categoria reprodutiva. Para tentar evitar que esse tipo de problema aconteça, os garrotes da fazenda são trocados ou enviados para o abate após alguns anos na condição de reprodutor, de forma que o sangue na fazenda continue “forte”. Como um vaqueiro me disse, isso é necessário para não “mirrar” os bezerros. Uma *vaca*, contudo, pode ser mantida no plantel por volta de dez anos e servir como reprodutora durante todo esse período, quando se torna velha e segue para o abate, o que abordo na próxima seção.

Embarque de gado

Na criação bubalina, como em outras atividades pecuárias, o objetivo é fazer com que o rebanho cresça em ritmo mais acelerado do que a venda dos animais para o abate e produção de carne. Isso significa uma seleção constante do plantel de uma fazenda, onde aqueles animais não considerados ideais para a reprodução e que atingiram o tamanho e peso de adultos são destinados ao corte, o que é chamado na literatura de “programa de descarte” (Marques 2000: 47). As características da criação de búfalos no Araguari compõem o tipo de prática conhecida como *Cria, cria e*

engorda – “considerada como atividade de ciclo completo” (Cezar, et al. 2005: 18) – em que os animais se reproduzem e crescem nas fazendas até o momento do abate.

Como exposto anteriormente, uma vez que um macho inteiro, um *garrote*, pode acasalar com várias fêmeas, é comum as fazendas manterem poucos reprodutores em cada plantel. Nesse sentido, geralmente os búfalos enviados para o abate na região do Araguari são machos, *bois* (castrados) ou *garrotes* (inteiros) mais velhos. Mais cedo ou mais tarde, as fêmeas têm também o mesmo destino, seja porque a sua capacidade reprodutiva chega a um limite em determinada idade, que pode ser de até 15 anos em alguns casos (Marques 2000), seja porque as fêmeas mais velhas estão expostas a alguns riscos, como o de “quebrar” quando um macho as “cobrir”, isso é, de sofrer fraturas na tentativa de acasalamento. Isso faz com que os donos e feitores das fazendas encaminhem *vacas* que já pariram muitas vezes para o abate.

Esse foi o caso de um dos embarques de rebanho que assisti na Fazenda Jerusalém, próxima à fazenda Campo Novo (Cf. Mapa 1, pág. 7) que relato a seguir. Certa vez, o proprietário da fazenda entrou em contato com seus funcionários, como transcrevo de meus cadernos de campo:

Ontem Dinaldo chamou pelo rádio e a comunicação estava ruim. Ele pediu a Vadico para separar mamotes para vender para a fazenda vizinha, Jerusalém. Os vaqueiros da Campo Novo foram no dia seguinte “bater gado”. Pergunto se há diferença entre “bater gado” e “dobrar gado” e eles me dizem que não. Nesse caso, eles iriam para terrenos nos fundos da fazenda e separariam gado misturado já com a demanda dos mamotes que serão vendidos (Trecho de meu diário de campo).

Os vaqueiros da fazenda Campo Novo haviam sido demandados pelo “patrão” a “juntar” o gado a ser embarcado às pressas. Um deles reclamou dizendo que “gado não é galinha”, ou seja, deveria haver melhor tempo hábil para ir atrás do gado na malhada e selecionar as reses a serem encaminhadas para o abate. No dia, metade do rebanho selecionado para ser enviado para o corte era composto de vacas que perderam seus bezerras, ou seja, só poderiam ter novos filhotes depois de um espaço de, no mínimo, um ano. Temporariamente improdutivas, estas *vacas* eram consideradas onerosas, pois comiam e ocupavam pastos, mas não aumentavam a riqueza da fazenda. Por isso, foram embarcadas junto com bois e garrotes que não mais atuavam como reprodutores.

Na ocasião, a balsa Vitória Dias, do *marchante* Valdir, aguardava às margens do Araguari em uma porção seca em função da vazante do rio. A chegada da balsa

havia sido anunciada há alguns dias e os vaqueiros de fazendas vizinhas já se mobilizavam para tomar as medidas necessárias visando assegurar o embarque dos bubalinos de diferentes fazendas. Um curral e uma manga provisórios foram preparados para o embarque, composto de tabocas – bambus – onde cerca de trinta e cinco reses de diferentes fazendas foram colocadas. A área cercada era pequena e culminava em uma manga, um corredor estreito, que desembocava na margem marcada pelo desnível causado pela ação do rio, naquele momento em baixo volume.

A balsa Vitória Dias, presa pela maré baixa, só poderia zarpar na maré enchente, que era esperada somente para o final da tarde. Dentro do curral, os vaqueiros selecionavam a rês a ser carregada e laçavam-na com uma corda que teria sua outra extremidade conectada à balsa por outros três ou quatro homens. Ao serem laçados dentro do curral provisório, os búfalos primeiramente não reagem, mas eram em seguida estimulados com ferrões e gritos pelos vaqueiros que rodeavam a cerca. Quando o animal se destacava do grupo, os demais trabalhadores da balsa começavam a puxar a corda e a disputa entre as partes começava.

Até presenciar pela primeira vez o embarque de adultos, em plena força física e ariscos, eu havia visto vaqueiros laçando bezerros e *vacas* bem mansas. Debatendo-se e dando cabeçadas, o animal já crescido vai aos poucos cedendo à tração da força humana na contraparte da corda. Algumas vezes a rês não aceita passar pela manga pacificamente, o que pode levar a pancadas que desestabilizam a estrutura da cerca provisória, constantemente restaurada pelos vaqueiros pelo lado de fora. Quando puxadas para fora da manga do curral, as reses corriam pela praia e lutavam contra a tração da corda e da força humana.

Enquanto resistiam e corriam na praia, as reses eram perseguidas pelos cachorros dos vaqueiros, por volta de oito deles. Excitados pelos gritos e movimentação dos seus donos, eles latiam, cercavam e mordiam o animal. Perseguido e cercado pelos cachorros e vaqueiros, que usavam o ferrão, o laço e gritos para conduzi-lo em direção à balsa, o animal, aos poucos, ia perdendo terreno e se aproximando do carregamento. Esse momento de resistência e tração do animal tem a importância de minar a força e a energia do búfalo, que, quando cansado, cede mais facilmente ao manejo. A puxada dos homens da balsa gradativamente aproxima as reses da embarcação, até elas serem, finalmente, amarradas e içadas a bordo, momento em que são pesadas e registradas.

Quando o vaqueiro dentro da área cercada laçava uma rês, comumente algum dos demais perguntava se ele a conhecia e se ela era mansa. Em uma das respostas, escutei que um dos animais era meio *tijolo* e meio *melado*, ou seja, mais ou menos manso. Meio *tijolo*, duro, ou seja, bravo. Meio *melado*, mole, macio, manso. Nessa ocasião, havia uma *vaca* em específico que todos temiam por ser *brava*. Quando eu me aproximava demais do curral, entretido com a câmera e gerando imagens, mais de uma vez os vaqueiros me advertiram para tomar cuidado com a possível ação agressiva *do animal*, que poderia quebrar a cerca e atacar a qualquer momento.

Observando o comportamento do rebanho, e *vaca brava* realmente se destacava por estar sempre inquieta e movimentando bastante a cabeça, como em um ato prévio à chifrada. Para *laçá-la*, o vaqueiro agiu com extrema cautela e realizou o ato a uma distância maior do que fazia com outras reses. Quando jogou seu laço, a corda amarrou-se somente na curva de um dos chifres, e não em torno de ambos ou no pescoço, como é o objetivo de uma laçada ideal. Intimidado pela agressividade do animal, que batia com a cabeça nos bambus da cerca e ficava em postura duplamente defensiva e agressiva, como é comum entre os bovídeos, o vaqueiro não se aproximou para corrigir a amarra e os encarregados na balsa puxaram-na assim mesmo.

No caso da *vaca brava*, o laço não aguentou a força e os movimentos repetidos de sua cabeça, e ela se soltou das amarras. Se nas outras vezes as reses lutavam contra a puxada dos homens da balsa e os cachorros garantiam que elas não se afastassem muito de seu trajeto, dessa vez a *vaca brava* começou a correr, assustando a todos os presentes, que já temiam sua braveza. Correu então pela praia (e eu também) e foi perseguida pelos vaqueiros montados e pela matilha de cães, agora ainda mais exaltados. Após certo tempo, a *vaca* estava exausta e foi finalmente laçada e içada à balsa, como as demais reses. A embarcação, com capacidade para um máximo de quarenta reses, foi considerada cheia com um número inferior e quatro reses foram soltas para pastar por mais algum tempo nas fazendas.

Embarcados, os búfalos seguem em direção ao abatedouro em Fazendinha, município vizinho da capital Macapá. No caminho, os trabalhadores da balsa tentam refrescar os animais bombeando constantemente água do rio por meio de mangueiras e se encarregam de separar possíveis brigas entre as reses. O manejo a bordo é feito por meio de ferrões e de varas elétricas, que dão choques ao serem encostadas no gado. Como Valdir me explica, eles fazem a pesagem na fazenda de origem e a conferem na venda para o abatedouro, mas as reses podem perder vários quilos no

trajeto, pois “cada mijada do bicho são vários litros”. Ele diz que essa diferença do peso entre a origem e o abate pode chegar de 30 a 40 quilos, por conta da perda de líquidos e da defecação.

Como *marchante*, Valdir pagava na época R\$ 2,50 no quilo do búfalo “em pé”, vivo, e R\$ 3,00 no caso de ser bovino, além de descontar uma taxa de R\$ 80 de frete por cada rês embarcada. Ao entregar os animais no abatedouro, pagaria R\$ 70 por rês para a fiscalização e, posteriormente, R\$ 80 no transporte do caminhão frigorífico. Do búfalo, me explica, “se aproveita tudo”. Dos ossos, chifres, cabeça e entranhas se produz ração para outros animais. E o couro pode ser exportado, apesar de já ter sido mais valorizado. Em sua interpretação, com o desenvolvimento de versões sintéticas (ele culpa os japoneses), o preço do couro caiu muito.

Já no local do abatedouro, os animais são estimulados a se mover pelas diversas “mangas” dos enormes currais por meio de choques elétricos. Estressados, esse é o momento em que os búfalos se mostram mais ameaçadores. Búfalos, como expresse com frequência, são animais considerados bastante perigosos, principalmente quando estão em uma situação de “sangue quente”, como neste caso. O “sangue quente” refere-se tanto ao comportamento da rês quando estressada debaixo do sol quente quanto à possibilidade dos animais apresentarem comportamento agressivo, mesmo aqueles mais mansos. Sobre isso, um vaqueiro experiente contou três casos diferentes que ilustram o quanto os moradores da região devem ser cautelosos com os animais com que trabalham.

SOBRE ENCONTROS PERIGOSOS: TRÊS HISTÓRIAS DE QUASE MORTE

O tema dos riscos envolvidos com o trato cotidiano com os búfalos é frequente nas conversas com os vaqueiros, e todos têm histórias de momentos em que o trabalho com estes animais lhes trouxe perigo. De modo a ilustrar como essa situação é percebida, reúno aqui três diferentes casos que me foram narrados por uma mesma pessoa, um experiente vaqueiro, e que, em sua perspectiva, foram de quase morte,

momentos em que ele sobreviveu por pouco. Mais do que apresentar um caráter anedótico da lida com os búfalos, essa narrativa retrata eventos que compõem o universo da vaqueirice neste ambiente de várzea amazônica e indica os modos específicos de relação com animais que constituem o próprio vaqueiro.

Essas histórias me foram contadas em duas ocasiões diferentes por Seu Jaime, um dos moradores mais velhos da comunidade Bom Amigo, localizada na outra margem do rio, fora da Reserva do Lago Piratuba. Nelas, ele relata o encontro direto e perigoso com dois dos mais temidos seres da Amazônia: a onça-pintada (*Panthera onca*) e o jacaré-açu (*Melanosuchus niger*)¹¹⁸. Os episódios ocorreram quando Seu Jaime era mais jovem e adentrava com frequência as matas mais distantes da sede da fazenda, fosse atrás de seu gado ou atrás de comida. Na ordem que me foram contadas, começo primeiro pela história da onça¹¹⁹.

Nesse dia Jaime procurava uma rês que havia se separado do rebanho e sumido para dentro do mato. Animais nessa situação ficam mais expostos a ataques de cobras e onças e podem adoecer ou padecer sem o devido cuidado. Quando Jaime caminhava chamando pela rês desgarrada, deparou-se com um casal de onças acasalando. Ainda com certa distância dos animais, tentou ficar imóvel para não denunciar sua presença, mas já era tarde demais. O macho logo o viu e, interrompendo a cópula, começou a rugir para o solitário vaqueiro. Jaime me explicou que as onças em situação de acasalamento ficam mais bravas e perigosas que o normal, quando perambulam sozinhas. Impossibilitado de fugir a tempo, ele tentou gritar e espantar o felino, que começou a caminhar em sua direção em postura de ataque, com claras intenções de não deixá-lo sair dali com vida, segundo ele calcula.

¹¹⁸ Antes de iniciar o trabalho de campo, eu tinha certo receio da possibilidade de viver relativamente próximo a esses dois animais, onças e jacarés, bastante perigosos em um imaginário urbano não amazônico. Ressalto o urbano aqui, pois creio que a maneira como quem está fora do contexto amazônico pensa esses seres é diferente daquela que as pessoas do baixo Araguaia os percebem, mesmo que em ambos os casos existam concepções de perigo envolvidas. Parece-me que, enquanto a concepção de um jacaré para mim vinha acompanhada pela possibilidade de ser mordido, para as pessoas com quem convivi o animal era, antes de tudo, associado à comida.

¹¹⁹ Sobre a importância e o sentido da onça na Amazônia, muito tem sido dito. Fiquemos aqui com a afirmação de Descola: “Encarnação de todas as virtudes combativas, e símbolo de todos os perigos, o grande felino é um predador universal que rivaliza com os homens e às vezes os mata” (Descola, 2006: 110). Em uma perspectiva etnográfica, Felipe Sússekind (2010) desenvolve várias das concepções dos pantaneiros sobre este animal em um contexto de pecuária.

Como é de costume, sempre que possível os vaqueiros portam armas de fogo quando adentram matas fechadas. Inicialmente congelado de medo, como me disse, Jaime reagiu ao iminente ataque da onça e disparou em sua direção. Pelo seu relato, a onça assustou-se com o tiro e fugiu junto com a fêmea. Não fosse o fato de portar uma arma de fogo, seguramente ele não sairia com vida, afirma. E foi também uma arma de fogo o vetor da segunda história, que envolve jacarés-açus.

A época era o verão e os igarapés já começavam a secar, fazendo concentrar em seu menor volume de água os peixes e aves do ecossistema, mas, também, os jacarés. Há um período específico dessa época do ano em que algumas aves da região trocam as penas e ficam impossibilitadas de voar, tornando-se presas fáceis para animais e humanos. Os nativos referem-se a essa época como a da *desasa*, quando as aves estão *desasadas*, em referência à falta de penas em suas asas. No caso, uma ave muito apreciada para consumo e muito caçada nessa época é a Marreca, também conhecida como Marreca-cabocla (*Dendrocygna autumnalis*).

Em busca dessas aves desasadas, Jaime caminhava próximo aos igarapés e várzeas restantes do período chuvoso. Ele portava uma arma de fogo estilo *cartucheira*, que produz disparos que se espalham por uma área maior, pouco precisa, mas ideal para abater revoadas. Após avistar um bando de marrecas um pouco adiante, Jaime disparou a correr em direção às aves para se aproximar antes que elas pudessem alçar voo. Em seu caminho, havia um igarapé relativamente estreito e o normal seria atravessá-lo sem problemas. Exclusivamente concentrado nas aves, Jaime percebeu estar diante de vários jacarés momentos antes de entrar no igarapé. Embalado pela corrida, ele relata só ter tido tempo de pular para frente, quando viu um enorme jacaré-açu abrir as mandíbulas para lhe morder. Disse que ainda sentiu a boca do réptil esbarrar em sua perna quando ele pulou, mas que, por pura sorte, conseguiu cair na outra margem sem ser mordido.

Ao se levantar, Jaime conseguiu distinguir vários jacarés imóveis no curso de água, e só então teve noção do perigo que era adentrar aquele igarapé. Para sair da área, teve que dar uma longa volta procurando meandros secos. Jacarés-açus podem chegar a medir mais de 4 metros, como me relataram as pessoas do baixo Araguari, e comumente não atacam humanos nem grandes animais, como os búfalos, pois se alimentam dos fartos peixes da região. Nesse dia, no entanto, o jacaré reagiu à presença de Jaime e, se conseguisse morder o caçador, certamente outros jacarés o atacariam e isso seria fatal, como ele explica.

Uma pessoa adulta que tenha vivido tempo suficiente em um contexto amazônico pode relatar diferentes casos de encontros com jacarés e onças. Apesar de situações de quase morte serem mais raras, como essas narradas por Jaime, tais animais representam um perigo real para as populações ditas ribeirinhas. Contudo, mesmo que onças e jacarés sejam predadores do topo da cadeia alimentar amazônica, Jaime acrescenta a esses casos um terceiro relato que nos interessa especialmente. Ele apresenta uma terceira estória justamente para me explicar que há, no contexto do Araguari, um animal bem mais perigoso para o vaqueiro e com o qual ele lida cotidianamente: o búfalo.

Assim como nos outros dois casos, no dia deste terceiro incidente Jaime estava dentro das matas sozinho, situação comum no ofício do vaqueiro. Na ocasião, seu objetivo era encontrar uma *vaca* que havia recém parido e se distanciado da manada maior. *Vacas* nessa situação podem apresentar comportamento mais agressivo, e os vaqueiros relatam que é preciso cuidado redobrado para o trato com os animais. Nesse dia Jaime não levava sua arma de fogo, mas estava acompanhado de uma matilha de três cachorros. A *vaca* desgarrada não tinha histórico de ser perigosa, mas, quando Jaime se deparou com ela, percebeu em seu comportamento a iminência de um ataque. Mal teve tempo de reagir quando a *vaca* lhe chifrou. Com o típico movimento de um ataque, a *vaca* movimentou rapidamente sua cabeça de baixo para cima, atingindo o vaqueiro e jogando seu corpo para cima.

Jaime relata ter desmaiado com a força do impacto e do tombo. Ele me diz que normalmente, quando um búfalo está bravo e começa a atacar um vaqueiro, o animal tende a não parar o ataque, mesmo quando seu alvo está desacordado. “Ela ia me embolar na chifrada”, me diz, às previsíveis e terríveis cabeçadas em seu corpo caído. A sequência de ataques seria certamente fatal, não fosse a ação dos cães que o acompanhavam. O velho vaqueiro me diz que acordou de sua breve perda de consciência com os três cachorros arduamente conseguindo atralhar as investidas da *vaca*, com latidos e mordidas. Quando a enfurecida *vaca* conseguiu romper o cerco da matilha, Jaime só teve tempo de desembainhar o seu terçado e o fincar na face do animal, fazendo com que a *vaca* se assustasse e desistisse do ataque, fugindo e deixando o vaqueiro escoriado, porém vivo. Em resumo, Jaime me explica: “Onça pode até correr atrás, mas com espingarda se espanta. Jacaré no seco não é tão perigoso. Mas búfalo bravo, nem com tiro pára. Se correr atrás é pra matar mesmo”.

Como nos lembra Segata (2012: 163), “costumamos ouvir histórias sobre animais, mas não ouvimos dizer que eles produzem história”. A ordem que o vaqueiro escolheu para me contar os relatos não foi aleatória. Ali reside o sentido maior destes casos. Como já mencionado, com frequência as conversas sobre vaqueiros e búfalos caminham para o potencial perigo de lidar com esses animais. Foi a partir desse tom que Jaime me contou suas narrativas, num sentido crescente, sem deixar dúvida de que, dos grandes animais presentes no baixo Araguari, o búfalo é o mais perigoso¹²⁰. É importante ressaltar que não é coincidência que os três casos tenham ocorrido quando o vaqueiro não estava montado em um cavalo, mas *de pés*, como dizem. O cavalo, como pretendo explorar mais adiante neste texto, compõe com o vaqueiro um conjunto que possibilita diferentes ações que são impossíveis de serem realizadas desmontadas – ele transforma e, em grande medida, institui o vaqueiro. É, também, uma forma de lidar com grandes e pequenos animais de uma maneira mais segura.

É interessante notar aqui que seu terceiro relato de sobrevivência a uma situação de extremo perigo envolvendo animais passa pela presença de outro ser comum no contexto do baixo Araguari, o cão doméstico. A ação dos cachorros, como dito anteriormente, é tida pelos vaqueiros como de caráter duplo, por vezes considerada como ajuda e, por outras, como incômoda. Apesar de terem a importante função de afugentar animais perigoso das proximidades das sedes das fazendas, protegendo também outros animais de criação como porcos e galinhas, com frequência os cachorros são tratados pelos vaqueiros como um incômodo, o que é expresso por meio de ofensas e agressões. Essa caracterização ambígua dos cães tem correlação com aquilo que é descrito por parte da literatura antropológica sobre populações amazônicas, tal como nos casos de grupos ameríndios (Descola, 2006; Kohn, 2007;

¹²⁰ Não posso deixar de mencionar que há outro ser amazônico que apresenta um perigo potencialmente não fatal, mas muito mais frequente e temido cotidianamente. As arraias-de-água-doce amazônicas (*Potamotrygonidae*) costumam viver nas beiras dos rios e igarapés, invisíveis por ficarem rente à lama. Como relatado na literatura, “as arraias-de-água-doce apresentam ferrão venenoso e ferroam quando pisadas, causando ferida muito dolorosa e por isso são muito temidas pelos ribeirinhos. Assim, elas geralmente são mortas ou têm a ponta de suas caudas extirpadas nos arredores das comunidades ribeirinhas” (Ribeiro, 2006). O ferrão dessas arraias é coberto por um muco que apresenta um veneno capaz de gerar muita dor. Além disso, esse veneno é proteolítico, destrói proteínas, o que faz com que a ferida leve muito tempo para cicatrizar. Dentre os adultos que vivem na região do baixo Araguari, é comum uma pessoa relatar ter sido ferrado três, quatro ou mais vezes por arraias. Além da dor extrema, a pessoa fica impossibilitada de se movimentar normalmente por semanas, podendo mesmo adquirir alguma seqüela no membro ferido.

Vander Velden, 2012), apesar de que nestes há implicações cosmológicas sobre o animal¹²¹.

No baixo Araguari, os vaqueiros demonstram um notório desapego em relação aos seus cães, não sendo raros os casos de abandono ou de troca de “propriedade”, nos quais cachorros adotam um dono diferente. Isso ocorre quando, insuficientemente alimentados pelos moradores de alguma residência, um cão encontra amparo em outra área, mesmo que provisório. Assim, é comum alguém comentar que um determinado cachorro que vive pela área de sua residência é de propriedade de outra pessoa. Nesses casos, mesmo se o cachorro já está há bastante tempo longe de seu dono original, a referência do vínculo inicial costuma acompanhar o cão errante, não tanto como propriedade, mas como uma marca.

¹²¹ Nos escritos de Descola (2006: 111-2): “A ambiguidade do cão se expressa também em outros registros. Socializado o mais próximo possível da humanidade, sendo o único animal que dorme numa cama e come alimento cozido, o cachorro revela, porém, sua natureza bestial pela falta de discriminação alimentar e sexual (...). Na intersecção do natural com o cultural, do masculino com o feminino, do social com o bestial, o cão é um ser compósito e inclassificável”.



Prancha 17 - Cachorros e Búfalos

Ocupando espaço cotidiano na vida dos vaqueiros e dos moradores do baixo Araguari, cães e búfalos estão entre os animais não humanos mais presentes no cotidiano dos vaqueiros.

Os casos de abandono são um pouco diferentes. Em um deles, um vaqueiro que havia se apegado a um cachorro semanas antes me contou que desistiu do animal de companhia. Em uma de suas travessias de uma margem do rio Araguari à outra, pois ele trabalhava para uma família que tem fazendas em ambos os lados do rio, dentro e fora da Rebio, ele deixou seu cachorro para trás. O cão, não resignado em ser abandonado, lançou-se a nadar atrás do *rabeta* do dono. O vaqueiro disse que, após ganhar muita distância, ainda o viu no meio do rio nadando, mas que o cachorro, provavelmente, havia morrido. Semanas depois, eu soube que esse cachorro, identificado como de propriedade do vaqueiro, havia sido visto vivo em outra comunidade após ser por ele abandonado.

Sobre a situação do cachorro entre os vaqueiros, é útil lembrar Jean-Pierre Digard (1988) e as três finalidades básicas que, para ele, parecem conduzir processos de domesticação de animais: a proteção ou defesa, a alimentação (nutrição) e a reprodução. Como o autor afirma (*idem*: 48), todas as técnicas de domesticação parecem ter uma característica em comum: a multifuncionalidade. No tempo que passei em companhia dos vaqueiros, ficou claro que o cachorro é mais do que um animal de companhia. Se crianças e mulheres parecem ter mais afeto aos cães (mesmo que de tempos em tempos estes sejam escoraçados por elas), é ao lado do vaqueiro, montado ou não, que os cães preferem permanecer, perambulando pelo território amazônico atrás do gado e da caça. Se há para os animais a possível recompensa de restos de alimentos, há também, sem dúvidas, a função de proteção para o vaqueiro. Eu mesmo experimentei uma situação desse tipo, quando, ao cavalgar à noite sozinho por uma mata densa indo de uma fazenda à outra, o súbito medo de um encontro com uma onça foi apaziguado pela companhia de dois cães que me escoltavam¹²².

¹²² A pesquisa de Sússekind (2010) descreve diferentes tipos de embates entre cães e onças-pintadas, apesar de que no contexto de seu estudo essa era uma situação provocada pelos humanos, no âmbito da caça do grande felino.

Aproveitei a centralidade do cachorro na narrativa de Seu Jaime para explorar a presença de um animal de companhia no cotidiano dos vaqueiros. Ora trabalhando na condução do gado, ora auxiliando na proteção durante o deslocamento na mata, o cão é um ser constante na atividade da vaqueirice, juntamente com o cavalo e os próprios búfalos. No entanto, diferentemente destes, o cachorro não exige um trabalho intenso de treinamento ou doma, pois alguns comandos ou repreensões em caso de determinado comportamento costumam bastar. Nesse sentido, é importante recordar a concepção elaborada por Digard (1988) de que a domesticação é um processo contínuo e passível de inversão, no qual o cachorro deve se acostumar ao seu “dono” e a uma eventual troca de “propriedade”.

O tema da construção das relações a que damos o nome amplo de *domesticação* é o que pretendo comentar na seção seguinte. Para isso, exploro métodos que os vaqueiros utilizam para a doma de cavalos e búfalos, seres que são tanto o meio de exercer sua atividade quanto o objetivo da vaqueirice.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DOMESTICAÇÃO

Um debate que vem ganhando cada vez mais espaço dentro de várias disciplinas acadêmicas, inclusive a antropologia, envolve novas abordagens para pensar as relações entre humanos e animais não humanos (Ingold 2013; Kirksey & Helmreich, 2010). Um dos conceitos centrais nesta discussão é o de “domesticação”, que parece especialmente interessante para tratar das relações entre humanos, búfalos e outros animais no contexto de várzea amazônica. Tão útil quanto controverso, esta noção demanda alguma reflexão.

A diversidade de relações entre humanos e animais não humanos faz com que o debate em torno das concepções de domesticação dificilmente se torne unívoco. Vertentes desta discussão voltam-se, majoritariamente, para as modificações fisiológicas que ocorrem nas sucessivas gerações de seres em resposta às condições do ambiente, alimentação e presença de outras espécies. Portanto, é comum que o uso científico do termo domesticação refira-se ao processo pelo qual humanos provocam transformações de plantas e animais selvagens em seres mais úteis para si (Leach

2003). Nesse escopo, por vezes a noção de domesticação acompanha um pressuposto de separação binária entre natureza e cultura (Lien e Law 2011; Lien 2013), separação esta bastante criticada na literatura antropológica nas décadas passadas (Descola 1998; Ingold 2000; e outros).

Em dois artigos recentes, Nerissa Russell (2002; 2007) revisa uma parte importante desta discussão e reforça a existência de diferentes definições para a domesticação animal. Dentre as dificuldades do uso do termo está o fato de que a ideia envolve tanto processos biológicos de alteração dos organismos quanto mudanças culturais e sociais nas relações entre humanos e animais (2007: 30). Por isso, Russell sugere (: 28) que nas últimas décadas há uma tendência do uso do termo em um sentido amplo, ora referindo-se a um equivalente da doma, do amansamento, ora aproximando-se da raiz original da palavra, uma referência ao domínio doméstico. Este último uso é comumente aplicado no sentido do animal habituar-se à vida doméstica.

Deste modo, a autora propõe não apenas questionar-nos se animais são domésticos ou não, mas investigar as práticas específicas de domesticação pelos quais passam (2002: 293) e pensar em termos de um espectro de tipos diferentes de relações (2007: 30). O artigo de Russell (2007) insere-se em uma coletânea, de título *Where the Wild Things Are Now* (Cassidy and Mullin 2007), produzida a partir de um simpósio que reuniu pesquisadores de diferentes áreas com abordagens distintas. Ao comentar os trabalhos apresentados, Cassidy (2007: 4) enfatiza que a domesticação faz referência a casos muito diversos e que seu uso não mais se baseia em um pressuposto de que a domesticação seria um processo consciente. Por isso, Cassidy propõe a utilização do termo para identificar uma relação entre humanos e outros organismos em uma era e lugar específicos.

Em uma concepção mais ampla, contudo, o termo pode deixar de lado seres que se adaptaram à convivência com grupos humanos sem, necessariamente, trazer benefícios a estes, tal como é o caso dos camundongos, por exemplo. Richard Bulliet (2005: 43-4) parte de uma pesquisa histórica para considerar que o termo “doméstico” veio a substituir a palavra “domado”. Segundo este autor, ser manso era o traço definidor de animais domésticos, em contraste com suas contrapartes bravas, ferais. Dessa forma, animais capturados na natureza poderiam ser domados, mas a prole de animais domados poderia crescer e se tornar selvagem e feral, ao contrário da descendência de um carneiro doméstico, por exemplo. Bulliet argumenta que

“doméstico” continuou a ser o oposto de “selvagem” e que a fronteira entre “doméstico” e “domado” era turva. De qualquer modo, “animal doméstico” cada vez mais se tornou um termo associado a animais úteis, principalmente por fornecerem trabalho e produtos de seus corpos como leite, ovos, penas, couro, lã, carne, ossos e chifres.

Em uma revisão sobre os diferentes usos do termo “domesticação”, Bernard Denis (2004) observa que o uso da palavra remete desde a animais de companhia, como cães e gatos, a um significado mais amplo que equivale a considerar como um animal doméstico aquele alvo de uma ação permanente de humanos, durante períodos curtos ou longos. Mesmo que essa temporalidade não seja bem definida, Denis ressalta ser tacitamente assumido por zoólogos que a domesticação de uma espécie é um processo bastante longo, que ocorre ao longo de várias gerações. Entre os estudiosos da zoologia, especialidade do autor, ele aponta que o termo parece não ter um entendimento pacífico.

Nesse sentido, Denis identifica que na concepção zoológica clássica existem, pelo menos, três condições necessárias para caracterizar a domesticação. São elas: (1) um certo grau de contenção do animal, que garante a manutenção de um mínimo de relações sociais com os seres humanos; (2) a procriação controlada por seres humanos, que está associada com a implementação de uma seleção para o “aperfeiçoamento” dos animais, e, finalmente; (3) alguma forma de utilização destes animais (Denis 2004). Dessa forma, o autor ressalta algumas abordagens das ciências humanas que vêm ampliando o debate sobre o tema, dentre elas, a de François Sigaut.

Em sua crítica à noção de domesticação, Sigaut (1988: 59) parte do fato de que, em um seminário de zootecnia comparada, os participantes concluíram que, devido à dificuldade de torná-lo operatório, o conceito de domesticação deveria ser profundamente modificado ou mesmo abandonado. Sobre isso, o autor afirma que essa dificuldade de operacionalização do termo é devida à incapacidade de percebê-lo como um conceito prático, o que pode ser contornado, como ele ainda esclarece, se utilizarmos o conceito de domesticação como algo empírico – uma ideia que remete a realidades práticas.

Sendo assim, Sigaut (*ibid.*: 60) afirma que é possível identificar pelo menos três fontes de utilização do termo domesticação em planos diferentes: a *apropriação* dos animais pelo homem, sua *familiarização* recíproca, e, finalmente, a utilização *econômica* do animal. O autor ressalta que essas três realidades operam em lógicas

distintas e que não é necessário haver ligações entre elas, apesar de haver a possibilidade delas se sobreporem. Isso é sustentado por exemplos trazidos ao longo de seu texto, que cita desde a tração motora animal no oriente ao animal doméstico na Europa Ocidental. Assim Sigaut demonstra que para que um animal seja utilizado como tração de carga, por exemplo, ele não precisa necessariamente estar familiarizado com um humano.

Outro autor que se dedicou a discutir uma noção mais prática de domesticação foi Tim Ingold (2000), que, em sua obra, demonstra notável cuidado ao descrever humanos e animais de forma semelhante. Para Ingold, os seres vivos são organismos criativos em movimento em um dado contexto, daí o termo “animais não-humanos”, para se referir a outras espécies. Nesse sentido, uma das questões mais caras ao autor, e que apareceria com frequência ao longo de sua obra, refere-se aos diferentes processos envolvidos no que chamamos de domesticação dos animais¹²³.

Nos escritos de Tim Ingold, uma concepção ampla de domesticação envolve as diversas espécies que, historicamente, foram domadas e incorporadas aos diferentes grupos humanos. Apesar de estarem em processos e contextos bastante distintos, os animais domesticados normalmente eram destinados a se tornar mascotes, ornamentos ou força de trabalho (1980: 95). Nesse processo, o autor mostra especial cuidado com o uso dos termos “*taming*”, “*herding*” e “*breeding*”, que podem ser traduzidos do inglês como doma, arrebanho e procriação, aos quais retorno mais adiante em comentário sobre os búfalos. Essas formas distintas de lidar com animais formam o que o autor chama de sistema de relações ecológicas, que, por sua vez, está relacionado ao sistema de relações sociais.

A partir de sua pesquisa bibliográfica sobre a domesticação do gado, Ingold (1980) afirma que, embora as origens da domesticação dos bovinos permaneçam obscuras, há todas as razões para acreditar que o boi foi inicialmente domesticado e criado por cultivadores sedentários:

Inicialmente um incômodo, o gado teria passado a servir um propósito essencial no enriquecimento do solo com seu estrume, permitindo assim uma utilização mais permanente da terra. Além disso, eles poderiam ser levados a produzir leite em maior abundância e com maior regularidade do que ovelhas ou cabras. Eventualmente, seriam usados como animais de carga, o que facilitou a adoção do arado, marcando uma nova etapa no processo

¹²³ Esse tema foi especificamente tratado em outro momento (Sautchuk & Stoeckli, 2012), mas gostaria de retomar alguns pontos que julgo pertinentes ao argumento desta tese.

de intensificação da agricultura. E foi como fornecedores de leite e sangue como alimento, esterco combustível e material para vestuário que o gado em seguida se espalhou para as regiões áridas e incultiváveis da savana Africana, sob a direção de pastores nômades (Ingold, 1980: 140).

Além de renas e bovinos, Ingold (*ibid.*: 95) ressalta que há uma enorme variedade de espécies abrangendo praticamente todos os ramos do reino animal superior que podem ser domesticadas por meio de sua socialização com grupos humanos. Em suas considerações, o animal domesticado normalmente tem um nome e é tido por seu dono como um ser dotado de personalidade própria, como no caso das renas entre povos lapões.

Esta parece, inclusive, ser uma questão que reverbera atualmente nos estudos sobre a relação entre humanos e animais. Em uma pesquisa sobre a relação com mascotes modernos, cães e gatos, Jean Segata (2012) sugere que a atribuição de uma personalidade é uma das vias possíveis para a compreensão das relações entre humanos e animais não-humanos:

Talvez uma das chaves esteja na maneira como empregamos em uso comum outras palavras, como pessoa ou gente: talvez o modo mais apropriado de se colocar a questão não seja a *humanização* dos animais, mas a *personalização* deles (Segata 2012: 158-9).

Por outro lado, Haudricourt e Dibiaz ressaltam que a dimensão lúdica é um aspecto não negligenciável do processo de domesticação (Haudricourt e Dibiaz 1988: 76). Nesse aspecto, os autores fazem uma referência direta ao exemplo do cachorro doméstico (*Canis lupus familiaris*). Na época, diferentes experimentos visavam comprovar que o cachorro precisa da presença humana para se desenvolver e, até mesmo, para se reproduzir. Ademais, os autores enfatizam que é importante considerar o ambiente inteiro, tanto biológico quanto cultural, em que ocorre a simbiose do homem com o animal e chamam a atenção para o fato de ser difícil imaginar a atitude mental dos homens com os animais antes da domesticação, sem o risco de certo anacronismo.

O caso de cachorros domésticos é certamente intrigante. Em um documentário recente¹²⁴, o argumento vai bem além e sustenta que os cachorros constituem a espécie com maior histórico de relações com os humanos. Os cães, argumenta-se, têm uma capacidade única de interpretar e responder às emoções humanas (Hare e Tomasello

¹²⁴ *Dogs Decoded*, “Nova”, 60m, 9 de novembro de (2010).

2005). Os seres humanos, por sua vez, responderiam aos cães com o mesmo tipo de reação hormonal que ocorre entre mães e seus bebês. Alguns pesquisadores chegam ao ponto de afirmar, no documentário, que cachorros e humanos tiveram um desenvolvimento evolutivo correlacionado e que uma espécie não seria o que é (ou mesmo não existiria como tal) se não fosse a relação com a outra. Nesse sentido, é possível afirmar que, se há animais “super domesticados” que não vivem sem a relação com o humano, o cachorro é um deles.

É nesse sentido que Haudricourt defende que, a partir dos diferentes processos de domesticação, surgiram novas formas de relações, de caráter “amistoso”, várias delas análogas àquelas que os humanos mantêm entre si no interior de um grupo: “a partir do neolítico o homem não é mais somente um predador e um consumidor, pois a partir de então ele assiste, ele protege, ele coexiste longamente com as espécies que ele ‘domesticou’” (Haudricourt 2013 [1962]). Uma das principais contribuições de Haudricourt, então, foi considerar a interação na análise da relação entre humanos, plantas e animais, e não somente uma ação de mão única (sujeito – objeto).

É interessante observar que, para Haudricourt, não existe uma diferenciação necessária entre os reinos animal e vegetal, pois essas relações dão-se com ambos por meio de ações que podem ser diretas e positivas ou indiretas e negativas. Nesse sentido, a ação seria direta quando existe contato próximo e/ou permanente entre o humano e o ser domesticado, ação esta baseada em um esquema a priori, uma forma pré-determinada de como se dá esse contato. Já a ação indireta negativa é aquela em que o contexto é o contrário: não há contato direto com o ser domesticado e é o meio que o rodeia que exerce essa influência, podendo ser alterado pelo humano (Ferret, 2012: 115). Como Ferret enfatiza, a ação negativa não deve ser confundida com a omissão, assim como a quantidade e intensidade do trabalho não é, necessariamente, menor do que na ação direta e positiva (*ibid.*: 118). Nesse caso, a passividade é uma maneira de agir, é uma forma de se relacionar com processos diversos, tal como o tempo.

Essa divisão entre trabalho direto e indireto se desdobra em dois tipos ideias de “mentalidade”, a do pastor (ação direta positiva) e a do jardineiro (ação indireta negativa). O legado maior que Ferret atribui à teoria de Haudricourt é sua abordagem pragmática, sua aproximação com o concreto, que teria criado terreno para o desenvolvimento de uma antropologia da ação. Esta s abordagem inspiraria, em alguma medida, Jean-Pierre Digard, quando ele propõe a ideia de que a domesticação

constrange fenômenos que devem ser analisados em conjuntos integrados de “relacionamento sincrônico entre a produção e utilização de animais domésticos, a organização das sociedades e sistemas de representações” (Digard, 1988: 27).

Todas essas considerações sobre o debate em torno das relações com animais e dos processos de domesticação tocam em um ponto específico que julgo pertinente para o caso desta pesquisa. Na teoria de Digard, o autor pondera que nenhuma espécie animal pode ser considerada como total e permanentemente domesticada e que nenhuma delas está imune às tentativas de domesticação (Digard 1988). Nesse sentido, a ação de domesticar é necessariamente contínua, cotidiana e deve ser renovada, caso contrário, os animais podem se “desdomesticar” e retornar à vida selvagem (Denis, 2004: 163)¹²⁵. Assim, Digard (1988: 49) concebe o processo de domesticação como uma “socialização da natureza”, combinada com a característica de animais para ser “bom para pensar”:

A domesticação animal, em um sentido amplo, não só em seu aspecto de processo histórico finito, mas como um ato constantemente renovado e mantido, implementa um conjunto de relação sincrônica entre a produção e o uso de animais e a organização das sociedades e dos sistemas de representação, cuja compreensão exige o estudo do fenômeno como um todo (Digard, 1988: 50).

No contexto amazônico, a distinção entre brabo e manso pode ser interpretada como a oposição entre o “selvagem”, o “silvestre” e o “domesticado”, o que “pode se referir ao contraste entre criaturas que fogem do homem e as que não têm medo dele” (Cunha & Almeida 2009: 298). Algo semelhante é colocado por Vander Velden (2012: 115) ao comentar que, para os Karitiana, o *bravo* (ou do mato) é o animal que acaba de ser incorporado ao ambiente familiar, em contraste ao manso (de casa). Entre os dois extremos, há pontos intermediários que formam um contínuo.

Acredito que a concepção da domesticação como processo contínuo é pertinente para compreender as relações entre humanos e bubalinos na região do baixo Araguari. Seguindo também o tripé proposto por Sigaut (1988) – a *apropriação* dos animais pelo homem, sua *familiarização* recíproca e a utilização *econômica* do animal, procuro tecer alguns comentários sobre questões específicas de amansamento de

¹²⁵ Dentre os exemplos que Digard (1988: 31) cita de animais que retornam a um dito estado selvagem se não forem constantemente domesticados estão abelhas, coelhos, porcos, cavalos, gado e gatos selvagens.

búfalos, principalmente a partir da noção de *familiarização* recíproca entre humano e animal.

Esse processo de *familiarização*, contudo, é feito por meio de técnicas que visam “domesticar” os animais, no termo dos vaqueiros. O búfalo, como eles mesmos me descrevem, deve estar sempre sendo “domesticado” para não ficar “mateiro”, embrenhando muito adentro do território distante da sede da fazenda, o que poderia levá-lo a se tornar *bravo*, a atacar pessoas. Essa é a expressão de uma tensão de asselvajamento (ou feralização) do búfalo, ponto que será explorado mais adiante neste capítulo, a partir de distintas concepções sobre a domesticação. A seguir, descrevo alguns dos métodos de que se valem os vaqueiros para “domesticar” búfalos e cavalos.

A DOMESTICAÇÃO DO BÚFALO E DO CAVALO

Durante a etapa de pesquisa na fazenda Campo Novo, acompanhei o processo no qual os vaqueiros haviam separado algumas reses para serem amansadas e trabalharem como bois cavalos, especialmente durante o inverno, quando os campos estão alagados e difíceis de serem atravessados. O *feitor* Vadico me disse que, nos tempos de cheia, eles montam os búfalos e levam cavalos amarrados atrás deles, ou vice-versa, trocando de montaria de acordo com a necessidade do terreno. Entre os animais treinados, haviam *garrotas*, vacas de 3 anos ou mais, e *bois*, os animais castrados. Cada vaqueiro treinava e amansava um animal específico, enquanto os outros o ajudavam com as amarras e segurando o animal.

A noção de que animais devem ser constantemente domesticados (ou “acostumados”) é bastante presente no trato com o gado e se estende a outros animais de criação. Esse é o caso dos porcos, que tomo como exemplo para elucidar essa situação. Os porcos são criados em algumas fazendas tanto para formar um estoque de alimentação para momentos de falta de caça e pesca quanto para complementar a renda da família. Os animais são geralmente criados soltos e deixados à sua própria sorte para se alimentar, recebendo vez ou outra alguma sobra da comida dos humanos. Um dos locais onde mais vi porcos foi na fazenda Campo Novo, que está afastada do

rio e em terreno que se alaga pouco, o que dificulta o acesso a peixes durante todo o ano.

Mesmo que criados soltos, os porcos devem ser manejados de tempos em tempos para não perderem o vínculo com os humanos de quem são propriedade. Em certa ocasião, todos os vaqueiros e suas esposas foram em uma área afastada da casa principal da fazenda para buscar duas porcas e seus filhotes e comandá-los de volta em direção à sede. Estes porcos estavam dormindo e vivendo próximos a um trator estragado e estacionado há muitos meses. Ao se desacostumar com a habitação dos vaqueiros, os porcos tornam-se “da natureza” e, longe dos humanos, os filhotes ficam mais expostos a ataques de gaviões, felinos selvagens ou mesmo cachorros domésticos com fome. Vânia, esposa do *feitor* da fazenda, me explicou que aquela vara de porcos estava se tornando muito “arisca” e os vaqueiros queriam “acostumá-los” com a casa principal novamente. Nesse caso, os humanos dariam um pouco de comida para aquele grupo de porcos para que eles voltassem a gravitar em torno da sede da fazenda.

Enquanto o processo de “acostumar” e convencer algumas espécies a ficarem próximas dos humanos pode ser simples, outras passam por processos mais contundentes. Nas ocasiões em que acompanhei o amansamento tanto de búfalos como de cavalos para o trabalho cotidiano na vaqueirice, o processo envolveu bastante uso de força e contenção, principalmente por meio de amarras e do laço. Mesmo que equinos e bovídeos sejam amansados com o uso do laço e da força, em alguns momentos os gestos bruscos e incisivos com que os vaqueiros lidam com os búfalos se diferenciam bastante da forma com que lidam com os cavalos. A seguir, transcrevo uma cena que vi repetidas vezes, na qual o vaqueiro deve selecionar o cavalo com que irá trabalhar naquele dia:

Primeiro Tico laçou o cavalo. Mas essa foi a parte fácil. O cavalo corria de um lado para o outro com a tropa de cavalos da Campo Novo e, mais de uma vez, Tico perdeu a corda que estava laçada no pescoço do cavalo, quando tinha que correr para pegar sua extremidade. Quando, finalmente, o vaqueiro conseguiu destacar seu cavalo dos demais, ele prosseguiu em se aproximar com extrema cautela e sutileza. Com todo cuidado, colocou o cabresto no focinho do animal e retirou lentamente a corda de seu pescoço. Mesmo assim, o cavalo ainda relutava em seguir seus comandos. Tico então despiu sua camiseta e, cuidadosamente, usou o cabresto da corda para segurar o tecido. Em seguida, amarrou gentilmente as pernas do cavalo e só então colocou a sela no animal que, a esta

altura, já estava completamente imóvel e sem resistir aos encantos do vaqueiro.

No caso dos búfalos, o processo se dá principalmente por meio de amarras. Primeiro, os vaqueiros laçam a rês pela cabeça e depois pelas pernas, amarrando-a de maneiras diversas até derrubá-la. Se a rês está no começo de seu treinamento, ela primeiro recebe a perfuração do septo nasal, por onde passa uma trança de linha de nylon amarrada em forma de anel. O nariz é uma das regiões mais sensíveis dos búfalos e é acionado como meio de forçar o animal a obedecer o comando do vaqueiro que o monta. Esse anel de corda permanecerá no focinho do búfalo e, dali em diante, será controlado por outras amarras que passam por dentro dele.





Prancha 18 - Dominando e perfurando o septo de uma vaca

Prancha 19 - Vaca derrubada

A Prancha 18 demonstra uma sequência em que os vaqueiros derrubam uma *vaca* e perfuram seu septo. A ação foi realizada logo cedo no dia, pois, se extremamente excitada, a rês eleva muito sua temperatura corporal e pode ficar “de sangue quente” (brava) ou mesmo ter algum episódio de hipertermia. Derrubada e contida por diversas amarras, a *vaca* respirava forte e ofegante, tentando por vezes se soltar, até que seu espírito de luta cessou. O processo de furar o septo requer algumas tentativas para abrir o buraco de maneira correta, sendo realizado com a ajuda de um utensílio que os vaqueiros chamam de “furador”, objeto pontiagudo talhado a partir do osso de um búfalo.

Algumas vezes, a forte respiração da *vaca* espirrava sangue nos vaqueiros, que ora riam, ora reclamavam da sujeira. Esse comportamento é característico da postura que os vaqueiros têm em relação ao gado, uma mistura de insultos ao animal dominado com momentos de falas para amansá-lo. Já com o septo perfurado, o búfalo começa a receber treinamento para se tornar *boi cavalo*, o que envolve tentativas de montá-lo de tempos em tempos e de acostumá-lo aos comandos transmitidos pelo cabresto que passa por seu nariz.

Dias depois desse processo de perfuração, o vaqueiro Vadico montava essa mesma *vaca*, que pareceu obedecer relativamente bem os comandos do vaqueiro. Quando perguntei a ele sobre isso, Vadico me disse que ele já havia montado a referida *vaca* algumas vezes, mas “só na cabeça”, ou seja, segurando pelos chifres ou por algum laço atado à sua cabeça. No entanto, o vaqueiro ressaltou que ela tinha ficado ainda mais “macia” de comandar após o furo no septo¹²⁶. O processo, que chamam de “amansação”, institui uma relação intersubjetiva com o boi e marca sua história social e sua trajetória. Mesmo muito tempo depois de ser amansado (e talvez já vendido para abate ou para outra fazenda), o animal é lembrado e os vaqueiros

¹²⁶ Certa vez eu assistia Robertinho, vaqueiro da fazenda Petrolina, preparar um *boi cavalo* para ser montado. O vaqueiro tentava passar uma corda no furo do septo do animal, que deveria ser passada duas vezes, o que levava o *boi* a resistir pelo incômodo. O búfalo sacudia a cabeça e batia com os enormes chifres no “pau” em que estava amarrado. Algumas vezes os pontiagudos chifres passavam bem próximos do rosto do vaqueiro, mas Robertinho não parava de repetir: “este boi é muito manso, esse boi é muito manso”.

ainda discutem quem foi o responsável por torná-lo um *boi cavalo*. Este fato pode marcar a qualidade de *manso* do *boi*, pois quem faz a “amansação” é quem deve nomeá-lo, e há vaqueiros que são considerados melhor de “amansação” do que outros, o que pode ser verificado pelos nomes que me foram ditos: Peixinho, Desafio, Quebra-osso¹²⁷, Carroceiro, Cachaceiro, Seladinho.

Todo o processo de amarras e perfuração é, certamente, bastante doloroso para o animal. Porém, ser escolhido para se tornar *boi cavalo* dá ao ele a possibilidade de viver mais do que os demais búfalos da fazenda, pois o treinamento demora meses e, após esse trabalho, dificilmente os vaqueiros selecionam a rês treinada para embarcar rumo ao abate. Os vaqueiros apontam que um “é o trabalho” de determinado búfalo, desenvolvendo com estes animais uma relação mais duradoura e profunda do que normalmente ocorre com os demais búfalos do plantel. Assim, se o processo tem o ônus do rito de passagem doloroso e do trabalho cotidiano futuro, o búfalo tem como recompensa o contrato tácito de que irá viver mais do que seus pares que não trabalham.

Quando questiono se é possível fazer o mesmo com bovinos, treiná-los para o trabalho na fazenda, o *feitor* Vadico me explica que sim, porém que é mais difícil. Com o búfalo, “duas ou três vezes” montados o animal já está manso. O processo de doma e treinamento seria semelhante no caso dos cavalos, visto como um ser mais difícil de domar: “o cavalo custa mais um pouquinho para domesticar ele, governar. Com quatro ou cinco montadas que ele governa”. Quando o cavalo é muito bravo, me explica, eles fazem a *peia cearense*, método em que amarram uma das pernas traseiras do cavalo de maneira que ela fique levantada sem que o animal consiga esticá-la (Cf. Prancha 20, pág. 245). Isso limita a movimentação do cavalo e, ao mesmo tempo, o impede de dar coices, minando gradativamente sua energia e capacidade de resistência.

Só depois de algumas horas nessa posição é que o cavalo se deixa montar e, minimamente, responde aos comandos do vaqueiro. Estes normalmente aproximam-se com o máximo de cautela e sutileza e tentam, primeiramente, colocar a *cabeçada* no cavalo, corda trançada de maneira a se encaixar na cabeça e face do animal. Em seguida, tentam vendá-lo de algum modo, seja utilizando um pano ou camisa, seja

¹²⁷ O *boi cavalo* chamado de Quebra-osso recebeu esse nome porque foi “amansação” de Cuca, que teve o pé quebrado devido a uma pisada do búfalo.

seu próprio chapéu. Isso limita a visão periférica do cavalo, que tende a se espantar menos antes do cavaleiro subir em seu lombo.

Nessa situação, um cavalo ainda em processo de amansamento deve ser montado sem sela, “no pêlo”, como dizem. Primeiro, porque colocar a sela em um cavalo que não aceita proximidade seria um problema. Segundo e principalmente, porque, caso precise, fica mais fácil o cavaleiro saltar do cavalo sem se prender. Em conversa sobre o cavalo que estava na *peia*, os vaqueiros me disseram que ele já havia sido montado duas vezes, mas que, ao ficarem por mais de dois meses sem montá-lo, ele ficou “bravo” de novo. Essa explicação pareceu-me estar em consonância com o que é teorizado por Digard (1988), para quem a ação de domesticar é necessariamente contínua, cotidiana e deve ser renovada.

Para aprofundar algumas questões sobre esses processos de amansamento, gostaria de remeter à tipologia proposta por Carole Ferret (2014: 279), que se dedicou a construir “um quadro teórico para a compreensão das diferentes dimensões ou aspectos da ação humana”. Ferret baseia-se na distinção ampla que Haudricourt (2013 [1962]) fez entre ações “diretas positivas” e “ações indiretas negativas” e que propôs como chave interpretativa sobre processos de domesticação de animais, cultivo de plantas e relações humanas. Ao complexificar essas categorias, Ferret (2014: 282) afirma que “uma ação pode ser descrita como *ativa*, *passiva* ou *intervencionista*, de acordo com a atividade”. A ação intervencionista seria caracterizada pelo empenho do sujeito em transformar radicalmente o objeto por meio de atividades frequentes.

Nas fazendas de búfalos do baixo Araguari, é possível dizer que há animais domesticados (ou acostumados) de forma mais próxima a uma atitude passiva, como os porcos, que normalmente vivem nas proximidades das casas das famílias e só demandam atenção em casos raros, ou mesmo os cachorros, que tendem a seguir os vaqueiros e aprendem a se portar em ações de trabalho com o gado sem um treinamento específico. Essa atitude passiva no amansamento de algumas espécies, contudo, não significa simplesmente uma forma de estagnação (Ferret 2014: 285), pois, se esses animais saem de um comportamento esperado, há intervenção para que voltem a agir como os humanos desejam, como no caso dos porcos.

Se no caso de animais como cães e porcos a domesticação é relativamente mais simples, no sentido de que os animais se adaptam à rotina e trabalho dos humanos sem muita necessidade de uma postura ativa com eles, o mesmo não pode ser dito em relação aos bovídeos e equinos das fazendas. Na terminologia proposta por Ferret, os

búfalos se localizariam no outro extremo da atitude passiva, pois demandam um tratamento tanto ativo quanto intervencionista. Isso porque, além de manejados, laçados, conduzidos, realocados e ordenhados, os búfalos têm seus corpos modificados por meio de cortes, marcações e da castração.

Por sua vez, aos cavalos é destinado um tratamento ativo e gradual em seu amansamento. Idealmente, não se deixem os animais sem um manejo e doma constantes, para que eles não voltem a se tornar *bravos*. Enquanto o resultado dessa atitude ativa no amansamento dos búfalos produz animais que, ao menos teoricamente, não se espantam com a presença de humanos (nem os atacam), no caso dos cavalos o trabalho do vaqueiro é torna-los “bom pra trabalhar”, expressão que exploro melhor a seguir.

“Bom pra trabalhar”

De modo a compreender a importância de cavalos mansos, prontos para o trabalho do vaqueiro, comento uma negociação que ocorreu durante minha pesquisa. Ainda no *verão*, época seca, o *marchante* Valdir, que costumava negociar com os proprietários das fazendas Campo Novo e Paraíso, trouxe cavalos para serem comercializados na região do baixo Araguari. A balsa de Valdir veio carregada com estes animais e o objetivo era vendê-los para retornar somente com o carregamento de búfalos para o abate na capital Macapá. Na ocasião, eu estava na fazenda Campo Novo, que fica a alguns quilômetros para dentro do território, na margem oposta à da Rebio e um pouco afastada do acesso ao rio Araguari (Cf. Mapa 2, pág. 8).

Quando os vaqueiros da Campo Novo souberam que o patrão havia enviado comando para selecionarem alguns cavalos do lote trazido pelo *marchante*, restavam já poucos animais à venda e eles me disseram que desconfiavam não haver mais nenhum cavalo bom disponível. Por serem jovens e sadios, os cavalos eram vendidos a cerca de R\$ 1.000,00 cada um, um valor considerado alto para o animal. A balsa estava atracada próxima à fazenda Paraíso, de propriedade da mesma família da fazenda Campo Novo. Os vaqueiros da Campo Novo brincavam que lá [na Paraíso] os cavalos estariam “bons para morrerem de picada de cobra”, pois havia muitas jararacas no terreno. Perguntei se na Campo Novo era diferente e eles me explicaram

que, nesta fazenda, existiam menos cobras devido às queimadas que eles faziam de tempos em tempos¹²⁸. A fazenda Paraíso, por sua vez, fica no território da Rebio e isso coíbe o uso de técnicas de queimadas.

Os vaqueiros expressaram que viam com desconfiança a aquisição de cavalos de fora da fazenda, pois apenas muito raramente estes vinham com algum nível de treinamento e restava aos vaqueiros a tarefa de domá-los e treiná-los, o que envolvia muito perigo e não lhes trazia qualquer ganho extra. Um cavalo já domado, dizem, vale muito mais que um cavalo ainda *pordo* – ou seja, o cavalo sem adestramento, *bravo*. Como precisam de cavalos mansos e “bons de trabalho” para as atividades da vaqueirice, com frequência eles têm de treiná-los por si mesmos.

Assim como fazem com os búfalos, os cavalos também são comumente castrados. Cavalos inteiros não são considerados “bons para trabalhar” por se cansarem mais e não ganharem tanto peso. Igualmente, desconcentram-se e não obedecem se houver uma égua por perto. A idade ideal para castrar um cavalo é por volta de seus dois anos de vida, quando os dois testículos já “arriaram”, ou seja, já se desenvolveram¹²⁹. Desse modo, o cavalo *manso* e “bom para trabalhar” é um ser desenvolvido gradativamente pelo vaqueiro. Por isso, os vaqueiros apontam que, algumas vezes, se frustram ao treinar um cavalo por meses sem receber sequer uma remuneração específica para a tarefa e, depois, veem o dono da fazenda negociá-lo em alguma transação.

Por outro lado, o *feitor* Vadico também ironiza o fato de que, em algumas fazendas, os vaqueiros não são capazes de amansar cavalos e tentam sempre adquirir cavalos já mansos. Como diz, “o pessoal aí pra cima [fazendas mais subindo o rio Araguari] só quer comprar cavalo manso. O caboclo arrisca a vida amansando cavalo

¹²⁸ A prevenção de animais da fazenda contra picadas de cobras, principalmente Jararacas (*Bothrops jararaca*), é uma das atribuições do vaqueiro. Mesmo considerando haver poucas cobras na fazenda Campo Novo, Vadico certa vez me disse ter vistoriado uma cerca relativamente próxima à sede da fazenda, porque vários cavalos e búfalos haviam sido picados por lá. Normalmente, os animais sobrevivem se são adultos e saudáveis, mas a morte por picadas de cobras é relativamente comum, principalmente se a picada ocorrer na região do pescoço, fazendo com que o veneno se espalhe rapidamente.

¹²⁹ Os vaqueiros me explicaram que até certa idade os “bagos” (testículos) dos cavalos não ficam expostos, pois estão dentro do animal. A partir dos dois anos de vida, um dos testículos “arreja” e, em poucos dias, o outro também surge, quando é o momento de castrar o animal. Diferentemente da castração de bezerros, realizada em uma *laçada* com vários vaqueiros montados, o cavalo é castrado em um curral com o trabalho de poucos vaqueiros, que realizam o processo com cuidado para que o cavalo não se debata muito e tenha uma recuperação rápida.

e vai vender por R\$ 900?”. Ao dizer isso, ele sugere que o que as pessoas estão dispostas a pagar por um cavalo manso não compensa os riscos e o trabalho de treiná-lo. Há ainda em sua crítica uma valorização da habilidade de “trabalhar” um cavalo *pordo*, ao complementar que, para aqueles que conseguem comprar cavalos *mansos*, normalmente, “não vai ser cavalo bom”, pois serão animais mais velhos e desgastados.

Outro vaqueiro certa vez me disse que, se o dono da fazenda vendesse dois dos melhores cavalos – que eram cobiçados pelo *feitor* da fazenda vizinha – ele “pediria as contas”, se demitiria. . Nessa conversa, um vaqueiro interveio comentando que, se o dono da fazenda vendesse os cavalos, ele deveria dar uma parte para eles. E conta que o antigo *feitor* daquela fazenda ganhou cerca de R\$150 por cada cavalo vendido. De qualquer modo, em sua fala fica claro que os vaqueiros nem sempre costumam receber uma gratificação ou pagamento extra por amansarem cavalos, o que parece ocorrer em outros contextos de vaqueirice. No caso dos vaqueiros pantaneiros, Sússekind (2010: 42) ressalta que, nas fazendas do Pantanal, os pecuaristas costumam pagar a mais para vaqueiros domarem os cavalos, pois estes são tidos como fundamentais: “a qualidade do cavalo ou da mula é destacada pelos peões como fundamental para o sucesso no laço, que é a principal ‘arte’ do campeiro e também aquilo que o distingue e valoriza perante os demais”.







Prancha 20 - Vaqueiros domam cavalos

Prancha 21 - Cavalo Bravo

Prancha 22 - Dario laça um cavalo em meio à manada

Nas duas primeiras fotografias mostradas nas prancha acima, os vaqueiros da fazenda Campo Novo Vadico, Chico e Dadá trabalham com diferentes técnicas de doma de cavalos ainda não amansados. A primeira imagem mostra uma técnica em que os vaqueiros tampam a vista do cavalo (já laçado) para que ele não veja quando eles se aproximam com a sela para prepará-lo para ser montado. Nesse caso, o cavalo já tinha sido domado em outras ocasiões. A segunda imagem mostra o que os vaqueiros chamam de peia, método em que se utilizam de cordas para amarrar uma das patas do animal, impossibilitando-o de lutar e coicear. Na ocasião, o vaqueiro Vadico aparava os pelos do rabo do cavalo. Os vaqueiros deixam o cavalo amarrado assim por bastante tempo para cansá-lo e minar o seu espírito de luta. A terceira imagem na prancha seguinte mostra um cavalo nunca antes laçado lutando contra a força da corda e do pau que o seguram. Na última prancha, uma sequência de duas fotos mostra a movimentação do grupo de cavalos e a maneira como o vaqueiro se posiciona, quando a pé, para laçar um indivíduo. Inicialmente, o vaqueiro (destro) deve se posicionar de modo a deixar o cavalo à sua esquerda para que o giro do seu corpo no movimento do arremesso do laço lhe coloque de frente ao animal laçado.

Quando já amansado, ou “morgado”, o cavalo com frequência continua com a tendência de fugir da presença do vaqueiro, que normalmente tem de levar os animais até um local cercado para selecionar qual indivíduo irá montar naquele dia. Essa ação de separar o cavalo ocorre por meio do laço e do posicionamento do vaqueiro, que deve ser capaz de laçar especificamente aquele indivíduo em meio ao grupo. Há casos também em que o vaqueiro consegue se aproximar do cavalo sem espantá-lo, utilizando-se de movimentos sutis e pouco barulho. Em todo caso, uma diferença clara entre um cavalo bravo e um já amansado é seu comportamento quando com a corda no pescoço. O cavalo bravo luta constantemente contra a amarra, enquanto o manso normalmente aceita a situação com mais facilidade.

Desse tipo de cavalo, que se mostra mais manso já laçado, os vaqueiros dizem estar mais “macio do pescoço”. Mesmo se estiver um pouco mais arisco do que outros

cavalos mais mansos, aquele que já está mais “macio do pescoço” normalmente “se dobra para a corda”, ou seja, se deixa ser conduzido. Nesse caso, o vaqueiro pode aproximar-se lentamente e colocar a corda em seu pescoço. Contudo, até mesmo os cavalos mais mansos tendem a fugir da aproximação do vaqueiro, que deve se aproximar sutilmente do animal antes de arremessar seu laço. Esses dois comportamentos, o do cavalo “duro de pescoço” e o do “macio do pescoço” são antagônicos e pontos extremos, pois a maioria dos animais encontra-se em algum estágio entre eles, o da aceitação e o da resistência ao laço.

Termo semelhante é dito em referência à outra parte do corpo do animal, quando dizem que o cavalo é “macio da cara”, ou seja, já aceita o cabresto e seus comandos sem muita resistência¹³⁰. Essa característica compõe outro binômio para descrever se o cavalo é ou não treinado, pois o *pordo* é o cavalo ainda sem adestramento – ou seja, *bravo* – e o *cabrestado*, aquele que aceita o uso e os comandos dados pelo cabresto. Essa escala entre diferentes níveis de amansamento dos cavalos segue a mesma lógica daquela elaborada sobre os búfalos, apesar de qualitativamente distinta.

Tal como descrito pelos vaqueiros, há pelo menos três estágios mais gerais de ferocidade dos búfalos. O mais extremo destes seria o búfalo totalmente *bravo*, como os *orelhudos*, que podem ser asselvajados e ariscos, fugindo da presença humana ou, pior, atacando pessoas. Um estágio mais manso seria quando o animal reconhece a presença dos vaqueiros e obedece em certo nível aos seus comandos sonoros, físicos e espaciais (como quando é cercado pelos vaqueiros montados). Contudo, este gado tem sempre a possibilidade de reverter a um estado de *bravo* caso não seja manejado com frequência, ou mesmo de incorrer a episódios em que fique de “sangue quente”. Por último, há o nível de animais totalmente *mansos*, caso mais raro, em que as reses chegam a ter nomes ou “apelidos” e se reconhecem neles. Este é o caso das *vacas* que são ordenhadas e dos *bois cavalos* que trabalham como animais de carga nas fazendas.

Dito isso, é possível pensar algo semelhante no caso dos cavalos, aos quais os vaqueiros atribuem, pelo menos, quatro estágios amplos de domesticação. Há os cavalos *pordos*, totalmente *bravos*, nunca ou pouco montados. Estes cavalos devem

¹³⁰ Banducci Junior (2007: 114) narra termo e entendimento semelhante entre os vaqueiros pantaneiros, que cunham o cavalo que não responde aos comandos do cavaleiro como de “queixo duro”.

ser imobilizados pela técnica da *peia* antes de qualquer tentativa de montá-los, o que envolve várias amarras para minar a vontade do animal de resistir aos comandos do vaqueiro. Do mesmo modo, estes cavalos são normalmente montados sem sela, “no pêlo”, para facilitar sair de cima deles em caso de necessidade ou queda. Pela dificuldade de comandá-los corretamente, cavalos *pordos* normalmente só são montados em distâncias curtas. O processo envolve uma negociação constante entre o animal e o cavaleiro por meio da *cabeçada*, que cansa fisicamente tanto um quanto o outro.

Após os *pordos*, existem aqueles cavalos chamados de “novos”, que já aceitam que os vaqueiros lhes selem e lhes montem. Reconhecendo e aceitando parte dos comandos dos vaqueiros, os cavalos “novos” podem ser usados em tarefas mais simples com o gado. Porém, como ainda não são considerados totalmente *mansos*, não são recomendáveis em certas atividades, como, por exemplo, no transporte de cargas, que podem ser derrubadas no ato do comando.

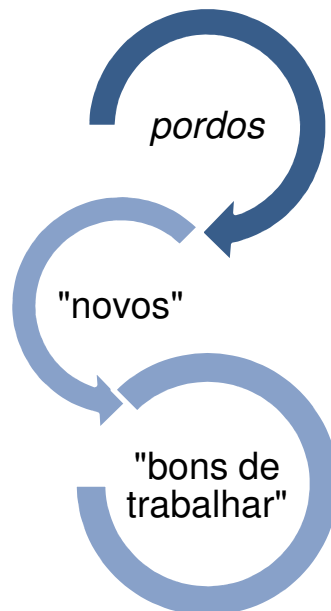
Após certo período de treino, os cavalos passam a ser mais confiáveis e raramente desobedecem aos comandos do cavaleiro. Nesse caso, são considerados “bons de trabalhar”. Estes são comumente os cavalos mais usados no trabalho com o gado, seja em ações de laçada, seja adentrando o território em busca de reses. Idealmente jovens e com vigor, estes cavalos são fortes e ágeis. Seu temperamento ainda não totalmente pacificado os torna explosivos e capazes de reagir às fugas de búfalos e outros animais.

Depois de anos de trabalho com o gado, o animal gradativamente vai se tornando um cavalo *velho*, mais vagaroso e incapaz de acompanhar, em uma “carrera”, os demais animais. Estes cavalos são usualmente usados por mulheres, crianças e visitantes que, comumente, têm menos habilidade e capacidade de comandar um cavalo “bom pra trabalho”. Os vaqueiros dizem não gostar de montar em cavalos muito mansos e velhos como os que me davam para montar. Eles são considerados muito lentos e é necessário “dar porrada” ou “sentar porrada” com frequência para que eles cavalguem mais rápido. Quando em idade muito avançada e incapazes mesmo de suportar o peso de um humano, os cavalos são normalmente deixados para pastar no território da fazenda, situação na qual se diz que eles “aposentaram”.

Assim, no caso dos búfalos, há diferentes processos de amansamento por meio dos quais esses animais se “acostumam” aos vaqueiros. Nesse sentido, é possível,

inclusive, remeter à terminologia proposta por Ingold (1980: 23) para distinguir a “doma”, o “arrebando” e a “procriação”. Nas fazendas do Araguari, há animais considerados simplesmente *mansos* que não se mostram ariscos ou agressivos com a presença humana, o que corresponderia à ideia de doma para Ingold. O arrebando, por sua vez, corresponderia à própria atividade de pecuária bubalina, próxima ao que Ingold chama de *rancher*, com objetivos voltados à comercialização dos animais. Dentre estes, alguns são ainda treinados para atividades específicas, como o trabalho cotidiano nas fazendas, no caso do *boi cavalo*, ou a ordenha e a produção leiteira, no caso da *vaca mansa*, que tem a sua procriação controlada e condicionada para a produção nas fazendas.

Já o treinamento dos cavalos é mais linear, pois não há finalidades distintas para diferentes cavalos, todos devendo trabalhar com os vaqueiros no deslocamento pelas fazendas, no transporte de cargas e na perseguição de gado. No entanto, assim como acontece com os búfalos, sem um processo de trabalho contínuo os cavalos também podem se *desdomesticar*, o que vai ao encontro da teoria de Digard (1988), que sustenta que a domesticação é um processo nunca completamente acabado.



A noção de que os animais devem ser constantemente manejados, treinados e *domesticados* é, portanto, bem difundida na cultura da vaqueirice. Para evocar essa ideia, gostaria de recorrer a um caso que um vaqueiro contou para colegas de outras fazendas. Ele dizia ter visto certa vez uma onça “porruda” (grande) caminhando em

um trecho limpo da fazenda em que trabalhava. No ímpeto de matá-la, o vaqueiro pegou logo um cavalo para persegui-la, mas este, não tão *manso*, jogou-o ao chão durante a “carreira”. Acompanhado de seus cachorros, o vaqueiro os viu perseguir a onça dentro do *mato* e disse que ouviu um deles gritar. Pensou que o cachorro havia morrido, mas os cães logo saíram todos do mato. Ilesos, porém sem sucesso, o vaqueiro justificou que, na época, eram cachorros novos que não estavam “acostumados” a caçar onças. Muito se fala em cachorros “bons caçadores”, expressão geralmente utilizada em tom de brincadeira ao se analisar se um filhote será “caçador de onça”¹³¹.

No caso narrado fica claro que o vaqueiro reconhece a necessidade do desenvolvimento dos animais em processos de aprendizagem para o trabalho cotidiano, que implica, eventualmente, perseguir outros animais, como onças. Se o vaqueiro em questão estivesse acompanhado de animais já bem treinados, como um cavalo “bom de trabalho” que não lhe jogasse ao chão e cachorros “bons pra caçar onça”, sua perseguição teria provavelmente um desfecho mais favorável. Os próprios vaqueiros descrevem esses processos de treinamento como *domesticar* ao dizerem que determinados animais são domesticados, como no caso do *boi cavalo*. O quadro a seguir faz uma síntese dos estados de asselvajamento/ amansamento apresentados até aqui.

	<i>Bravo</i>	<i>Manso</i>	<i>Bom pra trabalho</i>
Búfalo	Mateiro / Sangue quente	Ordenha	Boi cavalo
Cavalo	Pordo	Cavalgada	Laçada
Cachorro	Ataca animais domésticos	Não ataca outros animais	Caçada
Porcos	“Da natureza”	Acostumados com a casa	

Mesmo que nesta tese o búfalo tenha uma posição central, é importante compreender que, para os vaqueiros, os outros animais com que trabalham devem se desenvolver nas atividades próprias da vaqueirice, seja ela a perseguição, a cavalgada

¹³¹ Sobre o treinamento e concepções sobre cachorros na caça das onças, ver Sússekind (2010). Sobre o papel de cães domésticos em cosmologias ameríndias, ver Vander Velden (2012) e Kohn (2007).

ou a ordenha. Portanto, podemos nos amparar nos apontamentos de Digard (1990) a respeito da domesticação enquanto processos compreendidos em uma diversidade de relações possíveis no interior de um determinado sistema domesticatório. Se o autor pondera que nenhuma espécie animal pode ser considerada como total e permanentemente domesticada, a ação de domesticar é, necessariamente, contínua e os animais podem se “desdomesticar”.

Nesse sentido, se o processo de *familiarização-amansamento* (Vander Velden 2012) recíproco entre humano e animal (Sigaut 1988) é feito por meio de técnicas que visam tornar os animais “bons de trabalho”, no termo dos vaqueiros, este estado deve ser continuamente renovado. Isso porque animais como búfalos e cavalos (ou mesmo porcos e cachorros) podem voltar a apresentar comportamentos indesejados caso fiquem muito tempo sem contato com os vaqueiros e sem serem manejados, tais como se tornarem *mateiros* (búfalos), *pordos* (cavalos) ou distanciarem-se do convívio com humanos e se tornarem “da natureza” (porcos).

Igualmente, treinar os animais para o convívio e o trabalho nas fazendas envolve ainda um outro aspecto da questão, a saber, o processo reverso de domesticação do humano, descrito por Cassidy (2007:10) por expressões como mutualismo, simbiose e reciprocidade. Sendo a domesticação uma forma de *socialização*, ela também altera e conduz as atividades dos humanos. Assim, quem domestica é, também, domesticado em uma determinada relação. Ou, em outras palavras, o modo de relação faz o animal, mas também o humano. E, aqui, interessa-me um tipo específico de produção de humanos, os chamados *vaqueiros*, que não *são*, mas se *tornam* vaqueiros a partir de determinados atributos que eles mesmos consideram que os compõem. Para compreender esse processo, dedico-me à descrição e análise dos objetos técnicos de formação do vaqueiro no capítulo seguinte.

4



CAPÍTULO 4:

TORNAR-SE VAQUEIRO – O LAÇO, O CAVALO E O TERÇADO

Na criação de búfalos do Araguari as habilidades de lida com o gado e de desenvolvimento dos objetos técnicos necessários no cotidiano são consideradas essenciais à definição da atividade do vaqueiro¹³². A abordagem que proponho aqui descreve não somente a relação interespecífica direta entre humanos e búfalos, mas um tipo de interação em que estão envolvidos também outros animais (cavalo, cachorro) e objetos técnicos. De modo que não estamos falando aqui de uma relação entre humanos e animais, apenas, mas de um conjunto de mediações que instituem o búfalo e o vaqueiro. Assim, para melhor compreender esse aspecto, em diferentes momentos de conversas eu perguntava para os vaqueiros o que eles consideravam essencial para sua atividade. A resposta variava de acordo com o contexto, mas inevitavelmente os vaqueiros apontavam que, para o trabalho na vaqueirice, eram necessários um cavalo “bom de trabalho”, uma corda (ou laço) e um terçado (ou faca).

A partir disso, pode-se afirmar que para compreender a ação do vaqueiro é importante nos voltarmos a pelo menos três elementos que compõem seu ofício e são indispensáveis à sua prática. O primeiro que gostaria de destacar é o *laço*. Composto a partir do trabalho com cordas de nylon industrial, o laço do vaqueiro é o meio pelo qual ele lida tanto com o búfalo quanto com o *cavalo*, o segundo elemento destacado neste capítulo. As relações que os vaqueiros têm com os cavalos com os quais trabalham são bastante diferentes das que mantêm com os búfalos e os demais animais da fazenda. Comumente um vaqueiro refere-se a um cavalo como “máquina”, palavra que pode indicar a noção de potência, mas que também faz referência direta à condição de seu uso no trabalho.

A relação íntima e a coordenação das ações entre vaqueiros e cavalos propiciam um debate amplo sobre a percepção do ambiente e as relações interespecíficas, que

¹³² É possível considerar que esse traço está presente em situações de trabalho com o gado de maneira geral, pois algo semelhante é descrito em outros contextos de vaqueirice (Banducci Junior 2007; Bornholdt 2008).

busco aprofundar na seção dedicada à descrição do *cavalo*. Este compõe com o vaqueiro um conjunto que possibilita diferentes ações que seriam impossíveis de serem realizadas quando desmontado – pois o cavalo transforma e, em grande medida, institui o vaqueiro. Por último, tomo a figura do *terçado* como expressão de aspectos de masculinidade e afirmação de domínio sobre outros animais e seres.

A abordagem que busco nesta pesquisa também a posiciona no debate da antropologia da técnica. Nesse sentido, uma inspiração direta são os aportes teóricos de Tim Ingold, que busca compreender as técnicas como capacidades de ação e percepção do ser situado em um ambiente específico, o que implica em mudanças importantes no foco da pesquisa. Como afirma o autor, habilidades (*skills*) são algo tanto biológico quanto cultural, ao mesmo tempo uma forma de conhecimento e de prática (2000: 5, 316).

Com isso, busco considerar o terçado não a partir de sua função, o corte, mas a partir de suas relações e potencialidades, tal como no caso de o vaqueiro se proteger de potenciais riscos na vaqueirice. Isso porque a conexão com o laço ou o terçado transforma a posição fenomenológica do sujeito. A proposta aqui é compreender as relações entre humanos, animais e artefatos para entender a constituição de seu mundo e deles próprios (Sautchuk 2007). Tal como Dominique Lestel (2002: 58) considera em suas abordagens sobre relações entre humanos e animais não-humanos, “os seres humanos são os seres vivos que inventam novas e originais vias de acesso a outros seres vivos usando mediadores não-vivos”.

A materialidade criada para acessar outros animais dá origem ao que Lestel chama de “associações seletivas”, que expressam uma determinada relação com o animal acessado. Vale retornar ao argumento apresentado no primeiro capítulo, em que determinados grupos acessavam os búfalos por meio de articulações distintas, como mapas de concentração de gado, tabelas de aumento dos rebanhos, monitoramento da qualidade dos solos ou cifras da economia da pecuária estatal. No caso dos instrumentos de trabalho do vaqueiro no cotidiano com o búfalo, o objetivo não é pensar esses diferentes elementos isolados na análise, mas apresentá-los como parte de uma mesma rede de interações que compõem as atividades cotidianas e a prática do vaqueiro, o que busco fazer nas seções a seguir.



Prancha 23 - O Laço, o Cavalo e o Terçado

Elementos técnicos constitutivos da atividade da vaqueirice, o Laço, o Cavalo e o Terçado merecem destaque por encerrarem em si processos distintos de aprendizado e potencialidades.

O LAÇO – UMA AMARRA SIMÉTRICA

Pergunto aos vaqueiros sobre o laço, como se aprende a usá-lo. Eles me dizem que aprendem quando criança olhando os outros, brincando, imitando. Olham os adultos e depois brincam de laçar no curral e no chiqueiro. Primeiro laçam cercas, depois porcos, até chegarem a laçar bezerros. Pergunto como se laça um cavalo em meio a tantos outros e me explicam que é preciso separar o animal. Separar o cavalo e jogar o laço bem largo.

(Trecho de meus cadernos de campo).

Dentre os elementos técnicos que compõem um vaqueiro, notoriamente, um dos mais usados é o *laço*. Este é um utensílio que acompanha a vida do vaqueiro desde suas primeiras atividades em relação aos bovídeos e equinos e, mesmo nas atividades mais simples com os animais, o vaqueiro recorre ao seu uso. Como expressam os vaqueiros, saber realizar diferentes tipos de nós e trançados é tido como uma habilidade básica, tanto quanto saber usá-los.

Composto por uma corda trançada pelos próprios vaqueiros, a partir do nylon de uma corda mais grossa, de origem industrial, o laço tem a extensão de cerca de 15 metros de comprimento até sua extremidade. Os dois metros finais constituem a *alça*, que apresenta um trançado diferenciado e que desemboca em uma argola de metal por onde a corda será passada de maneira a formar o laço propriamente dito. Quando arremessado sobre o alvo a ser laçado, a tração da corda faz com que a parte da alça deslize por dentro da argola e efetivamente prenda o animal. A argola de metal substitui algumas variações de amarras possíveis para formar um laço e evita o estrangulamento do animal laçado, pois ela afrouxa e recua a amarra quando o animal pára de se debater.





Prancha 24 - Vaqueiro laça bezerro

Prancha 25 - Bezerro caído

O laço pode ser compreendido como forma de extensão da ação motora e força do conjunto formado pelo vaqueiro e seu cavalo¹³³. De igual modo, o acoplamento com o laço propicia uma área de atuação diferente a depender se o vaqueiro estiver montado ou a pé, o que nos leva novamente à sua relação com o cavalo. Essa situação também se modifica caso o animal a ser laçado estiver encurralado ou em campo aberto. E, não menos importante, há bastante diferença entre situações em que o animal é *manso* e nas quais ele é *bravo*.

Nesse sentido, considero importante pensar em que situações e de que maneira são amarrados os búfalos para, a partir disso, perceber distâncias e nuances dessas amarras. Da forma como é utilizado no contexto da criação de búfalos no baixo Araguari, o laço pode ser considerado como um elemento marcante do modo de criação extensiva de gado, pois, em criações de modo intensivo por meio do confinamento, a forma de lidar com os animais é outra (Cezar *et al*, 2005). Dentre os elementos normalmente associados ao modo de manejo extensivo inclui-se a força (Medrado, 2012: 128), que se materializa nas diversas amarras proporcionadas pelo laço. Esse é também o caso de outros contextos de vaqueirice, como no Pantanal, abordado por Banducci Junior (2007), e dos gaúchos, descrito por Bornholdt (2008).

Em sua tese, Bornholdt (*ibid.*: 145) explica que o *campeirismo* é o conjunto de habilidades (*skills*) e conhecimentos práticos dos gaúchos, o que envolve cavalgar, laçar e domar cavalos. Algo semelhante é dito por Banducci Junior ao descrever que, na época de sua etnografia (década de 1990), os vaqueiros pantaneiros produziam seus próprios laços a partir de tiras feitas do couro dos bovinos abatidos nas fazendas¹³⁴:

Os peões costumam ser excelentes artesãos do couro, definindo inclusive essa habilidade como uma condição básica do “ser” pantaneiro, ou melhor, dentro de sua perspectiva, é peão do

¹³³ Semelhante à maneira que Sautchuk (2007) propôs compreender a relação entre o proeiro e seu arpão.

¹³⁴ Em sua etnografia no mesmo contexto pantaneiro, Sússekind (2010: 50) descreve que na atividade da vaqueirice no pantanal o laço é feito dessas tiras de couro dos bovinos, o que o autor considera um duplo dispositivo de captura, já que é fabricado do mesmo animal que serve para capturar.

Pantanal não apenas o indivíduo que tem habilidade com o gado e montaria, mas aquele que domina os afazeres ligados ao campo, dentre eles a fabricação dos artefatos para seu trabalho (Banducci Junior 2007: 55).

Essa concepção pode ser vista de maneira semelhante no contexto da vaqueirice no baixo Araguari. Como me explica Seu Branco, um dos pecuaristas com quem dialoguei durante a pesquisa, antigamente os vaqueiros marajoaras e do Araguari faziam suas cordas a partir de tiras de couro dos bovídeos, que eram trançadas de forma a constituir o laço. “Um artesanato”, como definiu Seu Branco. A maioria dos vaqueiros que conheci tinha origens no Pará, principalmente na ilha do Marajó. Eles dizem que há mais empregos na região do Baixo Araguari do que na grande ilha próxima. Com uma tradição mais extensa nas práticas da vaqueirice, o Marajó é também descrito como o local de onde são trazidos itens superiores em termos de qualidade, como selas e bainhas. As selas produzidas em Macapá são avaliadas pelos vaqueiros como inferiores, pois envergam mais rápido com o uso, além de serem consideradas mais feias.

A noção de que vaqueiros do Marajó são melhores de trabalho parece ser relativamente difundida nas fazendas de búfalos do Araguari. Com frequência, os vaqueiros referiam-se à condição de marajoara como um atestado que qualifica e cria a expectativa de que o sujeito é um bom vaqueiro. Uma das vezes em que ouvi esta referência foi ao conversar com um pecuarista que contava de um velho vaqueiro vindo do Marajó para trabalhar em sua fazenda. Devido à idade avançada, perto de oitenta anos, o dono da fazenda duvidou de suas capacidades para o trabalho, apenas para se surpreender, como ele mesmo relata, com a perícia que o vaqueiro demonstrou com o laço¹³⁵.

O laço utilizado na região é composto da “corda”, termo genérico para definir a maior parte do laço, a “argola” de metal em que corre a corda, e a “alça”, parte diferente do restante do laço que é aberta em forma circular para se atar ao animal laçado. Atualmente, os vaqueiros desfiam uma corda industrial produzida de nylon azul para trançar seus laços. Mais grossa e menos firme, a corda de nylon em seu formato original é considerada muito *mole* para o trabalho de enlaçar. A formação da corda original é, então, repartida em quatro novas partes, chamadas de “pernas”. A corda do laço é um padrão feito a partir de três destas quatro “pernas”, enquanto a

¹³⁵ Em outra ocasião, também vi um vaqueiro se defender contra os chistes em função de uma laçada errada dizendo que ele era *marajoara*, ou seja, um vaqueiro habilidoso.

“alça” é mais reforçada e formada a partir de oito “pernas” de menor espessura do que aquelas que compõem o restante do laço. A espessura de uma “perna” é decidida pela pessoa que faz a corda, mas é importante que todas as pernas sejam da mesma espessura para formar um trançado homogêneo. O processo de transformar uma corda industrial de nylon em um laço de vaqueiro é referido como “bater corda”, que descrevo a seguir.

Bater Corda

São comuns as ocasiões em que os vaqueiros se juntam com *compadres* de outras fazendas para “bater corda”, nome que dão ao evento de produzir o laço de trabalho do vaqueiro. Nem todas as fazendas possuem os instrumentos necessários para trabalhar a corda de nylon, um sistema de manivelas e peões de madeira. No processo, os vaqueiros separam o nylon da corda original em três “pernas” de igual espessura e dimensão. Os fios que compõem as “pernas” são colocados na extremidade chamada de “cavalo”, um cavalete de madeira com uma base larga. No outro extremo há uma base de madeira fixa onde ficam manivelas que giram as três “pernas” individualmente.

Normalmente uma pessoa senta-se sobre o “cavalo” para gerar peso e causar maior resistência na tração, pois, durante a formação do trançado, o “cavalo” é puxado em direção à outra extremidade. As pontas das “pernas” são atadas às paletas que são rodadas individualmente, em um movimento que forma o trançado. Ao longo da extensão das “pernas” se move o “peão”, aparato de madeira por onde passam as três “pernas” e que as guia para saírem unificadas pela tensão do trançado. A pessoa que manuseia o “peão” é o principal responsável pela feitura da corda, e ela deve fazer força contrária à tração em direção ao “cavalo”.

Aos poucos, o “peão” vai se aproximando da base e a corda vai se formando pelo caminho deixado pelo aparato. Certa vez, ao fotografar o processo, aproximei-me do “peão” e um vaqueiro advertiu para que eu tivesse cuidado, pois o processo do trançado pode pegar no cabelo ou na camisa e prendê-los com força. Notei que este vaqueiro não usava camisa durante o manuseio do “peão” e ele depois comentou que sua roupa já ficou presa no processo uma vez e que, desde então, ele opta por

manusear o “peão” sem camiseta durante o trançado. O processo da feitura da corda requer a ajuda de várias pessoas, no mínimo três, que devem conduzir o utensílio de madeira que une os três filetes em uma só corda.

Durante todo o trançado, os vaqueiros exercem bastante força na puxada da corda para que ela sofra tensão de modo a ficar rígida e “boa de trabalhar”. Na ocasião em que os vaqueiros da fazenda Campo Novo “batiam corda” para fazer um laço para um *compadre* da fazenda Jerusalém, tentei ajudar no trabalho com as manivelas. O movimento repetitivo é bem cansativo e, ao fazer a força do movimento com os braços, eu me desgastava muito rápido. Ao observar os vaqueiros trabalhando, notei que eles giram todo o seu tronco, colocando o seu peso e outros músculos para trabalhar, cansando-se menos. Tentando copiar seus movimentos, modifiquei minha postura de modo a imprimir um ritmo e força mais eficientes.

Quando finalmente o peão encostou na manivela principal, os vaqueiros amarraram a extremidade com uma linha e cortaram o restante das “pernas” que estava ligado à manivela. Ao final do processo do trançado, esta corda terá um comprimento de aproximadamente 15 metros. Por último, um vaqueiro segurou a corda em uma ponta e Feio, o dono da corda, em outra, esticando-a. Eles elevaram a corda e a bateram várias vezes contra o solo, de modo a fazer a tensão ser igual em todas as partes e unificar o trançado ao longo de toda a extensão da corda. Esse processo derradeiro é também o que nomeia o ato que chamam de “bater corda”, que remete tanto ao trabalho quanto ao ato final de batê-la contra o chão.

Antes mesmo de terminarem, Feio, vaqueiro para quem a corda era feita, comentou animado: “vai ficar dura, não vai?”. Finalmente, todos especularam sobre a dureza da corda, pois essa é a principal qualidade que se busca em uma corda que forma o laço do vaqueiro. Todo o processo pode demorar algumas horas e nem todas as fazendas têm os aparatos necessários para “bater corda”, o que faz com que vaqueiros vizinhos procurem outros camaradas para um período de trabalho utilizando o “peão”, o “cavalo” e as manivelas. Nesse sentido, “bater corda” produz laços, mas produz também socialidade, vínculos, obrigações de contrapartida de ajuda, além de um instrumento técnico que é a materialização de uma forma de relação com o gado bubalino¹³⁶.

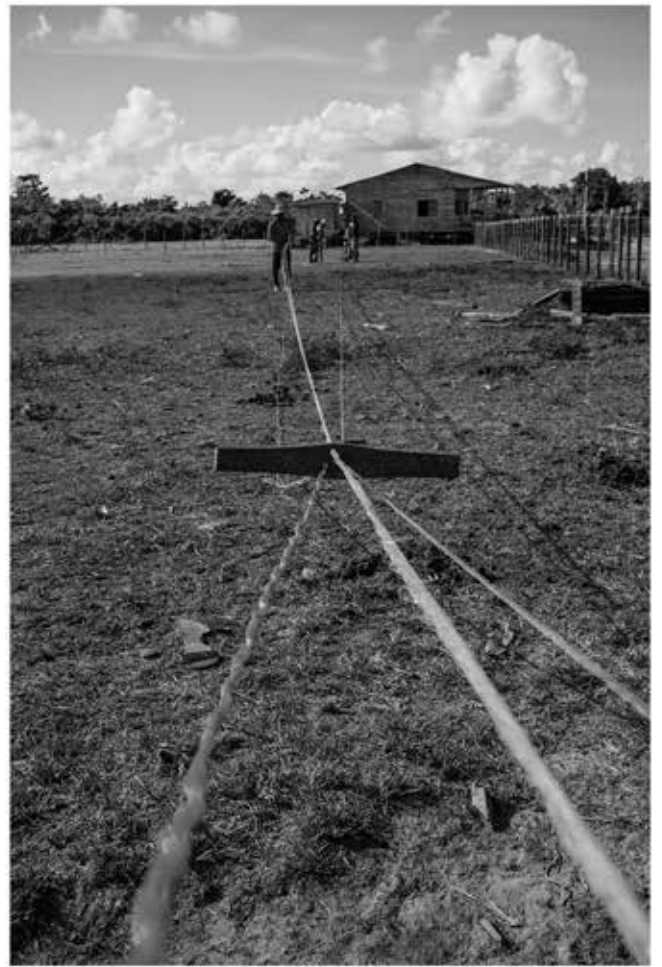
¹³⁶ Assim como no caso do uso de outros objetos técnicos em contextos próximos, tal como a rede utilizada por pescadores da região (Sautchuk 2007), o uso do laço também está sujeito a concepções que remetem a um estado de predisposição ao sucesso ou ao fracasso. Na ocasião

Os vaqueiros dizem que, se bem cuidada, a corda pode durar muitos meses. Para citar um caso elucidativo do cuidado com seus laços, certa vez um vaqueiro criticou os colegas ao ver um laço jogado ao chão, sem estar devidamente enrolado e guardado. Ao vê-lo daquela maneira, disse: “corda boa se estragando”. No caso, por estar no chão ela estava simbolicamente “largada”. Em geral, uma corda feita para formar um laço dura alguns meses, a depender do volume de trabalho. Como um vaqueiro me explicou, “se tomar cuidado pode durar muito”. Em seus termos, “tomar cuidado” é “não laçar perto de pau, dentro do mato”. Isso porque a fricção contra paus e árvores queima e desgasta o nylon, deixando-o frágil.

Além da corda que forma o laço, o material de nylon é também usado para produzir a muxinga, aparato usado para bater no cavalo e estimulá-lo a andar. Trançada a partir de 12 pernas, a muxinga deve ser rígida como uma vara. Vadico me mostra que o trançado de 12 pernas, chamado de “roliço”, é mais firme que aquele de oito pernas, chamado “quadrado”. Os nomes são referência ao padrão do trançado. O trançado da alça deve ser mais reforçado porque, quando se laça o animal, a argola de metal corre forte e rápido na alça e a desgasta mais. Um trançado de mais pernas visa garantir maior resistência e durabilidade a esse desgaste. Já o “botão” é o nome dado ao trançado de corda que liga o laço ao resto da “cilha”, a parte da sela que é diretamente acoplada ao cavalo. O “botão” é um dos trançados com mais “pernas”, pois deve ser resistente para aguentar a força com que um laço é puxado durante a laçada.

em que a corda de um vaqueiro arrebentou em meio a uma laçada, outro vaqueiro brincou que aquele estava *panema*, mas não ouvi concepções mais elaboradas sobre o estado de estar *panema*, tal como ocorre em contextos de pesca.





Prancha 26 - Trançando a corda do laço

Prancha 27 - Batendo corda

Separada do corpo principal do laço, a “alça” é arremessada e, quando restringida, liga todo o conjunto do laço à sela presa ao cavalo. Assim, a “alça” do laço é a parte que, efetivamente, prende o cavalo ou o bovívdeo na laçada, correndo por uma argola de metal para ser formada. Essas partes são trançadas diretamente com as mãos, habilidade muito valorizada que poucos vaqueiros possuem. O resultado final é um trançado muitíssimo rígido e fino, que é manuseado com extrema destreza pelos vaqueiros no ato de enlaçar. Os laços usados pelos vaqueiros na região do baixo Araguari normalmente são de cor azul, principalmente pela maior oferta de cordas de nylon nesse tom. De fato, podemos afirmar que aos vaqueiros interessa o material plástico industrial, mas não a corda em si comercializada, pois ela deve ser trabalhada para se tornar, de fato, um laço.

Convém aqui remeter à noção de “cadeia operatória”, de Leroi-Gourhan (1964), que busca elencar as ações interligadas num procedimento técnico, tal como ocorre na produção de um laço. Na leitura que Ludovic Coupaye (2015) faz deste conceito e de seus usos, a cadeia operatória é um recurso analítico usado para descrever os elementos heterogêneos, materiais ou não, tanto tangíveis quanto intangível, concretos ou abstratos mobilizados no processo técnico e integrados no produto final. Nesse sentido, ao analisar a organização, o ritmo e as sequências de processos, a ideia de cadeia operatória pode ser utilizada para documentar, explorar e qualificar as relações entre humanos e materiais diversos, demonstrando aspectos intrinsecamente sociais.

Pensar a partir dessa noção é tentar relacionar como se integram na ação instrumentos, habilidades, possibilidades ambientais (Sautchuk 2007: 17). Como Coupaye (2015) enfatiza, ao articular os elementos que compõem um artefato técnico, a cadeia operatória pode mesmo apontar para uma materialização ou emanção de uma cosmologia, uma determinada maneira de pensar o mundo. É por isso que o nome usado na feitura do laço, “bater corda”, e o correlato “bater gado”, não parecem semelhantes ao acaso. Pois, se há no nome dado às duas atividades a ideia de *bater*, podemos inferir que *bater* denomina trabalho. Contudo, é importante observar que

bater não é um termo para qualquer tipo de trabalho, mas sim para aquele que envolve força, vigor e virilidade, notadamente distinto do trabalho realizado por mulheres ou mesmo por homens não vaqueiros.

Igualmente, saber realizar diferentes tipos de nós e trançados é tido como uma habilidade básica do vaqueiro, tanto quanto saber usá-los. Como ouvi o *feitor* Vadico ao criticar um colega (que havia pedido para ele fazer o trançado por ele): “o caboclo se diz vaqueiro, mas não sabe trançar uma corda”. Na criação extensiva de gado na Amazônia a habilidade de produzir ou dar manutenção aos instrumentos de trabalho é vista como essencial. Sússekind (2010: 46) observou algo semelhante no contexto do Pantanal, onde “a fabricação dos utensílios de trabalho é um conhecimento altamente valorizado nas fazendas, e um laço de qualidade pode ser trocado ou vendido na cidade por um bom preço, o que pode ser uma fonte de renda adicional para o peão”.

Além dos laços e das diferentes partes que o compõem, as cordas de nylon são utilizadas para produzir a *muxinga*, instrumento que os vaqueiros utilizam para bater no cavalo e estimulá-lo a responder aos seus comandos. A *muxinga* consiste basicamente em um chicote rígido feito a partir de um trançado bastante estreito dos fios de nylon, medindo normalmente menos que um metro de comprimento. Em geral, os laços são feitos pelos próprios vaqueiros, que têm bastante apreço àqueles considerados mais belos e bons de laçar:

Em um dia de domingo, quando normalmente não se trabalha, observei cinco vaqueiros de diferentes fazendas apreciando a beleza e constituição de um laço. Tico, jovem vaqueiro da Campo Novo, traz um laço preto com a alça trabalhada em um trançado de três cores distintas, composto também por argolas novas e reluzentes. As cores e estado de nunca usado do laço realmente o tornavam um objeto que se destaca dos demais que se encontram nas fazendas. Os vaqueiros pegavam no laço, testavam-no e comentavam suas qualidades. Em tom de brincadeira, ofertavam valores pela compra dele, algo em torno de sessenta reais. Tico respondia que quem fez o laço foi seu tio e que não o venderia, pois era propriedade dos quatro vaqueiros da Campo Novo.

(Trecho de meu caderno de campo).

Se fica clara a importância que os vaqueiros atribuem à capacidade de produzir e saber cuidar de seus laços e cordas, volto-me agora à descrição da principal atividade para que este objeto técnico seja produzido.

Laçar

Como enfatizado, o laço é um elemento que acompanha a vida do vaqueiro desde suas primeiras atividades com bovídeos e equinos. Perguntei a vários vaqueiros como aprenderam a laçar e, invariavelmente, eles respondiam que foi quando crianças ou jovens, imitando o movimento dos adultos e praticando com laços menores em currais ou chiqueiros. Inicialmente laçavam objetos parados, como cercas, ou pequenos animais, como porcos e cachorros, até o momento que começavam a laçar animais maiores encurralados. De igual maneira, ao perguntar a um deles há quanto tempo ele trabalha como vaqueiro, ele brincou que era desde que saiu de sua mãe. Após os risos dos que ouviram sua explicação, o vaqueiro me disse que começou a montar quando tinha oito anos.

Ao tentar compreender a relação dos vaqueiros com o laço, busco inspiração na proposta de Marcel Mauss (2003) e sua abordagem sobre as *Técnicas do Corpo*. Para o autor, tais técnicas seriam “as maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo” (2003: 401). É importante apontar, como o autor mesmo ressalta, que considerar como técnico somente aquilo que envolve ferramentas e utensílios é um estreitamento teórico que exclui boa parte do que compõe nosso aparato corporal:

O corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem. Ou, mais exatamente, sem falar de instrumento: o primeiro e o mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico, do homem, é seu corpo (...) Antes das técnicas de instrumentos, há o conjunto das técnicas do corpo (2003: 407).

Nisto destaca-se o processo de aprendizagem, sobre o qual gostaria de trazer alguns argumentos de Tim Ingold, para quem o humano, bem como qualquer outro organismo deve desenvolver suas potencialidades inserido em algum meio. O autor elabora essa ideia em sua obra *Perception of the Environment* (2000), em que analisa a prática das feitura de cestos por pessoas e de ninhos por pássaros. Neste texto, Ingold descreve como entre um povo da Nova Guiné o aprendizado da manufatura de um objeto tradicional não se resume a uma transmissão de regras ou codificações, mas constitui-se de uma descoberta guiada na qual o noviço se insere em condições específicas para desenvolver a habilidade do entrelaçamento. Essa concepção é notadamente diferente da explicação segundo a qual o aprendizado consiste em

internalizar regras. Para Ingold, este seria, de fato, uma harmonização entre o movimento e a percepção (Ingold, 2000: 357).

Assim como adquirir uma habilidade, mantê-la envolve necessariamente uma relação com o meio e as possibilidades que este propicia. Nesse sentido, Ingold comenta sobre alguns experimentos nos quais pássaros que constroem ninhos complexos perdem a capacidade de fazê-los quando privados por um tempo das condições necessárias para tal. Com isso, o autor demonstra que considerar uma habilidade como algo puramente instintivo e programado é um erro analítico, já que o inato não estaria meramente no biológico, mas em sua relação com a cultura.

Afinal, um ser humano, com suas aptidões e disposições específicas, não é produto nem de seus genes e nem da cultura, tampouco de ambos juntos, mas é, sim, formado em um processo de desenvolvimento ontogenético ao longo da vida (Ingold 2000: 360).

Desse modo, o sucesso da construção de um ninho, bem como o da fabricação de um cesto (ou de um laço), não dependem apenas dos movimentos em si, mas da capacidade de ajustá-los às condições em que ocorre e à forma da execução. Assim, tanto a habilidade do artesão humano quanto a do pássaro só podem ser desenvolvidas e mantidas através da exploração ativa e criativa das possibilidades do ambiente (2000: 359). As ideias de Ingold sobre a aprendizagem e o desenvolvimento de técnicas dão o suporte para o que pretendo apresentar ao abordar as diferentes formas de utilização do laço do vaqueiro amazônico.

Prancha 28 - Uma visão de Skill

O pequeno aprendiz de vaqueiro assiste de longe seu pai “dobrar” o gado, ou seja, juntá-lo, para trazer para a malhada próxima à sede da fazenda. É dia de conferir as vacas e bezerros que necessitam de cuidados diferentes: separa aqueles que ganharam pouco peso e realocá-los em melhores pastos para que eles se desenvolvam plenamente. Mesmo que não tenha tantas responsabilidades como um vaqueiro adulto, Breno posiciona-se de um modo que impede que o gado caminhe em uma direção não desejada. Quando se movimentam em manadas, búfalos mansos tendem a se afastar até mesmo de pequenos humanos.







Prancha 29 - Crianças assistem os vaqueiros mais velhos em ação

Prancha 30 - Aprendizagem: criança e adulto laçando dentro de curral

Acostumados a laçar desde pequenos, os vaqueiros gradativamente desenvolvem as habilidades necessárias à atividade com o gado. Primeiramente, o ato começa como uma brincadeira e como mimese do que é feito por adultos. Ao chegar à situação de se ver frente a frente com uma manada de búfalos, o vaqueiro deve ser capaz de laçar uma rês específica para separá-la do rebanho.

Na explicação que os vaqueiros me deram sobre como usar o laço, a mão direita (em caso de uma pessoa destra) é a que irá *rodar* o laço, enquanto a esquerda segura a corda enrolada. Antes de propriamente *rodar* o laço, o vaqueiro deve percorrer a corda pela argola de metal para formar a chamada “mão” do laço, que efetivamente irá prender o animal laçado. O tamanho dessa circunferência de corda que forma a mão varia de vaqueiro para vaqueiro, devendo ser suficientemente larga para não restringir a ação sobre o alvo, mas não podendo ser demasiadamente ampla de modo a não diminuir a precisão daquele que arremessará o laço. Se corretamente portado pelo vaqueiro, o laço deve ser rodado “alto e forte” por cima de sua cabeça. A preparação para arremessar o laço deve envolver girá-lo sobre a cabeça para diminuir o risco da corda embolar em suas pernas se desmontado ou, pior, nas patas do cavalo.

Para compreender a ação do laçado, podemos ver o laço como uma forma de extensão ou projeção da ação motora e força do conjunto formado pelo vaqueiro e seu cavalo. Assim, o acoplamento do vaqueiro com laço propicia uma área de atuação diferente a depender se o vaqueiro está montado ou a pé. Essa situação também se modifica se o animal laçado estiver encurralado ou em campo aberto. E, não menos importante, há bastante diferença entre situações em que o animal é *manso* e nas quais ele é *bravo*. De modo a exemplificar algumas das possibilidades (e perigos) da ação com o laço, apresento a seguir algumas situações e comentários sobre elas. É importante enfatizar que os exemplos são dados em situações em que os vaqueiros sejam destros. Se o vaqueiro é canhoto, as possibilidades de laçadas são outras, e isso tem implicações na ação coordenada com outros companheiros, algo a que volto mais adiante.

A primeira situação que eu gostaria de abordar é aquela em que o vaqueiro não está montado em um cavalo - “de pés”, como dizem. Esta situação pode vir a ocorrer quando o vaqueiro tem de laçar um cavalo ou uma pequena rês em uma área cercada, seja dentro de um curral, seja em um campo um pouco mais amplo. Contudo, se essa área for muito ampla, a ação terá pouca eficácia e poderá mesmo não dar certo, pois a movimentação do vaqueiro nesse caso é bem mais lenta do que os animais que pretende laçar. Quando desmontado e dentro de uma área cercada ou curral, o vaqueiro busca se posicionar no meio do grupo de animais, que se deslocam para evitá-lo e vão, aos poucos, perdendo a formação de grupo. Quando o indivíduo a ser laçado está suficientemente destacado dos demais, o vaqueiro, então, se posiciona.

O sucesso desse tipo de laçada depende primeiro da área onde está o cavalo (ou os cavalos). Se a área for muito ampla, os animais têm mais liberdade de se movimentar e se afastar do vaqueiro, fazendo com que seja muito mais difícil laçá-lo. Isso porque o vaqueiro irá necessitar de mais tempo e deslocamento para preparar uma nova laçada, tentando se aproximar novamente da manada enquanto recolhe e enrola o laço. Em uma ocasião presenciei um dos vaqueiros mais experientes errar a laçada no cavalo por volta de sete vezes, algo que era a exceção, não a regra. Como os cavalos estavam em uma área muito ampla, foi muito difícil para o vaqueiro se aproximar adequadamente dos animais.

Quando outro vaqueiro se juntou a ele para auxiliá-lo, o arremesso simultâneo dos laços acabou atrapalhando a trajetória de ambos. Quando finalmente teve sucesso, ele inclinou seu corpo para trás de modo a ter mais força para resistir à puxada súbita do cavalo, ainda pouco acostumado a ser dominado por um laço. A força do cavalo fez com que o vaqueiro tivesse que correr alguns metros tentando frear o animal, que, enfim, parou e encarou quem tentava dominá-lo. A regra é então se aproximar de maneira bastante sutil, e não forçar o cavalo a vir de encontro ao vaqueiro. Inicialmente, tendi a descrever situações em que os vaqueiros amarravam e continham búfalos e cavalos como uma forma de dominação, mas utilizar esse termo deixa de lado nuances das distintas situações em que, normalmente, há uma negociação contínua com o animal por meio das cordas. Negociação esta que envolve força e desgaste, de fato, e que deve ser assimétrica para que o vaqueiro faça valer seu comando, mas que não é um ato de via única de um ser sobre o outro.

De qualquer modo, o que eu gostaria de destacar é que o vaqueiro tem um amplo campo de possibilidades de ação, que busco ilustrar na sequência. Isso ocorre

porque, idealmente, o alvo deve estar localizado no ponto *a*, ilustrado na figura a seguir. De modo geral, um vaqueiro destro deve girar seu corpo para deixar o alvo da laçada a aproximadamente 45° de seu eixo central. Porém, as laçadas ocorrem em um local cercado, quando o cavalo ou rês normalmente corre rente ao limite da cerca. Ao correr, o animal se desloca da posição *a* à posição *b*. Quando isso ocorre, o vaqueiro deve girar o seu corpo em seu eixo de equilíbrio para que possa se reposicionar para que o ponto *b* se torne um alvo possível (Cf. Prancha 22, pág. 247).

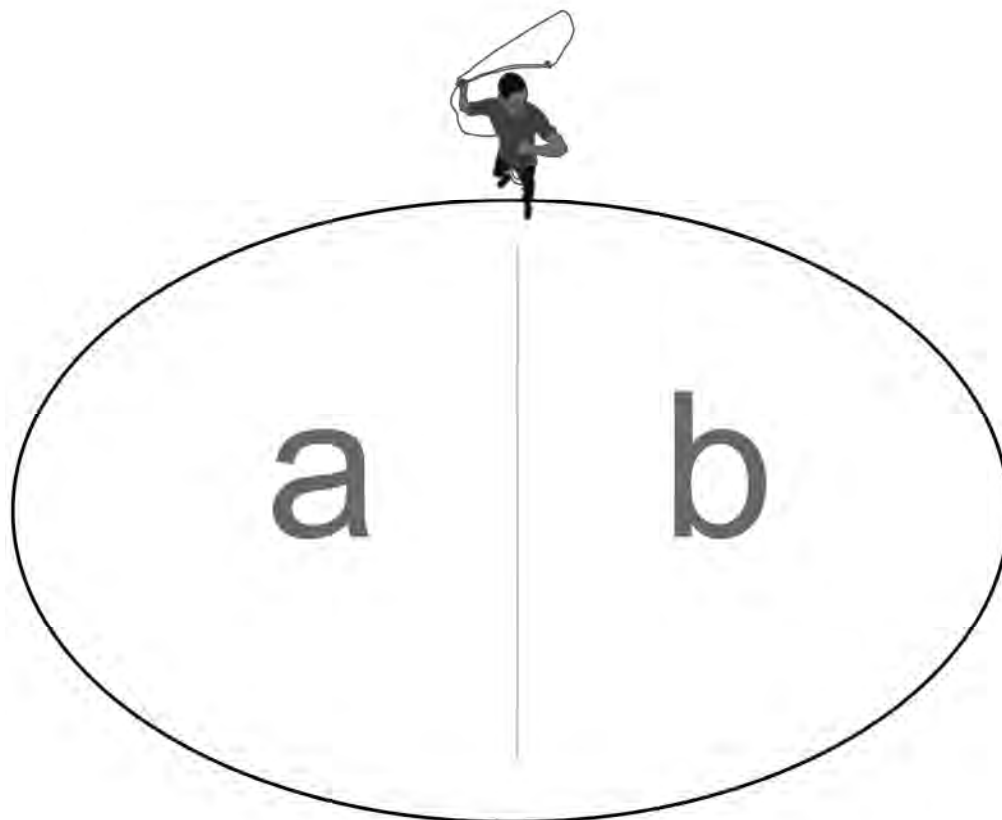


Figura 17 - Área de ação do laço do vaqueiro de pé

O contraste da situação de um vaqueiro é melhor entendido quando nos voltamos à ilustração de uma situação em que dois vaqueiros perseguem um búfalo montados em seus cavalos. Quando o gado se movimenta, ele tende a se agrupar em conjuntos bem definidos que formam blocos de animais. Se um ou mais vaqueiros entram nesses blocos montados, os búfalos tendem a se movimentar em formato de “onda”, gradativamente afastando-se do vaqueiro e do cavalo e abrindo uma área

vazia dentro do conjunto. Caso o vaqueiro tenha que laçar o animal sem desgarrá-lo do grupo, essa movimentação deve ser levada em conta.

Como dito em seções anteriores deste texto, nas ações em que os vaqueiros separam parte do plantel para vaciná-lo, castrá-lo ou algum outro manejo, o método mais comum de isolar um indivíduo do rebanho é escolher uma rês, aproximar-se dela montado em um cavalo e estimulá-la a se desgarrar do grupo. Quando isso ocorre, uma dupla de vaqueiros, previamente arranjada, dispara ao encalço do bovívdeo em campo aberto. O ideal é que essa perseguição dure o suficiente para desgastar fisicamente o búfalo, que cairá e será dominado mais facilmente do que se estivesse em seu vigor pleno. Assim, o animal é laçado após o cansaço da perseguição, o que é apontado pelos vaqueiros como importante para que o processo seja mais eficiente.

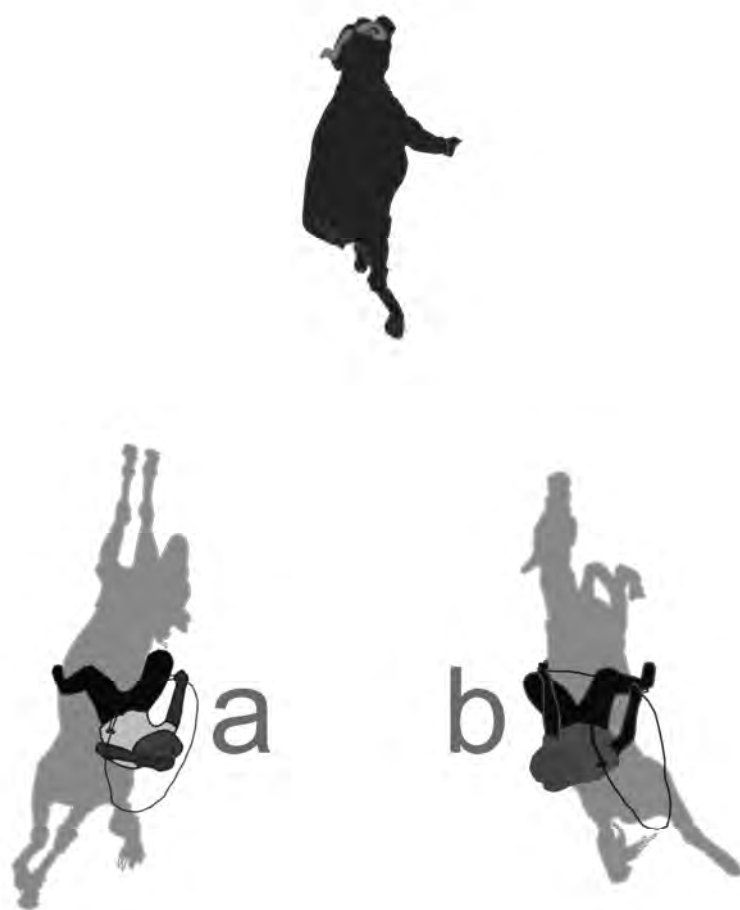


Figura 18 - Esquema: dois vaqueiros montados perseguem um búfalo

A ilustração acima demonstra o arranjo mais comum em que ocorre essa perseguição. Como pode ser visto na estrutura piramidal, dois vaqueiros posicionam-se em pontos simetricamente opostos e equidistantes do animal a ser laçado, com o intuito de conduzir a direção em que este corre. Animais como os bovídeos e os equinos possuem os olhos lateralmente na cabeça, o que permite uma visão periférica ampla. Ao ser perseguido por algum outro ser (ou conjunto de seres), o bovídeo pode conduzir a fuga para algum dos lados que lhe parecer mais seguro. Por isso, os vaqueiros se posicionam cobrindo tanto o lado esquerdo quanto o direito das áreas de fuga possíveis, fazendo com que a única opção para o búfalo seja correr linearmente. Caso esse equilíbrio seja rompido e a rês se desloque, os vaqueiros podem reposicionar seus cavalos para que a configuração pretendida volte a surtir efeito.

Por isso, ao arremessar o laço, o vaqueiro deve levar em consideração esse tipo de movimentação e fazer o cálculo prévio do provável deslocamento da rês antes de soltar de fato o laço. De qualquer modo gostaria de enfatizar que no exemplo ilustrado acima, com dois vaqueiros destros, somente um deles poderá inicialmente arremessar seu laço e conectar o seu cavalo ao búfalo. No caso, esta seria uma possibilidade somente ao Vaqueiro *a* do exemplo, e seria muito perigoso a um vaqueiro destro que estivesse na posição *b* realizar a laçada. Isso ocorre porque, quando o vaqueiro consegue uma laçada de sucesso fazendo com que seu laço se prenda em alguma parte do búfalo (pescoço, perna, chifre), o conjunto do cavalo e vaqueiro deve frear tensionando a corda com muito força.

Se o vaqueiro é destro, a outra extremidade do laço estará atada na “silha”, parte da sela que está presa ao cavalo. Caso o vaqueiro na posição “b” seja destro e lase “cruzado”, como dizem, isto é, arremessando a corda para o lado oposto de seu braço que usa o laço, o tensionamento da corda poderá fazer com que ele caia do cavalo, ou até mesmo algo pior, como laçar seu braço ou parte de seu corpo, o que pode levá-lo a ser arrastado. Neste caso, esse tensionamento também faria uma força oblíqua no cavalo, que poderia cair e derrubar seu cavaleiro. As figuras a seguir ilustram essa área de ação do laço com que o vaqueiro deve trabalhar e o sentido que seria interdito a um vaqueiro destro.

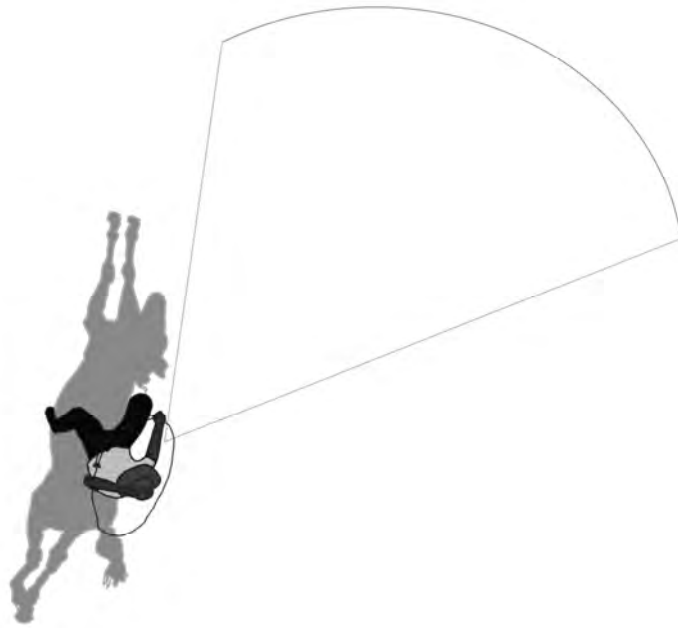


Figura 19 - Área de ação do laço do vaqueiro (destro) montado

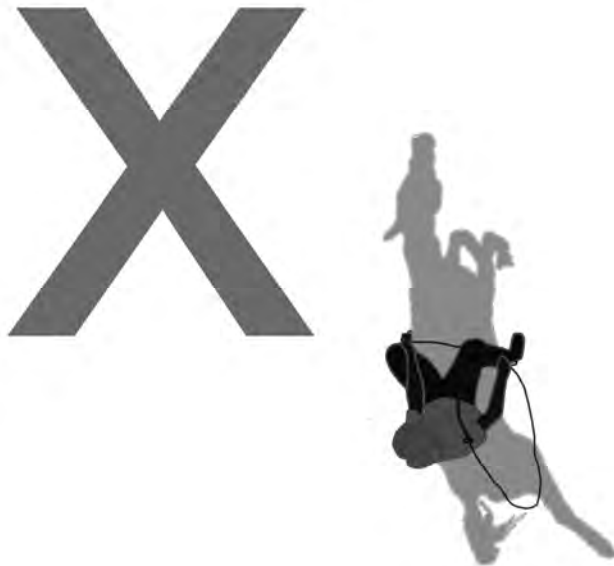


Figura 20 - Área de perigo de laçar (no caso de um vaqueiro destro)

Mesmo que “laçar cruzado” seja algo extremamente perigoso e os vaqueiros saibam contar casos em que algum deles se machucou seriamente por fazer isso, ouvi,

em uma grande ação com vários pares de vaqueiros, um deles reclamar que seu companheiro estava “laçando cruzado”, algo reprovado pelos que ouviram por colocar também outros vaqueiros próximos em risco. Tudo isto nos leva à ideia anterior, de que o corpo do vaqueiro e suas ações não podem ser pensados fora da conexão com o laço, o cavalo e os movimentos (e reações) do búfalo, ou, no caso, do conjunto (búfalo)-laço-(vaqueiro-cavalo).

A situação ilustrada acima é típica daquilo que Merleau-Ponty chamou de *esquema corporal*, que leva em conta tanto a posição atual do corpo quanto outras posições possíveis para a ação:

Tal fato ocorre porque o sujeito normal possui seu corpo não apenas como sistema de posições atuais, mas também, por isso mesmo, como sistema aberto de uma infinidade de posições equivalentes em outras orientações. O que chamamos de esquema corporal é justamente esse sistema de equivalências, esse invariante imediatamente dado pelo qual as diferentes tarefas motoras são instantaneamente transponíveis” (Merleau-Ponty 1999: 196).

Na fenomenologia de Merleau-Ponty, o corpo não somente age, mas é também o *locus* de uma forma de conhecimento, o que seria difícil sustentar se concebermos o corpo apenas como um objeto separado da mente. O corpo encerra, então, a potência de um certo mundo. Ou de certos mundos, pois o esquema corporal envolve não somente posições atuais, mas uma infinidade de posições possíveis. Dentro da noção de espaços possíveis, Merleau-Ponty ressalta que a relação entre o espaço e o corpo não se estabelece de forma objetiva, mas sim a partir do “alcance variável de nossos objetivos e de nossos gestos” (1999: 199).

No processo de aprendizado pelo corpo integramos um espaço específico ao nosso espaço corporal, dando uma nova extensão a nosso corpo. Igualmente, Merleau-Ponty (1999: 119; 122) afirma que, ao invés de tratar o corpo como algo separado da mente e da percepção, este deve ser tido como o veículo do “ser no mundo”. A relação entre espaço corporal e espaço exterior forma o que o autor chama de esquema prático da ação. E a percepção não é uma atitude passível, mas um engajamento criativo e responsivo com os objetos, os seres e as propriedades do mundo.

Ao desenvolver algumas ideias nesta mesma seara, Ingold (2000: 352-3) amplia a noção de *skill* (no original em inglês) para algo que não é uma propriedade do corpo humano individual, uma coisa em si mesma, mas sim um circuito total de relações e

interações do organismo (considerado como corpo e mente) inserido em um ambiente ricamente estruturado. Desse modo, apesar de considerar o mundo físico como independente de nossa percepção do mesmo, Ingold ressalta que nós nunca falamos puramente deste, mas sim de nossas relações dinâmicas com ele. Em última instância, o argumento é que as coisas só assumem sentido em suas relações com outros elementos, e não em si mesmas.

Nesse sentido, as possibilidades de ação em um determinado espaço não se definem como posições estanques em relação à posição de nosso corpo, mas elas se formam a partir do alcance dos gestos e deslocamentos possíveis. Esse ponto é semelhante ao tipo de análise proposta por Gibson (1979: 41), para quem “a capacidade para anexar algo para o corpo sugere que o limite entre o animal e o meio ambiente não é fixado na superfície da pele, mas pode deslocar-se”. Por isso, é fundamental pensar para além de uma habilidade do corpo isoladamente. Acredito que estas noções enriquecem a compreensão das ações com o gado e com os cavalos, pois ajudam a pensar deslocamentos e possibilidades práticas dentro delas.

Desse modo, a partir da observação do uso do laço, é possível estimar que uma área máxima de distância para a lançada deve ser em torno de 6 metros. Em conversas sobre o ato de lançar, os vaqueiros enfatizaram que lançar de cima de um cavalo é melhor e mais fácil do que *de pés*, pois a posição permite uma perspectiva melhor do alvo e propicia um maior alcance da corda. De fato, quando montado, a ação do vaqueiro é amplificada pela cooperação do cavalo, e devemos mesmo pensar os dois seres como um conjunto vaqueiro-cavalo para compreender de que maneira se dá esse tipo de lançada, algo que descrevo nas seções seguintes.

A maior ação de lançada coletiva que presenciei foi ao final do verão na fazenda Campo Novo, na qual estiveram presentes cerca de trinta vaqueiros de pelo menos cinco fazendas distintas, além de algumas crianças. No dia, os vaqueiros estavam lançando e assinalando cerca de 200 bezerros. Quando há uma situação em que muitos vaqueiros lançam, deve haver o cuidado de coordenar o trabalho das duplas para que elas não entrem na zona de ação de outra dupla que persegue os bezerros. Se alguém “atravessa” a lançada de outrem, o fato é muito criticado e comentado.

Deve haver, também, extremo cuidado com o laço quando lançado contra um animal. No caso de acertar o alvo, ele se tencionará e criará um obstáculo em uma área considerável do campo. E no caso de um vaqueiro errar uma lançada, é igualmente importante que o laço seja rapidamente puxado de volta e enrolado para

que não fique preso na pata de outro cavalo. Assim, a ação entre vaqueiros parceiros deve ser coordenada de modo a não atrapalhar outra dupla e não “atravessar” o trabalho de outra pessoa.

Prancha 31 - Vaqueiros se reúnem antes da ação

Prancha 32 - Vaqueiros separam e perseguem búfalos

Prancha 33 - Uma laçada em dupla ideal, prestes a efetuar a rapada

Prancha 34 - Vaqueiros assistem à ação de companheiros

Búfalos têm pouca capacidade de regulação térmica, razão pela qual estão constantemente em busca de poças e sombras. Quando excitados debaixo do sol, nos horários mais quentes do dia, eles se cansam rapidamente. Este é o caso das ações coordenadas pelos vaqueiros, seja para vacinação, castração ou outro tipo de manejo. Os vaqueiros perseguem os búfalos em campos abertos para cansá-los e minar sua capacidade de resistência ao domínio do laço e das próprias mãos do vaqueiro. Assim, valendo-se da energia e força do cavalo despreendidas na perseguição das reses, o vaqueiro visa deixar o búfalo em um estado que possa ser viável manejá-lo diretamente no chão.









Como em diferentes momentos me explicaram, essas ações coordenadas entre os vaqueiros são consideradas “divertidas”. Além de serem apresentadas dessa forma, as laçadas em conjunto são essenciais no aprimoramento e manutenção das habilidades necessárias à vaqueirice, como o uso do laço, o desenvolvimento de técnicas de amarras e de derrubada dos animais. Não menos significativo, lidar com o gado em áreas abertas leva também à importante capacidade de maior compreensão do comportamento dos búfalos. Portanto, mesmo que uma parte considerável do trato com os animais possa ser feita em ambientes confinados, o dia-a-dia do vaqueiro envolve muito trabalho em campos abertos, quando essas habilidades devem ser acionadas e necessitam estar bem consolidadas.

Logo de início, os episódios de laçadas me chamaram a atenção para uma característica fundamental no contexto de trabalho com cavalos e búfalos: uma parte considerável da interação com os animais se faz por meio de amarras e conexões. Há momentos em que os animais são amarrados para que não se movam, como na ordenha ou em uma *peia* que vise minar a força de um cavalo. E há momentos em que as amarras visam fazer com que os animais se movam, como ao laçar um cavalo para levá-lo de um lugar a outro. Por isso, há uma gama de ações intermediadas pelos laços e amarras – de afastamentos a contenções – e, de modo geral, as relações entre humanos e animais são intermediadas pelas cordas.

Ferret (2014) interpreta esses tipos de amarras (amarrar um cavalo ou búfalo a um poste para restringir sua liberdade de movimento) como ações *diretas e positivas* no amansamento do animal, no sentido de que isso restringe seu comportamento e o fixa em um lugar, limitando suas chances de escapar¹³⁷. De igual maneira, as amarras a que são submetidos os búfalos e cavalos não se limitam ao uso do laço. Em ocasiões em que os animais estão contidos em currais, os vaqueiros usam a corda de nylon em seu estado original, como ela é comprada industrializada. Neste caso, ela é grossa e “mole”, tal como a descrevem. Essa característica implica no fato de que o vaqueiro tem menos controle sobre a trajetória da corda durante um arremesso, mas, em curtas distâncias e com animais mansos, sua ação é suficiente para amarrá-los. Este é o caso

¹³⁷ A contraparte deste tipo de ação, a ação *negativa*, “deixa em aberto uma ampla gama de possibilidades” (Ferret, 2014: 288), justamente porque é um ato que possibilita a ação da contraparte. Esse tipo de contraste pode ser visto na maneira como os vaqueiros criam os cães, por exemplo, situação em que os animais são deixados com muitas possibilidades de agir e transitar, desde que não incomodem ou atrapalhem os humanos.

da atividade de ordenha cotidiana e sazonal, que acompanhei por algumas semanas na fazenda Campo Novo e que foi descrita em seções anteriores.

Assim, pode-se apontar que há notavelmente um caráter mediador das cordas, que conectam e condicionam mutuamente os comportamentos e as percepções de búfalos, cavalos e vaqueiros. Ingold (1993) chegou a dedicar um artigo inteiro ao laço do criador de renas, no qual busca distinguir dois tipos de laços para falar da relação entre humanos e animais por meio das cordas e seus usos em espaços confinados ou abertos. No caso dos criadores de renas, Ingold (1993: 123) sugere que o tipo de laço utilizado tem a ver com a expressão de determinada identidade, propiciando inúmeras formas de uso a depender da habilidade com ela. Este seria também o caso dos vaqueiros do baixo Araguari, onde saber “bater corda” e laçar gado são habilidades tidas como essenciais. Em suma, em diferentes atividades da vaqueirice, da ordenha à laçada em campo aberto, os seres comportam-se a partir das conexões possíveis por meio do laço.

No caso da laçada do vaqueiro montado a cavalo, a sela representa uma forma de conexão com o cavalo por meio da qual o vaqueiro, ao mesmo tempo em que se une ao animal, lhe transmite os comandos para realizar suas intenções. Ao realizar uma laçada em um búfalo, os três seres – o cavalo, o vaqueiro e o búfalo – passam a estar conectados pela corda, situação em que a força e ação de cada um deles é exercida em diferentes sentidos ao mesmo tempo. Por isso, a partir dos distintos usos com cavalos e búfalos, podemos pensar no laço – e nas cordas – como um objeto técnico que gera uma amarra com um potencial simétrico.

Se amarro um animal, posso contê-lo ao ligá-lo a mim (e ao cavalo). Contudo, essa relação apresenta um perigo em potencial, pois ao amarrar um animal por meio do laço, o conjunto do cavalo e cavaleiro também está amarrado a ele, situação em que o resultado das ações tende a afetar as duas partes atadas. Tanto no momento em que os três seres estão conectados pelas amarras da corda quanto em toda a interação que precede e compõe a perseguição, fica explícito um jogo de interpretações e reações à ação das outras duas partes que compõem a tríade do cavalo, vaqueiro e búfalo. Esse fluxo de leituras de atos e *affordances* é o que passo a descrever e elaborar melhor na seção a seguir.

O CAVALO – COMUNICAÇÕES INTERESPECÍFICAS

A linguagem permite aos homens se tornar altamente eficientes em capturar animais, mas também em desenvolver uma riqueza de relações com eles em muitos níveis.

Dominique Lestel, *The Biosemiotics and Phylogenesis of Culture*, 2002.

Ao observar as atividades da vaqueirice, fica claro que, nos diferentes atos em que lida diretamente com o búfalo, o vaqueiro tenta tornar clara sua presença e sua intenção para o animal. Isso é feito primordialmente através de sons graves ou agudos emitidos pelo vaqueiro, geralmente sem palavras, para conduzir ou chamar o gado. Mais do que meros sons, esses gritos constituem uma forma de comunicação interespecie que tem o objetivo de colocar o gado em um estado de alerta condicionado à presença e eventual ação do vaqueiro.

É importante notar que a eficácia desses gritos advém do fato de o gado estar acostumado à ação dos vaqueiros, ou seja, animais *mansos* ou *domesticados*, como dizem. Transcrevo, a seguir, uma uma das primeiras ações coordenadas que presenciei entre os vaqueiros:

No dia anterior, os vaqueiros haviam juntado todo o rebanho da fazenda em um pasto grande atrás da sede. O objetivo era separar os bezerros e dar a segunda vacina. A primeira era contra vermes e lhes conferiu o primeiro sinal em uma das orelhas. A segunda era contra a doença que os deixa mancos ou rodando. Há também uma terceira vacina para engorda. Segui os vaqueiros a pé e fiquei ao lado de uma cerca, do lado oposto ao rebanho reunido, de modo a me proteger. Vadico me disse que ali havia “trezentos e poucos búfalos” dos quase oitocentos do plantel da Campo Novo, fora algumas reses desgarradas para dentro das matas e em outras fazendas. Vieram outros dois vaqueiros de fazendas vizinhas para ajudar. Reconheço dois da festa que fui na semana anterior. Filmei e fotografei toda a ação feita naquele dia. Enquanto levavam o rebanho para um canto, em ritmo mais lento, os vaqueiros davam gritos graves e empostados, que ecoavam longamente pelos campos abertos da fazenda. Quando o objetivo era separar um bezerro e fazê-lo correr, os gritos eram curtos, agudos e enérgicos. Sobre isso, Vadico explicou-me que a diferença é essa mesma; os gritos agudos fazem os bezerros correr.

(Trecho de meu caderno de campo).

Neste dia, a comunicação entre vaqueiros, cavalos e búfalos mostrou-se significativamente. Na ocasião, dois vaqueiros traziam uma manada de centenas de reses para as proximidades da fazenda Campo Novo, com o objetivo de separar os bezerros que deveriam ser vacinados. Os vaqueiros comandavam a manada montados em cavalos, utilizando-se de apenas duas varas com ferrão e de gritos entoados em ritmos distintos¹³⁸. Além dos gritos graves/longos e agudos/curtos, há também aqueles intermediários, usados durante a aproximação da rês para anunciar a presença do vaqueiro e deixá-la alerta, evitando reações assustadas e potencialmente perigosas para o vaqueiro e para o próprio animal.

O *feitor* Vadico explica que “é só os vaqueiros darem os gritos certos” com o gado para que este se junte e vá para a malhada a que está acostumado. Como ele diz, uma *vaca* acostumada com seu nome pode mesmo mugir em resposta ao chamado de um vaqueiro. Contudo, os gritos funcionam somente com o gado “domesticado”, me diz, pois o gado *orelhudo* não responde aos comandos, só quer fugir para o mato. De certo modo, as diferentes formas de comunicação tonal com o gado e com os cavalos chamou-me a atenção para as constantes interpretações que animais não-humanos e humanos fazem uns dos outros. Essa seção visa tratar de um evento ou ação na qual o que está em jogo é a comunicação entre humanos e animais, entre humanos e humanos, entre animais e animais, e entre os conjuntos formados por esse humanos, animais e artefatos.

Considero possível apontar a existência de, pelo menos, três grandes variações desses brados. A primeira delas constitui-se de gritos longos e lentos, de tons graves e com a voz empostada, que ecoam longe nos vastos pastos das fazendas. Esse grito chega mesmo a soar levemente melancólico. Pelo que observei e conversei com os vaqueiros, esta é uma das primeiras formas de aproximação do gado, que começa a se movimentar e a se agrupar em bandos. Pelo posicionamento que o vaqueiro procura em relação ao grupo, além do fato de estar acostumado a essa movimentação, o gado, se *manso*, dirige-se à *malhada* ou ao curral de forma lenta e tranquila, embalado pela entoada. Os vaqueiros acompanham, então, os animais em seu encalço e continuam a emitir seus gritos, que se tornam quase uma cantoria, ao mesmo passo em que tentam manter a unidade do grupo para evitar que alguns indivíduos se desgarrem.

¹³⁸ O filme *Aboio* (2005) é um interessante registro sobre técnicas de comunicação e gritos com o gado. Em alguns lugares, esses sons são chamados de “aboio”, mas não ouvi referência a esse termo em minha etnografia.

Se o número de animais for pequeno e eles forem *mansos*, apenas um vaqueiro já é suficiente para que o bando não se dissipe e fuja. Aliás, esta foi uma das qualidades dos bubalinos mais destacadas pelos vaqueiros, quando contrastados com os bovinos: o fácil trato com grupos maiores no trabalho de poucos vaqueiros. Quando manejados por um vaqueiro montado, as manadas de búfalos tendem a seguir em uma mesma direção sem se dispersar muito, característica ressaltada quando vaqueiros comentam sobre a espécie, em especial se contrastada com o trato com bovinos. Na fala de um dos fazendeiros (Seu Antônio, da fazenda Boa Vista), trabalhar com bovinos demanda que o cavalo seja mais esperto, astuto, pois o comportamento imprevisível dos bovinos demanda maior antecipação por parte do conjunto vaqueiro-cavalo. Ao expressar isso quantitativamente, ele diz que dois vaqueiros são suficientes para manejar uma manada de mil búfalos, enquanto o equivalente em bovinos demandaria, pelo menos, cinco vaqueiros.

Em contraste com a entoada longa que agrupa os animais para se locomover à *malhada*, quando o objetivo é separar um bezerro ou uma rês da proteção do grupo, os vaqueiros começam a emitir gritos agudos, curtos e enérgicos, que acabam por excitar tanto seus cavalos quanto os bubalinos. Ao se aproximarem dos búfalos com esses gritos, a ação do vaqueiro acaba por fazer com que a reação do animal seja correr para fora do bando, onde poderá ser perseguido e laçado, ou simplesmente, mantido separado daquele grupo.

Por último, quando o objetivo é realmente laçar o bubalino, seja para vaciná-lo ou marcá-lo, surge então um terceiro tipo de grito. Diferentemente dos anteriores, este envolve a profusão de palavras ofensivas ao animal perseguido. Acredito que este tipo de atitude é tão mais frequente quanto maior for o grupo de vaqueiros que participam da atividade. Digo isso porque raramente vi um vaqueiro sozinho se comunicar com os animais desta forma, ao passo que, em grupo, os cavaleiros quase sempre bradam palavrões no acossamento do animal. Por isso, isso pode sugerir que esta comunicação tem uma função intra-humana importante, na qual se expressa uma atitude coletivamente esperada do modo de trato com o gado.

No caso dos cavalos, a comunicação é feita de maneira distinta, visto que as relações que os vaqueiros têm com os cavalos com os quais trabalham é bastante diferente das que mantêm com os búfalos e os demais animais da fazenda. Notadamente, os cavalos costumam receber nomes próprios, que muitas vezes vêm das características de suas cores e padrões de pelagem. Tentei por algumas vezes

aprender os termos corretos para se referir a determinados cavalos, mas não tive muito sucesso em conseguir acompanhar as conversas dos vaqueiros que, por vezes, se cansavam de tentar me explicar a lógica das cores que utilizavam¹³⁹. É notório também que os vaqueiros desenvolvem relações particulares com alguns cavalos¹⁴⁰. Estas relações são de via dupla e, portanto, um cavalo tende a se acostumar mais a determinado vaqueiro.

Assim como cada vaqueiro tem os cavalos específicos com os quais trabalha, cada um possui a sua sela. Em alguns momentos, eu era impossibilitado de acompanhá-los no trabalho, pois eu dependia de que algum deles laçasse um cavalo manso para mim, além de depender da disponibilidade de uma sela que não estivesse em uso. Uma sela de composição mais simples, não adequada para o trabalho com o gado, mas apenas para o transporte de pessoas montadas, é chamada de “selim”. A sela que utilizam para o trabalho é conhecida como “marajoara” e tem estrutura mais complexa e componentes mais resistentes que devem resistir à puxada do laço em uma ação de laçada. Uma sela marajoara custava à época da pesquisa cerca de R\$ 800 e era considerada pelos vaqueiros um item essencial para o trabalho com o gado, especialmente quando há a necessidade de uma ação de laçada.

A fazenda onde melhor pude observar o manejo e uso de cavalos foi a Campo Novo, famosa na região por justamente ter uma manada expressiva. Cheguei a ver certa vez os vaqueiros juntarem mais de 40 cavalos, apesar de me dizerem que, ao todo na fazenda, existiam na época quase 70 destes animais. Em 2012 a fazenda Campo Novo tinha 4 vaqueiros e cerca de 800 reses, o que torna a proporção de cavalos à disposição do trabalho bem expressiva. É importante ressaltar que somente uma parte dessa tropa está apta e treinada para o trabalho na vaqueirice. À época, cada vaqueiro

¹³⁹ Cito aqui as anotações de Sússekind sobre o contexto pantaneiro, por se aproximarem dos termos usados no contexto amazônico amapaense: “Os termos usados para cores de cavalos e mulas foram: *tordilho* (branco), *tordilho perdez* (banco salpicado de pintas), *baio* (amarelado), *ruano* (mais claro que o baio), *pampa* (malhado de branco e preto ou vermelho), *alazão* (vermelho), *mouro* (marrom escuro), e *rosilho* (marrom salpicado de branco)” (Sússekind 2010: 43-4).

¹⁴⁰ Na fazenda Campo Novo registrei alguns nomes de cavalos: Arizona, Mancha, Chuveirinho, Diabo Preto, Pinga-fogo, Faísca, Modelo, Chacal, Piu-piu, Sorriso, Caroca, Ouro fino, Boneco, Diamante Negro, Sapateado, Sabiá, Rubro Negro, Sorriso do Ano e Paulinha. Em seus relatos, os vaqueiros me disseram o nome de somente uma égua. Dizem que na fazenda há muitas éguas, mas não costumam colocar nomes nelas como fazem com os machos. Os mesmos vaqueiros que me falaram os nomes dos cavalos afirmaram que estes não atendem pelo nome, diferentemente das *vacas* leiteiras e seus bezerros. Mas se fossem tratados com milho, atenderiam, eles ponderam.

tinha em torno de 5 cavalos com os quais trabalhavam frequentemente, alternando-os em diferentes dias da semana.

Os cavalos que os vaqueiros consideram bons para trabalhar são, em geral, jovens e cheio de vigor, mas também mais enérgicos e explosivos, difíceis de serem conduzidos por alguém inexperiente. Por isso, eu montava os animais mais velhos da fazenda, uma égua ou um cavalo, ambos prestes a “aposentar”, como me disseram. Diferentemente dos búfalos e bovinos, certamente enviados para o abate em algum momento, cavalos e éguas velhos são deixados soltos na área da fazenda até falecerem de velhice, mas acredita-se que o trabalho intenso com a vaqueirice lhes encurta o tempo de vida.

No trato cotidiano com os búfalos, os vaqueiros tendem a exprimir “raiva”, proferindo ameaças e insultos aos animais. Em diferentes momentos, os vaqueiros reforçavam esse sentimento de “raiva” em relação aos búfalos, como quando tinham que desenrolar alguma rês de um arame, por exemplo. Quando perguntei se um vaqueiro também tinha raiva dos cavalos, ele deixou claro que não tinha, porque o cavalo “trabalha com ele”. No trabalho com o cavalo, são usados os seguintes instrumentos para comunicar ao cavalo as ações que ele deve realizar: as *rédeas*, a *cabeçada* (cabresto feito de corda), o *freio* (corda ou ferro que *passa* por dentro da boca do cavalo e é puxada para desacelerá-lo), a *muxinga* (chicote rígido fabricado a partir de fios de nylon) e o *balanço* (haste de metal ligada à sela em que o vaqueiro coloca seu pé para se equilibrar).

Alguns itens não são usados em todos os cavalos ou em todas as situações. Este é o caso do *freio*, que só é colocado em cavalos que ainda não obedecem totalmente ao vaqueiro. Com uso semelhante, a *cabeçada* também tem o efeito de frear o cavalo, mas, em animais mais “duros da cara”, o *freio* é um utensílio necessário por ser mais eficiente. Nesse sentido, o *freio* acompanha a *cabeçada* para “governar o animal”, como me explica o vaqueiro Chiquinho. No caso, ao ser puxado para trás, o *freio* causa dor ao cavalo e este é forçado a parar ou andar para trás. “Dói a boca dele, né?”, me diz o vaqueiro.

Além dos instrumentos que conectam e acoplam o cavaleiro ao cavalo, o trabalho conjunto com o animal é amplamente coordenado por comandos vocais, sejam eles gritos, ofensas ou estalos com os lábios. Ao acompanhar várias atividades em que os vaqueiros lidavam diretamente com cavalos ou búfalos, às vezes com os dois ao mesmo tempo, nota-se que lidar com os búfalos é um fluxo constante de

interpretações e intenções. A forma de compreensão que cavalos, búfalos e vaqueiros estabelecem nessa situação pode ser melhor esclarecida por meio da abordagem sobre a comunicação feita entre o vaqueiro, o cavalo e o búfalo. Vejamos, por exemplo, as laçadas de gado em campo aberto, nas quais fica clara a atuação primordial do cavalo.

Quando os vaqueiros me explicavam as diferenças entre laçar *de pés* e de cima de um cavalo, apontavam que, em geral, é mais fácil e mais eficaz laçar montado, desde que o cavalo seja “bom de trabalho”. Perguntei, então, o que seria um cavalo “bom de trabalho”. Como me explicou o vaqueiro Dario, um cavalo já acostumado a laçar gado em campo aberto melhora o ato, pois ele “pega força” no momento da laçada. Isto é, após perseguir por um tempo a rês, quando o vaqueiro começa a rodar o laço com mais intensidade e emite gritos mais enérgicos, o cavalo “sabe” que é hora de se aproximar ainda mais do búfalo e “dá uma carrera” em direção ao animal, correndo mais forte e rápido e, assim, encurtando a distância até o alvo, o que potencializa o sucesso da laçada.

No caso de cavalos novos, ainda não treinados na vaqueirice, os vaqueiros dizem que devem “güentar”, isto é, tentar comandar o novição segurando “forte” as rédeas. Isso aliado, é claro, a “dar muitas porradas” no cavalo para que ele perceba que tipo de ação o vaqueiro espera dele. Nesse processo de treinamento à base de força e castigo, o cavalo vai aprendendo o que deve ser feito em uma laçada de búfalos, inclusive o ato de “pegar força” na hora do arremesso do laço. O fato é que, ao se presenciar uma laçada, fica nítido que os cavalos mantêm-se atentos ao comportamento do laço do vaqueiro e reagem a este. Por sua vez, o vaqueiro também fica constantemente atento ao comportamento do cavalo que cavalga, do búfalo que persegue e a outros vaqueiros, cavalos e búfalos presentes na área da ação.

Quando o búfalo está corretamente laçado, a ação resulta no acoplamento entre o conjunto vaqueiro-cavalo e o animal, propiciado pela corda. Confirmado este acoplamento, o vaqueiro deve logo arremessar o restante da corda que está enrolada em sua outra mão em direção à alça do laço, com o objetivo de evitar que o tensionamento da corda enrole-a na sela, no cavaleiro ou em alguma outra parte do cavalo. Começa, então, uma disputa da força do bovívdeo contra a do cavalo, que os vaqueiros explicam também utilizando a ideia de “güentar”, de resistir à puxada do búfalo.

Em um primeiro momento, o cavalo se esforça em frear o búfalo, segurando sua puxada com uma tração em força contrária. Este é um dos momentos mais críticos de

toda a ação, pois é quando acontece a maioria dos acidentes. Neste “cabo de guerra” formado no tensionamento da corda puxada, o baque no ato de “güentar” pode derrubar o cavalo e o vaqueiro ou, até mesmo, arrebentar ou soltar a sela do cavalo, onde fica amarrada a outra extremidade da corda.

Como mencionado, uma laçada considerada correta é quando a corda se amarra nos chifres, pescoço ou em alguma das patas do búfalo. Há, contudo, uma parte do animal que, possivelmente, é também perigosa de ser laçada. Trata-se do quadril, local em que o búfalo é capaz de exercer maior força de tração, expressivamente mais intensa do que a que o cavalo é capaz de fazer. Os vaqueiros me explicam que um búfalo pode chegar a pesar 600 ou 700 quilos, enquanto um cavalo pesa cerca de 350 quilos, não sendo capaz de resistir à puxada do búfalo com toda a sua força e volume corporal.

Por isso, a conexão entre o laço e a sela (o conjunto vaqueiro-cavalo) é imprescindível para aguentar a força que o búfalo fará ao ser laçado, que não pode ser sustentada somente pelo braço do vaqueiro. Isso ocorre em função do ponto de gravidade do conjunto vaqueiro-cavalo, pois um vaqueiro é capaz de segurar um bezerro laçado se estiver *de pés*, mas a tração do mesmo animal o derrubaria do cavalo se seu laço não estivesse atado na sela do cavalo. Ao mesmo tempo, esta amarra confere à relação estabelecida com a laçada um caráter definitivo ou impositivo, visto que, uma vez laçado, os movimentos do búfalo incidem no conjunto vaqueiro-cavalo de forma determinante, ainda que manejável.

É interessante citar Sússekind (2010: 42) quando ele chama atenção para o fato de que, em contraste com as formas de relações predominantemente visuais que ocorrem entre vaqueiros e bovídeos, “a captura com o laço é marcada pela proximidade espacial e pelo movimento abrupto. Quando o animal está sob controle, ele passa para outro registro: o laço é o que corta a distância e o que permite a aproximação; a relação visual dá lugar então à manipulação e à interação física”. Como dito, esse tipo de perseguição é normalmente feita por uma dupla de vaqueiros montados. Quando o primeiro vaqueiro consegue laçar corretamente e parar o búfalo, o segundo deve posicionar-se de modo a também laçar o animal, seja em sua cabeça ou chifres, seja por alguma das patas. Nessa situação, o búfalo se vê puxado em diferentes sentidos, o que, considerando o seu desgaste da corrida, inevitavelmente o derruba. Este ato, quando o vaqueiro laça um animal pelas pernas e puxa subitamente

a corda, é chamado de *rapada*, referência ao movimento da puxada, e utiliza a força e velocidade do cavalo para jogar o animal laçado ao chão.

Assim, a *rapada* é um movimento brusco e ágil, diferente do movimento de perseguição e o de frenagem gradual de um cavalo que “güenta” um búfalo, que é uma ação gradual e contínua. As formas como o vaqueiro passa o comando para o cavalo também são diferentes nos dois casos. Enquanto em uma laçada que prenda a corda ao pescoço ou cabeça do búfalo o vaqueiro puxa a *cabeçada* para dar o comando de “güentar” ao cavalo, ou seja, frear gradualmente e realizar uma força contrária à tração do búfalo laçado, em uma *rapada* o vaqueiro tende a comandar seu cavalo a correr em direção oposta ao búfalo, fazendo com que a perna laçada do animal seja puxada em um movimento rápido e forte.

Nesse tipo de situação, a ação com vários animais em campo aberto apresenta alguns riscos a que o vaqueiro deve se atentar constantemente. Um acidente bastante comum nessas ações é o cavalo se desequilibrar durante a corrida e cair, jogando seu cavaleiro ao chão e podendo mesmo projetar seu peso corporal em cima do humano. Isso pode ocorrer quando um cavalo tromba com outro cavalo ou com alguma rês, ou mesmo quando eles “batem a mão” em uma *terroada*. *Terroada* é o termo empregado em referência ao terreno irregular marcado pela pisada constante do gado. A *terroada* só é encontrada no terreno seco, pois, quando alagado, ele se torna uma lamaçal, ou melado, como dizem.

A *terroada* é característica marcante do terreno onde se criam búfalos, muito em função de seu deslocamento em grupos, de sua tendência em percorrer o mesmo caminho e do peso do animal, que compacta parte do solo. Bem presente em terrenos onde se maneja o gado, a *terroada* pode trazer riscos ao vaqueiro montado, pois em uma cavalgada acelerada atrás de um animal o cavalo pode “bater a mão”, ou seja, tropeçar no chão marcado pela variação de elevados e depressões na terra. Acidentes desse tipo são comuns, e são o tipo de situação a que o vaqueiro deve se atentar constantemente. Quase todos os vaqueiros têm histórias de um cavalo que “bateu com a mão” e virou com ele, arremessando-o ao chão ou, pior, rolando por sobre o cavaleiro. Algumas dessas histórias podem ser mesmo mais graves e não são raros os relatos de pessoas que morreram na atividade da vaqueirice.

Dito isso, é interessante observar que o vaqueiro é, em grande medida, solidário aos movimentos do cavalo, seja aqueles precisos e previstos ou aqueles nem tão precisos e imprevistos. Ao expor o cavalo em situação de perseguição nesse tipo de

terreno, o vaqueiro está também nessa situação, pois compõe com ele o conjunto vaqueiro-cavalo de que falamos. Nesse sentido, o vaqueiro deve compreender os movimentos do cavalo e a maneira como ele se comporta em diferentes terrenos e em situações distintas.

A existência de elementos como a *terroada* demonstra que é fundamental pensar para além de uma habilidade do corpo do vaqueiro isoladamente, visto que o trabalho da vaqueirice deve levar em conta os diferentes elementos do meio em que ocorre. Dentro dessa lógica, gostaria de retornar ao exemplo destacado na seção anterior, de uma ação de laçada em campo aberto com mais de um vaqueiro montado a cavalo perseguindo um búfalo. A ação em si dura, em geral, poucos segundos, mas nela está em curso um complexo e significativo jogo de interpretações. Por essa razão, podemos pensar que o vaqueiro deve agir de acordo com princípios de aproximação com o cavalo, no sentido de compreendê-lo e apreender seu comportamento e possibilidades de ação.

Assim, podemos afirmar que vaqueiros, búfalos e cavalos estão constantemente comunicando-se entre si. Mesmo que essa comunicação não seja verbal (e ela pode ser, partindo do humano), os gestos, posições corporais e velocidade dos movimentos *comunicam* de fato intenções e comandos. Aponto estes aspectos para chamar a atenção para o que Sautchuk (2007: 85) chama de uma ecologia da comunicação e da ação, “onde o fator propriamente ecológico está dado no comportamento dos seres (humanos e não-humanos) uns face aos outros”.

Ao se debruçar sobre o tema da comunicação em sociedades de animais não-humanos, Dominique Lestel (2002: 36) afirma que “comportamentos animais ainda são maciçamente descritos como se estivessem falando sobre as ações de autômatos mais ou menos sofisticados”. A partir de exemplos de estudos sobre primatas, pássaros, golfinhos e abelhas, o autor discorre sobre o uso e a consequente negação do *status* de cultura própria a grupos de animais não-humanos, mesmo aqueles em que há comprovada transmissão de conhecimento e de linguagem não verbal¹⁴¹.

A partir de sua exposição, Lestel (*ibid.*: 40) clama pela necessidade de levar em conta a comunicação interespecífica para “desenvolver uma genuína filogênese¹⁴² do

¹⁴¹ Para um comentário antropológico sobre os estudos de primatólogos, ver o livro de Guilherme Sá (2013).

¹⁴² “história evolutiva de uma espécie ou qualquer outro grupo taxonômico” (Houaiss, Villar e Franco 2001).

significado”. Ao citar estudos da etologia, ele destaca que não há uma distinção tão clara, como se pressupõe, entre a comunicação e a ação. Isso porque animais podem tanto expressar movimentos indicando intenções quanto responder aos movimentos/intenções de outros animais, incluindo aqui os humanos. De fato, esse é um ponto central no argumento do autor, para quem “seres humanos e animais são sensíveis a ritmos e se comunicam uns com os outros por esse meio” (2002: 58). Como ele mesmo ainda destaca, “quanto mais ritualizado o movimento o mais fácil é responder a ele”.

Assim, se o ritmo pode ser entendido como uma dimensão compartilhada com animais, tal como em uma ação de laçada, os argumentos trazidos por Lestel refletem bem o que busco descrever: uma complexa trama de intencionalidades no ato de laçar os búfalos em campo aberto, por meio da qual várias intencionalidades dialogam umas com as outras - cavalo, vaqueiro, búfalo, e talvez cachorros - e todas estas com o laço, cercas, obstáculos. Trata-se, portanto, de focar nas relações entre espécies, mas também em pensar nos conjuntos mais amplos destas relações, que incluem também objetos técnicos.

O problema, Lestel adiciona, reflete em uma questão que julga ser essencial: se os animais não possuem linguagem: eles podem ser sujeitos? O autor acredita que determinar o *status* aos seres envolvidos na comunicação animal é algo central para o debate sobre culturas animais. Para tomar a situação aqui narrada, fica claro que o búfalo que corre em campo aberto interpreta a todo momento a ação presente (e futura) do conjunto que lhe persegue, formado pelo vaqueiro montando um cavalo e girando um laço. Este último, ao ser arremessado, é certamente entendido pelo búfalo como algo de que deve desviar, pois a ação do laço produz efeitos - constringe e amarra o búfalo ao cavalo/cavaleiro.

Porém, é difícil sustentar que o búfalo entenda o laço como um *sujeito* com o qual interage, tal como é possivelmente o caso de sua interpretação do cavalo, que ora está pastando ao seu lado, ora o está perseguindo sob os comandos de um vaqueiro. Como Lestel (2002: 50) pondera, a questão não é somente reportar que determinadas culturas considerem animais como tendo atributos e estatuto similares aos sujeitos humanos (como é bem descrito em vários trabalhos antropológicos)¹⁴³, mas se faz sentido defender essa posição no empenho de uma tradução do contexto etnografado

¹⁴³ Como é visto na obra de Viveiros de Castro (1996), Descola e Ingold, para citar alguns dos mais importantes, dentre tantos outros.

para o conhecimento acadêmico/científico. No caso dos búfalos, cavalos e cachorros, os vaqueiros expressavam constantemente noções que deixavam claro que os animais com que trabalhavam e conviviam tinham individualidades, vontades e capacidades de interpretação próprias. Eram, neste sentido, *sujeitos*.

Para exemplificar esse tipo de interpretação, basta recorrer às falas que afirmavam que um determinado cavalo era “bom de trabalho”, ou à narrativa de que um cachorro deveria aprender a caçar onças. Ao complexificar a sua proposta, Lestel convida a irmos além de reportar o discurso nativo de que algumas categorias de animais são sujeitos. Por isso, acredito que a descrição de ações como esta laçada coletiva podem sustentar a capacidade que os animais têm de expressar intenções e de responder aos movimentos e intenções de outros animais.

De qualquer modo, o trabalho cotidiano com o gado e com cavalos gera situações que refletem o ponto defendido por Lestel (2002: 56) de que “é precisamente porque os seres humanos e os animais são capazes de compartilhar códigos comuns que eles podem constituir comunidades compartilhadas”. Por isso, “toda sociedade humana também é uma sociedade animal”. Nesse sentido, é interessante recorrer, também, às ideias de Eduardo Kohn (2007: 17), para quem não é somente a forma como percebemos o mundo que é importante, mas também o fluxo de outras interpretações de mundo (e *umwelt*) dos outros seres com quem nos relacionamos. Este aporte baseia-se na teoria de Jacob von Uexküll, que, na leitura que seu filho Thure von Uexküll faz, remete aos efeitos que a influência mútua entre sujeitos têm em cada um:

Outro elemento das condições prévias essenciais para a observação de objetos, Uexküll acrescentou ao enfatizar a influência que os sujeitos têm em cada interação entre objetos e sujeitos devido a suas atividades receptoras e efetoras, específicas da espécie. A partir disso, desenvolveu seu conceito da “Umwelt específica da espécie” — o segmento ambiental de um organismo, que é definido por suas capacidades específicas da espécie tanto receptoras quanto efetoras (definidas por Uexküll como “percepção” e “operação”) (Uexküll 2004: 22).

Seria possível associar este raciocínio à teoria de Gibson (1979), na qual os *affordances* são propriedades tomadas em referência ao observador. Não são nem propriedades físicas nem fenomenais, mas sim relacionais do ser inserido em um ambiente e a partir de como ele percebe o que esse ambiente lhe proporciona. Nesse sentido, na relação entre vaqueiros, cavalos, búfalos e cachorros, principalmente em

ações como uma *laçada*, todos estão constantemente interpretando as ações uns dos outros e as possibilidades que o cenário ou ambiente em que estão lhes proporciona. Como o autor afirma, “behavior affords behavior” (Gibson, 1979: 135).

As ideias de Gibson relacionam-se diretamente com as concepções propostas por Tim Ingold em sua obra *The Perception of the Environment* (Ingold 2000). Nesta e em outros escritos do autor, as ideias acerca de territorialidade, *wayfinding* e *taskscape* são caracterizadas pelo movimento dos seres no meio. Ingold (idem: 166) afirma retirar esse princípio da psicologia ecológica, segundo a qual a percepção sensorial se dá a partir do movimento do ser como um todo. Neste caso, o autor declara-se fortemente inspirado pelas ideias de Gibson. A partir dessa concepção, Ingold reafirma que os seres não precisam reconstruir mundos abstratos para agir a partir de um modelo, pois o mundo pode ser acessado diretamente através dos sentidos. Desse modo, a ação e a percepção de pessoas e animais se dão através do movimento e da interação destes com o mundo, e não de uma perspectiva estática de observação e análise (2000: 226).

Trago esses aportes teóricos da literatura que debate as relações entre humanos e animais não-humanos, pois eles apontam de diferentes maneiras para aspectos que podem ser observados e destacados na descrição das ações dos vaqueiros com cavalos e búfalos. Em ações que envolvem laçadas em campos abertos, devemos pensar as ações do cavalo, do vaqueiro e do búfalo de maneira imbricada. As relações com os animais com que trabalham marcam também como os vaqueiros se percebem, tema a que me volto a seguir.

O TERÇADO – MASCULINIDADE E PROTEÇÃO

Ontem, em uma roda de vaqueiros conversando, as brincadeiras com o terçado eram frequentes. Os vaqueiros se provocavam e sacavam o terçado ameaçando uns aos outros, por vezes com a ameaça correspondida. Tudo em tom jocoso e de muito riso. Eram frequentes também as brincadeiras que envolviam mães e mulheres dos companheiros.

(Trecho de meus cadernos de campo).

Na seção anterior busquei deixar claro que, quando um vaqueiro está montado em um cavalo, a conjugação dos dois seres passa a formar um conjunto vaqueiro-cavalo que é composto também pela sela e pelo laço, sempre presente. Devido aos riscos envolvidos no processo, tal como a queda, a conexão com o cavalo deve ter a possibilidade de ser desfeita rapidamente. Se uma pessoa encontra-se demasiadamente amarrada ao animal, a cavalgada acaba por aprisioná-la às vicissitudes e à imprevisibilidade inerente à interação com os animais com que lida.

Presenciei algumas vezes a sela de um dos cavaleiros se soltar do cavalo na ação de *laçada*. Presa pela “barrigueira”, a sela pode não aguentar a força da tração da corda puxada pelo búfalo e arrebentar ou se soltar. Nesse caso, é muito importante que o vaqueiro seja capaz de pular do cavalo, ou a queda pode ter consequências severas. Dentre os riscos da atividade da vaqueirice, a possibilidade de cair do cavalo é um dos mais comuns. De fato, pode-se dizer que todos os cavaleiros caem mais cedo ou mais tarde de seus cavalos, o que não depende somente da experiência e da habilidade de cada um.

Outra possibilidade ainda pior do que a sela se soltar é o cavalo “virar” com o cavaleiro, seja puxado pelo búfalo, seja ao “bater a mão” e se desequilibrar. Nesse caso, além do tombo, o cavaleiro pode se ver prensado pelo peso do cavalo ou pisoteado por este quando tenta se levantar. Por essas razões, é importante que o vaqueiro esteja conectado ao cavalo por meio da sela e do cabresto, mas que essa situação não o prenda totalmente ao cavalo. Alguns vaqueiros preferem mesmo utilizar selas pequenas e de constituição mais simples no trabalho com o gado, pois é mais fácil sair destas. Esse é o caso do *balanço* (também conhecido como estribo), haste de metal presente dos dois lados da sela e onde o vaqueiro pisa para subir no cavalo e, depois, para se equilibrar. Comumente, a sela para o trabalho em uma *laçada* apresenta um *balancinho*, haste de menor tamanho do que o usual na qual é possível inserir somente os dedos do pé, de modo a evitar ter o pé e a perna presos em caso de queda do cavalo. Por estas características, podemos pensar no binômio *sela / ceta* para nos referir a este utensílio que, ao mesmo tempo em que é necessário para o trabalho com o cavalo, pode vir a se tornar aprisionador do vaqueiro que o usa caso ocorra um acidente e este não consiga se soltar rapidamente do animal.

Acompanhar as atividades dos vaqueiros filmando e fotografando traz também alguns perigos aos quais o etnógrafo deve se atentar. Quando eu acompanhava vaqueiros laçando os cavalos “de pés”, por exemplo, havia pelo menos dois riscos

imediatos. O primeiro era ser atropelado pelo grupo de cavalos que corriam dos laços. Apesar de normalmente desviarem de uma pessoa, os cavalos podem estar desgovernados e não ter muito controle ou capacidade de evitar algo no caminho. O segundo perigo era justamente aquele causado pela ação da corda. Quando o laço acerta e prende o alvo, este corre e tenciona a corda de tal forma que ela pode ficar “animada”, podendo ir em direção a alguma pessoa.

Os acidentes ocorridos ao longo da trajetória na vaqueirice deixam com frequência marcas nos corpos, traços do histórico de cada vaqueiro. Este é o caso de Lobato, vaqueiro que tem uma marca funda na testa, resultado da queda de um cavalo e do impacto de chocar sua cabeça contra uma vaca. O vaqueiro relata ter ficado desacordado por oito dias e, hoje, sustenta a marca visível do acidente. Na conversa em que Lobato narra o caso, o *feitor* Vadico adiciona que, muitas vezes, o patrão acha que foi a “cachaça” que levou ao incidente. Os vaqueiros consideram que realmente é muito perigoso trabalhar bêbado, “com a cabeça quente”, e normalmente impedem companheiros de lidar com o gado caso estejam embriagados.

Independente do estado de embriaguez, todos são enfáticos em afirmar que acidentes ocorrem com frequência na profissão da vaqueirice, mesmo que se tome cuidado¹⁴⁴. Enquanto estive com os vaqueiros, pequenos acidentes como “bater com a mão” e machucar os punhos, joelhos ou pernas eram comuns. Em meu trabalho de campo, eu levava comigo alguns remédios básicos, como comprimidos para dores e anti-inflamatórios, que eu oferecia aos vaqueiros de tempos em tempos para aliviar as suas aflições. Um vaqueiro cita um ditado que diz ser bem difundido no Araguari, que diz o seguinte: “a vida do vaqueiro é fudida, mas é divertida”. A percepção de que o trabalho na vaqueirice é perigoso é constantemente expressa pelos vaqueiros, o que influencia, inclusive, naquilo que eles mesmos consideram fundamental em sua atividade.

Para se resguardar de alguns perigos, os vaqueiros recorrem a um utensílio que julgam imprescindível. Em certa ocasião, aproveitei que os três vaqueiros da fazenda Campo Novo descansavam após o almoço para fazer uma pergunta aos três ao mesmo tempo, esperando que houvesse um debate entre eles. Perguntei, assim, o que era

¹⁴⁴ Um dos vaqueiros que pretendia se demitir da fazenda em que trabalhava me explicou que planejava trabalhar com marcenaria na região. Quando perguntei qual dos dois ofícios ele preferia, ele replicou ser a marcenaria, pois “não mata”, como o “ficar em cima de um cavalo” pode fazer.

essencial a um vaqueiro, o que um vaqueiro não podia deixar de levar consigo. Para a minha surpresa, os vaqueiros me responderam, quase em uníssono, que era a “faca”, em referência aos objetos cortantes com os quais trabalham, dentre eles o terçado. Ao confessar a eles que achei que responderiam ser o laço, questionei-os, enfim, por que não ele.

Como um dos vaqueiros explica, o laço é mais usado quando devem “levar” o gado de uma malhada a outra, ou bater o gado”, como dizem. Em geral, este obedece a comandos por gritos e aproximação do vaqueiro (ou vaqueiro e cavalo). Neste caso, o laço está presente para incentivá-lo por meio de “porradas”, ou pela mera sugestão dessas quando é rodado. No caso da faca, eles explicam ser ela totalmente essencial para a proteção do vaqueiro, seja contra animais de criação, como o próprio búfalo, seja contra outros seres, como cobras ou até mesmo outros humanos. Nesse sentido, afirmam que o utensílio sempre deve estar com o vaqueiro, mesmo quando ele for somente tirar leite ou passar por um curral. Isso porque a faca será demandada caso o animal fique preso nas cordas, no primeiro exemplo, e para proteção de um eventual ataque, no segundo.

Similarmente, o terçado é usado para o abate de animais para consumo dos vaqueiros e suas famílias. Uma das vezes em que vi o terçado ser utilizado de maneira intensa foi no abate de uma rês, evento extraordinário que julgo necessário descrever aqui. Na ocasião, a fazenda Campo Novo recebia vaqueiros vindos de uma fazenda próxima, de proporções bem maiores, a Para Búfalo. Era o auge do verão e da seca, quando os vaqueiros aproveitam para percorrer o território de outras fazendas em busca do gado de seu plantel que tenha porventura saído das terras que cuidam. Esse tipo de ação é feita com a autorização do *feitor* da fazenda visitada, que precisa acompanhar o processo para garantir que o gado de sua fazenda não seja erroneamente retirado com as reses alheias. Por meio da comunicação via rádio, os vaqueiros de fazendas vizinhas costumam avisar seus colegas que há gado de sua responsabilidade em outros terrenos.

A fazenda Para Búfalo é considerada grande. Com um plantel de mais de 4.000 búfalos, nela trabalham nove funcionários, seis dos quais foram para a Campo Novo em busca do gado. Eles contam que a Para Búfalo é do mesmo proprietário da “Amazonas Importados”, grande loja localizada em Macapá, que havia há pouco comprado outra grande fazenda no Araguari. O *feitor* da Campo Novo me explica que os vaqueiros da Para Búfalo vieram buscar o gado desgarrado que estaria pastando

nas terras sob sua responsabilidade e nos terrenos da São Marcos. Diz também que tiveram notícia de haver gado deles na Campo Verde e na Jerusalém, mas que só iriam poder buscar este restante em dezembro. Assim, os seis vaqueiros da Para Búfalo se juntaram aos então quatro vaqueiros da Campo Novo durante dois dias para separar eventuais búfalos com a marca queimada da fazenda, a *PB*.

Quando recebem pessoas de outros locais nem sempre os vaqueiros abrem suas portas imediatamente. Contudo, é esperado, no mínimo, que a varanda da casa seja oferecida para atar redes e oferecer pouso¹⁴⁵. Nesse tipo de visita com fins de trabalho, a fazenda que recebe deve também preparar refeições para os colegas das outras propriedades. Somando os vaqueiros da fazenda Campo Novo, os da Para búfalo, e os da São Marcos e Jerusalém, havia um total de 14 vaqueiros na casa principal da fazenda. A mulher e a enteada do *feitor*, Vânia e Lica, demonstraram claramente não gostar da situação e não perdiam uma chance de reclamar, afirmando que “todo verão é a mesma coisa”. No segundo dia hospedando os vaqueiros de fora, serviu-se somente Acaris aos convidados. Por essa razão, as mulheres tiveram que providenciar o abate de um frango. Vadico pediu desculpas aos vaqueiros de fora por não ter “boia” suficiente. Em outro momento, ele me disse que os vaqueiros sempre avisam em cima da hora, o que impossibilita se preparar para alimentar mais pessoas.

Ao final de dois dias acordando de madrugada, por volta de 3h, para ir procurar gado *na malhada*, o *feitor* da fazenda Para Búfalo, Luís, separou uma garrota menor e mais magra para presentear os vaqueiros da Campo Novo pela colaboração. Ele me explica que o dono da fazenda Para Búfalo só “embarca” reses com o mínimo de 450 quilos. Por isso, separaram uma rês de cerca de 300 quilos para um churrasco em agradecimento à ajuda dos vaqueiros. Transcrevo a seguir trecho de meu caderno de campo sobre a matança do animal:

Separada a rês, coube aos vaqueiros o abate. Primeiro, eles cansaram a garrota perseguindo-a montados em cavalos. Em seguida, laçaram e derrubaram a rês próximo à sede da fazenda, quando, com um terçado, apunhalaram-na diretamente no coração e a esperaram sangrar até a morte. Dario cravou seu terçado no peito da rês caída por duas vezes. Ela só gemeu na segunda enfiada da faca. Ainda viva, começou a ser destrinchada pelos quatro vaqueiros e pelo olhar de minha câmera. Apesar da violência do ato movido a machadadas, as cenas que consigo são belas: uma mão segura uma pata, um galo bica o sangue derramado no chão, um terçado é

¹⁴⁵ Na comunidade Bom Amigo, por exemplo, foi somente após algumas visitas e várias conversas que fui finalmente convidado a comer e a dormir dentro da casa principal.

engolido pelas entranhas do animal morto. Os vaqueiros dividem a rês em quatro grandes partes. Pouco do animal não foi aproveitado. A cabeça e a coluna foram deixadas para os cachorros e os porcos. As patas foram escaldadas e peladas para o preparo de um cozido. As tripas foram esvaziadas de seu conteúdo e acompanharam o cozimento do feijão. O couro foi abandonado mais distante da sede da fazenda para as ações dos urubus e do tempo.

A divisão que usualmente fazem de um bovídeo não se baseia em cortes comuns de açougues da região, como o *filé*, *chã de dentro* etc., para considerar o animal como divisível em grandes porções semelhantes. Efolada e esquartejada com o uso de terçados e de um machado, naquela ocasião a rês foi dividida em *quartos* (quatro partes mais ou menos iguais) e um desses quinhões foi destinado a um churrasco compartilhado por todos os vaqueiros, as mulheres e o etnógrafo¹⁴⁶. O churrasco foi preparado enquanto ocorria uma partida de futebol entre as equipes das duas fazendas. O abate da rês em questão foi um caso absolutamente extraordinário, ganhando mesmo contornos de celebração, e só ocorreu como uma forma de espólio pela ação conjunta das duas equipes de vaqueiros que durou dois dias.

¹⁴⁶ Sússekind (2010: 57) também descreve em sua tese certo desconforto ao acompanhar o abate de bovinos: “Minha impressão ao assistir é de que, quando o couro vai sendo retirado, aquela vaca vai deixando de existir, até que em determinado momento o que pende do gancho é um grande pedaço de carne fresca, num açougue ao ar livre”.



Prancha 35 - Vaqueiros destrincham uma vaca

Situação rara de ser vista em parte das fazendas do baixo Araguari, aqui uma res é abatida para brindar o fim de uma ação conjunta entre duas equipes de vaqueiros de fazendas distintas. Apesar de toda a sua atividade ser em função do gado (e do futuro consumo de sua carne), os próprios vaqueiros raramente consomem a carne dos búfalos. A excitação com o abate e destrinchamento da mamota demonstra o alto valor que atribuem à carne bubalina.

Impregnado pelas imagens que eu havia feito mais cedo, durante a noite em minha rede pensei muito a respeito da morte daquela garrota¹⁴⁷. Em outra ocasião, conversei sobre o abate que fazem dos búfalos e fiz a um vaqueiro uma pergunta típica de quem não vem de contexto rural: se tinham dó de matar um animal com que trabalham cotidianamente. Pragmático como sempre, o vaqueiro Dario me respondeu que não tem dó, que tem “é raiva”, porque os búfalos lhe dão “muito trabalho”.

Assim, se o terçado é tido pelos vaqueiros como objeto realmente imprescindível, é também porque consideram que ele possibilita compensar a desvantagem que eles têm frente às características dos inúmeros animais que podem encontrar na área das fazendas. Em função do perigo das garras e presas da onça, ou das mandíbulas do jacaré-açú, ou mesmo dos chifres, força e tamanho dos búfalos, os vaqueiros afirmam que o terçado é o objeto que nunca pode faltar na sua atividade. Basta voltarmos ao relato em que Seu Jaime diz ter escapado do ataque de uma vaca enfurecida graças aos cachorros que o acompanhavam e ao terçado que usou para lhe “furar a cara”.

Isso relaciona-se, também, à compreensão mais ampla de que, no contexto da várzea amazônica, cada pessoa deve ser capaz de garantir sua sobrevivência, de “se virar”. Ao seguir os vaqueiros cotidianamente, eu percebia isso quando tinha dificuldades de acompanhá-los em uma cavalgada, por exemplo. Se tanto o laço quanto o cavalo parecem, aos olhos do etnógrafo, os elementos mais marcantes dos vaqueiros, o terçado é apontado por eles como aquilo que garante, minimamente, sua atividade. Assim, se os chifres são descritos como a “arma” dos búfalos por alguns

¹⁴⁷ Bulliet (2005) faz um interessante comentário sobre a experiência de uma pessoa não acostumada a conviver com animais de criação ao presenciar o abate de um animal, um “testemunho visceral”, como diz.

vaqueiros, no dia-a-dia do trabalho com o gado e outros animais, o terçado seria o equivalente do vaqueiro. É ele que possibilita aos vaqueiros exercer a *brutidade* que julgam necessária para lidar com os búfalos, tema a que me dedico nos apontamentos conclusivos desta tese.

CONCLUSÃO: LAÇOS BRUTOS

Assim, na antropologia não fazemos estudos de pessoas,
ou mesmo dos animais. Nós estudamos com eles.

Tim Ingold, *Anthropology Beyond Humanity*, 2013.

Réquiem para uma Pororoca

No dia 10 de julho de 2015, quando eu estava em fase de finalização desta tese de doutorado, o *Jornal Nacional* transmitiu uma reportagem com a chamada “Pecuária pode ter causado fim da pororoca do rio Araguari”, noticiando o fim do fenômeno sazonal das ondas resultantes do encontro entre o rio e as marés¹⁴⁸. Em uma coincidência que considero relevante, quatro dos cinco personagens entrevistados na matéria são protagonistas desta etnografia. São eles:

- o vaqueiro Cuca (Edgar Souza), que ressalta a dificuldade de viver na região do baixo Araguari por conta do (cada vez mais) difícil acesso pelo rio, que diminuiu;
- Patrícia Pinha, Chefe da Rebio do Lago Piratuba, que aponta que a a pecuária de búfalos nas margens do rio criou valas e canais que drenaram o curso d'água;
- Iraçu Colares, da Federação de Pecuária do Amapá, que afirma não ser uma mudança causada unicamente como resultante da pecuária, apontando as hidrelétricas na região e, por último;
- um procurador do MPF, que aponta que os danos ambientais devem ser apurados para as devidas ações jurídicas.

Segundo a reportagem, seria o fim do fenômeno da onda “sem fim”, que perdurara por quilômetros rio acima. Se na época da pesquisa de campo, durante os

¹⁴⁸ Conferir “Pecuária pode ter causado fim da pororoca do rio Araguari”, matéria exibida no *Jornal Nacional* no dia 10/07/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/07/pecuaria-pode-ter-causado-fim-da-pororoca-do-rio-araguari-no-amapa.html> - acessado em 15/07/2015).

anos de 2012 e 2013, o debate acerca da presença do búfalo na região do baixo Araguari já se mostrava complexo, com posições bem diversas que formavam uma controvérsia do búfalo, como vimos no capítulo 1, a diminuição da vazão de água do rio e a suposta “morte” do fenômeno da Pororoca – que projetava o rio em um cenário nacional e internacional – tende a complexificar ainda mais as disputas instauradas no âmbito da bubalinocultura amapaense. De qualquer modo, as posições apresentadas de maneira sucinta na matéria televisiva retomam os argumentos do debate apresentado no primeiro capítulo desta tese.

Nessa discussão, ambientalistas, pesquisadores, pecuaristas e técnicos agropecuários constroem seus discursos a partir das características dos búfalos que se mostram na relação entre eles e os animais. Assim, as posições que estas pessoas têm em relação à cultura dos búfalos envolvem questões práticas, científicas e políticas, o que nos leva a compreender que o búfalo não tem um sentido em si mesmo se visto de maneira isolada e deve, então, ser compreendido a partir das relações que são estabelecidas com ele, seus comportamentos e os efeitos causados por sua presença na região de várzeas amazônicas.

De um lado, pecuaristas e defensores da atividade pecuária no estado falam da “função social do búfalo”, com potencial de elevar a renda e melhorar a qualidade de vida nas pequenas fazendas familiares¹⁴⁹. Essas posições amparam-se na lógica de um determinado projeto de desenvolvimento, tanto econômico quanto civilizador por meio do trabalho e do desenvolvimento dos animais, que consiste na transformação da matéria seca em carne, em um produto (Sordi, 2013). De outro lado, o grupo que chamamos de ambientalistas, composto tanto por servidores de órgãos ambientais (ICMBio, SEMA) quanto de pessoas afetadas pelos impactos da criação de búfalos, como os pescadores. Foi a partir destas posições que apresentei a disputa em torno do estabelecimento de cercas nas propriedades próximas à Rebio como mote do primeiro capítulo.

Em uma das passagens mais conhecidas de seu livro sobre os Nuer, Evans-Pritchard afirma que esse povo pode ser considerado parasita do gado, mas que o

¹⁴⁹ Considero pertinente trazer o comentário de Natacha Leal (2014) sobre o processo histórico da pecuária no Brasil. Apesar desta autora se voltar à evolução da pecuária bovina, me parece que a mesma lógica pode ser aplicada ao caso da criação de búfalos: “O boi - que não é uma espécie nativa - desde a colonização vem sendo pensado, e principalmente utilizado, como parte de um projeto político e econômico brasileiro, sempre em desenvolvimento, cheio de assimetrias e contradições” (Leal 2014: 258).

contrário é igualmente verdade, pois o gado pode ser visto como parasita dos Nuer, e a vida destes é dedicada a lhes garantir o bem-estar (1940: 36). Tanto trabalhando para cercar os búfalos quanto vivendo cercados por eles, as pessoas envolvidas nas questões da bubalinocultura posicionam-se em relação a esses animais de acordo com as relações que estabelecem com eles, seja considerando-os um problema ambiental ou sua principal atividade de sustento. Ou, como um pecuarista disse ao defender a atividade, “o búfalo é um animal muito dócil quando manejado, mas é uma fera quando deixado ao Deus-dará; quando ele cria o dono ao invés do dono criá-lo”.

Sobre bravos e mansos, selvagens e domesticados

Nas discussões teóricas apresentadas ao longo deste trabalho, recorri com frequência à contribuição analítica de Tim Ingold (1980; 2000), que enfatiza que qualquer organismo, humano ou não humano, desenvolve suas potencialidades a partir de um circuito de relações e interações com um ambiente ricamente estruturado. De modo semelhante, Haudricourt (2013 [1962]) considera a interação entre humanos, plantas e animais não somente como uma ação de mão única (sujeito – objeto), mas como situações que fazem com que, ao modificar os outros seres, os humanos se modifiquem também. Por sua vez, Digard (1988; 1990) insiste para que se compreenda a domesticação enquanto processos em que nenhuma espécie animal pode ser considerada como total e permanentemente domesticada.

Aliás, justamente por isto Digard propõe que se fale de processo domesticatório, e não de domesticação. Isso implica que os animais podem se “desdomesticar” e retornar a um estado “selvagem”, o que atribui à concepção de domesticação um caráter de processo contínuo que considero pertinente para compreender as relações entre humanos e búfalos na região do baixo Araguari. Como definem os vaqueiros, o búfalo deve ser constantemente “domesticado” para não ficar “mateiro” ou *bravo*, situação em que pode se tornar perigoso para humanos, uma tensão constante entre seu amansamento e asselvajamento.

Antropólogos como Sigaut (1988), Cassidy (2007) e Lien (2013) observam que não apenas é necessário repensar a domesticação frente às novas tecnologias e arranjos entre humanos e animais, mas também reconhecer a domesticação como um termo que remete a processos diversos. Nesse sentido, Russel (2002: 293) propõe que,

além de questionar se os animais são domésticos, é preciso também investigar as práticas específicas de domesticação em cada contexto. Isso requer compreender suas dimensões por meio de práticas de familiarização, propriedade e regulação da reprodução, dinâmicas que podem remeter a aspectos sociais mais amplos, como as relações entre os criadores (Deturche 2012).

Por isso, tanto Sigaut quanto Digard defendem o caráter recíproco da relação de domesticação e, assim, entendem que esses processos têm efeitos tanto sobre o homem quanto sobre o animal (Sautchuk 2014). Nesse mesmo sentido, Cassidy abandona posições que tendem a enxergar a relação com animais como vias de mão única, passando mesmo a pensar em termos como mutualismo, simbiose e reciprocidade (Cassidy 2007). Sendo a domesticação uma forma de socialização, ela também altera e conduz as atividades dos humanos. Portanto, quem domestica é também, em certa medida, domesticado¹⁵⁰.

Ao buscar apresentar a atividade da vaqueirice na cultura de búfalos em áreas de várzea no rio Araguari a partir de uma perspectiva relacional, empreendi o esforço de retratar o búfalo como um conjunto de práticas e relações intermediadas pela criação do animal. Por isso, ao longo desse texto apresentei as diferentes concepções que usualmente são colocadas em ação para descrever os búfalos e outros animais em comparação com eles. Quando colocados em contraste, podemos sugerir o seguinte esquema de oposições:

sangue fraco x sangue forte

bravo x manso

tijolo x melado

castrado x inteiro

duro x macio / mole (pescoço, cara, nariz)

selvagem x domesticado

bruto x melindroso / cismado

¹⁵⁰Jean Segata sugere, a partir de sua pesquisa etnográfica, que interessa à antropologia a transformação que pessoas e animais causam em si nos processos de suas relações. Nesse sentido, propõe o autor: “falar de si através de um animal talvez não se resuma a uma simples projeção simbólica, mas faça aparecer um processo de se traduzir no outro - de se fazer aparecer nele, de se transformar mutuamente” (Segata 2012: 44).

A partir de características creditadas ao animal, como força e rusticidade (pois *guentam muita porrada*), os vaqueiros estabelecem a *brutidade* como o princípio por meio do qual a relação pode ser estabelecida. Proponho que esta seja uma chave explicativa para elucidar as relações entre vaqueiros e búfalos, que atinge seu cume naquilo a que os vaqueiros se referem como a *brutidade*. Em suma, a noção e relação de *brutidade*, expressa quando o vaqueiro afirma ter que lidar com búfalos de forma *bruta* por eles serem *brutos*, podem ser entendidas como uma incorporação pelos humanos deste mesmo princípio relacional da *brutidade*.

Ao pensar nos termos dos processos de domesticação que modificam também o humano, sugiro que, nas relações entre vaqueiros e búfalos, acionar constantemente a noção de *bruto* para explicar uma característica que os vaqueiros consideram essencial do animal – e que faz com que tenham que ser tratados na *brutidade* – é um processo reflexivo sobre a própria atividade do vaqueiro. Isso não é dizer que, ao chamar o búfalo de *bruto*, os vaqueiros estejam metonimicamente se chamando de *brutos* (mesmo que isso seja dito em algum momento). É, penso, apontar para uma forma de relação predominante na pecuária extensiva de bubalinos.

Seguindo essa pista, no caso da criação extensiva de búfalos nas várzeas desta região amazônica, tratei de diferentes tipos de interação e de como os *seres se constituem mutuamente* (Kohn 2013). Ou, em outros termos, de uma relação de *domesticação mútua*, tal como proposto por Dominique Lestel (2002: 56), para quem esta relação é uma característica essencial das comunidades híbridas de humanos e animais não-humanos que partilham uma determinada racionalidade. Para compreender esse processo, Lestel (*ibidem*) questiona sobre quais mudanças ocorrem na racionalidade de um agente quando ele interage regularmente com outro agente que possui habilidades muito diferentes das que ele próprio possui, questão que também guiou a análise nesta tese.

No caso desta etnografia, é possível dizer que os vaqueiros reconhecem nos búfalos o atributo (ou habilidade) de *bruto* e afirmam que, para *domesticar* estes animais, eles devem posicionar sua ação em uma mesma escala de *brutidade*, criando, então, sintonia e acesso àquilo que julgam ser essencial no animal. Neste caso, o laço, além de elemento técnico constante na atuação do vaqueiro, é também uma via de ação pela qual o vaqueiro expressa concepções sobre como lidar com o gado, seja no ato de *dobrar* o gado, seja em uma *peia* em um cavalo que ainda não é totalmente

manso. Se os vaqueiros dizem que o búfalo “dá trabalho” e o cavalo “trabalha com ele”, expressam nisso concepções primordiais sobre sua relação com os animais.

Assim, não basta ver a relação entre dois seres (búfalo e vaqueiro), mas é preciso também entender sua forma de relação, que passa pelo meio (os campos de várzea e suas estações), pelos objetos técnicos (laços, terçados, selas) e por outros seres (cavalos, cachorros), ampliando a visão para o sistema domesticatório, tal como proposto por Digard (1990). Mais do que isso, a maneira como vaqueiros e búfalos se relacionam é influenciada, senão definida, pelo intermédio entre os dois seres, o que é feito sobretudo por meio do *laço*, elemento técnico inerente à atividade do vaqueiro no contexto de criação extensiva na Amazônia.

Nesse sentido, sugiro que a *brutidade* não está necessariamente, ou fundamentalmente, nem no búfalo nem no vaqueiro, mas na relação entre eles. Nessa equação, o laço e outros elementos técnicos são vistos como uma materialização deste atributo. Se o *laço* é o meio de relação, a *brutidade* é a sua forma. Assim, busquei entender a relação entre vaqueiros e búfalos no contexto de criação de várzeas amazônicas por meio de uma perspectiva relacional: búfalos são tidos como *brutos* e, para lidar com eles, os vaqueiros afirmam ter de recorrer à *brutidade*, exercida primordialmente em formas de relação que se dão por meio do *laço*. Daí a proposta do título deste trabalho, *Laços Brutos*, que sintetiza a via interpretativa das relações no trabalho da vaqueirice com búfalos¹⁵¹.

É interessante notar por fim que, mesmo se colocando em um nível simétrico com relação aos animais que criam, os vaqueiros também afirmam não poder ficar muito tempo “no mato”, sob o risco de perder o domínio do que os torna gente e, assim, ceder profundamente à *brutidade* exercida na prática da vaqueirice. Nesse sentido, creio que a *brutidade* constitui aquilo que Descola (1988: 38) chamou de *dimensão sociológica* das relações entre humanos e animais, ou seja, aqueles modelos de comportamento diante dos animais que revelam uma atitude mais geral perante o outro, seja ele humano ou não-humano¹⁵². Esse tipo de abordagem aproxima-se

¹⁵¹ Talvez o título desta tese possa se aproximar daquilo que Mariza Peirano (2014: 386-7) chama de “títulos espirituosos ou evocativos dos trabalhos etnográficos”, que revelam “o desejo do etnógrafo de provocar o leitor, tanto quanto de insinuar o lado surpreendente da experiência da pesquisa”.

¹⁵² O autor faz uma ressalva importante que vale também no caso desta pesquisa: “É sempre arriscado colocar uma etiqueta sobre esses valores, mas esta é a servidão de todo procedimento analítico e a condição para explicitar o que poderia ser chamado de estilo distintivo, ou ethos de uma sociedade” (Descola, 1988: 38).

também daquilo que Digard (1988) propôs ao analisar as ligações existentes entre a domesticação e a organização das sociedades e de seus modos de pensar.

Ao descrever um contexto de pecuária específico do meio amazônico, com suas particularidades e controvérsias, esta tese teve também o objetivo de contribuir para o debate mais amplo sobre as relações entre humanos, animais não humanos, elementos técnicos, e como estes se constituem mutuamente. Nesse sentido, proponho que os vaqueiros do Baixo Araguari criam uma via interpretativa do búfalo a partir das características deste animal e agem dentro do mesmo domínio, o da *brutidade*, de forma não direta - humanos se relacionando com animais –, mas por meio de elementos técnicos como o laço, o cavalo e o terçado.

Para finalizar, retorno à ideia de que o bruto é aquilo que está em um estado não trabalhado pela ação humana. Ao considerar os processos de transformação pelos quais os búfalos passam ao longo de sua vida, seja para ser separado para engorda, reprodução ou para o trabalho (no caso do *boi cavalo*), amplio a noção do *bruto* como algo em estado primário, que deve ser modificado, manejado e trabalhado. Nesse contexto, a *brutidade* é a forma pela qual vaqueiros e búfalos se constituem mutuamente e vão se formando enquanto seres das várzeas amazônicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adams, Cristina, Rui Sérgio S. Murrieta, e Rosely Alvim Sanches. “Agricultura e Alimentação em Populações Ribeirinhas das Várzeas do Amazonas: Novas Perspectivas.” *Ambiente & Sociedade. Vol. VIII n.º 1*, 2005: 1-21.
- Aguiar, Josiane do Socorro , e Lucila Maria dos Santos Silva. “Caracterização e Avaliação das condições de vida das populações residentes nas Ressacas Urbanas dos Municípios de Macapá e Santana.” In: *Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá: Bacias do Igarapé da Fortaleza e do Curiaú*, por J.S. Aguiar e L.M.S Silva, 165-230. Macapá: IEPA, 2003.
- Akrich, Madeleine. “The description of technical objects.” In: *Shaping Technology - Building Society: Studies in Sociotechnical Change*, por W. Bijker e J. Law. Cambridge: MIT Press, 1992.
- Albuquerque, Rosival G. “Importância econômica do búfalo no Amapá.” *Cadernos de Agricultura e Pecuária do território do Amapá. Ano 2. Número 4*, 1980: 3-8.
- Andriolli, Carmen Silvia. “Sob as vestes de Sertão Veredas, o Gerais: A resistência cotidiana no sertão do IBAMA.” *Mana 20(2)*, 2014: 221-247.
- Assessoria de Comunicação do Ministério Público do;. “Ministério Público do Estado do Amapá.” *Ministério Público do Estado do Amapá*. 12 de Abril de 2013. <http://www.mpap.mp.br/2013-07-01-12-54-27/gerais/1814-promotoria-de-justica-do-meio-ambiente-realiza-audiencia-publica-sobre-bubalinocultura>.
- Banducci Júnior, Álvaro. *A natureza do pantaneiro: relações sociais e representação de mundo no Pantanal da Nhecolândia*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2007.
- Banducci Junior, Álvaro. *A natureza do pantaneiro: relações sociais e representação de mundo no Pantanal da Nhecolândia*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2007.
- Barnbaum, Bruce. *The Art of Photography: An Approach to Personal Expression*. Rocky Nook, 2010.

- Barreto Filho, Henyo T. *Da Nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação (Tese de doutorado)*. São Paulo: USP, FFLCH, Departamento de Antropologia., 2001.
- Barthes, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Tradução: J. Castañon. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984 [1980].
- Bateson, Gregory. *Naven*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Edusp, 2008 [1958].
- . *Steps to an ecology of mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1978 [1972].
- Bateson, Gregory, e Margaret Mead. *Balinese Character: a photographic analysis*. New York: The New York Academy of Sciences, 1942.
- Bechelany, Fabiano Campelo. “Crítica de HAUDRICOURT, André-Georges. Des gestes aux techniques: Essai sur les techniques dans les sociétés pré-machinistes.” *Anuário Antropológico II / 2012*, 2012: 247-251.
- Bernard, Enrico, Valéria da Cunha Tavares, e Erica Sampaio. “Compilação atualizada das espécies de morcegos (Chiroptera) para a Amazônia Brasileira.” *Biota Neotropical*, 11-1, 2011: 35-46.
- Bernardi, Cristina C. “Conflitos sócio-ambientais decorrentes da bubalinocultura em territórios pesqueiros artesanais: O caso Olinda Nova do Maranhão.” *Dissertação de Mestrado*. Brasília: Universidade Católica, 2005.
- Bert, Jean-François. “Marcel Mauss et la notion de "civilisation".” *Cahiers de recherche sociologique*, n° 47, 2009: 123-142.
- Bisaggio, Eduardo, Sandro L. Alves, Celso Costa Santos Júnior, e César Henrique Barra Rocha. “Búfalos Ferais (*Bubalus bubalis*) em Áreas Protegidas: um estudo de caso na Reserva Biológica do Guaporé, RO.” *Biodiversidade Brasileira*, 3(2), 2013: 243-260.
- Bornholdt, Luciano C. *Gaúchos and Estancieiros: Regionalism, Work Relations and Identity in the Campanha Gaúcha, Southern Brazil - Tese de doutorado*. Manchester: The University of Manchester, 2008.

- Bourdieu, Pierre. “Marginalia: Algumas notas adicionais sobre o dom.” *Mana* (2) n. 2, 1996: 7-20.
- Brasil. *Lei No. 9.985, de 18 de Julho de 2000 - Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*. Brasília, Julho de 2000.
- Bulliet, Richard W. *Hunters, herders and hamburgers : the past and future of human-animal relationships*. New York: Columbia University Press, 2005.
- Callon, Michel. “Some Elements of a Sociology of Translation: Domestication of the Scallops and the Fishermen of St Brieuc Bay.” In: *Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge*, por John (Ed.) Law, edição: Routledge & Kegan Paul, 196-233. London, 1986.
- Cassidy, Rebecca. “Introduction: Domestication Reconsidered.” In: *Where the Wild Things Are Now: Domestication Reconsidered*, por Rebecca Cassidy e Molly Mullin (Eds.), 1-25. New York: Berg, 2007.
- Cassidy, Rebecca, e Molly Mullin (Eds.). *Where the Wild Things Are Now*. New York: Berg, 2007.
- Cezar, Ivo Martins, Haroldo Pires Queiroz, Luiz Roberto Lopes de S. Thiago , Fernando Luis Garagorry Cassales, e Fernando Paim Costa. “Sistemas de produção de gado de corte no Brasil: uma descrição com ênfase no regime alimentar e no abate.” *Documentos 151*, 2005: 1-40.
- Clair, Jean. “Introdução a uma pequena metafísica da fotografia acerca da obra de Henri Cartier-Bresson.” In: *Henri Cartier-Bresson*, por Henri Cartier-Bresson. São Paulo: Cosac & Naify, 2011.
- Coelho, Frederico. “Ver com olhos livres.” *Zum #6*, 2014: 11-14.
- Collier et al. “Turning Pests into Profits: Introduced Buffalo Provide Multiple Benefits to Indigenous People of Northern Australia. In: *Human Ecology*, 39, pp. 155-164.” *Human Ecology*, 39, 2011: 155-164.
- Coupage, Ludovic. “Chaîne opératoire, transects et théories : quelques réflexions et suggestions sur le parcours d’une méthode classique.” In: *André Leroi-Gourhan - l’homme tout simplement*, 188. Paris: Éditions de Bocard, 2015.

- Cunha, Manuela C., e Mauro Almeida. “Populações tradicionais e conservação ambiental.” In: *Cultura com aspas*, por Manuela C. Cunha, 277-300. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- Daniel, Zarin et al. “Landscape change in tidal floodplains near the mouth of the Amazon River.” *Forest Ecology and Management* 154, 2001: 383-393.
- Davaa, Byambasuren, e Luigi Falorni. *Camelos Também Choram (Die Geschichte vom weinenden Kamel)*. 93 min. Direção: Byambasuren Davaa e Luigi Falorni. Elenco: 93 min. 2003.
- De Poorter, M., L. Pagad, e M. I. Ullah. *Invasive alien species and protected areas: a scoping report*. World Bank, World Bank, 2007, 93 p.
- Deleuze, Gilles, e Félix Guattari. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 1 e vol. 2*. Tradução: A. L. Oliveira et al. São Paulo: Editora 34, 1995 [1980].
- . *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 4*. Tradução: S. Rolnik. São Paulo: Editora 34, 1997 [1980].
- Denis, Bernard. “La Domestication: un concept devenu pluriel.” *INRA Prod. Anim.* 17(3), 2004: 161-166.
- Descola, Philippe. *As lanças do crepúsculo: relações jivaro na Alta Amazônia*. Tradução: D. de Bruchard. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.
- . “Estrutura ou Sentimento: a relação com animal na Amazônia.” *Mana* 4(1), 1998: 23-45.
- Descola, Phillippe. “Genealogia de objetos e antropologia da objetivação.” *Horizontes antropológicos* 8 (18), 2002: 93-112.
- . *La Nature domestique. Symbolisme et praxis dans l'écologie des Achuar*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1986.
- Deturche, Jérémy. “As vacas da discórdia: Gestão e raça do rebanho entre os criadores de vacas montbéliardes na Haute-Savoie, França.” *Ilha v. 14, n. 2, jul./dez.*, 2012: 139-169.

- Digard, Jean. “Jalons pour une anthropologie de la domestication animale.” *L’Homme*, tome 28 n°108. *Les Animaux: domestication et représentation*, 1988: 27-58.
- Digard, Jean-Pierre. *L’Homme et les animaux domestiques: Anthropologie d’une passion*. Paris: Fayard, 1990.
- Douglas, Mary. *Purity and danger: An analysis of concepts of pollution and taboo*. London: Routledge, 1966.
- Drummond, José Augusto, e Mariângela de A. P. Pereira. *O Amapá nos tempos do Manganês - Um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico 1943-2000*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- Evans-Pritchard, Edward E. “Algumas reminiscências e reflexões sobre o trabalho de campo.” In: *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*, por Edward E. Evans-Pritchard, 243-259. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- . *The Nuer: A description of the modes of livelihood and political institutions of a Nilotic People*. Oxford: Oxford University Press, 1940.
- Ferret, Carole. “Towards an anthropology of action: From pastoral techniques to modes of action.” *Journal of Material Culture Vol. 19(3)*, 2014: 279-302.
- . “Vers une anthropologie de l’action - André-Georges Haudricourt et l’efficacité technique.” *L’Homme*, 2012/2 n°202, 2012: 113-139.
- Fitzgerald, Amy J. “A Social History of the Slaughterhouse: From Inception to Contemporary Implications.” *Human Ecology Review, Vol. 17, No. 1*, 2010: 58-69.
- Gama, Fabiene. *Fotodocumentação e participação política: um estudo comparativo entre o Brasil e o Bangladesh. Tese de Doutorado*. Rio de Janeiro/Paris: UFRJ/PPGSA e EHESS, 2012.
- Geertz, Clifford. “Thick Description: Toward an Interpretative Theory of Culture.” In: *The Interpretation of Cultures*, por Clifford Geertz, 3-33. New York: Basic Books, 1973.
- Ghirri, Luigi. “Kodachrome.” *Zum #3*, 2012 [1978].

- Gibson, James. *The ecological approach to visual perception*. Boston: Houghton Mifflin, 1979.
- Goldman, Márcio. “O fim da antropologia – Crítica de “A Invenção da Cultura”.” *Novos estudos - CEBRAP n. 89*, 2011: 195-211.
- Grasseni, Cristina. “Skilled vision. An apprenticeship in breeding aesthetics.” *Social Anthropology*. 12, 1, 2004: 41-55.
- Guran, Milton. “Fotografar para descobrir, fotografar para contar: a fotografia como instrumento de pesquisa (Apresentação Oral).” 2012.
- Hadricourt, André-Georges, e P. Dibia. “Que Savons-nous des animaux domestiques?” *L'Homme*, tome 28 n°108, 1988: 72-83.
- Haraway, Donna. “Partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente.” *Horizontes Antropológicos - ano 17, n. 35*, jan/jun de 2011: 27-64.
- . *Simians, Cyborgs and Women: the reinvention of nature*. New York: Routledge, 1991.
- Hare, B., e M. Tomasello. “Human-like social skills in dogs?” *Trends in Cognitive Sciences*, 9, 2005: 439-444.
- Haudricourt, André-Georges. “Domesticação de animais, cultivo de plantas e tratamento do outro.” *Série Tradução no. 7*, 2013 [1962].
- Houaiss, Antônio, Mauro de Salles Villar, e Francisco Manoel de Mello Franco. “Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa - 1a Edição.” São Paulo: Objetiva, 2001. LXXXIII + 2925 pp.
- IBAMA. “Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986.” *Publicada no DOU, de 17 de fevereiro de 1986, Seção 1, páginas 2548-2549*. Brasília: Diário Oficial da União, 1986.
- . *Roteiro metodológico para a gestão de Parque nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica*. Brasília: IBAMA, 2002.

- IBGE. *Censo Demográfico 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- IBGE/SEPLAN. *Contas Regionais 2012*. Macapá: Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Tesouro, 2014.
- ICMBio. “Termo de Compromisso 01/2011.” Brasília, 2011.
- . “Termo de Compromisso no. 001.” Brasília., 2011.
- Ingold, Tim. *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. London: Routledge, 2011.
- Ingold, Tim. “Humanity and Animality.” In: *Companion Encyclopedia of Anthropology*, por Tim Ingold, 14-32. Londres: Routledge, 1994.
- . *Hunters, pastoralists and ranchers: reindeer economies and their transformations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- . *Lines: A Brief History*. London: Routledge, 2007.
- . “Anthropology Beyond Humanity.” *Suomen Antropologi: Journal of the Finnish Anthropological Society* 38(3), 2013: 5-23.
- . *The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000.
- Ingold, Tim. “The Reindeerman's lasso.” In: *Technological choices: transformation in material cultures since the Neolithic*, por P. Lemonnier, 108-125. London: Routledge, 1993.
- . *The Skolt Lapps Today*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA.” <http://www.sidra.ibge.gov.br>. 2015.
- Kirksey, S., e Stefan Helmreich . “The Emergence of Multispecies Ethnography.” *Cultural Anthropology. Vol. 25, Issue 4, Special Issue: Multispecies Ethnography*, 2010: 545-576.

- Kohn, Eduardo. "How dogs dream: Amazonian Natures and the Politics of Transspecies Engagement." *American Ethnologist* Vol. 34, 1, 2007: 3-24.
- . *How forests think: toward an anthropology beyond the human*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2013.
- Latour, Bruno. "Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático)." *Cadernos de campo*, 2006: 341-352.
- . *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- Latour, Bruno. "Referência circulante: amostragem do solo da floresta Amazônica." In: *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*, por Bruno Latour, 39-98. Bauru: EDUSC, 2001.
- Law, John. "Notes on the Theory of the Actor-Network: Ordering, Strategy, and Heterogeneity." *Systems Practice*, Vol. 5, No. 4, 1992: 379-393.
- Leach, Edmund. "Aspectos antropológicos da linguagem: categorias animais e insulto verbal." In: *Edmund Leach*, por Roberto (Org.) Da Matta. São Paulo: Ática, 1983.
- Leach, Helen M. "Human Domestication Reconsidered." *Current Anthropology*, Vol. 44, No. 3, Junho de 2003: 349-368.
- Leal, Natacha. *Nome aos Bois: Zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite (Tese de Doutorado)*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade de São Paulo., 2014.
- Leite Lopes, José Sérgio. "Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação." *Horizontes Antropológicos*, ano 12, n. 25, 2006: 31-64.
- Lenaerts, Marc. "Ontologie animique, ethnosciences et universalisme cognitif: le regard ashéninka." *L'Homme* 179, 2006: 113-139.
- Leroi-Gourhan, André. *Evolução e Técnica II - O Meio e as Técnicas*. Lisboa: Edições 70, 1984 [1945].
- . *O Gesto e a Palavra I - Técnica e Linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1964.

- . *O Gesto e a Palavra II - Memória e ritmos*. Lisboa: Edições 70, 1990 [1965].
- Lestel, Dominique. "The Biosemiotics and Phylogenesis of Culture." *Social Science Information* 41(1), 2002: 35-68.
- Lévi-Strauss, Claude. "Introdução à obra de Marcel Mauss." In: *Sociologia e Antropologia*, por Marcel Mauss, tradução: Paulo Neves, 11-46. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- Lien, Marianne E. "Domestication as partial relations: Lively attachments and the Anthropos of anthropology." *Paper presented at the Sawyer Seminar workshop, University of California, Davis*. 2013.
- Lien, Marianne E., e John Law. "Emergent Aliens': On Salmon, Nature, and Their Enactment." *Ethnos* 76 (1), 2011: 65-87.
- Lima, Deborah, Angela Steward, e Bárbara Richers. "Trocas, experimentações e preferências: um estudo sobre a dinâmica da diversidade da mandioca no médio Solimões, Amazonas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi." *Ciências Humanas*, v. 7, 2012: 371-396.
- Little, Paul. "Ecologia Política como Etnografia: Um guia teórico e metodológico." *Horizontes Antropológicos*, ano 12, n. 25, 2006: 85-103.
- . "Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade." *Série Antropologia UnB no. 322.*, 2002.
- Ludkte, Charli Beatriz, José Rodolfo Panim Ciocca, Tatiane Dandin, Patrícia Cruz Barbalho, Juliana Andrade Vilela, E Carla Ferrarini. *Abate humanitário de bovinos*. Rio de Janeiro: WSPA, 2012.
- Malinowski, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976 [1922].
- Marques, J. R. F. *Búfalos: o produtor pergunta, a Embrapa responde*. Brasília: Embrapa, 2000.
- Marques, J. R. F., C. A. C Lopes, e G. B. Martinez. *Produção animal nas várzeas do Rio Amazonas*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2003.

- Marques, José Ribamar Felipe; Lopes, César Augusto Carneiro; Martínez, Gladys Beatriz;. “Produção animal nas várzeas do Rio Amazonas.” 359. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2003.
- Mauss, Marcel. “As técnicas do corpo.” In: *Sociologia e Antropologia*, por Marcel Mauss, tradução: Paulo Neves, 399-424. São Paulo: Cosac & Naify, 2003b.
- Mauss, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas.” In: *Sociologia e Antropologia*, por Marcel Mauss, tradução: Paulo Neves, 185-318. São Paulo: Cosac & Naify, 2003a.
- Mazza, C.A. et al. *Composicao botanica da dieta de bubalinos na Nhecolandia, Pantanal Sul-Mato-Grossense*. Corumba: EMBRAPA-CPAP, 1990.
- Mead, Margaret. *Sex and temperament in three primitive societies*. New York: William Morrow, 1963.
- Mead, Margaret. “Visual Anthropology in a Discipline of Words.” In: *Principles of Visual Anthropology*, por Paul Hockings, 3-12. New York: Mouton de Gruyter, 2003 [1974].
- Medrado, Joana. *Terra de vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1900*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- Meirelles, P. R. de L., e S. Mochiutti. “Impactos ambientais da bubalinocultura nos campos inundáveis do Amapá.” In: *Ecossistemas costeiros amazônicos: boletim de resumos*, por Workshop Ecolab, 57-61. Macapá: IEPA, 2000.
- Merleau-Ponty, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. Tradução: C. A. R. de Moura. São Paulo: Brasiliense, 1999 [1945].
- . *Fenomenologia da Percepção*. Tradução: C. A. R. de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- Ministério do Meio Ambiente. *Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Amapá*. Macapá: MMA-Ibama, 2008.
- Ministério do Meio Ambiente;. *Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Amapá*. Macapá: MMA/IBAMA-AP; GEA/SEMA, 2008.

- Mistry, Jayalaxshmi, e Marcelo Bizerril. “Por que é importante entender as Inter-Relações entre Pessoas, Fogo e Áreas Protegidas?” *Biodiversidade Brasileira. Ano I, Nº 2. Número Temático: Ecologia e Manejo de Fogo em Áreas Protegidas*, 2011: 40-49.
- Monteiro, Fred J. C. “Impactos ambientais causados pelos búfalos asselvajados nos campos inundáveis da Estação Ecológica de Maracá Jipioca (Costa Atlântica do Amapá).” *Dissertação*. Macapá: UNIFAP, 2009.
- Moreira, P., A. L. Costa, e J. F. Valentim. *Comportamento produtivo e reprodutivo de bubalinos mestiços Murrah-Mediterrâneo em pastagem cultivada de terra firme, no Estado do Acre*. Boletim de Pesquisa, 13, Rio Branco: EMBRAPA–CPAF-Acre, 1994.
- Mura, Fabio. “De sujeitos e objetos: um ensaio crítico de Antropologia da Técnica e da Tecnologia.” *Horizontes Antropológicos v. 36*, 2011: 95-125.
- Neri, S. H. A. *A utilização das ferramentas de geoprocessamento para identificação de comunidades expostas a hepatite A nas áreas de ressacas dos municípios de Macapá e Santana/Amapá. Dissertação de Mestrado*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- Dogs Decoded - 60m*. Elenco: Nova. Nova, 9 de novembro de 2010.
- Omar, Artur. *O Zen e a Arte Gloriosa da Fotografia*. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.
- “Pecuária pode ter causado fim da pororoca do rio Araguari, no Amapá.” *Jornal Nacional - Edição do dia 10/07/2015*. 10 de Julho de 2015.
- Peirano, Mariza. “Etnografia não é método.” *Horizontes Antropológicos - ano 20, n. 42*, jul./dez. de 2014: 377-391.
- Pereira, Ana Karine. “Desenvolvimentismo, Conflito e Conciliação de Interesses na Política de Construção de Hidrelétricas na Amazônia Brasileira.” *Texto para discussão IPEA no. 1884*, 2013.
- Raffles, Hugh. *In Amazonia: A Natural History*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

- Reis, Arthur C. F. "Economic History of the Brazilian Amazon." In: *Man in the Amazon*, por Charles Wagley, 33-44. Gainesville: The University Presses of Florida, 1974.
- Ribeiro, Daniel Toffoli. *História evolutiva de espécies do gênero Potamotrygon Garman, 1877 (Potamotrygonidae) na Bacia Amazônica (Dissertação de Mestrado)*. Manaus: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2006.
- Ribeiro, Daniel Toffoli. *História evolutiva de espécies do gênero Potamotrygon Garman, 1877 (Potamotrygonidae) na Bacia Amazônica (Dissertação de Mestrado)*. Manaus: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2006.
- Rouch, Jean. "The Camera and Man." In: *Principles of Visual Anthropology*, por P. Hockings, 79-98. New York: Mouton de Gruyter, 1975.
- Russell, Nerisa. "The Wild Side of Animal Domestication." *Society & Animals* 10:3, 2002: 285-302.
- Russell, Nerissa. "The Domestication of Anthropology." In: *Where the wild things are now: domestication reconsidered*, por Rebecca Cassidy e Molly Mullin (Eds.), 27-48. New York: Berg, 2007.
- Süssekind, Felipe. *O Rastro da Onça: Etnografia de um projeto de conservação em fazendas de gado do Pantanal Sul. Tese de Doutorado*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2010.
- Sá, Guilherme J. S. *No mesmo galho: antropologia de coletivos humanos e animais*. Rio de Janeiro: 7 Letras (Viveiros de Castro Editora Ltda), 2013.
- Sahlins, Marshall. "La pensée Bourgeoise: a sociedade ocidental como cultura." In: *Cultura na Prática*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- Samain (Org.), Etienne. *O fotográfico*. São Paulo: HUCITEC/CNPq, 1998.
- Sampaio, Alexandre Bonesso, e Isabel Belloni Schmidt. "Espécies Exóticas Invasoras em Unidades de Conservação Federais do Brasil." *Biodiversidade Brasileira* 3(2), n. Número Temático: Diagnóstico e Controle de Espécies Exóticas Invasoras em Áreas Protegidas (2013): 32-49.

- Santos, Valdenira Ferreira dos. *Ambientes Costeiros Amazônicos: Avaliação de Modificações por Sensoriamento Remoto. Tese de doutorado*. Macapá, 2006.
- Sautchuk, Carlos E. “O Arpão e o Anzol – técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá).” *Tese de doutorado*. Brasília: PPGAS / Dan - UnB, 2007.
- . “Comer a farinha, desmanchar o sal: ecologia das relações pescador-(peixe)-patrão no aviamento amazônico.” *Série Antropologia v. 420*, 2008: 1-17.
- . “Cine-weapon: The poiesis of filming and fishing.” *Vibrant - Virtual Brazilian Anthropology v. 9, n. 2* (ABA), 2012: 407-430.
- . “Comendo (com) piranhas: domesticação, predação e outras simetrias.” *Conferência de abertura do evento "Outras simetrias"*. Porto Alegre: UFRG, 2014.
- Sautchuk, Carlos E., e Pedro Stoeckli. “O que é um humano? Variações da noção de domesticação em Tim Ingold.” *Anuário Antropológico, v.2011/II*, 2012: 227-246.
- Scherer, Joanna Cohan. “Ethnographic Photography in Anthropological Research.” In: *Principles of Visual Anthropology*, por Paul Hockings, 201-216. New York: Mouton de Gruyter, 2003[1974].
- Schmidek, Anita, Hugo Durán, e Mateus J. R. Paranhos da Costa. *Boas Práticas de Manejo, Identificação*. Jaboticabal: Funep, 2009.
- Schwartz, Dona. “Visual Ethnography: Using Photography in Qualitative Research.” *Qualitative Sociology, 12(2)* (Human Sciences Press), 1989: 119-154.
- Seeger, Anthony. “Pesquisa de Campo: uma criança no mundo.” In: *Os índios e nós: estudos sobre sociedades tribais brasileiras*, por Anthony Seeger, 25-42. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- Segata, Jean. *Nós e os outros humanos, os animais de estimação (Tese de Doutorado)*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.
- Sekula, Allan. “On the Invention of Photographic Meaning.” *Artforum 13(5)*, 1975: 36-45.

- SEPLAN. *Anuários Estatísticos da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Tesouro*. 2013. <http://www.seplan.ap.gov.br> (acesso em Julho de 2013).
- Sigaut, François. “Critique de la notion de domestication.” *L’Homme, Tome 28 n° 108, Les Animaux : domestication et représentation*, 1988: 59-71.
- Silva, Andréa Leme da. “Comida de gente: preferências e tabus alimentares entre os ribeirinhos do Médio Rio Negro (Amazonas, Brasil).” *Revista de Antropologia*, 50(1), 2007: 125-179.
- Silva, Gutemberg de V. , e Aldomar A. Rückert. “A fronteira Brasil-França.” *Confins [Online]*, 7, 2009.
- Smith, Nigel J. H. *Amazon sweet sea: land, life, and water at the river's mouth*. Austin: University of Texas Press, 2002.
- Sordi, Caetano. “Heidegger, Ingold e as (zoo)técnicas: uma discussão a partir da bovinocultura de corte brasileira.” *Cadernos de Campo n. 22*, 2013: 118-133.
- Sordi, Caetano. “Quem governa a invasão biológica? Um problema para a antropologia.” *Novos Debates: Fórum de Debates em Antropologia*, v. 2, 2015: 270-276.
- Souza, Eraldo Ferreira de. “A criação de búfalos no território do Amapá. Ano 1, número 1.” *Cadernos de Agricultura e Pecuária do território do Amapá*, 1979: 14-15.
- Stoeckli, Pedro. “Comentário sobre o processo fílmico e fotográfico na pesquisa de campo.” *R@U v. 3* (PPGAS/UFSCAR), 2011: 393-403.
- . *Sobre mestres e encantados: a jurema como expressão sentimental. Dissertação de Mestrado*. Brasília: PPGAS - UnB, 2011.
- Strathern, Marilyn. “The Ethnographic Effect I.” In: *Property, substance, and effect: anthropological essays on persons and things*, por Marilyn Strathern, 1-29. New York: The Athlone Press, 1999.
- . “Cutting the Network.” *The Journal of the Royal Anthropology Institute*, 1996: 517-535.

- Tambs, Lewis. "Geopolitics of the Amazon." In: *Man in the Amazon*, por Charles Wagley, 45-90. Gainesville: The University Presses of Florida, 1974.
- Tomás, M.W., L.M. Tiepolo, e A.R. Camilo. *Relatório Técnico - Estimativa do tamanho da população e distribuição de búfalos (Bubalus bubalis) asselvajados e domésticos na REBIO do Lago Piratuba e na Estação Ecológica de Maracá-Jipiôca*. IBAMA, 2007.
- Uexküll, Thure von. "A teoria da Umwelt de Jakob von Uexküll." *Galáxia*, n. 7, 2004: 19-48.
- Uexküll, Jakob von. *A foray into the worlds of animals and humans: with, A theory of meaning*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010 [1934].
- Vander Velden, Felipe Ferreira. *Inquietas Companhias: Sobre os animais de criação entre os Karitianas*. Rio de Janeiro: Alameda, 2012.
- Vergara, Micheline. *Aspectos ecológicos da onça-pintada (Panthera onca) em uma ilha costeira do norte do Brasil. Dissertação de Mestrado*. Santa Maria: UFSM, 2011.
- Viveiros de Castro, Eduardo. "Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio." *Mana* vol.2, n.2, 1996: 115-144.
- Wagley, Charles. *Amazon Town: A Study of Man in the Tropics*. New York: Alfred A. Knopf, 1968 [1964].
- West, Page, James Igoe, e Dan Brockington. "Parks and Peoples: The Social Impact of Protected Areas." *Annual Review of Anthropology*, Vol. 35, 2006: 251-277.
- Woortmann, Klass. "Quente, frio e reimoso: alimentos, corpo humano e pessoas." *Caderno Espaço Feminino*, v.19, n.01, Jan./Jul. de 2008.

FILMOGRAFIA CONSULTADA:

Aboio. 2005. Cor. 73 min. Brasil. Dirigido por: Marília Rocha.

Camelos Também Choram (Die Geschichte vom weinenden Kamel). 2003. Cor. 93 min. Alemanha/Mongólia. Dirigido por: Byambasuren Davaa e Luigi Falorni.

Dogs Decoded - 60m. Elenco: Nova. Nova, 9 de novembro de 2010.

Sweetgrass. 2009. Cor. 101 min. Estados Unidos/Grã Bretranha. Dirigido por: Ilisa Barbash, Lucien Castaing-Taylor.

ANEXOS

ANEXO 1 – NOMES CIENTÍFICOS DOS ANIMAIS E PLANTAS

CITADOS

Mamíferos

BOVINO – *Bos taurus*

BÚFALO – Variações Mediterrâneo, Murrah e Jafarabadi (búfalo-do-rio) *Bubalus bubalis* / Carabao (búfalo-do-pântano - *Bubalus bubalis* var. *Kerebau*)

CACHORRO OU CÃO – *Canis lupus familiaris*

CAPIVARA – *Hydrochoerus hydrochaeris*

CARNEIRO – *Ovis aries*

CAVALO – *Equus ferus caballus*

MORCEGOS - *Chiroptera*

ONÇA – *Pantera onca*

PORCO DOMÉSTICO - *Sus scrofa domesticus*

Aves

COLHEREIRA OU COLHEREIRO – *Platalea ajaja*

GALINHA – *Gallus gallus domesticus*

GARÇA-BRANCA – *Ardea alba*

GAVIÃO - Gavião-caboclo – *Heterospizias meridionalis*

JABURU OU TUIUIÚ – *Jabiru mycteria* (Lich.)

MARRECA / MARRECA-CABOCLA – *Dendrocygna autumnalis*

PATO – *Cairina moschata momelanotus*

Insetos

BARATA – ordem *Blattaria*

CABA – família *Vespidae*

CARAPANÃ – *Anopheles spp.*, *Culex spp.*, *Aedes spp. etc.*

MUTUCAS – *Tabanidae*

Répteis

APEREMA – *Rhinoclemmys punctularia*

CAMALEOA – *Iguana iguana*

CANINANA – *Spilotes pullatus*
COBRA VERDE – *Philodryas olfersii*
JACARÉ-AÇÚ – *Melanosuchus niger*
JACARÉTINGA – *Caiman crocodilus*
JARARACA – *Bothrops jararaca*
SAPO CURURU – RHINELLA MARINA

Peixes

ACARI OU ACARI-BODÓ – *Liposarcus pardalis*
ANUJÁ – *Trachycorystes galeatus*
ARRAIA – *Potamotrygon sp. / Potamotrygonidae*
BAGRE – *Arius sp.*
DOURADA – *Brachysplatystoma flavicans*
FILHOTE – *Brachyplatystoma filamentosum*
JEJU – *Hoplerythrinus Unitaeniatus*
PIRANHA – *Pygocentrus nattereri, Serrasalmus rhombeus, Serrasalmus elongatus, Catoprion mento e Metynnis sp.*
PIRAPEMA – *Tarpon atlanticus ou Megalops atlanticus*
PIRARUCU – *Arapaima gigas*
TAMATÁ OU TAMOATÁ - *Hoplosternum littorale*
TAMBAQUI – *Colossoma macropomum*
TUCUNARÉ – *Cichla monoculus*
TRAÍRA – *Hoplias spp e Hoplias lacerdae*

Plantas

AÇAÍ – *Euterpe oleracea*
AGUAPÉ – *Eichornia crassipes* (Mart.) Solms e *E. azurea* (Sw.) Kunth.
ALGODÃO-BRAVO – *Ipomoea carnea* ssp. *Fistulosa*
ANINGA – *Montrichardia arborescens* Shortt
ARBUSTOS – *Solanum sp., Mimosa pigra* L.
BURITI - *Mauritia flexuosa* L. f.
CABOMBA – *Cabomba aquática* DC.
CARANÁ – *Mauritiella aculeata* (Kunth) Burnet.
MAMORANA – *Pachira aquática* Aubl.
MURURÉ – *Nymphaea sp.*
MUNGUBA – *Bombax munguba* Mart. et Zucc
PIRI – *Cyperus giganteus* Vahl.)
TABOCA – *Guadua Weberbaueri*
TAXI – *Triplaris surinamensis* Cham.)
TIRIRICÃO – *Scleria sp.*

ANEXO 2 – LÉXICO DE TERMOS E EXPRESSÕES EMPREGADAS PELOS VAQUEIROS

AÇÕES / LAÇADAS – eventos em que vaqueiros vindo de fazendas próximas auxiliam no manejo com o gado, tal como no caso da vacinação e a castração dos bezerros. Estes eventos são previamente combinados e envolvem desde a criação e a manutenção de redes de socialidade entre compadres de fazendas próximas até o exercício de habilidades essenciais à vaqueirice. Estas *ações* normalmente duram um dia inteiro, a depender da quantidade de vaqueiros na atividade.

AJUDA – CONVIDAR – termos relacionados ao descrito nas *ações* e *laçadas*, o vaqueiro de uma fazenda *convida* seus *compadres* para lhe prestar uma *ajuda*, ou seja, para trabalharem em uma atividade específica de manejo com o gado. Os *compadres* são outros vaqueiros de fazendas vizinhas ou mais distantes com quem o vaqueiro que *convida* mantém relações de ajudas mútuas. Podem ser parentes consanguíneos, afins ou não ter relação de parentesco com quem *convida*.

ATOLEIRO – igarapés ou veios da água com pouca água e muita lama, muito difíceis de percorrer a pé ou a cavalo. *Bois-cavalos* normalmente são acionados para transpor os *atoleiros*, em caso de necessidade.

BATER GADO / DOBRAR O GADO – *bater* comumente denomina trabalho. *Bater* e *Dobrar* gado são expressões usadas para se referir à busca cotidiana pelo gado e remanejo de local. Os vaqueiros dizem que vão *dobrar* o gado na *malhada* para descrever que irão atrás do gado no interior da fazenda. Podem, também, ser “convidados” para ajudar a *dobrar* o gado em uma fazenda vizinha, isto é, auxiliar em alguma atividade. Em um sentido estrito, *dobrar*, como a palavra em si sugere, remete à tarefa de mudar a direção na qual o gado se movimenta, levando-o à área desejada pelo vaqueiro. Além desse significado – que conota um direcionamento espacial – o termo engloba também a ideia de subjugar, obrigar, coagir. Dobrar é, portanto, dominar, domar, fazer render-se, e, com, frequência, um vaqueiro pode se referir ao ato de domar uma rês como *dobrar*.

BATER CORDA – o processo de transformar uma corda industrial de nylon em um laço de vaqueiro.

BATIDA – as áreas mais pisadas pelo gado (ou outros animais) que passou pela lama.

BOI CAVALO - Búfalo selecionado e treinado para o trabalho cotidiano com o vaqueiro, principalmente como animal de carga, os vaqueiros explicam que toda fazenda deveria ter um *boi cavalo* para as tarefas cotidianas. As técnicas de condução de um *boi cavalo* treinado utilizam-se de amarras e cordas que passam por seu focinho, sua cara e seus chifres.

BRAVO – animal que pode apresentar comportamento agressivo. Normalmente não aceita comandos e resiste à ação do laço e de amarras. O processo de transição de um estado *bravo* para *domesticado* depende de que o animal seja “dobrado” e “batido” em várias ocasiões e com técnicas diferentes.

BRUTIDADE / BRUTO – qualidade associada aos búfalos, principalmente em contraste com os bovinos. A partir de características creditadas ao animal, como força e rusticidade (pois *guentam muita porrada*), os vaqueiros estabelecem a *brutidade* como o princípio por meio do qual a relação pode ser estabelecida. Em suma, a noção e relação de *brutidade*, expressa quando o vaqueiro afirma ter que lidar com búfalos de forma *bruta* por eles serem *brutos*.

CARRERAS – o ato de estimular o gado e os cavalos a correrem mais intensamente.

CURRAL – termo que os vaqueiros utilizam a estrutura que abriga diferentes seções para lidar com o gado. A *Maromba* é uma parte coberta por um telhado onde os vaqueiros exercem algumas atividades específicas com as reses, como a ordenha ou “furar o nariz”, a perfuração do septo nasal para treinar a rês para se tornar *boi cavalo*. A *Manga* é uma passagem estreita onde uma rês pode ser colocada para vacinação ou pesagem. Os bezerros ficam na parte mais ao fundo do curral, chamada de *Chiqueiro*, que também é coberta.

DOMESTICADO/ MANSO - Como definem os vaqueiros, o búfalo deve ser constantemente “domesticado” para não ficar “mateiro” ou *bravo*, situação em que pode se tornar perigoso para humanos, uma tensão constante entre seu amansamento e asselvajamento.

FEITOR – o vaqueiro assalariado contratado para coordenar todas as atividades de uma fazenda. É o *feitor* quem é o principal responsável pela manutenção do rebanho do *patrão*. É quem faz a contagem periódica do gado, ministra vacinas, separa os animais para serem embarcados para o abate. Normalmente o *feitor* é um vaqueiro com mais experiência e seu salário é superior ao dos demais empregados da fazenda.

LAÇO - O laço utilizado na região é composto da “corda”, termo genérico para definir a maior parte do laço, a “argola” de metal em que corre a corda, e a “alça”, parte diferente do restante do laço que é aberta em forma circular para se atar ao animal laçado.

MALHADA – lugar onde o gado se acostuma a juntar-se e descansar ao final do dia.

MONTAR “NO PÊLO” – montar um cavalo ou búfalo sem utilizar uma sela.

ORELHUDOS – búfalos criados sem manejo e que por isso não receberam marcas em seus corpos e orelhas. O termo vem do fato de que animais criados em fazendas passam por processos de laceração de pedaços das orelhas, em contraste com aqueles que têm as orelhas inteiras. Desse modo, essa categoria de *orelhudo* refere-se, basicamente, a dois tipos de animais: aqueles que nasceram fora das fazendas (no interior da Rebio, por exemplo), possivelmente asselvajados, e aqueles que são animais novos, bezerros, e que ainda não foram vacinados.

PEIA – métodos de *castigo* ou de adestramento, normalmente envolvendo amarraas diversas, como na *peia cearense*, em que os vaqueiros amarram uma das pernas traseiras do cavalo de maneira que ela fique levantada sem que o animal consiga esticá-la.

PORDO - o *pordo* é o cavalo ainda sem adestramento – ou seja, *bravo* – e o *cabrestado*, aquele que aceita o uso e os comandos dados pelo cabresto.

RAPADA – ato quando o vaqueiro laça um animal pelas penas e puxa subitamente a corda, normalmente a cavalo e utilizando da força e velocidade deste, jogando o animal laçado ao chão.

RODEAR O GADO – atividade similar a *bater gado*, significa, também, fazer com que o rebanho circule em determinada área, como no caso da finalidade de diminuir o *mato* naquele local.

TERROADA – termo empregado em referencia ao terreno irregular marcado pela pisada constante do gado. A terroada só é encontrada no terreno seco, pois, quando alagado, ele se torna uma lamaçal, ou melado, como dizem. A terroada é característica marcante do terreno onde se cria búfalos, muito em função de seu deslocamento em grupos, sua tendência de percorrer o mesmo caminho e o peso do animal, que compacta parte do solo. A terroada representa um perigo ao vaqueiro montado, pois em uma cavalgada acelerada atrás de um animal o cavalo pode “bater a mão”, ou seja, tropeçar no chão marcado pela variação de elevados e buracos na terra. Acidentes desse tipo são muito comuns e representam um perigo cotidiano na vida do vaqueiro. Todos os vaqueiros têm histórias de como um cavalo bateu com a mão e virou com ele, arremessando-o ao chão ou, pior, rolando por sobre o cavaleiro.

CATEGORIAS DE BÚFALOS

RÊS: termo genérico pelo qual se referem a um animal, que implica na indeterminação do sexo do bovívdeo ou de outros detalhes, como se é castrado ou não. Isso ocorre normalmente quando se está falando em termos abstratos, ou quando o animal está distante do observador, já que, quando próximo, fica fácil distinguir características e marcas que o classificam em outras categorias. É também usada no plural para se referir a agrupamentos de animais ou números específicos de um grupo, como em “trinta reses”.

BEZERRO(A): filhote, normalmente animal do ano corrente, com até 1 ano de vida.

MAMOTE(A): animal de aproximadamente 1 ano e meio a dois anos de vida. Como o nome sugere, o animal ainda mama. *Mamota* e *garrota* podem ser termos sinônimos. No caso da *garrota*, há uma diferença no correlato masculino.

GARROTE: é o animal macho adulto, com mais de dois anos e não castrado, seja porque ainda vai sofrer tal ação ou porque foi intencionalmente deixado nessa condição para se tornar macho reprodutor.

BOI: animal adulto castrado.

NOVILHA: fêmea adulta que ainda não reproduziu.

VACA: fêmea adulta que já pariu pelo menos uma vez. Os vaqueiros dizem poder identificar uma fêmea nessa condição pelo tamanho de sua “úbria” (úbere), o conjunto das tetas, dilatadas e maiores naquelas que já pariram.

ANEXO 3 – AUTORIZAÇÃO DE USO DE DADOS – DIAGRO AMAPÁ



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

De: Pedro Stoeckli Pires
Doutorando em Antropologia Social / UNB
Ao Gabi – Diagro / AP
Ao Sr.: Marcos Aurélio Bezerra de Araujo

No âmbito de minha pesquisa de doutorado em Antropologia Social pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social PPGAS / UnB, venho por meio desta gentilmente solicitar dados da pesquisa de levantamento pecuário realizada pela Diagro / AP concernentes à situação da criação de bubalinos no estado do Amapá, bem como quaisquer outros materiais pertinentes, tais como mapas, tabelas e gráficos.

Declaro que esse material será usado exclusivamente em caráter de pesquisa, não sendo destinado a qualquer outra finalidade.

Atenciosamente,

Pedro Stoeckli Pires – Doutorando em Antropologia Social

Macapá, 18 de Abril de 2012.

Do: CODA
?/ verificar a possibilidade
do atendimento
solicitação em TEL.
19/04/2012

Atendido 25/4

Marcos Aurélio Bezerra Araujo
Diretor Presidente Interino / DIAGRO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - Departamento de Antropologia
Universidade de Brasília - Campus Universitário Darcy Ribeiro - JCC CENTRO - CEP 70.910-900
Brasília/DF (BRASIL) - Telefones: (061) 3107-7293 - 3107-7294 - FAX: 3107-7300
E-mail : dan@unb.br - Home page: www.unb.br/ics/dan

TERMO DE COMPROMISSO Nº 001/2011

Termo de Compromisso nº 001/2011 celebrado entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – Reserva Biológica do Lago Piratuba e os chefes de família das comunidades do Tabaco, Vai-quem-quer (Milagre de Jesus), Paratu e Araquiçaua com o objetivo de compatibilizar a presença da população tradicional com os objetivos da unidade de conservação.

O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – INSTITUTO CHICO MENDES, Autarquia Federal criada pela Lei nº 11.516 de 28/08/2007, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com sede e foro em Brasília/DF e jurisdição em todo Território Nacional, inscrito no CGC do Ministério da Fazenda sob o nº 08.829.974/0001-94, sediado na EQSW 103/104, Complexo Administrativo, Sudoeste, Brasília, Distrito Federal, representada por seu Coordenador Regional, **FABIANO GUMEIR COSTA**, nomeado pela Portaria nº 129, de 20 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 23 de março de 2009, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 648, de 31 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 04 de janeiro de 2011 e os chefes de família das **COMUNIDADES DE TABACO, VAI-QUEM-QUER (MILAGRE DE JESUS), PARATU E ARAQUIÇAUA**, localizadas no município de Amapá, Estado do Amapá, no interior da Reserva Biológica do Lago Piratuba, Unidade de Conservação de Proteção Integral, e:

Considerando que, nos termos do artigo 225, *caput*, da Constituição Federal, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

Considerando que, para a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público definir, em todas as Unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, nos termos do inciso III do § 1º do artigo 225 da Constituição Federal;

Considerando a existência da RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA, criada pelo Decreto nº 84.914, de 16 de julho de 1980, cujos limites foram alterados pelo Decreto nº 89.932, de 10 de julho de 1984, localizada no Estado do Amapá;

Considerando as disposições da Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000 que regulamentando o art. 225, § 1º, da Constituição Federal, instituiu o SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA que estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação e definiu, como órgão executor, em relação às unidades de conservação federais, o Instituto Chico Mendes e o IBAMA, em caráter supletivo (art. 6º, IV, Lei nº 9.985/00, alterada pela Lei nº 11.516 de 28/08/2007);

Considerando que, segundo o disposto no artigo 8º, inciso II, da Lei nº 9.985/2000, as reservas biológicas são unidades de conservação de proteção integral;

Considerando a existência de moradores na margem esquerda do rio Araguari e na costa do município de Amapá antes da criação da Reserva Biológica do Lago Piratuba;

Considerando que o art. 42, § 2º, da Lei nº 9.985/00 determina que deverão ser estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade de conservação, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e os locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações;

Considerando o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, regulamentando os arts. 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 33, 36, 41, 42, 47, 48 e 55 da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; e

Considerando o art. 39 do Decreto nº 4.340/2002, segundo o qual as condições de permanência das populações tradicionais em Unidade de Conservação de Proteção Integral serão reguladas por termo de compromisso, negociado entre o órgão executor e as populações, ouvido o conselho da unidade de conservação,

resolvem celebrar neste ato **TERMO DE COMPROMISSO**, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este Termo de Compromisso tem por objeto garantir o cumprimento das regras e princípios do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e estabelecer normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença dos moradores das comunidades do Tabaco, Vai-quem-quer (Milagre de Jesus), Paratu e Arauçaua, localizadas no interior da Reserva Biológica do Lago Piratuba, com os objetivos da unidade de conservação, em observância ao Plano de Manejo, sob pena de tornar nulo este instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS PREMISSAS

Este Termo de Compromisso baseia-se nas seguintes premissas:

- O desenvolvimento das atividades realizadas pelos moradores não deve degradar ou poluir o meio ambiente (ar, água e solo);
- Impossibilidade de substituição dos modos e práticas utilizados por outros de maior impacto e da ampliação da área física impactada ou utilizada;
- Não introdução de novas espécies exóticas invasoras, sejam elas animais ou vegetais; e
- Diminuição do número de animais de criação existentes na unidade, por meio do cercamento das áreas e/ou substituição das atividades produtivas por outras de menor impacto.

DA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

CLÁUSULA TERCEIRA

Caberá ao Instituto Chico Mendes realizar levantamento da situação atual das Comunidades de Tabaco, Vai-quem-quer (Milagre de Jesus), Paratu e Araquiçaua, suas ocupações, ocupantes e uso dos recursos naturais na Reserva Biológica do Lago Piratuba, mediante a realização de:

- I - cadastro de ocupantes;
- II - caracterização socioeconômica das ocupações;
- III - levantamento fundiário com a identificação das propriedades ou posses;
- IV - identificação e qualificação das benfeitorias existentes; e
- V - levantamento de rebanho bubalino e demais animais de criação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para a realização desse levantamento, o Instituto Chico Mendes deverá buscar apoio técnico e operacional junto aos órgãos fundiários federal (Secretaria de Patrimônio da União – SPU/AP e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA) e estadual (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Estado do Amapá – IMAP).

CLÁUSULA QUARTA

Para a realização do levantamento de que trata a cláusula terceira, os chefes de família deverão entregar cópia da documentação existente relacionadas à produção, ao imóvel e à identificação pessoal; e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Chico Mendes ou parceiros para a elaboração dos trabalhos.

DAS ATIVIDADES VOLTADAS PARA A SUBSISTÊNCIA E COMPLEMENTAÇÃO DA RENDA FAMILIAR

CLÁUSULA QUINTA

A criação de gado será tolerada para os chefes de família das comunidades que já

desenvolvem esta atividade, desde que confinadas a áreas identificadas, demarcadas e devidamente cercadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A área de uso para a criação de gado será devidamente identificada e demarcada pelo Instituto Chico Mendes em parceria com os chefes de família, considerando:

I - a necessidade do cumprimento da legislação ambiental referente à área de reserva legal;

II - as áreas de maior fragilidade ambiental e que não toleram atividades de alto impacto; e

III - as necessidades dos chefes de família das comunidades tendo em vista o rebanho existente e a capacidade de suporte das pastagens.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Após identificação e demarcação, as áreas deverão ser cercadas pelos chefes de família das comunidades, mediante parceria com o Instituto Chico Mendes para apoiar o cercamento das áreas de criação de gado.

CLÁUSULA SEXTA

Os chefes de família das comunidades se comprometem a não realizar abates, embarques e eventuais desembarques de gado durante a noite. Para evitar questionamentos em relação à origem dos animais, os vizinhos deverão ser comunicados para acompanhar os referidos procedimentos. No caso de desembarques, o Instituto Chico Mendes deverá ser comunicado.

CLÁUSULA SÉTIMA

O uso de espécies exóticas de capim (como *Brachiaria* spp.) se limitará à reserva de alimento para os animais, em especial para animais paridos, novilhos e cavalos, e desde que cultivadas em áreas cercadas.

CLÁUSULA OITAVA

Os chefes de família das comunidades se comprometem a fazer a manutenção

periódica das pastagens, realizando até 02 (duas) roçagens de espécies como juquiri, jurubeba e aturiá, por ano, respeitando as margens dos igarapés ou outros cursos d'água.

PARÁGRAFO ÚNICO. As roçagens deverão ser autorizadas previamente pelo Instituto Chico Mendes que definirá, em conjunto com os chefes de família das comunidades, a distância das margens de igarapés ou outros cursos d'água.

CLÁUSULA NONA

Danos causados por animais a terceiros serão de responsabilidade dos donos dos animais.

CLÁUSULA DÉCIMA

As criações de outros animais, como galinhas, patos, porcos, cabras, ovelhas e cavalos serão toleradas para os moradores das comunidades que já desenvolvem essas atividades, desde que os animais sejam criados apenas para subsistência ou para viabilizar a atividade de criação de gado (no caso dos cavalos).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

É permitido o cultivo de hortas familiares.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A produção de alimentos (roças) será permitida desde que nenhuma nova área seja desmatada e que sejam implantadas em áreas de tabocais (mata secundária com predominância de bambus) em programa de rotação de plantio, definido pelo Instituto Chico Mendes em conjunto com os chefes de família das comunidades.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As áreas destinadas às roças deverão ser georreferenciadas e monitoradas pelo Instituto Chico Mendes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Recomenda-se a produção intensiva de alimentos mais próxima à área das residências, o manejo integrado de roças com a criação de animais

e a utilização de sistemas que possibilitem a produção durante o ano inteiro, ou seja, tanto no inverno como no verão (como canteiros altos).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

O fogo deverá ser evitado como prática de manejo, podendo ser autorizado pelo Instituto Chico Mendes apenas sob uso controlado para implantação de roças (com realização de aceiros) durante os meses de julho a agosto.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Instituto Chico Mendes promoverá treinamento dos moradores das comunidades sobre o uso controlado do fogo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

A pesca dentro da área da Reserva Biológica do Lago Piratuba só será permitida para consumo local (subsistência) dos moradores das comunidades, desde que sejam respeitadas as normas legais que regulam o período, apetrechos, quantidade e tamanho do pescado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

A pesca dentro da área da Reserva Biológica do Lago Piratuba deverá ocorrer nas áreas efetivamente ocupadas, excetuando-se os lagos e eventuais áreas identificadas pelo Instituto Chico Mendes como áreas de fragilidade ambiental.

DA INFRAESTRUTURA E ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

As construções e ampliações de benfeitorias somente serão permitidas com autorização do Instituto Chico Mendes, conforme art. 30 do Decreto nº 4.340, de 2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Todo o lixo gerado pelos moradores das comunidades deverá ser selecionado nas residências de maneira a separar o lixo orgânico (restos de comida) do lixo seco

(plástico, vidro, metal e pilhas).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O lixo orgânico deverá ser utilizado para alimentação de animais ou transformado em adubo (compostagem), e o lixo seco deverá ser acondicionado em recipientes apropriados a serem disponibilizados pelo Instituto Chico Mendes que providenciará sua remoção da área da Reserva Biológica do Lago Piratuba.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para a efetiva implantação desta cláusula, o Instituto Chico Mendes se compromete a buscar apoio junto a parceiros para a elaboração e implantação de projeto de coleta seletiva e destinação do lixo seco.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Os chefes de família das comunidades deverão substituir e/ou adaptar as instalações sanitárias atuais por alternativas que não poluam e/ou contaminem o meio ambiente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Recomenda-se a adoção de sanitários compostáveis (secos). Para viabilizar a multiplicação desta tecnologia serão implantadas pelo Instituto Chico Mendes unidades demonstrativas em casas dos moradores das comunidades.

PARÁGRAFO SEGUNDO. As demais alternativas propostas deverão ser submetidas à aprovação do Instituto Chico Mendes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

O tráfego de embarcações dentro da área da Reserva Biológica do Lago Piratuba, especialmente entre as Comunidades do Tabaco e Lago Novo, deverá ser previamente autorizado pelo Instituto Chico Mendes.

PARÁGRAFO ÚNICO. Por recomendações científicas, para a realização de pesquisas ou no caso de determinadas condições naturais que contribuam para o aumento do nível de água dos lagos do cinturão lacustre meridional (como o fechamento de determinados locais por ilhas), o tráfego dentro da área da Reserva Biológica do Lago Piratuba poderá ser suspenso por tempo indeterminado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

O Instituto Chico Mendes, em parceria com os chefes de família das comunidades, se compromete a buscar alternativas para diminuir a predação dos animais de criação pela onça, a fim de compatibilizar a conservação da espécie e as atividades produtivas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

O Instituto Chico Mendes deverá implementar atividades de educação ambiental como forma de apoiar o processo de conscientização dos moradores das comunidades a respeito da conservação e uso adequado da Reserva Biológica do Lago Piratuba.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

O Instituto Chico Mendes buscará meios para instalar um sistema de comunicação via rádio na Reserva Biológica do Lago Piratuba, de maneira a melhorar a comunicação com os moradores das comunidades.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

O Instituto Chico Mendes, sempre que julgar pertinente, realizará articulações junto às instituições públicas competentes com vistas a dar apoio os pleitos dos moradores das comunidades, voltados à saúde, educação, saneamento, energia, lazer, entre outros relacionados à melhoria da qualidade de vida.

DA GESTÃO DO TERMO DE COMPROMISSO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

Os moradores das comunidades deverão facilitar o processo de monitoramento e fiscalização dos compromissos pactuados neste termo, sempre que necessário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA

Caberá ao Instituto Chico Mendes e aos chefes de família das comunidades observância aos compromissos deste termo, devendo fiscalizar, direta ou indiretamente, a execução do acordado e, quando tomar conhecimento por qualquer meio do descumprimento deste termo, adotar imediatamente as medidas necessárias

para a retificação da conduta.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA

Configura descumprimento ou violação, total ou parcial, de compromisso deste termo qualquer conduta em desacordo com as cláusulas estabelecidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA

Os descumprimentos das cláusulas deste acordo por parte dos chefes de família das comunidades implicará na tomada de medidas administrativas e/ou judiciais contra o infrator por parte do Instituto Chico Mendes, tais como notificação, advertência, multa, apreensão, embargo e demolição.

PARÁGRAFO ÚNICO. As sanções porventura aplicadas não eximem os infratores dos prejuízos causados, nem prejudica a apuração das responsabilidades civil ou penal de quem lhe tiver dado causa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA

O presente termo de compromisso terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos arts. 5º e 6º da Lei nº 7.347/85 e 585, inciso VII, do Código de Processo Civil, cuja execução judicial poderá ocorrer por iniciativa do Ministério Público Federal ou mediante provocação dos compromissados, de quaisquer entidades civis ou públicas ou qualquer cidadão que tiver conhecimento de seu descumprimento.

PARÁGRAFO ÚNICO. A execução judicial poderá deixar de ser proposta se ocorrer apresentação de justificativa, por escrito, sobre o descumprimento, em que se comprove a ausência de dolo ou culpa no inadimplemento e/ou inobservância de condições estabelecidas, desde que resultante de caso fortuito ou força maior.

DAS AVALIAÇÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA

Anualmente o Instituto Chico Mendes promoverá reuniões de avaliação do termo de compromisso com os chefes de família das comunidades para analisar o andamento das cláusulas pactuadas e definir as medidas necessárias para seu efetivo cumprimento.

PARÁGRAFO ÚNICO. Em prazo não superior a 30 (trinta) dias a partir da realização da reunião de avaliação, deverá ser elaborado pelo Instituto Chico Mendes relatório referente ao cumprimento do presente termo de compromisso.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA

O presente termo de compromisso terá vigência de 03 (três) anos, prorrogável por igual período, até que sejam implantadas pelo Instituto Chico Mendes as condições previstas no art. 42 da Lei nº 9.985, de 2000, bem como as previstas nos arts. 35 a 39, do Decreto nº 4.340, de 2000.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Instituto Chico Mendes providenciará a publicação do presente termo de compromisso no Diário Oficial da União.

DAS REVISÕES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA

A cada 03 (três) anos o presente termo deverá ser revisto e devidamente ajustado de comum acordo entre as partes ou, a qualquer momento, diante de novas informações ou se assim as circunstâncias exigirem, desde que mais vantajoso para a proteção do meio ambiente.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA

Os chefes de família das comunidades com o apoio do Instituto Chico Mendes e instituições parceiras se comprometem a identificar e implementar alternativas produtivas para substituição gradual daquelas de alto impacto, em particular a criação de búfalos, a exemplo de:

- I - beneficiamento da produção de alimentos (frutas secas, compotas, queijo defumado, etc.);
- II - piscicultura e criação de abelhas, desde que sejam de espécies nativas;
- III - implantação e manejo de açaiçais;

IV - produção de artigos de bambu (móveis, utilidades domésticas, etc.);

V - artesanato (biojóias, cestaria, etc.); e

VI - comercialização de sementes e mudas de essências nativas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA

As omissões deste termo, bem como eventuais divergências sobre o pactuado, serão discutidas em reunião, com os chefes de família das comunidades compromissadas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA

A celebração deste termo de compromisso não impede que um novo termo seja firmado entre o Instituto Chico Mendes e os chefes de família das comunidades do Tabaco, Vai-quem-quer (Milagre de Jesus), Paratu e Araquiçaua, desde que mais vantajoso para a proteção do meio ambiente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA

A assinatura deste termo de compromisso não exime as responsabilidades de reparação, compensação e indenização por qualquer ato que venha a descumprir a legislação ambiental, nem impede a responsabilização civil, administrativa e criminal por fatos ilícitos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA

Alterações na legislação ambiental, sejam de natureza constitucional, legal ou infralegal (resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA) sobre o regime jurídico das Unidades de Conservação poderão implicar a rescisão do pactuado, desde que tenha ocorrido alteração substancial no quadro normativo que suporta o presente termo de compromisso, a ser discutido em reunião conjunta das partes.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA

Este Termo de Compromisso produzirá efeitos legais a partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – DO FORO

As questões decorrentes deste Termo serão dirimidas no foro da Justiça Federal do Distrito Federal, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim combinados, firmam o presente compromisso, em 02 (duas) vias originais, uma que será juntada ao processo formalizado pelo Instituto Chico Mendes, e 01 (uma) que ficará com o chefe de família ao final elencado.

Amapá - AP, 25 de fevereiro de 2011.

Fabiano Gumier Costa

FABIANO GUMIER COSTA

RG: 10.593.892 SSP/MG

CPF: 043.071.836-57

Coordenador Regional - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Julio Gracino da Silva Moraes

Nome: JÚLIO GRACINO DA SILVA MORAES

RG: 108.060 SSP/AP

CPF: 148.802.102-34

Chefe de Família da Comunidade do Tabaco

Testemunhas:

Nome: *Patrícia R. A. A. A.*

CPF: 833.934.201-00

Nome: *Granildo da Silva Coutinho*

CPF: 415.843.172-72

